FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 105 ★ Nº 35.078 QUINTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2025 R$ 7,90

saúde

TRATAMENTO PIONEIRO CONTRA O ALZHEIMER

União Europeia aprova primeiro medicamento que trata a doença, não seus sintomas A40



Retenção da receita de Ozempic passa a ser obrigatória, decide Anvisa A41

ciência

POSSÍVEL SINAL DE VIDA É ACHADO FORA DA TERRA

Telescópio identificou no planeta K2-18b impressão química de gás produzido por processos biológicos A44

Superávit de R$ 4 bi em Itaipu dá margem para reduzir conta de luz

Segundo tratado Brasil-Paraguai, usina deve cobrar o necessário para operar, sem dar lucro

A usina de Itaipu divulgou recentemente ter atingido superávit de US$ 680 milhões, cerca de R$ 4 bilhões, em 2024, 16 vezes mais que em 2023. Para especialistas, o resultado mostra que há espaço para reduzir a tarifa paga pelos consumidores.

O superávit foi obtido na chamada conta exploração, que inclui verba de obras e projetos socioambientais. "O resultado corrobora a necessidade de rever para baixo a tarifa praticada no Brasil", diz Ângela Gomes, diretora técnica da consultoria PSR.

Pelo tratado entre Brasil e Paraguai, Itaipu deve cobrar o necessário para operar e cumprir suas obrigações, sem gerar lucro.

Segundo cálculos do setor e da usina, a tarifa deveria ter caído entre US$ 9 e US$ 10 a partir da quitação da dívida, em 2023.

Os governos Lula (PT) e Santiago Peña, no entanto, aumentaram o valor por três anos, de 2024 a 2026, adicionando um extra de US$ 660 milhões para Itaipu. Em nota, a empresa diz que a tarifa em vigor foi pactuada entre os dois países. Mercado A13

Governo prevê falta de verbas para pisos de saúde e educação em 2027

O governo Lula (PT) indicou que faltarão recursos no Orçamento de 2027 para cumprir os pisos da saúde e da educação. A projeção está no PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2026 e considera a inclusão dos gastos com precatórios nas regras do arcabouço fiscal.

A gestão estima que, em 2027, a União terá R$ 65,7 bilhões para gastos não obrigatórios, como investimentos e custeio, já desconsiderados recursos para emendas parlamentares. Somente para a complementação para cumprir os pisos, precisaria de R$ 76,6 bilhões. Mercado A16

EUA afirmam que produto chinês terá taxa de até 245%

A gestão Donald Trump afirmou que produtos chineses pagarão taxa de até 245% nos EUA, soma da sobretaxa de 145% e alíquotas de 100% já em vigor sobre alguns itens. Estão neste grupo seringas e veículos elétricos. Mercado A18

Comércio pode cair 1,5% com guerra tarifária, diz OMC

A Organização Mundial do Comércio prevê queda de até 1,5% no comércio global se Donald Trump retomar todas as taxas anunciadas sobre vários países e depois suspensas. Antes da guerra tarifária, a expectativa era de alta de 3%. Mercado A19



Gabriela Biló/Folhapress

Lula cumprimenta Mourão em cerimônia do Dia do Exército em Brasília

O presidente e o senador, ex-vice de Bolsonaro, no evento; comandante Tomás Ribeiro Paiva defendeu imparcialidade da Força Política A11

EDITORIAIS A2

Arcabouço fiscal está marcado para morrer Sobre expansão de gastos do governo Lula.

No meio do caminho de Trump, há a Justiça A respeito de freios institucionais.


ISSN 1414-5723

ilustrada

BIENAL DO MERCOSUL EM BUSCA DO AMANHÃ

Mostra tenta imaginar o futuro em uma Porto Alegre em reconstrução após a tragédia das enchentes de 2024 B8

Embate de Moraes com Espanha tem uso político de bolsonaristas

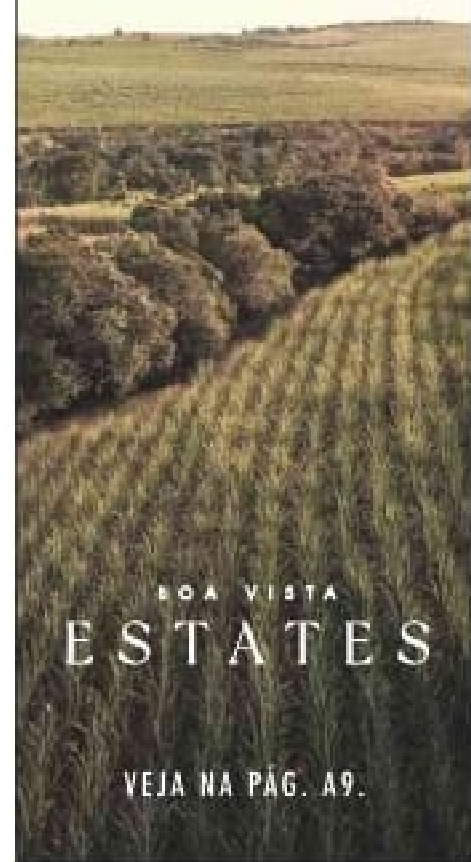
Por reciprocidade, após a Espanha barrar a extradição de um influenciador bolsonarista, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, vetou o envio de um búlgaro condenado em solo espanhol. A6

Bruno Henrique, do Flamengo, e irmão combinaram cartão, indica diálogo A45

Sérgio Rodrigues

A anistia esqueceu que é parente da amnésia

No grego antigo, "amnestia" nomeava o esquecimento e "amnesía", a ausência de memória. Parentesco faz sentido além do etimológico — no mínimo tem ecos históricos, políticos e cívicos. Cotidiano A36



opinião

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Arcabouço fiscal está marcado para morrer

Projeções do próprio governo Lula indicam que expansão contínua dos gastos obrigatórios vai consumir os recursos necessários para o custeio da máquina a partir de 2027; não é realista esperar ajuste duro antes

O chamado arcabouço fiscal —nome que o governo petista dá à sua versão abrandada de teto para o gasto público— está marcado para morrer. De acordo com as próprias projeções oficiais, divulgadas no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026, não haverá como cumprir os limites de despesa e as metas orçamentárias a partir de 2027.

Até lá, o avanço contínuo de pagamentos obrigatórios, sobretudo de salários e benefícios previdenciários e sociais, fará com que se esgotem os recursos mínimos para o custeio da máquina administrativa. Para evitar tal cenário, seria necessária uma rigorosa contenção de dispêndios, hipótese claramente descartada por Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Segundo as contas das equipes da Fazenda e do Planejamento, o montante das verbas de livre aplicação, aquelas que não estão sujeitas a imposições legais, tende a cair de R$ 208 bilhões no próximo ano para R$ 122 bilhões em 2027. Descontadas as emendas parlamentares, restaria menos da metade do necessário para o custeio dos órgãos federais. Os anos seguintes seriam de colapso.

No início do próximo governo, deixa de valer a permissão do Supremo Tribunal Federal para que se exclua das regras fiscais parte do pagamento de precatórios, dívidas determinadas por decisões judiciais. Esse será um fator de estrangulamento orçamentário, mas nem de longe o único.

Além do ímpeto perdulário da administração petista, é crescente e insustentável o domínio do Congresso sobre expressiva fatia das despesas discricionárias, sem as devidas transparência e responsabilidade. Mesmo assim, trata-se de pouco mais de 2% do dispêndio total da União.

O que de fato engessa gravemente o Orçamento é o gasto obrigatório, com pessoal, Previdência e assistência, que Lula eleva de maneira irresponsável, como se tudo pudesse ser justificado com a finalidade social.

As regras fiscais, portanto, terão de ser revistas —ou afrouxadas, para evitar o colapso da administração, ou apertadas, em uma política de ajuste duro.

Na primeira hipótese, o governo precisaria de ainda mais arrecadação tributária para deter a subida galopante da dívida pública, o que já não consegue fazer hoje. A persistência na gastança manterá nas alturas por mais tempo a inflação e os juros, o que gera encargos financeiros escorchantes para o Tesouro Nacional.

Tal descalabro era previsível desde a aprovação do arcabouço, em 2023, com limites que não dariam conta dos aumentos de despesa aprovados desde antes da posse de Lula

Na segunda, seria ingenuidade esperar medidas ambiciosas até o próximo ano, quando haverá eleições presidenciais, considerando os baixos índices de aprovação que afligem Lula. A tarefa será empurrada para o governo posterior, a um custo elevado.

Tal descalabro era previsível desde a aprovação do arcabouço, em 2023, com limites que não dariam conta dos aumentos de despesa aprovados desde antes da posse. Contratou-se uma segunda metade de mandato de más condições financeiras e risco para o crescimento econômico.

No meio do caminho de Trump, há a Justiça

Mesmo a Suprema Corte, com maioria conservadora e três indicados pelo presidente na sua gestão anterior, tem proferido decisões contrárias à Casa Branca; sistema de freios e contrapesos é pilar das democracias

Quem poderá conter Donald Trump? O presidente americano inicia seu segundo mandato com apetites autoritários redobrados. No plano externo, incitou uma guerra comercial global, com aumento ensandecido de tarifas, e recebeu dura resposta da China.

No interno, a reação está começando. Em sua cruzada contra as universidades de elite, por exemplo, Harvard já avisou que não aquiescerá às absurdas exigências do governo. Mesmo no Partido Republicano, parlamentares ligados a setores mais afetados pelas tarifas e bilionários que financiaram sua campanha eleitoral mostram descontentamento.

De todos os agentes e instituições que podem fazer resistência a Trump, o mais decisivo é o Judiciário. Trata-se, afinal, do Poder que, no sistema de freios e contrapesos das democracias liberais, está incumbido de revisar as decisões do Executivo e sobrestá-las caso violem as leis.

Várias medidas de Trump foram contestadas e, em alguns casos, juízes ordenaram suspensões. Mas, de modo temerário, o governo vem recorrendo a subterfúgios para adiá-las ou não implementá-las e até a ameaças abertas de descumprimento.

As alegações da Casa Branca por vezes beiram o surrealismo, como na situação do imigrante legalizado enviado erroneamente a uma prisão salvadorenha.

O governo, em desafio a uma liminar da Suprema Corte, se recusa a tentar repatriá-lo e insiste que está cumprindo a determinação, pois o imigrante, ora preso e sob risco de tortura, não será barrado em nenhum ponto de entrada do território americano caso se apresente a um deles.

Note-se que a mais alta corte do país tem maioria conservadora —de 6 dos 9 magistrados, sendo que 3 deles foram indicados por Trump em seu primeiro mandato. Tal composição, porém, não significa alinhamento automático a Washington.

O tribunal já concedeu decisões tanto favoráveis como contrárias à Casa Branca. O republicano até chegou a ser repreendido de forma inédita pelo presidente da Suprema Corte, por ter ameaçado promover o impeachment de um juiz de cuja decisão sobre deportação de imigrantes não gostara.

O republicano foi até repreendido de forma inédita pelo presidente da Suprema Corte, por ter ameaçado promover o impeachment de um juiz de cuja decisão sobre deportação de imigrantes não gostara

Há bons motivos para crer que a instância máxima da Justiça manterá certa independência, já que o projeto trumpista é autoritário. Se sua agenda obtiver sucesso, o Judiciário perderá poder para o Executivo. É incomum que detentores do poder abram mão dele espontaneamente.

Apesar de suas tentativas, não será tão fácil para Trump arruinar a democracia americana.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*), João Cestari (*tecnologia*) e Marcelo Benez (*comercial*)

CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR PWC)
860.629 - Fechamento 1º Semestre de 2024
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

Laerte



COLUNISTAS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

SÃO PAULO

E mulheres trans não são pessoas?

Thiago Amparo

No mesmo dia, os EUA e o Reino Unido —dois países ocidentais que se colocam como bastiões da liberdade, muito embora até ontem metade do mundo era colonizada pelo segundo e uma parcela da população no primeiro não podia sequer usar o mesmo banheiro que os demais em razão de sua cor— emitiram atos oficiais que atentam profundamente contra a liberdade básica de pessoas trans de serem quem são.

Do lado estadunidense, o consulado em São Paulo emitiu um novo visto para a deputada federal Erika Hilton, identificando-a com o gênero masculino. Parece que era outro mundo quando participei, há alguns anos, de um evento daquele consulado em que se exibiu o documentário "Lavender Scare" (2017), que retrata a perseguição contra funcionários públicos LGBTQIA+ durante a Guerra Fria. A história se repete primeiro como tragédia, depois como farsa.

Do lado britânico, a Suprema Corte determinou que a definição de "sexo" na Lei da Igualdade, de 2010, refere-se apenas à categoria de "mulher biológica" e "sexo biológico", dois termos ultrapassados. Erra aquela corte ao ceder a um lobby organizado e poderoso que busca criar tensões entre mulheres cis e mulheres trans, com o intuito claro de, por meio da transfobia, reduzir o status político de todas as mulheres na sociedade.

A biologização do debate sobre sexo e gênero de nada serve e gera questionamentos sem sentido: homens com baixa testosterona seriam homens?; mulheres cisgêneras inférteis seriam mulheres?; um casal idoso heterossexual pode se casar se não puderem mais ter filhos? Tão absurda quanto esses questionamentos é a exclusão de pessoas trans da proteção legal.

Em 1929, o Privy Council —um conselho privado ligado à monarquia britânica— decidiu que mulheres eram "pessoas" no sentido legal e portanto poderiam ser senadoras. A pergunta que se coloca hoje não é se mulheres trans são mulheres (elas são) nem se elas existem (existem). O imperativo que se impõe é que pessoas trans são pessoas e, portanto, merecem proteção legal.

BRASÍLIA

Bomba dos precatórios cairá no colo de Lula

Adriana Fernandes

O projeto do governo da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2026 escancarou o tamanho da bomba que cairá no colo do presidente Lula no ano que vem, às vésperas da campanha eleitoral.

Lula e ministros estão tão focados em achar medidas populares para chegar bem à campanha de 2026 que repetem o erro do seu antecessor, Jair Bolsonaro, e ignoram que precisam desarmar a bomba dos precatórios.

Sem solução, ela explodirá, assim como estourou com Bolsonaro em 2022. Na hora em que o ex-presidente enviou ao Congresso um Orçamento fake para o primeiro ano do próximo governo, impulsionou a campanha do seu adversário no primeiro turno, o agora presidente.

Os eleitores viram o orçamento zerado para políticas públicas, como a farmácia popular de remédios gratuitos, e se assustaram.

Não buscar uma solução duradoura para os precatórios tornará insustentável a condição das contas públicas nos próximos anos. Não é apenas uma questão de sobrevivência do arcabouço fiscal, mas a constatação de que o ritmo de crescimento desse gasto é assustador.

Em primeiro lugar, o Executivo precisa barrar a raiz do problema, que está nos erros de política que levam empresas e pessoas físicas a buscarem reparação na Justiça. É preciso também enfrentar com as armas certas a indústria de precatórios que tomou conta do Judiciário e que alimenta um negócio muito lucrativo. Basta acompanhar os detalhes do caso do banco Master.

O negócio com precatórios não é ilícito, porém tem algo de muito errado no ar. Gastar a cada ano R$ 115 bilhões com precatórios não é normal. Essa é a versão que muita gente no mercado financeiro quer vender. O governo tem que entender o que está acontecendo e agir com medidas estruturantes, que vão além de saber se a despesa de precatório será ou não contabilizada no arcabouço fiscal.

A calmaria dos últimos meses em relação aos desafios das contas públicas turvou a ação do governo. Com a LDO, jogaram a bomba no meio da sala sem ter a solução. Vem mais meteoro por aí.

RIO DE JANEIRO

Longa vida a Bolsonaro

Ruy Castro

Jair Bolsonaro volta ao hospital em decorrência da facada que lhe foi aplicada por um desequilibrado em Juiz de Fora na campanha de 2018. Naquele dia, Bolsonaro foi salvo pelos médicos. O que não impediu que, como presidente, escarrasse o seu desprezo por eles na pandemia, levando-os a trabalhar sob altíssimo risco de vida nas UTIs improvisadas, sonegando-lhes as vacinas, zombando dos pacientes que eles lutavam para salvar e nomeando o repugnante Pazuello como ministro da Saúde.

Só por isso, Bolsonaro justificaria que se soltassem foguetes a cada nó nas tripas que o acomete. É o que, neste momento, ele parece estar pedindo, ao descrever-se como em situação quase terminal e desfilando alegremente pelos corredores como um moribundo. Mas nem os que têm os piores motivos para odiá-lo querem que ele morra num leito de hospital. Não. Bolsonaro precisa viver.

Espera-se que se recupere logo da nova cirurgia, fique firme e volte à invejável forma que ostentava nos jet skis e motociatas enquanto o Brasil enterrava os mortos. Precisará disso para encarar os rigores do julgamento pelos crimes de que é acusado. Enfrentará um processo demorado, em que terá de ficar sentado horas por dia num banco duro de madeira —o banco dos réus— enquanto seus acusadores desfiam as infâmias que cometeu e pedem punição adequada.

Bolsonaro terá amplo direito de defesa e seus advogados entrarão com todos os recursos possíveis para protelar sua condenação —o que não será nada mal, já que só prolongará sua agonia. Milhares de pascácios fantasiados de amarelo voltarão a acampamentos em Brasília, não mais defronte aos quartéis, mas nos arredores do STF, rezando para pneus por sua absolvição. Será um espetáculo e tanto e a que, se fosse preciso, muitos pagariam para assistir.

Que os médicos de Bolsonaro garantam a desobstrução intestinal que o aflige e o devolvam o mais rapidamente possível à vida pública —ou, pelo menos, à privada. Bolsonaro precisa viver, e quanto mais, melhor —para pagar.

A prioridade da segurança

Proposta do ministro Lewandowski é tão ambiciosa quanto necessária diante da rápida expansão do crime organizado

Maria Hermínia Tavares

Professora emérita da FFLCH-USP, é pesquisadora do Cebrap. Escreve às quintas

Em boa hora, a proposta de emenda constitucional (PEC) da Segurança Pública saiu do forno. Recém-encaminhada ao Congresso pelo Ministério da Justiça, sinaliza a disposição do Governo Federal de —enfim— assumir papel ativo e positivo em face daquele que, segundo as sondagens de opinião, é hoje o maior problema a atormentar os brasileiros.

A proposta do ministro Ricardo Lewandowski é tão ambiciosa quanto necessária diante da expansão do crime organizado pelo território e da ramificação de seus negócios ilícitos em inimagináveis atividades lícitas. Seu propósito é favorecer a coordenação entre os 27 sistemas de segurança pública de responsabilidade dos estados, aumentando sua eficiência —hoje não só limitada como desigualmente distribuída pela federação.

O diagnóstico do ministro não é original: havia inspirado a lei do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), em 2018, quando Raul Jungman era ministro e Michel Temer, presidente —até morrer pelo desinteresse da gestão Bolsonaro. A iniciativa atual tem o declarado propósito de colocar o Susp na Constituição, fazendo companhia ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Sistema Nacional de Educação (SNE), na esperança de assim lhe dar robustez institucional.

Em um Estado federativo, ou a União coordena e integra, ou prevalece a fragmentação de iniciativas de cada ente subnacional. E é disso que trata a proposta de Lewandowski, que contempla a criação de um conselho nacional composto por representantes dos três níveis de governo e da sociedade civil; a padronização de protocolos, informações e dados estatísticos; a atualização das competências das forças federais; e, por último e mais importante, a garantia constitucional para os fundos nacionais de Segurança Pública e Penitenciário.

O êxito da reforma proposta na PEC da Segurança Pública requer que a mudança vire aspiração da sociedade e seja forte o bastante para se impor à natural disputa partidária

Mas a constitucionalização, que ainda deverá passar por dura prova no Congresso, não garante por si a consolidação do Susp. Isso envolverá burocracias e delicada negociação com governadores e corporações armadas, que precisam acreditar que podem se beneficiar do novo arranjo. As experiências do SUS e do SNE indicam que estabilidade de regras e taludos repasses de recursos representaram incentivo essencial à adesão de estados e municípios.

Por fim, essa é uma reforma que —se iniciada agora— certamente se prolongará por mais de um mandato presidencial. Requer assim que a mudança vire aspiração da sociedade, forte o bastante para se impor à natural disputa político-partidária.

Desde já, seu êxito depende de que deixe de ser política de um ministro e se torne prioridade do presidente da República. E, além do mais, que ele saiba apresentá-la, junto com outras indispensáveis medidas de impacto mais imediato, como expressão da sua empatia com o medo e a aflição cotidianos de milhões de brasileiros comuns —razão de fazerem da segurança a sua aspiração maior.

O assunto certamente estará presente na disputa presidencial de 2026, quando caberá ao candidato da situação mostrar que lhe deu e continuará a dar a atenção que a gravidade do problema requer.

*

Saio de férias por uma semana.

opinião

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O caldeirão de desmandos da CBF

Amigos do rei se fartam às custas da entidade, sem parcimônia para despesas particulares e em prejuízo a investimentos imprescindíveis para o futebol

Roberto Livianu

Procurador de Justiça e doutor em direito pela USP, é idealizador e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção

O corajoso jornalista Andrew Jennings notabilizou-se por denunciar graves casos de corrupção na Fifa, a entidade máxima do futebol, expondo um submundo que muitas pessoas desconheciam.

Em relação ao Brasil, é fato notório que seguidos dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol foram dela banidos pela prática de corrupção no plano privado —Ricardo Teixeira, José Maria Marin e Marco Polo Del Nero, além de Rogério Caboclo, este afastado por assédio moral e sexual, que não deixa de ser igualmente prática de abuso de poder.

Ricardo Teixeira descobriu o caminho para tornar a CBF uma organização rentável, abandonando a dependência de recursos públicos e, via de consequência, deixando de ser fiscalizada mais intensamente pelo Tribunal de Contas da União.

Como associação civil sem fins lucrativos, não tem o dever de prestar contas a acionistas ou a sócios e, não mais recebendo verbas públicas, deixou de estar sob intensa vigilância do Ministério Público, que somente age quando há alguma denúncia concreta. Fundações são mais intensivamente fiscalizadas que associações civis e, na prática, a CBF não presta contas a quem quer que seja.

Entretanto, a bem da verdade, se analisarmos com atenção o teor da lei 12.846/2013, marco legal do compliance no Brasil, a regra vale para empresas privadas e para as demais pessoas jurídicas de direito público e privado. Ou seja, aplica-se também às associações civis, inclusive para confederações esportivas como a CBF. Mas, passados mais de dez anos da vigência da lei, o regramento na prática "pegou" apenas para uma parte do segmento empresarial.

Reportagem investigativa de Allan de Abreu, publicada na revista Piauí deste mês, destampa o caldeirão dos desmandos da CBF na atual gestão de Ednaldo Rodrigues; já alguns comentaristas da ESPN, no exercício da liberdade de imprensa, ao repercutirem as denúncias, foram suspensos pela emissora por terem desagradado a entidade.

A matéria reporta como os amigos do rei se fartam às custas dos dinheiros da CBF, inexistindo qualquer parcimônia em utilizar recursos para bancar despesas particulares em prejuízo de investimentos imprescindíveis para o futebol —como um centro de treinamento para árbitros, a exemplo do que existe em Assunção, na sede da Conmebol (a confederação sul-americana), para o trabalho de capacitação, com simulação intensiva de lances.

Após a aprovação inicial dos recursos para tais projetos, houve a abrupta suspensão por parte do presidente, passando a se fazer o treinamento dos juízes por videoconferência. Seria o equivalente a um clube contratar um treinador europeu que fizesse a orientação da equipe por videochamadas ou como preparar um neurocirurgião para operar através de vídeos do YouTube. Foram cortados deliberadamente e sem justificativa, igualmente os recursos para a construção de 14 centros de treinamento, iniciados e jamais concluídos.

No entanto, não faltaram recursos para bancar os custos das viagens da esposa, filha, cunhada, genro e dois netos de Ednaldo para assistirem à Copa do Qatar, todos voando em primeira classe. Também não faltou dinheiro para a contratação de garotas de programa para acompanhar convidados em eventos da CBF, conforme diz a reportagem.

A lei 12.846/2013 vale para empresas privadas e demais pessoas jurídicas de direito público e privado. Ou seja, aplica-se também às associações civis, inclusive para confederações esportivas como a CBF. Mas o regramento na prática 'pegou' apenas para parte do segmento empresarial

Constataram-se reiteradas contratações com indicativos de superfaturamentos ou mesmo benefícios de amigos, ou de amigos de amigos, em detrimento das opções mais racionais com economicidade para a entidade, sem qualquer preocupação em prestar contas a quem quer que seja, dando a impressão de que o quilate bilionário das cifras da CBF tudo autorizaria.

Tivemos recentes eleições para a presidência da confederação, e Ronaldo Fenômeno aventurou-se ingenuamente à candidatura, em cenário em que as contas bancárias dos presidentes das federações estaduais foram generosamente brindadas com bonificações generosas no período pré-eleitoral. O resultado era mais que previsível: Ronaldo desistiu e Ednaldo foi reeleito por aclamação. "E la nave va!".

Enquanto isso, a seleção brasileira teve quatro técnicos nos últimos dois anos, foi humilhada em campo pela Argentina recentemente (e não é por acaso). Somos um barco à deriva pouco mais de um ano antes da Copa do Mundo, mas o salário do presidente Ednaldo, de quase R$ 400 mil mensais, cai na sua conta todo mês.

O Senegal chora mais um filho no Brasil

Ngagne Mbaye foi morto pela polícia paulista por ser quem era: um homem negro, africano, imigrante e pobre; seu único crime foi tentar sobreviver

Mamour Sop Ndiaye

Doutor em engenharia elétrica, é professor e chefe do Departamento de Engenharia Elétrica do Cefet-RJ; fundador da ONG Wells of Changes e militante pelos direitos de imigrantes africanos no Brasil

Permitam-me, com o coração aberto e em nome da dignidade humana, compartilhar estas palavras. Que sirvam de apelo e de alerta —para que cessemos, de forma urgente, a violência desproporcional e desumana que vem sendo dirigida contra imigrantes africanos em São Paulo.

Estive recentemente no bairro do Brás (região central), ao lado de meus compatriotas senegaleses durante um ato de dor e resistência. A morte brutal de Ngagne Mbaye, 34, vendedor ambulante senegalês, desencadeou uma onda de luto e indignação. Ele foi morto pela polícia paulista como se sua vida não valesse nada. No carrinho em que trabalhava, havia apenas os recursos para comprar os remédios da mãe doente e garantir o sustento de sua filha de quatro anos.

A engenharia de segurança pública aplicada naquele espaço é reveladora. Como engenheiro, reconheço a lógica de certos métodos. Mas "selecionar o alvo e posteriormente eliminá-lo" —abordagem que pode funcionar em equações matemáticas e algébricas— é inaceitável quando estamos lidando com vidas humanas. Porque aqui as variáveis são complexas, imprevisíveis, vulneráveis. Humanas.

Em pouco mais de um ano, dois cidadãos senegaleses perderam a vida pelas mãos da Polícia Militar de São Paulo. Isso é muito. Isso é inaceitável. Isso fere os princípios mais elementares do respeito à vida.

A morte de Ngagne Mbaye remete à imagem selvagem da savana africana: uma búfala que acabou de dar à luz, cercada por leões famintos. Um predador avança sobre o filhote indefeso, mas a mãe se ergue com uma força ancestral para defendê-lo. Ngagne era essa búfala. Corajoso, digno, mas indefeso e desesperado diante da brutalidade.

O pensador senegalês Cheikh Anta Diop nos legou que o sistema opressor tentará acabar com você moralmente, depois intelectualmente, antes de acabar com você fisicamente. Ngagne não foi morto apenas por estar no lugar errado. Foi morto por ser quem era: um homem negro, africano, imigrante e pobre. Seu único crime foi tentar sobreviver.

A presença dos africanos no Brasil deveria ser celebrada como fonte de riqueza cultural. Em vez disso, tem sido transformada em alvo. (...) Esperamos que desta vez esta morte não vire apenas mais um número nas estatísticas

Somos um povo que resistiu à colonização —a maior tragédia da humanidade— e que sobreviveu à escravidão, à exploração, ao neocolonialismo e ao abandono. Mas também somos um povo que carrega uma força ancestral que o mundo ainda não conhece completamente. Não queremos guerra. Não buscamos confrontos. Queremos o mínimo: dignidade, respeito e justiça.

Sartre também nos lembrou: quando um povo não tem outro recurso senão escolher seu modo de morrer, quando tudo o que recebeu dos seus opressores foi o presente do desespero —o que lhe resta a perder? Essa pergunta ecoa em nossos corações.

O mestre Hampâté Bâ de Mali nos ensinou que a diversidade dos homens, das culturas e das civilizações é o que faz a beleza e a riqueza do mundo. A presença dos africanos no Brasil deveria ser celebrada como fonte de riqueza cultural. Em vez disso, tem sido transformada em alvo.

Ngagne Mbaye teve uma única arma: a desesperança. Ele teve um único recurso: escolher sua forma de morrer. Esperamos que pelo menos desta vez a sua morte não vire apenas mais um número nas estatísticas.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br



Palestinos se reúnem para tentar receber comida em uma cozinha solidária em Khan Yunis, em Gaza Hatem Khaled /Reuters

Anistia

"Líderes do centrão veem aprovação do PL da anistia com mais de 300 votos" (Painel, 15/4). Anistia em regime democrático não pode existir, sobretudo quando a vítima é a própria democracia. O Brasil não se encontra em um regime político de exceção ou de uma ditadura para haver anistia.

Antonio Dias Macedo
(São Paulo, SP)

☆

As condenações têm de ser anuladas, há falhas na condução das investigações e conluio com juízes, na minha avaliação. Outra vez, injustiças, assim como foi com o Lula (rs).

Antonio Rubio
(Ribeirão Preto, SP)

☆

Enquanto isso, pautas importantes e de interesse da população ficam engavetadas, como a PEC da Segurança, a Reforma Tributária, a isenção de IR e a taxação de supersalários. Que sejam divulgados em grandes manchetes os nomes dos apoiadores do projeto.

Rosamaria Silva
(Santo André, SP)

Diplomacia

"Moraes cobra explicações de embaixador da Espanha após extradição de bolsonarista ser negada" (Política, 15/4). Os ministros do STF se autoproclamam "defensores da democracia", mas na verdade estão surfando no "golpe" do 8/1 para encobrir seus próprios desvios éticos. Atropelam instâncias do Judiciário, interferem em outras esferas de poder, abusam do sigilo em processos, gastos e até agendas. O povo não anda de avião da FAB.

Hamilton Octavio de Souza
(São Paulo, SP)

☆

O Brasil está lutando bravamente pela preservação da democracia e as "nações amigas" se recusam a cooperar. A extrema direita de lá comemora. Eles também devem experimentar desse veneno.

José Prado
(Uberaba, MG)

Saúde de ex-presidente

"Bolsonaro está tendo evolução acima do esperado, diz cardiologista de ex-presidente" (Política, 15/4). Chega a ser constrangedora a espetacularização da enfermidade de Bolsonaro. Talvez isso explique em parte a fidelidade de seus devotos, pois isso tudo alimenta o fanatismo.

Jorge Cesar Bruno (Rio de Janeiro)

Deputada

"Erika Hilton recebe visto dos EUA com gênero masculino e diz que acionará Trump na ONU por transfobia" (Mônica Bergamo, 16/4). A infantilidade do machão americano é igual à do machão brasileiro. Respeitar a liberdade individual da pessoa quanto a seu gênero, inclusive em situação reconhecida pela Justiça do país, não traria nenhum prejuízo aos Estados Unidos; é apenas o prazer de humilhar e impor sua pauta ideológica de perseguição a quem não se encaixa na visão religiosa de Gilead. A liberdade de expressão da extrema direita só vale para os seus, e quando disseminam ódio e cometem crimes.

Andre Moraes
(Rio de Janeiro, RJ)

☆

Essa turma de intelectuais e professores das universidades públicas, da qual a parlamentar faz parte, não se cansa de criticar os Estados Unidos e o capitalismo, mas só viajam para lá e para a Europa ocidental, seja para fazer turismo ou para buscar os seus títulos acadêmicos. E os seus heróis e modelos de Cuba, China e Rússia?

Renato Fraga
(Vitória, ES)

☆

Com esse presidente americano insano ainda em início de segundo mandato, desejo que a entrada de estrangeiros por lá, sejam eles turistas, estudantes ou trabalhadores, despenque como nunca antes na história dos EUA. Seria o melhor para todos os envolvidos.

Celso Callegaro
(Rio de Janeiro, RJ)

Cerco em Gaza

"Nenhuma ajuda humanitária entrará em Gaza, diz ministro da Defesa de Israel" (Mundo, 16/4). Israel, hoje, mais do que nunca, é governado por extremistas. Negar ajuda humanitária à população civil de Gaza é crime de guerra. E não venham com a desculpa que o Hamas faz isto ou aquilo, o crime, nesta hora, quem comete é Israel.

Yussef Mahmud Mustafa
(São Paulo, SP)

☆

O Hamas governa Gaza, ele que deve se preocupar com seu povo ao invés de usá-lo como escudo humano. Israel continua tentando libertar seu povo sequestrado pelos terroristas palestinos do Hamas.

Jacques Toron (São Paulo, SP)

Banco evangélico

"Faz sentido abrir um banco voltado para o consumidor cristão?" (Juliano Spyer, 14/4). Administração financeira até pode se justificar quando uma igreja é tão grande e universal, com controle central. Sabemos, porém, que a religião, principalmente na igreja dinheirista, é só um pretexto para ganhos fáceis.

Valter Peluque (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

PRIMEIRA PÁGINA (16.ABR) Diferentemente do publicado no texto "Ex-diretor do Rioprevidência investiu R$ 1 bilhão no Master e deixou cargo", Euchério Lerner Rodrigues saiu do fundo de pensão meses após operações, não dias.

FOLHA DE S.PAULO UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA	R$ 29,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM	R$ 49,90 (plano mensal)		
EDIÇÃO IMPRESSA	VENDA AVULSA		ASSINATURA MENSAL*
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
SP	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 204,90
MG, PR e RJ	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 209,90
DF e SC	R$ 8,90	R$ 11	R$ 266,90
ES, GO, MT, MS e RS	R$ 9,90	R$ 12	R$ 334,90
AL, BA, PE, SE e TO	R$ 14,90	R$ 15,50	R$ 361,90
Outros estados	R$ 15,90	R$ 16,50	R$ 448,90

* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBUDSMAN
ombudsman@grupofolha.com.br
0800-015-9000 (das 14h às 18h)

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

ATMOSFERA

São Paulo



	Hoje	
Rio	20°	30°
Brasília	18°	26°
Ribeirão	19°	28°

	Amanhã	
Rio	20°	31°
Brasília	18°	27°
Ribeirão	18°	28°

Fonte: www.climatempo.com.br

TREINAMENTOS FOLHA

O QUÊ A Folha e o Instituto Liberta promovem em junho um curso gratuito e online sobre como cobrir a exploração sexual infantil.

SOBRE O CURSO Dedicado a jornalistas, o programa oferece 50 vagas a profissionais interessados em acompanhar debates sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, seus contextos, consequências e possíveis abordagens.

INFORMAÇÕES As inscrições estão abertas até 28 de abril. Para se inscrever, basta preencher o formulário no site forms.gle/2Npx75uWffTyP8zs5/.

Podem participar estudantes e jornalistas de todo o Brasil. O email treina@grupofolha.com.br deve ser usado para o envio de dúvidas.

SOS EMPREENDEDOR

O QUÊ A Prefeitura de São Paulo abriu as inscrições para a quarta edição do programa de aceleração Sampa Games. A iniciativa busca estimular o fortalecimento de empresas ou estúdios desenvolvedores de jogos e oferece aporte financeiro de R$ 50 mil para até 25 negócios selecionados.

INSCRIÇÕES As inscrições poderão ser realizadas até 11h50 do dia 14 de maio, por meio do site adesampa.com.br/sampagames/. O programa é operado pela Agência São Paulo de Desenvolvimento (Ade Sampa), entidade ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

MAIS INFORMAÇÕES Interessados devem usar o endereço de email vaitec@adesampa.com.br para enviar dúvidas sobre o programa.

ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 100 ANOS | 17.ABR.1925


Folha da Noite
DIVERSÕES
Pela Sociedade

Atentado provoca massacre em catedral da capital da Bulgária

Um atentado na catedral de Sveta Nedelya, em Sófia, capital da Bulgária, com uma colossal explosão de dinamites, matou cerca de 100 pessoas nesta quinta-feira (16), conforme as primeiras informações (no entanto, o número de mortes subiria —segundo a Rádio Nacional Búlgara, essa ação realizada por um grupo armado comunista deixou no total 213 vítimas fatais). O ataque no templo ocorreu justamente no momento em que estavam sendo celebradas as cerimônias fúnebres do general Konstantin Georgiev, que havia sido assassinado por comunistas.

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Dupla identidade

A gestão Ricardo Nunes busca uma manobra jurídica para manter um aliado no Conpresp, que decide sobre tombamento de imóveis em SP, atropelando a Câmara Municipal no processo. A prefeitura quer suspender a escolha do representante do Legislativo no conselho, deflagrada após a ida do vereador Rodrigo Goulart (PSD), que integrava o órgão, para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O argumento é que Goulart pode seguir no Conpresp por ter se licenciado do mandato, e não renunciado.

VEJA BEM A Procuradoria-Geral do Município enviou parecer à presidência da Câmara defendendo a manutenção do secretário. Diversos vereadores estão em campanha para o órgão, entre eles Nabil Bonduki (PT), opositor, e Rubinho Nunes (União), independente.

TÔ NA ÁREA Ex-prefeito de Santo André, Paulo Serra (PSDB) reuniu-se com 8 prefeitos paulistas nos últimos dias, com o objetivo de divulgar sua pré-candidatura ao Governo de SP em 2026. Ele se animou depois de marcar entre 3% e 6,5% em pesquisa do instituto Paraná sobre a eleição.

GATO POR LEBRE O União Brasil foi condenado pela Justiça de SP a indenizar em R$ 15 mil o ator Caio Magalhães, que diz que teve a imagem exibida sem autorização em propaganda política em 2019. O vídeo era do PSL, antigo partido de Jair Bolsonaro que se fundiu com o DEM e virou o União. O ator diz que foi contratado para uma campanha sobre a Previdência.

FRASE DO DIA
FILIPE BARROS

A decisão de Moraes comprova o nanismo diplomático do Itamaraty, que abre mão da política externa para o Judiciário

Do deputado bolsonarista, que preside a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, sobre embate do ministro com a Espanha, após recusa do país em extraditar Oswaldo Eustáquio

HONRA AO MÉRITO Comandante do batalhão da PM de Rio Preto (SP) que divulgou vídeo de policiais com uma cruz em chamas, o tenente-coronel José Thomaz Costa Jr. negou que haja referência a grupos nazistas. Segundo ele, o evento era um reconhecimento ao esforço dos promovidos ao batalhão. "A cerimônia não tem nenhum cunho religioso, político e racial", afirmou, em rede social.

CHORORÔ Presidente da comissão que acompanhou a escolha do novo diretório nacional da Rede, Paulo Miranda rebate as críticas da deputada estadual Marina Helou (SP), aliada da ministra Marina Silva (Meio Ambiente), de que houve fraude. Segundo ele, a ala derrotada acompanhou todo o processo e busca subterfúgios para invalidar o revés.

VISITA À FOLHA Leandro Guerra, CEO da Entidade Administradora da Faixa (EAF)/Siga Antenado, esteve no jornal nesta quarta-feira (16). Acompanharam-no Venceslau Borlina, gerente de comunicação, e Liliane Pinheiro, CEO da Oficina Consultoria.

Com Danielle Brant, Carlos Petrocilo e Victoria Cócolo

Cláudio




Oswaldo Eustáquio discursa durante protesto contra eleição de Lula, em 2022 Adriano Machado - 10.dez.22/Reuters

Governo Lula recorre por extradição em meio a embate de Moraes com a Espanha

Questionamento de ministro a embaixadora por recusa de entrega de Oswaldo Eustáquio ao Brasil é explorado por bolsonaristas

Cézar Feitoza e Catia Seabra

BRASÍLIA O governo Lula (PT) prepara um recurso contra a decisão da Justiça da Espanha de negar a extradição do influenciador bolsonarista Oswaldo Eustáquio, alvo de dois mandados de prisão do STF (Supremo Tribunal Federal) por crimes contra a democracia e corrupção de menores.

A decisão de recorrer se deu após o ministro Alexandre de Moraes iniciar um embate com autoridades do país europeu, na terça (15), com ordem de suspender a extradição de um búlgaro condenado na Espanha alegando desrespeito do requisito de reciprocidade pelo lado espanhol.

Um ministro do Supremo disse, sob reserva, considerar que Moraes se excedeu com a soltura do búlgaro condenado e a suspensão do processo de extradição.

Outro ponto que dividiu opiniões no STF foi o pedido de esclarecimentos para a embaixadora da Espanha, Mar Fernández Palacios — procedimento da diplomacia que costuma ser adotado pelo Ministério de Relações Exteriores, e não pelo Judiciário.

As autoridades brasileiras pretendem argumentar, no recurso, que o papel desempenhado por Oswaldo Eustáquio não era de um mero crítico da gestão Lula.

Segundo um integrante do Ministério da Justiça, avalia-se que é preciso mostrar com detalhes as ações do influenciador contra a democracia e a pressão pública contra delegados da Polícia Federal responsáveis pelas investigações da trama golpista.

O governo Lula acredita que as chances de reverter o cenário na Espanha são baixas. O principal receio é que uma nova negativa da extradição possa reforçar o discurso bolsonarista de que o Brasil desrespeita a liberdade de expressão e persegue opositores.

O recurso deve ser elaborado em colaboração entre a AGU (Advocacia-Geral da União) e advogados espanhóis que acompanham o caso. Procurado, o Ministério da Justiça não respondeu.

A Justiça espanhola negou este ano dois pedidos de extradição de Oswaldo Eustáquio feitos pelas autoridades brasileiras. O primeiro, em março, teve pouca repercussão no Brasil.

Na segunda (14), a 3ª Seção Penal da Audiência Nacional recusou o novo pedido de extradição. O colegiado afirmou que os supostos crimes cometidos por Eustáquio foram atribuídos em "contexto de disputa política" e são "delitos menos graves".

"[O histórico de prisões de Eustáquio e o contexto de disputa política] constituem, para este tribunal, razões suficientemente fundamentadas para acreditar que, caso a extradição seja concedida, haverá um risco elevado de que a situação do reclamado no processo penal no Brasil possa ser agravada por causa de suas opiniões políticas e sua vinculação a determinada ideologia."

Alexandre de Moraes reagiu à negativa. Ele disse que a Espanha falta com o princípio da reciprocidade e suspendeu o processo de extradição do búlgaro Vasil Georgiev Vasilev, condenado no país por tráfico de drogas.

Vasilev foi preso em 18 de fevereiro em Mato Grosso do Sul após o governo da Espanha entrar com um pedido de extradição dele. Para dar o recado às autoridades espanholas, Moraes concedeu prisão domiciliar ao acusado e intimou a embaixadora da Espanha a prestar esclarecimentos.

"[A negativa ao caso Oswaldo Eustáquio] obsta a continuidade do presente procedimento, em face do desrespeito ao requisito de reciprocidade entre Brasil e Espanha", diz Moraes.

O pedido para extradição de Eustáquio foi formalizado por Moraes em setembro passado, pouco mais de um mês após o magistrado determinar à Polícia Federal que incluísse o nome do investigado na difusão vermelha da Interpol, o canal de foragidos da polícia internacional.

Moraes determinou a prisão do apoiador de Jair Bolsonaro (PL) no final de 2023 por incentivar e participar de manifestações que pediam o golpe de Estado.

O blogueiro está na Espanha desde 2023. No processo que corre no país, o governo brasileiro afirma que Eustáquio publicou vídeos que incitavam "a prática de atos antidemocráticos" em 2021.

A iniciativa de Moraes de questionar uma representação diplomática estrangeira foi explorada pelo bolsonarismo. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse que o ministro "faz mal à democracia e puxa todo o STF para o seu buraco negro de insensatez".

O senador Rogério Marinho (PL-RN) disse que a decisão de Moraes comparou o crime de opinião ao tráfico de drogas.

Sergio Moro (União Brasil-PR), senador e ex-ministro da Justiça, afirmou que o Brasil "nada ganha dando abrigo a um traficante".



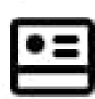
INSTAGRAM APRESENTA:

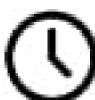
Contas de Adolescente

Proteções padrão sobre quem pode entrar em contato com eles e o conteúdo que podem ver

 Privacidade da conta 

 Quem pode interagir com o adolescente 

 O que o adolescente pode ver 

 Gerenciamento de tempo 

Saiba mais em instagram.com/contasdeadolescente

Líder do PL afirma que Bolsonaro dará aval a novo texto da anistia do hospital

Ex-presidente está na UTI desde domingo, quando fez nova cirurgia do abdômen

Marianna Holanda

BRASÍLIA O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que Jair Bolsonaro (PL) vai dar aval ao novo texto do projeto de lei que anistia presos do 8 de janeiro mesmo do hospital.

O ex-presidente está internado desde a semana passada, após realizar nova cirurgia no abdômen. De acordo com o boletim divulgado pelo hospital DF Star nesta quarta-feira (16), ele tem boa evolução clínica, mas continua sem previsão de alta da UTI (Unidade de Tratamento Intensivo).

Sóstenes disse que o quadro de saúde do ex-presidente não afeta em nada as articulações pelo projeto na Câmara e que Bolsonaro já está até mesmo disparando WhatsApp da UTI.

"Ele já deixou tudo pavimentado. A palavra final é dele do texto, mas quando estiver pronto, bato com ele. Se não puder visitar no hospital, posso mandar por WhatsApp ou pela Michelle [Bolsonaro]", disse o líder.

A equipe médica mantém a interdição de visitas a Bolsonaro, até o momento. Ele publicou uma foto nas suas redes sociais nesta quarta em que aparece lendo um documento, mas não é possível identificar qual.

Bolsonaro deverá ficar internado pelo menos mais duas semanas e enfrentar restrições no pós-operatório por um período de dois a três meses.

No domingo (13), ele passou por uma cirurgia de 12 horas para desobstrução intestinal, procedimento que correu bem, segundo seus médicos, e foi o mais longo dos já realizados desde que o ex-presidente levou a facada na campanha eleitoral de 2018.

Como mostrou a **Folha**, Bolsonaro mandou o PL estudar alternativas para tornar o texto do projeto de lei da anistia a presos no 8 de janeiro mais enxuto. Técnicos estão ainda trabalhando na nova proposta, que deve ser finalizada na próxima semana.

Essa seria uma forma de diminuir resistências ao projeto na Casa, segundo interlocutores. Uma avaliação geral dos deputados é de que as penas impostas pelo STF (Supremo Tribunal Federal) teriam sido duras, mas que é preciso punir quem tenha depredado as sedes dos três Poderes.

O pedido ocorreu após conversa de Bolsonaro com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), no último dia 9. O encontro ocorreu fora da agenda, apenas entre os dois, e foi cercado de sigilo.

Além dos condenados do 8 de janeiro, o relatório atual do projeto prevê também anistia aos responsáveis por atos pretéritos e futuros relacionados aos ataques à sede dos três Poderes, o que é visto como brecha para beneficiar o ex-presidente.

Não está claro como o projeto seria alterado, nem se Bolsonaro e réus acusados de liderar a trama golpista estariam inclusos. Mas aliados do ex-presidente avaliam que, caso ele não seja contemplado desta vez, a aprovação da proposta de alguma forma ajudará seu caso no STF.

O PL protocolou o requerimento de urgência com 262 assinaturas na última segunda (14). Com isso, o partido pode pleitear que a análise do texto seja feita diretamente no plenário. Mas a palavra final cabe a Motta.

O presidente da Câmara falou sobre o tema pela primeira vez na terça (15). Em uma publicação no X, disse que não decidirá sozinho sobre o projeto de lei que anistia presos pelos ataques de 8 de janeiro de 2023 e pode se estender a outros envolvidos na trama golpista. Ele indicou que levará a proposta para discussão no colégio de líderes.

Com a declaração, o presidente da Casa busca dividir com os líderes a responsabilidade de pautar ou não o requerimento de urgência do projeto, que tem apoio de bolsonaristas e a resistência do STF e do governo Lula (PT).

Aliados de Motta esperam que o Palácio do Planalto intensifique sua atuação pela retirada de apoio de parlamentares da base governista à proposta. O objetivo do presidente da Câmara, nesse sentido, seria cobrar também do governo a responsabilidade para impedir que o projeto avance na Casa.

"Democracia é discutir com o Colégio de Líderes as pautas que devem avançar. Em uma democracia, ninguém tem o direito de decidir nada sozinho. É preciso também ter responsabilidade com o cargo que ocupamos, pensando no que cada pauta significa para as instituições e para toda a população brasileira", afirmou em rede social.



Deputado fala sobre anistia com Braga Netto

O deputado Sóstenes Cavalcante visitou na terça (15) o general Walter Braga Netto, que está preso desde dezembro em unidade militar no Rio.

O parlamentar orou e conversou sobre o projeto de lei que concede anistia aos acusados do 8 de janeiro.

Sóstenes foi o primeiro de 24 parlamentares que receberam autorização para visitar o oficial, que foi ministro e vice na chapa de Bolsonaro.

"Ele está numa sala pequena, com cama, TV de sinal aberto, banheiro. Toma uma hora de sol por dia e faz uma hora de exercício, até emagreceu", afirmou o deputado.

Comissão identifica dois desaparecidos na ditadura na vala de Perus

Márcia Magalhães

SÃO PAULO A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos anunciou nesta quarta-feira (16) a identificação dos corpos do pedreiro Dênis Casemiro e do marinheiro Grenaldo de Jesus da Silva, desaparecidos políticos na ditadura militar (1964-1985) que tiveram seus remanescentes ósseos ocultados na vala de Perus, na zona norte de São Paulo.

O anúncio da identificação do corpo de Dênis Casemiro, pedreiro desaparecido em 1971, vem como uma correção histórica, já que, de acordo com o grupo, em 1991 houve o reconhecimento de ossadas que foram indevidamente atribuídas a ele, por um processo de sobreposição gráfica, à época realizado pela Unicamp.

"Em 1991, não foram utilizados exames de DNA. O nosso grande diferencial foi utilizar essa tecnologia, que foi decisiva para vincular os perfis genéticos da família Casemiro com o perfil genético de um conjunto de remanescentes ósseos", afirmou Samuel Teixeira, coordenador científico da comissão.

Segundo Teixeira, o enfoque multidisciplinar de áreas variadas das ciências forenses utilizado no processo de identificação dos desaparecidos foi decisivo, juntamente com a colaboração dos familiares no fornecimento de amostras biológicas para exames de DNA.

Dênis e Grenaldo foram torturados e tiveram seus corpos ocultados pelo regime militar na clandestina vala de Perus, descoberta em 1990 na gestão da então prefeita de São Paulo Luiza Erundina.

A cerimônia desta quarta, realizada na Unifesp, contou com a presença de familiares de Grenaldo e de autoridades como a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo (PT), o deputado estadual Eduardo Suplicy (PT) e a deputada federal Natália Bonavides (PT-RN).

"Ao mesmo tempo que hoje é um dia de vitória, é de muita dor e consternação", disse a ministra.

O reconhecimento das duas vítimas veio menos de um mês após o Ministério dos Direitos Humanos admitir oficialmente a negligência do governo federal na guarda e identificação das ossadas da vala de Perus, de 1990 a 2014.

A vala clandestina, usada ilegalmente na década de 1970 para enterrar indigentes e desaparecidos políticos, fica no cemitério Dom Bosco. Foi aberta em setembro de 1990, quando foram encontradas 1.049 caixas com remanescentes humanos, das quais 41 seriam de opositores à ditadura.

Antes dos casos de Dênis e Grenaldo, outros quatro desaparecidos políticos tinham sido identificados no local.



Exumação de ossadas em vala comum no Cemitério Dom Bosco, em Perus L.C. Leite - 12.out.90/Folhapress

1.049
caixas com remanescentes humanos foram encontradas na vala de Perus em 1990

41
desses remanescentes seriam de opositores da ditadura

Prefeitura de SP inaugura CEU Rei Pelé e EMEF Ruth de Souza com estrutura sustentável



Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais



CIDADE DE SÃO PAULO

EstúdioFOLHA

Eufrázio

JHSF
SURPREENDENTE

NASCE UMA
NOVA TRADIÇÃO

BOA VISTA
ESTATES

SAIBA MAIS



FOTO REAL DO BOA VISTA ESTATES

Viajar aos EUA está perigoso

Risco de detenção e deportação passa a depender do guarda da esquina

Conrado Hübner Mendes

Professor da USP, é doutor em direito e ciência política, e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

Antes de voar para os EUA, faça o teste: Já escreveu crítica a Donald Trump em rede social? Mandou chacota sobre Elon Musk pelo WhatsApp? Participou de evento sobre mudança climática? De mesa redonda sobre educação e direitos humanos? Defendeu diversidade em empresas e universidades? Sugeriu contratação preferencial de mulheres e negros? É empresário engajado em temas de justiça e desenvolvimento?

É cientista, jornalista ou ativista? Compartilhou post crítico à intensidade do ataque de Israel a Gaza? Tirou foto da faixa "Black Lives Matter"? Foi para as ruas contra a brutalidade policial?

É estudante universitário? Tem amigo que expõe opiniões políticas em universidade dos EUA? Leva na mala livro banido das bibliotecas públicas e escolares? "Mein Kampf", de Hitler, pode. "Abolition Democracy", de Angela Davis, não.

Se respondeu um sim qualquer, recomenda-se estratégia. Se respondeu apenas não, se for cordato e de aparência aprazível ao agente de imigração, seu risco é ligeiramente menor. Depende da lua e do que a autoridade comeu no café da manhã. Se votou em Jair, participou da marcha para o golpe em 8 de janeiro, se tem fotos consumindo popcorn ou ice cream dentro do palácio depredado enquanto pedia morte de Alexandre de Moraes, não se deixe enganar.

Mas se confia em estatística, pode ir sereno. Porque, estatisticamente, o risco ainda é baixo.

Nada mais é como antes. Até portadores de green card têm sofrido detenções e deportações. Não importa o status do seu visto ou a beleza da sua pele branca, o agente de imigração está autorizado a vetar sua entrada. Só não está autorizado, ainda, a te mandar para El Salvador ou Guantánamo. Para isso há uma burocracia.

Desde que a Casa Branca publicou a ordem "Protegendo o povo americano contra invasão", o guarda da esquina entrou em estado de gozo permanente

Parece exagero, mas o exagero virou questão de probabilidade.

Desde que a Casa Branca publicou a ordem "Protegendo o povo americano contra invasão", o guarda da esquina entrou em estado de gozo permanente. Os agentes de aplicação física da lei sentem-se empoderados pelo autocrata. Autorizados a descumprir a lei para agradar ao autocrata. A se comunicar por telepatia com o autocrata.

Arbitrariedade suplantou controles básicos do exercício da autoridade. Regras de direito substituídas por emoções primárias, fidelidade à lei por fidelidade a Trump. Nesse regime, previsível é a imprevisibilidade. Tudo é possível, até mesmo entrar com tranquilidade. Aeroporto sempre foi zona de transição onde o Estado de Direito tem dificuldade em chegar. Onde o estrangeiro está mais vulnerável à torpeza autoritária.

Todo sabichonismo político falhou no cálculo do que Trump reeleito seria capaz de fazer. Subestimar o autocrata é uma arte sabichona. Chamar alerta político de "alarmismo" é uma arte sabichona. Usar crachá de ciência social para dar um chute no escuro, com pose de cientista, é uma arte sabichona. Artistas sabichões, vestidos de comentaristas, permanecem influentes lá e aqui.

Apague os registros do seu passado. Obedeça e se comporte na roleta russa. Você está tentando entrar no país da liberdade.

Se entrar, atenção aos riscos sanitários. O país está abolindo programas de vacinação, bases de dados epidemiológicos e pesquisas. Sarampo voltou a matar. A política pública que sobrar estará de olhos vendados.

"Travessia perigosa, mas é a da vida", disse o Riobaldo, de Guimarães Rosa. Boa viagem.

dom. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros
seg. Camila Rocha / Lara Mesquita ter. Joel Pinheiro da Fonseca
qua. Elio Gaspari qui. Conrado H. Mendes
sex. Marcos Augusto Gonçalves sáb. Demétrio Magnoli

Antes de valer, anistia ao 8/1 teria que passar por Motta, Câmara, Senado, Lula e STF

Pedido de urgência protocolado pelo PL ajuda a acelerar tramitação na Câmara, mas proposta ainda tem longo caminho para ser aprovada

Júlia Barbon

SÃO PAULO O PL, partido de Jair Bolsonaro, conseguiu nesta semana assinaturas suficientes para protocolar um pedido de urgência para a análise do projeto de lei que anistia os participantes de atos golpistas. Até que vire realidade, porém, o texto tem um longo caminho pela frente.

Entenda o projeto e os próximos passos da sua tramitação:

*



Bolsonaristas são detidos após ataque do 8/1 Amanda Perobelli - 8.jan.23/Reuters

O que diz o projeto de anistia?

O pedido de urgência apresentado se refere a um projeto de lei de 2022, do então deputado Major Vitor Hugo (PL-GO), que propõe anistia a todos que tenham participado de atos "do dia 30 de outubro de 2022 [data do segundo turno, incluindo protestos em rodovias e quartéis] ao dia de entrada em vigor" da lei.

No entanto, foram apensadas outras seis propostas ao texto, ampliando a discussão. Parte dos deputados defende usar como referência um parecer de 2024, do então relator Rodrigo Valadares (União Brasil-SE), que expandia a anistia a todos os atos passados e futuros ligados aos ataques às sedes dos três Poderes.

A pedido de Bolsonaro, o PL agora estuda uma nova versão mais branda do texto, que possivelmente restrinja o perdão aos condenados pelos atos de 8 de janeiro, para convencer Motta a pautar a urgência da proposta.

Deputados que assinaram o requerimento o fizeram "no escuro", ainda sem saber ao certo o teor da proposta. Há diferentes entendimentos, por exemplo, sobre quais crimes, qual período e quem exatamente o texto deve abarcar, incluindo o ex-presidente, que é réu no STF (Supremo Tribunal Federal).

Quais são os próximos passos?

1 Pedido de urgência

O PL conseguiu reunir 262 assinaturas (eram necessárias 257) e apresentou na segunda-feira (14) o requerimento de urgência do projeto na Câmara dos Deputados. A urgência permite que as matérias tramitem mais rápido, indo direto ao plenário, sem precisar passar pelas comissões da Casa, onde o andamento poderia se alongar.

2 Decisão de Motta

Agora, o presidente da Câmara precisa decidir se pauta ou não a votação do pedido de urgência pelo plenário. Ele já indicou que não decidirá sozinho e que pretende levar a discussão para o colégio de líderes, cuja próxima reunião deve ocorrer no dia 24 de abril, após os feriados de Páscoa e Tiradentes.

3 Votação da urgência

Para ser aprovado, o requerimento de urgência precisa ser acatado, novamente, por no mínimo 257 dos 513 deputados.

4 Debate na Câmara

Motta então indicará um relator para a proposta, que apresentará um novo texto ao plenário a partir das negociações na Casa —como mostrou a Folha, Rodrigo Valadares é cotado, mas não é o único nome. A aprovação exige a presença de ao menos 257 deputados e o apoio da maioria deles.

5 Debate no Senado

Se aprovado na Câmara, o projeto de lei seguirá para o plenário do Senado, onde também precisa ser aprovado pela maioria dos presentes, com quórum mínimo de 41 senadores. Se houver mudanças, posteriormente o plenário da Câmara analisará apenas as alterações, podendo mantê-las ou recuperar o texto original.

6 Análise do presidente

Lula então tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar a lei, caso aprovada nas duas Casas. Se ele vetar o texto inteiro ou apenas alguns trechos, os vetos voltam para análise no Congresso Nacional que, em sessão conjunta, avalia se derruba ou mantém o entendimento do presidente.

7 Papel do STF

Depois de ser aprovada e entrar em vigor, a lei de anistia ainda pode ser questionada no Supremo Tribunal Federal, que avaliará se ela está de acordo com a Constituição ou não.

Motta deve pautar o pedido de urgência?

O presidente da Câmara está numa saia-justa entre o compromisso que firmou com o PL, de pautar a urgência caso o partido conseguisse as assinaturas necessárias, e com integrantes do governo e do Supremo, que avaliam que o projeto de anistia poderia abrir uma crise institucional.

Nesta terça-feira (15), ele indicou que levará a proposta para discussão no colégio de líderes para diluir a responsabilidade. Até a última sexta-feira (11), Motta negociava com Lula, lideranças políticas e ministros do STF uma alternativa ao projeto de anistia, ainda sem um formato definido.

Para frear a pressão bolsonarista, seus aliados também esperam que o Planalto intensifique sua atuação pela retirada de apoio de congressistas da base governista à proposta —o governo já havia conseguido 20 desistências ao pedido de urgência quando o PL mudou de estratégia e antecipou a apresentação do requerimento.

Adversários de Bolsonaro lembram que não há obrigação de Motta dar seguimento imediato ao pedido de urgência assinado. Dizem que há outras 2.000 propostas com requerimentos de urgência apresentados na fila para tramitação.

Quem apoiou o pedido de urgência?

Mais da metade das 262 assinaturas de deputados para o pedido de urgência veio de partidos da base do governo Lula. No grupo governista, os que mais demonstraram adesão foram o PP —partido do presidente do partido, o senador Ciro Nogueira— e o União Brasil, que negocia o deputado Pedro Lucas Fernandes (MA) como ministro das Comunicações.

Transformação no mundo exige atenção redobrada, diz chefe do Exército

Comandante Tomás Ribeiro Paiva discursa em cerimônia ao lado do presidente Lula e defende imparcialidade da Força terrestre



O general Tomás Paiva ao lado de Lula e do ministro José Múcio (Defesa) Gabriela Biló/Folhapress

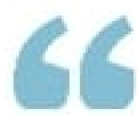
Mariana Brasil

BRASÍLIA O comandante do Exército, Tomás Ribeiro Paiva, fez um discurso nesta quarta-feira (16) com alerta para as mudanças vividas na geopolítica mundial durante cerimônia do Dia do Exército, que teve a participação do presidente Lula (PT).

"Podemos verificar que o mundo passa por uma transformação rápida e, ao mesmo tempo, profunda em suas estruturas geopolíticas tradicionais. Os investimentos em defesa vêm crescendo exponencialmente em todas as regiões do globo, uma realidade que sugere ao nosso país atenção redobrada em relação à proteção dos brasileiros", afirmou.

Tomás Paiva também citou que as ações das Forças devem ser guiadas por "profissionalismo e imparcialidade". Não houve referências à acusação que também atinge alguns militares de tentativa de golpe de Estado no final do governo Jair Bolsonaro (PL).

"Nossa fortaleza, como instituição de Estado integralmente devotada à missão constitucional, decorre da imparcialidade e do profissionalismo que sempre devem caracterizar nossas ações", disse o comandante.



Os investimentos em defesa vêm crescendo exponencialmente em todas as regiões do globo, uma realidade que sugere ao nosso país atenção redobrada

General Tomás Ribeiro Paiva
comandante do Exército

"Que o exemplo daqueles que nos antecederam inspire cada um de nós a seguir honrando a farda que vestimos e a bandeira que defendemos", afirmou.

Lula não discursou, repetindo prática dos últimos dois anos no evento celebrado no Quartel-General do Exército, em Brasília.

Ao lado do presidente, estavam os ministros Jader Filho (Cidades), José Múcio (Defesa), Márcio Macedo (Secretaria-Geral), o general Marco Antonio Amaro (Segurança Institucional), Mauro Vieira (Relações Exteriores), Vinícius Marques (Controladoria-Geral da União) e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), com quem conversou diversas vezes ao longo do evento.

O general da reserva Hamilton Mourão, senador e ex-vice presidente do governo Bolsonaro, também participou do evento na fileira de autoridades.

Ao chegar, Lula cumprimentou a todas as autoridades. Com Mourão, trocou um aperto de mão protocolar e sério, gesto que Lula repetiu com seus ministros. Já Alcolumbre, que se manteve ao lado de Lula durante o evento, foi o único entre as autoridades a dar um abraço no presidente.

15º FÓRUM NACIONAL Oncoguia

Em comemoração aos 15 anos do Oncoguia, convidamos você a refletir sobre os avanços e conquistas da oncologia na última década e meia e, principalmente, sobre os desafios que persistem e o que precisamos construir para os próximos 15 anos no Brasil. Com o tema central "Direitos dos pacientes com câncer: adquiridos, mas não garantidos", o Fórum tratará de temas como o acesso ao tratamento no SUS, os desafios enfrentados na Saúde Suplementar e as políticas públicas necessárias para garantir um cuidado oncológico de qualidade em todo o país.



www.oncoguia.org.br



Inscrições via Sympla (presencial e online). Aponte a câmera para o QR Code ao lado e garanta sua vaga

23 e 24 de abril
Teatro Tucarena – São Paulo - SP

PALESTRANTES CONFIRMADOS


Luciana Holtz
Fundadora e presidente do Oncoguia


Pascoal Marracini
Presidente da Abificc e Diretor Geral do Instituto do Câncer Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho


Aline Leal Creder
Assessora técnica do Departamento de Prevenção e Controle do Câncer, Ministério da Saúde


Raimundo Gerônimo
Presidente da Sociedade Brasileira de Patologia


André Sasse
Diretor da SBOC, oncologista e CEO do Grupo SonHe


Renato Casarotti
Vice-presidente da Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde)


Ana Carolina Morozowski
Juíza da 3ª Vara Federal de Curitiba e vice-coordenadora do Comitê Estadual de Saúde do CNJ no Paraná


Renato Porto
Presidente-executivo da Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa)


Fernando Maia
Médico sanitarista e ex-Coordenador-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer


Roberto de Almeida Gil
Diretor-geral do Inca (Instituto Nacional de Câncer)

Eufrázio

Deputado de SP inclui 'jabuti' para abrigar assessor de presidente do TCE

Autor de emenda diz que houve engano, mas mantém plano de atender servidor

Arthur Guimarães de Oliveira

SÃO PAULO Um projeto de lei em tramitação na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) sobre carreiras na educação ganhou uma emenda sem relação com a proposta original visando uma encomenda pontual: efetivar a transferência de um assessor do presidente do TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado) a meses da saída do conselheiro da corte.

O "jabuti" (que, no jargão político, se refere à inserção de algo desvinculado da proposta) foi assinado pelo deputado estadual Eduardo Nóbrega (Podemos), integrante da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde ocorre a análise dos aspectos legais e jurídicos dos projetos.

Relator, ele deu parecer favorável à aprovação do projeto inicial, de autoria da deputada estadual Professora Bebel (PT), e sugeriu a emenda para a transferência do servidor. Questionado, ele afirmou ter havido um engano de sua assessoria jurídica, mas mantém os planos de atendimento ao funcionário do TCE-SP por meio de algum outro projeto.

O alvo da movimentação é Wilson Canhedo Junior, funcionário da Procuradoria-Geral do Estado cedido à corte de contas. Wilson exerce a função de assessor e está lotado no gabinete do presidente Antonio Roque Citadini, que está a cinco meses de completar 75 anos, limite de idade para a aposentadoria compulsória.

O cargo de origem de Wilson na PGE é de oficial administrativo, de nível intermediário, com salário inicial de R$ 3.432,26. Como assessor no TCE-SP, ele recebe R$ 41.634,01, mais vantagens.

Indagado, o TCE-SP diz que Wilson foi colocado à disposição do tribunal e está lotado no gabinete de Citadini desde 2007. Diz ainda que eventual aprovação da emenda "não implicará qualquer modificação em relação à remuneração atualmente percebida".

O servidor passaria a pertencer ao quadro de pessoal efetivo da corte de contas como oficial administrativo e "continuaria exercendo o cargo em comissão de Assessor Técnico Procurador".

"Como é um servidor do estado que está há quase 18 anos em um órgão, para mim atende muito mais ao interesse da administração, pelos conhecimentos específicos adquiridos, que ele continue", afirma o autor da emenda.

A proposta foi emendada ao projeto de Bebel, que trata de carreiras de profissionais de educação e que fala em corrigir uma distorção de resolução que, segundo ela, vem sendo usada para exonerar diretores. Questionada, a deputada disse que não teve conhecimento sobre a emenda.

O deputado disse que sua assessoria jurídica avaliou que a emenda deveria ser apresentada em uma discussão de readequação administrativa, como no projeto de Bebel, mas que, depois de reavaliação, consideram ter sido um enquadramento inadequado.

Nóbrega diz que vai suprimir a emenda para apresentá-la em outro projeto. Já existe, porém, outra proposta de Nóbrega sobre a corte que também trata da transferência do mesmo servidor.

Ele disse que tomou conhecimento da situação "de algumas sugestões que vieram do Tribunal de Contas", mas negou que tenha sido de Citadini.



O servidor Wilson Canhedo Junior Reprodução Chapa + Corinthians no X

ARENA dos saberes
COM GABRIEL CHALITA
Convidado especial
Geraldo Alckmin
Qui • 17/04 | Sáb • 19/04
20h00
cultura play
TVCULTURA.COM.BR
sesc
CULTURA



Vertedouro na usina hidrelétrica binacional de Itaipu, que pertence ao Brasil e ao Paraguai Daniel Duarte - 2.ago.24/AFP

Superávit de R$ 4 bi em Itaipu pesa na conta de luz, dizem especialistas

Empresa deve cobrar só o necessário para operar, anualmente, sem gerar lucro, e saldo positivo tem de virar desconto na tarifa, segundo o setor; usina afirma cumprir tratado

Alexa Salomão

SÃO PAULO O alarde de Itaipu com o seu resultado em 2024 foi muito mal recebido no setor de energia. A usina binacional divulgou em tom de comemoração que registrou um superávit de US$ 680 milhões, quase R$ 4 bilhões, na conta de exploração, o que é praticamente 16 vezes mais que no ano anterior. Anunciou também um resultado contábil de US$ 443 milhões, ou R$ 2,6 bilhões —o triplo do exercício anterior.

Especialistas lembram que, pelo tratado binacional entre Brasil e Paraguai, a usina obrigatoriamente opera pelo sistema de tarifa pelo custo. Ou seja, deve cobrar só o necessário para operar e cumprir as suas obrigações, anualmente, sem gerar lucro. Saldo positivo vira desconto na tarifa.

A conta de exploração abriga o dinheiro que é usado para obras e projetos socioambientais, e uma sobra tão grande ali causou espanto. O resultado contábil, por sua vez, equivale ao lucro, explicaram à **Folha** analistas do mercado financeiro —e lucro dos bons para uma única usina. Para ter uma ideia, supera o resultado do grupo Equatorial e fica só um pouco abaixo do da Copel.

"O resultado de Itaipu corrobora ainda mais a necessidade de rever para baixo a tarifa praticada no Brasil", afirma a diretora técnica da consultoria PSR Ângela Gomes, que acompanha os balanços da empresa e ainda está analisando esse último.

Para entender como Itaipu chegou a esses números, é preciso voltar um pouco no tempo.

Segundo estudos técnicos do setor e da própria usina, a tarifa de Itaipu deveria ter caído para entre US$ 9 e US$ 10 a partir da quitação da dívida, em 2023, mas não houve essa redução. Entre maio e abril do ano passado, os governos Luiz Inácio Lula Silva e Santiago Peña fizeram o inverso: aumentaram a tarifa, chamada de Cuse (Custo Unitário do Serviço de Eletricidade).

Ela foi elevada de US$ 16,71 por kW (quilowatt) para US$ 19,28 e congelada por três anos, de 2024 a 2026. Com essa alta, foi adicionado um extra de US$ 660 milhões, totalizando um caixa de US$ 1,5 bilhão para que os dois países possam bancar obras e projetos socioambientais.

O acordo de 2024 foi criticado, por ser interpretado como prejudicial para quem paga a conta de luz no Brasil. Quem conhece a estrutura financeira da usina diz que ao menos US$ 1, 2 bilhão saiu do bolso dos brasileiros do Sul, do Sudeste e do Centro Oeste.

O saldo positivo agora alimenta a percepção de que Itaipu tem mais dinheiro do que consegue gastar —agravando a avaliação de descumprimento do tratado binacional.

Procurada pela reportagem, Itaipu respondeu, em nota, que é incorreto dizer que o tratado está sendo descumprido.

"O Cuse e o orçamento foram estabelecidos em um contra to trienal abrangendo os anos de 2024 a 2026. Nesse modelo, a ocorrência de saldos é uma prática comum e não pode ser interpretada como uma violação do tratado de Itaipu", destaca.

Continua na pág. A14

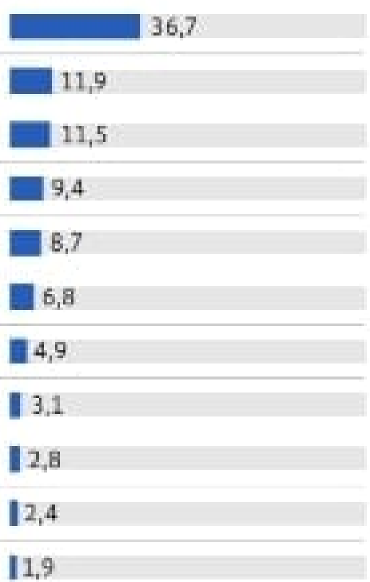
Obrigatoriamente, 10 estados e o Distrito Federal compram a energia da usina binacional

Em US$ milhões, em 2024



Participação por estado

Em %, em 2024



US$ 2,54 bi foi o total pago para usina

US$ 1,2 bi foi destinado para obras e projetos socioambientais

Fonte: Frente Nacional de Consumidores de energia



SOLUÇÕES AUTOMÁTICAS PARA ARMAZÉNS INTELIGENTES

0800 771 3036
mecalux.com.br





PAINEL S.A.

Julio Wiziack
painelsa@grupofolha.com.br

O botijão explodiu

O presidente Lula culpa os distribuidores pelo aumento do gás de cozinha, o GLP, mas as empresas afirmam que é a Petrobras a grande vilã da alta. Sob condição de anonimato, diversos grupos reportaram ao Painel S.A. que, desde novembro, a estatal passou a reduzir a quantidade de gás normalmente vendida mensalmente a cada distribuidora. Esses cortes começaram em 2% da média desse volume e já chegaram a 20%, segundo relatos. Ao mesmo tempo, a estatal instituiu leilões para que elas pudessem recompor essas perdas. Somente em março, foram 67 mil toneladas ofertadas até 60% mais caras.

EXCEDENTES?! Nos bastidores, alguns grupos reclamam de ter de participar de um leilão para comprar quantidades antes adquiridas por compras regulares. Contestam que a estatal faça leilão de gás excedente em um mercado onde ela mesma importa 30% do insumo. Avaliam que essa política, na verdade, esconde a intenção da companhia de compensar perdas decorrentes da importação.

SEM IMPACTO A Petrobras confirmou, via assessoria, que os contratos com as distribuidoras preveem a realização de leilões. Contudo, afirma que essa modalidade de venda é aplicada a quantidades limitadas, não serve para uso doméstico e não têm influência na formação dos preços de GLP ao consumidor.

TOMA LÁ... O Rioprevidência, bilionário fundo de pensão dos servidores fluminenses, investiu quase R$ 1 bilhão em papéis sem cobertura do Fundo Garantidor de Crédito emitidos pelo Master porque uma parte dos pagamentos do consignado feito pelos servidores poderia ser usada para cobrir eventuais perdas com investimentos do fundo no banco. É o que confirmou ao Painel S.A. o ex-diretor de investimento do fundo, Euchério Lerner Rodrigues. O Master não quis comentar. O Rioprevidência não respondeu.

...DÁ CÁ A existência de uma garantia colateral à compra das letras financeiras do Master tinha sido revelada por Rodrigues em sessão do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro neste mês. Aos conselheiros, ele reportou que a carteira de consignado do Rioprevidência com o Master previa uma receita de cerca de R$ 20 milhões por mês ao fundo. No mercado, essa prática chama-se rebate. Em troca de fechar o contrato, o banco aceita devolver uma parte dos rendimentos.

SEM GÁS
Em contratos regulares, a Petrobras cobra, em média, R$ 3 mil por tonelada da molécula de gás. No último leilão, em março, os lances iniciais começaram com um adicional sobre este valor que oscilou entre R$ 439 (no polo de Araucária) e R$ 843 (Ipojuca). Por isso, dizem as distribuidoras, os reajustes para as revendas chegaram a R$ 2 até hoje.

PARA TODOS Todos os importadores já podem usufruir das vantagens do Portal Único, sistema implantado pelo governo federal que, até o ano passado, só permitia a antecipação de trâmites de uma importação a grandes operadores do comércio exterior. A mudança reduz o desembaraço de 9 para 5 dias e impede gastos anuais pelos operadores de R$ 40 bilhões nesse processo. Até o ano passado, somente grandes importadores tinham o benefício, um grupo responsável por 25% das importações, mas que representa só 1% dos importadores.

DESPENCOU As emissões de CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) e CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) despencaram 64%, passando de R$ 28 bilhões, no primeiro trimestre de 2024, para R$ 10 bilhões no mesmo período deste ano. A queda se deve ao cerco do Conselho Monetário Nacional, que fechou as emissões somente a empresas de ambos os segmentos. Os papéis são atrativos porque isentam de pagamento de Imposto de Renda.

com Stéfanie Rigamonti

Superávit de R$ 4 bi em Itaipu pesa na conta de luz, dizem especialistas

Continuação da pág. A13

O presidente da Frente Nacional de Consumidores, Luiz Eduardo Barata, não vê sentido na interpretação da usina. Contrapõe que o superávit é praticamente uma confissão de que Itaipu cobra a mais que o necessário, desrespeitando o regulamento maior.

"Segundo o tratado, Itaipu opera com orçamento anual e, caso haja saldo positivo, ele é integralmente usado na redução da tarifa do ano seguinte. Se os governos queriam mudar isso, teriam de ter apresentado uma nota reversal, como ocorreu em outros momentos, com outras alterações."

Nota reversal é um tipo de carta usada na esfera diplomática, em que países alteram o entendimento original sobre um determinado tema. A inclusão da missão socioambiental, que não estava no tratado originalmente, e o aumento do fator de reajuste da cessão de energia do Paraguai cumpriram esse rito, por exemplo.

A Frente tem questionado o governo e o titular da pasta de Minas e Energia, Alexandre Silveira pela falta de medidas para resolver problemas que se avolumam no setor energia e levam a aumentos na conta de luz.

Na sexta-feira (11), publicou uma nota lembrando que há um ano, em 10 de abril de 2024, Lula se reuniu com especialistas do setor e incumbiu Silveira de construir uma reforma para melhorar o ambiente de negócios.

"Até o momento, o que se viu foram medidas provisórias duvidosas ou ideias vagas e populistas", destacou o texto.

No anúncio festivo sobe a sobra em Itaipu, causou mais surpresa ainda o texto narrar que a usina fez um "aporte voluntário de US$ 301 milhões à conta de comercialização para aliviar a tarifa". O valor na verdade foi um repasse à tarifa no Brasil, prometido pelo MME (Ministério de Minas e Energia), para evitar que a conta de luz subisse por causa do "contrato trienal" firmado com o Paraguaio.

Esses mesmos US$ 301 milhões foram insuficientes para cobrir a diferença. A conta de comercialização, que é administrativa pela ENBPar, ficou negativa. Quando isso acontece, a tarifa de Itaipu precisa ser elevada no Brasil.

Para tapar o rombo, evitando aumento na tarifa e a repercussão pública negativa, o governo tirou do consumidor de outro jeito. Por meio de um decreto, reestruturou o uso do chamado bônus de Itaipu (nome dado à devolução de dinheiro cobrado a mais do consumidor). O bônus, historicamente, vinha sendo usado para reduzir a tarifa de energia dos mais pobres.

O aumento das críticas a Itaipu já mobiliza parlamentares. O senador Esperidião Amin, por exemplo, abriu três frentes de discussões na Casa apenas neste começo de ano.

Tarifa em vigor foi pactuada por Brasil e Paraguai, diz Itaipu

Em sua resposta à **Folha**, além de destacar que segue o contrato trienal, Itaipu reforçou o caráter binacional da usina.

"O saldo, que é binacional, reflete também o uso dos recursos pela margem paraguaia", afirmou Itaipu.

"A tarifa em vigor foi pactuada em conjunto com o Paraguai, que é dono de 50% da usina."

Também destacou que a empresa destinará US$ 358,8 milhões em 2025 e US$ 350,8 milhões em 2026 para a modicidade de tarifária.

Os valores cobrem o cashback prometido pelo governo e Itaipu complementa que com o recurso está "cumprindo a política pública definida pelo governo federal e reforça que manterá a mesma tarifa no mercado regulado adotada em 2023."

Itaipu lembrou ainda que em 2023 reduziu a tarifa em 26%. Também destacou que contribui para redução do chamado Pmix (preço médio distribuidoras) nas regiões que compram sua energia, Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Em resposta as críticas, o MME, também por meio de nota, afirmou que trabalha pela modicidade tarifária.

"Desde o início desta gestão, o ministro Alexandre Silveira trabalha para garantir a uma redução estrutural da tarifa de Itaipu, auxiliando nas tratativas para manter a tarifa atual para o consumidor brasileiro em curto prazo, associada a consolidação da negociação para redução ao valor de custo da usina a partir de 2027", diz o texto.

Informou ainda que o MME prestou apoio técnico, mas destacando que a negociação é conduzida pelas altas partes dos dois países.

Também destacou que a reforma do setor elétrico é uma prioridade e que a sua proposta será entregue ainda este mês à Casa Civil.

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Ana Paula Vescovi / Marcos Lisboa / Candido Bracher **SEG.** Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo, Michael Viriato **TER.** Michael França / Cecilia Machado, Mauro Zafalon **QUA.** Bernardo Guimarães / Lorena Hakak, Vinicius Torres Freire, Jerson Kelman **QUI.** Cida Bento / Solange Srour, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva **SEX. Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire** **SÁB.** Marcos Mendes / Rodrigo Zeidan, Laura Muller Machado

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00640696632025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Pregão Eletrônico: 532101 - 90556/2025
Nº Processo: 147.00033467/2024-39
Objeto: Aquisição de tela em polipropileno
Total de Itens Licitados: 01 (um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 17/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC
AVISO DE LICITAÇÃO
Acha-se aberto na **Fundação Municipal para Educação Comunitária**, com Instrumento Convocatório disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) ou www.fumec.sp.gov.br o **Pregão Eletrônico nº 10/2025, Interessada:** Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC) **Processo Administrativo nº FUMEC.2025.00000595-04 Objeto:** 100Contratação de empresa para a formação de nível básico e avançado de brigadistas de incêndio para os edifícios da FUMEC. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL: 17/04/2025. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/05/2025 - 09:00 h. Unidade Compradora: 925256 – Número da Licitação: 90010/2025** Qualquer dúvida ou esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do email: (fumec.licitacoes@educa.fumec.sp.gov.br).
Campinas, 16 de abril de 2.025.
FABIO ALVES CREMASCO – Gerente de Compras e Licitações - FUMEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA INDEPENDÊNCIA
Processo Licitatório 29/2025 – **Pregão 10/2025 –** Objeto: Contratação de empresa qualificada para locação e fornecimento de arena estilo americana, cavalhada, bretes, currais de entrada de peões, camarotes, tendas, palco de apresentação, camarins, arquibancadas, cenário de abertura, sanitários químicos e decorações, para realização da 42ª Festa do Peão de Nova Independência, a ser realizada no Recinto de Festas "Pedro Rezende de Araujo", no período de 22 a 24 de maio de 2025, conforme as especificações e quantidades constantes do Anexo I – Termo de Referência. Termo de Retificação - 1) A redação do item 11.1 do Edital, passa a ser: 11.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, observando-se o rito previsto no art. 165, I, da Lei 14.133/2.021. A falta de manifestação imediata dos licitantes importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto à vencedora. 2) A montagem da estrutura objeto do Pregão 10/2025 e a emissão de ART, deverão ocorrer com antecedência mínima de 2 (dois) dias do início da 42ª Festa do Peão de Nova Independência; 3) As demais cláusulas e condições, inclusive a data da realização do certame, permanecem inalteradas; 4) Comunica, ainda, que as referidas alterações NÃO influenciam na elaboração da proposta e que, para tanto, a data de abertura da sessão será mantida. Nova Independência, SP, 15 de abril de 2025. Fernando Macori Santana - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 521/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº 13/2025 - Processo: 168.944/2024 - Modalidade: Dispensa Eletrônica **COMPRAS GOV Nº 93521/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO - ARTIGO 75 - INC. VIII - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por item **- Objeto:** AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MEDICAMENTOS COM E SEM MARCA PARA ATENDIMENTO A MANDADOS JUDICIAIS E MEDICAMENTOS REMUME, ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, POR MEIO DE NOTA DE EMPENHO - **Período para entrega das propostas:** 15/04/2025 14:50:52 até 25/04/2025 08:59:59. **Data prevista para abertura da sessão pública:** 25/04/2025 09:00:00. **Período para envio de lances:** 25/04/2025 09:00:00 até 15:00:00. **Agente de Contratação: Fabiana Batista.** O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000204/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônica, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 16/04/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Proscilla Dionisio Zanotto - Diretora da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 173/2025 - PE SMS nº 119/2025 - Processo: 16.811/2025 - Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93173/2025** - Registro de Preços- **AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por item **- Objeto** Aquisição anual estimada de INSUMOS HOSPITALARES, devidamente especificados no anexo I do edital, através de sistema de registro de preços - Período para entrega das propostas: **15/04/2025 às 8h até 06/05/2025 às 9hm.** Data prevista para abertura da sessão pública: **06/05/2025 às 9h. Pregoeiro(a): Talita Costa Silva Buk Cruz.** O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000200/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 16/04/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Proscilla Dionisio Zanotto - Diretora da Divisão Compras e Licitações - S.M.S.

Silveira vai levar adiante proposta de isentar conta de luz de 60 milhões

Iniciativa gerou bate-cabeça com Haddad; texto também dá liberdade para famílias entrarem no mercado livre de energia

Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) vai levar adiante as discussões para isentar a conta de luz de 60 milhões de pessoas e que pode elevar a fatura para os demais. Ele afirmou nesta quarta (16) que a proposta, que gerou bate-cabeça público com o colega Fernando Haddad (Fazenda), ganhou aval do presidente Lula (PT).

Versão do texto está pronta para ser enviada à Casa Civil e propõe uma ampla reforma do setor elétrico. Além das melhores condições para a baixa renda, estão na minuta a liberdade para famílias entrarem no chamado mercado livre (por meio do qual podem escolher seu fornecedor de eletricidade) e a revisão de subsídios pagos pelos consumidores.

Silveira anunciara a iniciativa para a baixa renda na semana passada, dizendo que ela seria bancada via redução de outros subsídios pagos pelos consumidores (por exemplo, para a energia solar). Mas disse também que lutava para obter outros recursos para a ideia, inclusive do Orçamento.

No mesmo dia, Haddad —que vem buscando defender ante o mercado a visão de melhora nas contas públicas— veio a público dizer que a proposta não estava em estudo na Fazenda ou na Casa Civil. Mesmo assim, disse que poderia estudar qualquer iniciativa.

Nesta quarta, Silveira afirmou que a medida vai ser bancada exclusivamente pela revisão de outros subsídios pagos pelos consumidores. Mesmo assim, o MME admite que a compensação para a ampliação dos benefícios para a baixa renda pode ser vista somente a longo prazo, o que deve elevar a conta para o resto da população.

Questionado sobre a posição expressa por Haddad na semana passada, o chefe da pasta de Energia disse nesta quarta que o colega considerava que a proposta seria usar recursos do fundo social do pré-sal para abastecer a conta que banca os subsídios do setor —a chamada CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), onde se consolida os encargos do setor, em grande parte pela atuação de lobbies.

"Houve falta de comunicação na semana passada. Haddad foi pego de surpresa e ligou àquela questão de financiamento da CDE pelo fundo social; que é algo que acredito que seria bastante razoável, mas não é a compreensão da Fazenda", afirmou.

"Este projeto, posso afirmar, está consensuado. Não usa recursos da Fazenda. São soluções dentro do setor", completou. Quando lhe foi perguntado se Lula deu sinal verde à proposta, Silveira respondeu: "Exatamente, está consensuada no governo. Estamos enviando à Casa Civil. Naturalmente correções podem ser feitas".

A proposta em discussão estabelece que a conta de luz passa a ser gratuita para todos de baixa renda que gastam até 80 quilowatts-hora (kWh) por mês. A média de consumo das residências no Brasil é de 200 kWh mensais.

São contempladas famílias do CadÚnico (desde que tenham renda mensal até meio salário mínimo per capita, sejam indígenas e quilombolas ou atendidas em sistemas isolados) e pessoas com deficiência ou idosos que recebem o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

O desconto seria aplicado mesmo aos consumidores desse grupo que gastem mais do que os 80 kWh. Se a pessoa gastar 100 kWh, por exemplo, terá gratuidade até os 80 kWh e pagará a tarifa normal sobre os 20 kWh restantes.

Segundo o governo, 17 milhões de famílias (ou 60 milhões de pessoas) serão beneficiadas. Serão 4,5 milhões (ou 16 milhões de pessoas) com a conta zerada.

Hoje, a tarifa social é aplicada de forma escalonada para famílias de baixa renda que gastam até 220 kWh, com descontos maiores para quem consome menos. Atualmente, o custo da tarifa social é de cerca de R$ 6,5 bilhões ao ano.

A medida proposta aumenta, a princípio, a despesa em R$ 3,6 bilhões. Como resultado, haveria um aumento médio de 0,9% para os demais consumidores regulados, mas o ministério diz esperar equalizar a conta com a revisão de outros subsídios.

Além disso, haverá isenção do pagamento da CDE para quem consome até 120 kWh mês, desde que a família integre o CadÚnico e tenha renda per capita entre meio e um mínimo. Nesse ponto, outros 21 milhões de famílias podem ser beneficiadas. O custo será de R$ 850 milhões a mais que hoje (também com a expectativa de que seja compensado com a revisão de outros subsídios).

Em conjunto, sem as revisões nos subsídios, as mudanças na tarifa social e no desconto aumentam em cerca de 1,4% a tarifa em média para o consumidor regulado.

Outra medida importante do pacote é a expansão do chamado mercado livre, por meio do qual os consumidores podem escolher quem vai fornecer sua energia. Hoje, somente grandes consumidores (como indústrias e grandes comércios, como shoppings) têm essa liberdade. Pela proposta, gradualmente mais consumidores poderão participar.

A partir de março de 2027, indústria e comércio da chamada baixa tensão (quando é usada a energia em menor escala, que chega às tomadas comuns) poderão participar. Um ano depois, os clientes residenciais.

Isso significa que o consumidor, mesmo o residencial, vai poder escolher quem vai fornecer sua energia. Inclusive o tipo de geração (se eólica, solar, hidrelétrica ou térmica, por exemplo). Mas as outras etapas da cadeia, como a transmissão e a distribuição, continua como antes.



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que disse que proposta ganhou aval de Lula Gabriela Biló - 13.ago.24/Folhapress

Medidas para a conta de luz

TARIFA SOCIAL

Como é hoje (para a baixa renda)
- Para quem consome de 0 a 30 kWh/mês: 65% de desconto
- Para quem consome de 31 a 100 kWh/mês: 40% de desconto
- Para quem consome de 101 a 220 kWh/mês: 10% de desconto
- Para quem consome acima de 220 kWh/mês: sem desconto

Proposta (baixa renda)
- Consumo de 0 a 80 kWh/mês: 100% de isenção
- Consumo acima de 81 kWh/mês: sem desconto

DESCONTO SOCIAL NA CDE (PARA A BAIXA RENDA)
- Isenção do pagamento da CDE no consumo mensal de até 120 kWh para famílias de renda per capita entre meio e um salário mínimo

LIBERDADE PARA O CONSUMIDOR DE BAIXA TENSÃO
- Consumidor residencial será livre para escolher fornecedor de energia

Aviso de risco aos proprietários dos veículos ID.Buzz, ano/modelo 2023.

A Volkswagen do Brasil alerta os proprietários dos veículos ID.Buzz, ano/modelo 2023, chassis não sequenciais abaixo relacionados, para agendamento da inspeção e, se necessária, a atualização do software da unidade de comando do sistema de trava das portas corrediças.

MODELO	ANO/MODELO	CHASSIS NÃO SEQUENCIAIS
ID.Buzz	2023	PH012243 a PH031245

Data de fabricação dos veículos:
De 19/12/2022 a 12/8/2023.

Componente envolvido:
Sistema de trava de acionamento remoto.

Razão técnica:
Uma falha no software do sistema de trava pode não permitir o acionamento da trava elétrica de segurança para crianças e permite que as portas deslizantes traseiras sejam abertas pelo lado de fora, na condição de veículo travado.

Riscos:
Existe a possibilidade de que a trava elétrica de segurança para crianças possa não ser ativada e que as portas deslizantes traseiras possam ser abertas pelo lado interno e externo, apesar do veículo estar travado. O sistema de trava não está em conformidade com a legislação.

Solução:
A solução definitiva estará disponível a partir de junho de 2025, e serão realizados anúncios aos proprietários dos veículos envolvidos para a inspeção e, se necessária, a atualização da unidade de comando do sistema de trava das portas corrediças.

Notificação:
Para verificar se seu veículo está afetado nesta ação ou para informações adicionais, consulte a Central de Relacionamento com Clientes pelo telefone 0800 019 8866 ou acesse o site www.vw.com.br





Volkswagen do Brasil

Eufrázio

Governo vê falta de verba para cumprir pisos de saúde e educação já em 2027

Reinclusão de precatórios no arcabouço tira espaço das demais despesas e pode virar problema em plena eleição de 2026

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou que faltará verba no Orçamento para cumprir os pisos de saúde e educação já em 2027, em mais um indício do risco de insustentabilidade do arcabouço fiscal e de apagão nas políticas públicas.

As projeções do PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2026 mostram que a reinclusão integral das despesas com sentenças judiciais nas regras fiscais deixaria um espaço de apenas R$ 122,2 bilhões para gastos discricionários (não obrigatórios) em 2027, primeiro ano de gestão do próximo presidente da República.

Desse valor, R$ 56,5 bilhões ficariam carimbados para emendas parlamentares. A sobra de R$ 65,7 bilhões, por sua vez, é insuficiente para honrar a complementação necessária para cumprir os pisos, estimada em R$ 76,6 bilhões.

O saldo negativo de R$ 10,9 bilhões é um sinalizador da gravidade do quadro, pois só depois de garantir a cobertura das emendas e as aplicações mínimas em saúde e educação viriam as demais despesas não obrigatórias, como os gastos necessários para manter o funcionamento da máquina pública e os investimentos em outras áreas. Não se trata de falta de dinheiro, mas sim de não ter espaço para executar as despesas seguindo as regras incorporadas à legislação para garantir a sustentabilidade fiscal e evitar o endividamento excessivo do país.

Nesta terça-feira, o secretário de Orçamento Federal, Clayton Montes, reconheceu que, seguindo as normas atuais, as políticas públicas ficariam comprometidas já a partir de 2027. "O valor [disponível] não comporta todas as necessidades do Poder Executivo", afirmou Montes em entrevista coletiva da terça (15).

Atualmente, uma parcela das sentenças judiciais fica de fora do limite de despesas do arcabouço e da meta fiscal após acordo costurado pelo governo com o STF (Supremo Tribunal Federal), uma forma de regularizar os pagamentos que haviam sido adiados no governo de Jair Bolsonaro (PL). A exceção, porém, tem data para acabar e só vale até o fim de 2026.

A partir de 2027, o governo precisa reincluir essas despesas no arcabouço e na meta de resultado primário.

Técnicos do governo alertam, porém, que este não é um problema para o próximo presidente da República, mas sim para a atual gestão. Em agosto de 2026, às vésperas da campanha, o Executivo terá que enviar ao Congresso a proposta de Orçamento de 2027.

Problema semelhante foi vivido por Bolsonaro em 2022. Sem espaço para acomodar despesas já contratadas e promessas de campanha, Guedes enviou o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2023 com cortes em várias políticas públicas, como o programa Farmácia Popular, e sem recursos suficientes para bancar o Auxílio Brasil de R$ 600 por família.

Os cortes generalizados foram explorados por seus adversários na eleição, incluindo Lula —que, uma vez eleito, obteve apoio no Congresso Nacional para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para elevar o teto de gastos e descomprimir as despesas discricionárias.

Até agora, o governo ainda não deu uma sinalização concreta de como o problema será resolvido. Segundo Montes, as conversas ainda nem começaram.

"No momento não tem a discussão no que se refere à manutenção [da exceção] ou do envio de uma legislação [para propor uma nova regra para precatórios]", disse o secretário.

A secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, disse que as sentenças judiciais não estão em trajetória explosiva, mas reconheceu que o fim da exceção pactuada com o STF cria dificuldades e afirmou que o Executivo agirá para resolver a questão. "Não dá para olhar para essas projeções e imaginar que governo está de mãos amarradas. O governo trabalha a todo momento para entregar soluções."

Nesta quarta-feira (16), o ministro Fernando Haddad (Fazenda) reforçou que o governo ainda não abriu as conversas em torno do tema, mas afirmou que o problema precisará ser debatido inclusive com o Judiciário.

"Teve um salto muito grande no governo Bolsonaro. Quase dobrou o valor dos precatórios. Para um país que está precisando fazer um ajuste nas contas, é um desafio grande. São coisas novas, não existiam no passado recente. O volume de precatórios, o volume de emendas. Tem muitas coisas que precisam ser conversadas", disse a jornalistas no Rio de Janeiro.

No cenário fiscal traçado no PLDO de 2026, o governo ainda teria recursos suficientes para executar suas políticas no ano que vem. O espaço para as despesas discricionárias é calculado em R$ 208,3 bilhões, dos quais R$ 53 bilhões iriam para emendas parlamentares.

Outros R$ 72,2 bilhões seriam direcionados à complementação para os pisos de saúde e educação. Ainda restaria uma margem de R$ 83,1 bilhões para o Executivo tocar a máquina e fazer investimentos.

Por outro lado, se em 2027 a situação já fica insustentável, nos anos seguintes ela se deteriora ainda mais.

Em 2028, a chamada margem líquida para gastos não obrigatórios (que mede o espaço após descontar emendas e pisos) seria negativa em R$ 87,3 bilhões. Há ainda outra maneira de encarar os números: tirando o que fica carimbado para emendas, sobraria apenas R$ 1,6 bilhão para fazer frente a uma necessidade de R$ 88,9 bilhões para cumprir os mínimos de saúde e educação.

Em 2029, não há nem sequer espaço para as emendas. No total, descontando as verbas parlamentares e os pisos, a margem líquida seria negativa em R$ 154,3 bilhões.

Previsão inflada

Após a repercussão das estimativas, técnicos do governo afirmaram à reportagem, sob reserva, que as projeções podem sofrer mudanças. Há uma percepção dentro do Executivo de que o fim da regra de exceção autorizada pelo STF induziu a ampliação das sentenças judiciais —a conta total chegou a R$ 116 bilhões, como antecipou a **Folha**.

Uma previsão ancorada nesse ponto de partida estaria, por esse raciocínio, potencialmente inflada. Segundo um técnico, é como se o passado não explicasse necessariamente o futuro.

De acordo com os relatos, a equipe econômica abriu uma discussão com a AGU (Advocacia-Geral da União) sobre a possibilidade de que os números verdadeiros sejam menores do que os apresentados —que indicam uma fatura total de R$ 124,3 bilhões em 2027, R$ 132 bilhões em 2028 e R$ 144 bilhões em 2029.

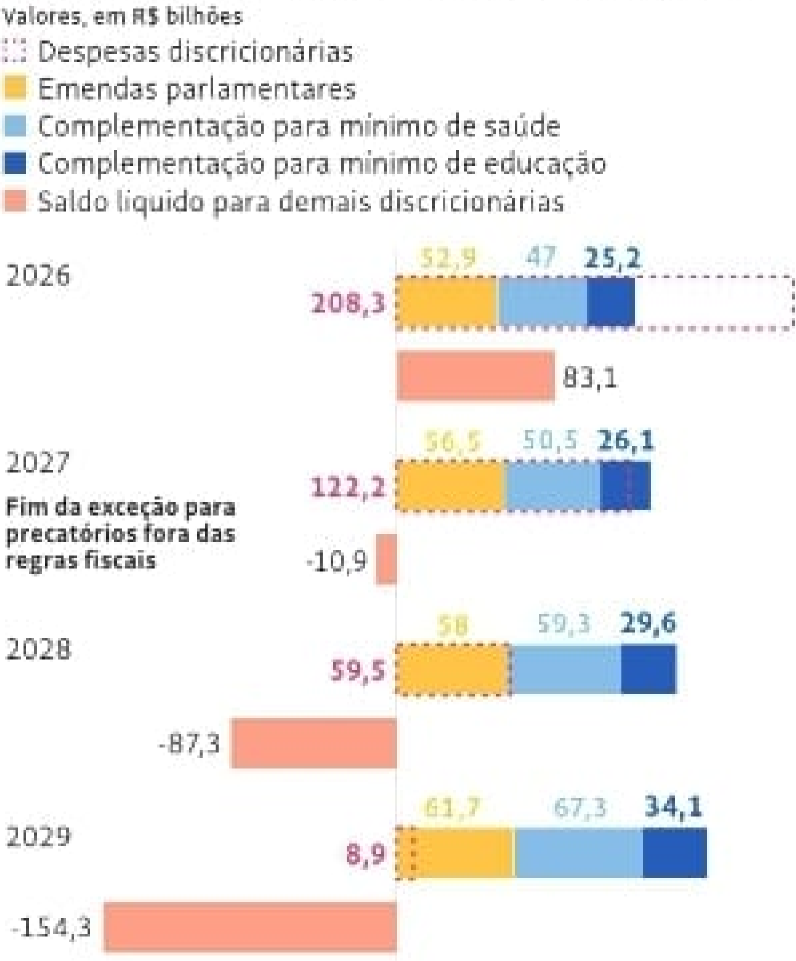
Um dos interlocutores ressaltou, porém, que esse debate sobre a projeção não elimina a necessidade de discutir estratégias para mitigar o problema no futuro.

A solução dada para o impasse sobre os precatórios pode tirar pressão sobre os limites do arcabouço fiscal, mas seus efeitos sobre a dívida pública ainda são uma incógnita.

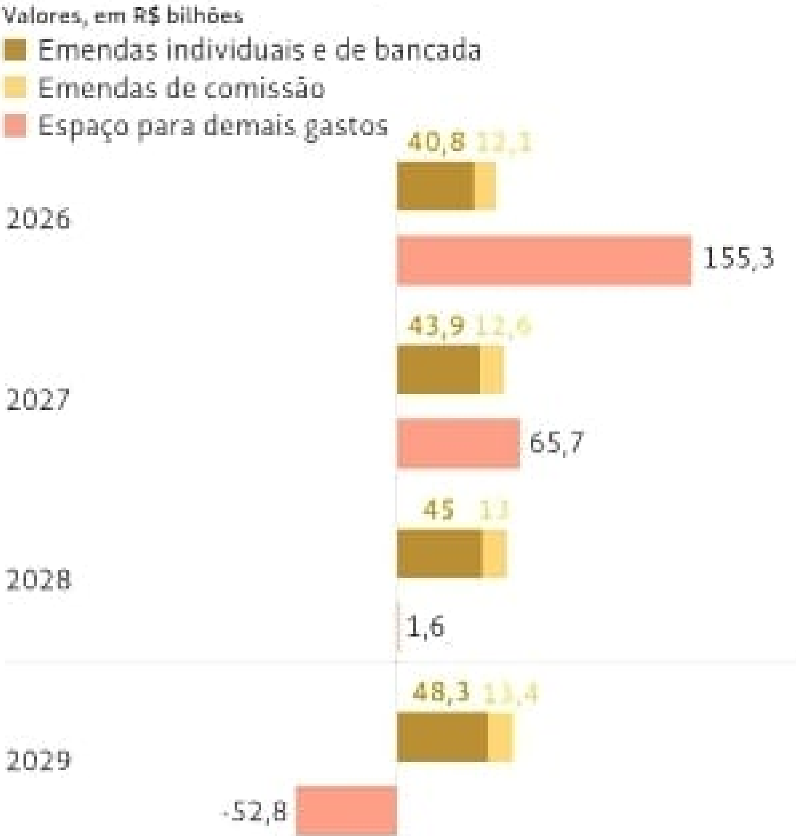
Na terça-feira, as projeções apresentadas pelo governo já indicam um aumento da dívida bruta em relação ao PIB (Produto Interno Bruto). A relação, que ficou em 76,5% do PIB em 2024, ultrapassaria os 80% já no ano que vem e alcançaria o pico de 84,2% do PIB em 2028. Depois, cairia lentamente, mas se manteria acima do patamar de 80% do PIB até 2035, pelo menos.

Despesas discricionárias

Custeio e investimentos perdem espaço com reinclusão de precatórios sob limite de gastos



Evolução das emendas parlamentares



Raio-X do mínimo de saúde



Raio-X do mínimo de educação



Fonte: PLDO 2026

canal uol

A TV QUE CONVERSA COM VOCÊ

Notícias, esportes, entretenimento e variedades.
24 horas por dia, com seus apresentadores favoritos.
Uma programação feita para informar, divertir
e acompanhar você diariamente.

Agora, tudo o que você mais gosta no digital está também na TV por assinatura.



Assista ao Canal UOL

Claro TV (549), Vivo TV (613), Oi TV (140), Sky (88), TVRO Embratel (546), Zapping (64), Samsung TV (2074), Pluto TV e UOL Play.



Na zorra de Trump, Brasil se esquece

O que fazer de arcabouço, invasão de sobras chinesas, perdas com petróleo e juros?

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Desde 2023, sabia-se que o gasto do governo explodiria o arcabouço fiscal em algum momento em torno de 2027. Isto é, a coisa iria para o vinagre ao final de Lula 3 se não houvesse mudança maior no ritmo de crescimento de despesas, grosso modo determinado por leis, "gasto obrigatório", piorado desde fins de 2022.

Pois bem. Nesta semana, o roteiro da explosão até 2029 foi desenhado pelo próprio governo, que apresentou as linhas gerais do Orçamento de 2026 (o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Prestou-se atenção ao fato de que, em 2027, será preciso incluir nas contas (de despesa, de saldo primário) o gasto inteiro com sentenças judiciais ("precatórios"). Até lá, para certos fins fiscais oficiais, finge-se que um gasto de uns R$ 50 bilhões não existe (reaparece no aumento sem limite da dívida pública). Note-se, porém, que, pelo menos a partir de 2028, o que sobra para o governo gastar, além do obrigatório, é achatado com ou sem precatório. Ou se muda o limite de gastos, ou a meta de superávit primário, ou se faz alguma gambiarra, ou não vai sobrar nada. Bum.

Vai ter mudança já em 2026, ano eleitoral? De que tipo? Reforma fiscal? Empurra-se com a barriga? Lula 4, caso eleito, diria, em 2027, "olha, deu ruim"? Como Dilma Rousseff em 2015?

Seria bom pensar no assunto, parece, né. Mas o Brasil político, "oficial", parece esquecido de si. O Congresso não voltou do recesso, afora para resolver seus dinheiros de emendas e tocar a anistia, a lei pró-golpe. O governo apareceu com o projeto da isenção do Imposto de Renda. O ano agora começa depois da Páscoa?

Dado o estouro fiscal previsto até pelo governo, vai ter mudança em 2026, ano eleitoral? Reforma grande? Empurra-se com a barriga? Lula 4, caso eleito, diria, em 2027, 'olha, deu ruim'? Como Dilma em 2015?

Muito ainda se fala de como o Brasil pretende negociar o aumento do imposto americano de importação do aço nacional, como se o caldo não fosse muito mais grosso —um espanto. Pelo menos, não falam mais da tolice de retaliar os EUA tributando batom, óculos de sol ou sei lá. E daí?

Houve meses de aviso. Deveríamos estar tratando do que fazer das relações com a China. Do que fazer do risco de desova, por aqui, de produtos chineses ou sabe-se lá mais quem. Deve haver superoferta global —concorrência com indústria doméstica, com um pequeno bônus de queda de preços. Vamos esperar chover?

A provável perda de ritmo da economia tende a criar algum problema para a receita do governo. Preços menores de commodities, em especial petróleo, tiram outro pedaço da receita e da atividade. Sim, pode haver o bônus da redução do preço dos combustíveis, quando alguém tiver noção vaga no que var dar a baderna sinistra de Trump. Mas não estamos otimistas demais com essa receita prevista no Orçamento? É um modo ameno de perguntar.

Pode ser que a desaceleração global, superoferta e, talvez, dólar mais barato permitam que o Banco Central não leve a Selic além de 15% e, quem sabe, baixe juros até o final do ano.

Para pensar nisso tudo, é preciso levar em conta o efeito direto da redução de comércio com os EUA, dos desvios de comércio, do destino do juro americano e do dólar no mundo, do preço das commodities, do efeito geral da incerteza e das condições financeiras. Logo, está mais difícil dar chutes informados do que de costume. Mas o mundo está do avesso, e nossos problemas profundos mais imediatos permanecem, e graves ("o fiscal"). Vamos acordar?

O Brasil oficial parece no decúbito eterno —deitado em berço esplêndido.

Tarifaço à China pode chegar a 245%, afirma Casa Branca

Valor é a soma da sobretaxa de 145% a outras alíquotas de 100% que já eram cobradas de produtos específicos, como seringas e veículos elétricos

Julia Chaib

SÃO PAULO E WASHINGTON Produtos chineses podem ser atingidos com uma tarifa de até 245%, informou o governo dos EUA em um documento da Casa Branca.

O valor se refere à taxa de 145% imposta por Donald Trump aos chineses somada a alíquotas de 100% já em vigor anteriormente, sobre produtos específicos.

Seringas e veículos elétricos da China devem ter taxação de até 245%. Segundo um integrante da Casa Branca, esses itens já recebiam taxa de 100% para entrarem nos EUA, aplicada por Joe Biden, antecessor do republicano, pela seção 301, e não serão isentos dos novos impostos.

A eles será adicionada a tarifa de 20% anunciada por Trump como parte do esforço para combater o tráfico de fentanil e a de 125% de tarifas recíprocas, divulgadas na semana passada, no embate comercial entre os países.

O índice de 245% apareceu numa nota da Casa Branca publicada na terça (15), que trata da investigação sobre minerais críticos aberta com Trump. O valor gerou questionamentos de jornalistas a Pequim sobre o que poderia ser uma nova retaliação.

Mas um funcionário da Casa Branca esclareceu se tratar de uma sobreposição de tarifas. Na última terça, a China suspendeu a compra de aeronaves da Boeing, em mais um lance retaliatório às tarifas norte-americanas.

As duas maiores economias do mundo têm estado em cabo de guerra desde 2 de abril, quando Trump tornou o tarifaço público. Inicialmente, a China seria taxada em 34%, além do piso básico de 10% para todas as importações que chegam aos EUA e de outras tarifas impostas ao país asiático ao longo dos últimos três meses.

Mas Pequim retaliou com tarifas da mesma magnitude, e Trump subiu a régua para 50%. A China não recuou e aumentou as taxas sobre os EUA para 84%, o que culminou em encargos de 145% por parte do governo norte-americano. O país asiático, então, aumentou a carga para 125% na sexta-feira.



Operador na Bolsa de NY, onde o S&P 500 caiu 2,24%, e o Nasdaq, 3,07%; no Brasil, Ibovespa recuou 0,7% e o dólar fechou a R$ 5,866 Charles Triballeau/AFP

Trump restringe exportações da Nvidia, e ações despencam

SÃO PAULO O dólar fechou em queda de 0,41% nesta quarta (16), cotado a R$ 5,866, com as negociações ainda pautadas pela política comercial dos Estados Unidos.

O mercado reagiu à decisão do governo Donald Trump de restringir a venda de chips da Nvidia para a China, em uma nova escalada da disputa entre os dois países. Discurso do presidente do Fed (Federal Reserve), Jerome Powell, também foi destaque, e as expectativas sobre o efeito do tarifaço na política monetária norte-americana afundaram índices em Wall Street.

Por lá, o S&P 500 caiu 2,24%, e o Dow Jones, 1,73%. O Nasdaq Composite recuou 3,07%, também abalado pelo pessimismo sobre as empresas de tecnologia.

A Bolsa brasileira foi contaminada pelas praças internacionais e recuou 0,71%, a 128.316 pontos.

O governo dos EUA informou à Nvidia que as exportações do chip H20 —um dos produtos mais populares da gigante de tecnologia— para os chineses terão de contar com uma licença específica "por tempo indeterminado".

A preocupação é que os produtos "sejam usados ou desviados para um supercomputador na China", disse a Nvidia em documento divulgado na terça. A empresa afirmou que deve deixar de ganhar US$ 5,5 bilhões com a restrição, e as ações tombaram 6,8%.

A restrição se soma a outras medidas em curso desde 2022, quando Nvidia e outras fabricantes de chips de IA foram proibidas de vender modelos avançados para a China. À época, a justificativa era de que a tecnologia poderia dar a Pequim vantagens militares.

O chip H20 foi projetado justamente para atender às legislações e à demanda chinesa. Ele é menos potente e não tem o mesmo desempenho dos produtos topo de linha da companhia, mas ainda pode ser usado para desenvolver e executar softwares, especialmente na fase de inferência —isto é, quando a IA reconhece padrões e tira conclusões.

"A restrição traz a preocupação de que os dois países realmente irão entrar em uma rota de colisão com resultados bastante prejudiciais para eles e para o resto do mundo, tendo em vista essa desconexão bruta e rápida de seus mercados", diz Leonel Mattos, analista de inteligência de mercado da StoneX.

O mercado, além disso, teme novos encargos ao setor. O governo republicano abriu investigações de segurança nacional sobre a importação de chips semicondutores e equipamentos de fabricação de semicondutores, bem como sobre produtos farmacêuticos, seus ingredientes e materiais derivados.

As medidas podem levar à cobrança de tarifas sobre os dois setores. É um objetivo de Trump, como ele próprio tem dito.

Com Reuters, Bloomberg e Financial Times

Tarifas colocam metas de emprego e inflação dos EUA em risco, diz Powell

As tarifas de Donald Trump são "provavelmente" um risco para as metas do Fed (Federal Reserve), que busca manter os preços e o desemprego sob controle, afirmou Jerome Powell, presidente da instituição, ao enfatizar o foco do banco central dos EUA na inflação.

O chefe do Fed disse nesta quarta (16): "A administração [Trump] está implementando mudanças políticas significativas e, particularmente, o comércio agora é o foco. Os efeitos disso provavelmente nos afastarão de nossas metas".

Enquanto os definidores de taxas dos EUA visariam "equilibrar" suas metas de manter a inflação perto de 2% e maximizar o emprego, eles precisariam lembrar que, "sem estabilidade de preços, não podemos alcançar longos períodos de condições fortes no mercado de trabalho", disse Powell.

Eufrázio

Comércio mundial pode cair até 1,5% neste ano com guerra de tarifas, diz OMC

Tombo seria o maior desde o auge da pandemia de Covid-19; Unctad aponta risco de desaceleração do crescimento global em 2025

GENEBRA | REUTERS A OMC (Organização Mundial do Comércio) cortou nesta quarta (16) a previsão para o comércio global de mercadorias, passando a ver queda, não mais crescimento, e afirmando que novas tarifas dos Estados Unidos e efeitos colaterais podem levar à maior queda desde o auge da pandemia de Covid-19.

A OMC prevê que o comércio de mercadorias caia 0,2% neste ano, ante expectativa em outubro de alta de 3,0%. A organização disse que a nova estimativa foi baseada em medidas em vigor no início desta semana.

"Estou profundamente preocupada com a incerteza em torno da política comercial, particularmente o impasse entre os Estados Unidos e a China", disse Ngozi Okonjo-Iweala, diretora-geral da OMC.

O presidente dos EUA, Donald Trump, impôs tarifas extras sobre as importações de aço e automóveis, e tarifas globais mais abrangentes, antes de suspender inesperadamente as taxas mais altas sobre diversas economias. A guerra comercial com a China escalou, com trocas de acusações que elevaram as taxas sobre as importações de cada um a mais de 100%.

A OMC disse que, se Trump reintroduzir todas as suas tarifas mais amplas, isso reduzirá o crescimento do comércio de mercadorias em 0,6 ponto percentual, com outro corte de 0,8 ponto devido aos efeitos indiretos além do comércio vinculado aos EUA.

Em conjunto, haveria declínio de 1,5%, a queda mais forte desde 2020. Espera-se que o declínio seja mais acentuado na América do Norte, onde as exportações devem cair 12,6%, disse a OMC.

3%
era a estimativa da OMC para a taxa de crescimento do comércio de mercadorias mundial projetada em outubro de 2024

"A incerteza persistente ameaça frear o crescimento mundial, com graves consequências para o mundo, especialmente para as economias mais vulneráveis", disse Okonjo-Iweala em nota.

"A natureza sem precedentes das recentes mudanças na política comercial significa que as previsões devem ser interpretadas com mais cautela do que o normal", disse ela, que também estima recuperação de 2,5% em 2026.

Mais cedo nesta quarta, a agência de Comércio e Desenvolvimento da ONU (Unctad, na sigla em inglês) disse que o crescimento econômico global pode desacelerar a 2,3%, pois as tensões comerciais e a incerteza impulsionam uma tendência de recessão.

A OMC disse que a interrupção do comércio entre os EUA e a China deve aumentar as exportações de mercadorias chinesas em todas as regiões fora da América do Norte entre 4% e 9%.

Outros países teriam oportunidades de preencher a lacuna nos EUA em setores como têxteis, vestuário e equipamentos elétricos.

Okonjo-Iweala também destacou que o "forte declínio previsto do comércio bilateral entre os EUA e a China" poderia ter "consequências de maior alcance".

Embora as transações entre os dois países representem apenas 3% do comércio mundial de mercadorias, a chefe da OMC alertou que uma "dissociação" destas duas grandes economias" poderia levar a "uma fragmentação mais ampla da economia mundial", organizada "em dois blocos isolados, em função de linhas geopolíticas".

Nesse cenário, "nossas estimativas sugerem que o PIB mundial diminuiria quase 7% no longo prazo" até 2040, afirmou.

O comércio de serviços, embora não sujeito a tarifas, também seria afetado, segundo a OMC, pelo enfraquecimento da demanda relacionada ao comércio de mercadorias, como transporte e logística. Uma incerteza mais ampla poderia reduzir os gastos com viagens e serviços relacionados a investimentos.

A OMC disse que espera que os serviços comerciais cresçam 4,0% em 2025 e 4,1% em 2026, bem abaixo das projeções anteriores de 5,1% e 4,8%.

A desaceleração esperada ocorre após um 2024 forte, quando o volume do comércio mundial de mercadorias cresceu 2,9% e o de serviços comerciais aumentou 6,8%.

Com informações AFP

GRUPO FOLHA

ATENÇÃO

Agências de publicidade e anunciantes

Devido ao feriado de Sexta-Feira Santa e Tiradentes, os fechamentos publicitários serão antecipados nas seguintes edições:

Sábado 19/4

Folha de S.Paulo	Entrega de Ap	Material
Política/Mundo/Mercado/ Cotidiano/Esporte/ Classificados/Ilustrada	18h00 qui. 17/4	18h00 qui. 17/4

Domingo 20/4

Folha de S.Paulo	Entrega de Ap	Material
Política/Mundo/Mercado/ Cotidiano/Esporte/ Classificados/Ilustrada	18h00 qui. 17/4	18h00 qui. 17/4

Segunda-Feira 21/4

Folha de S.Paulo	Entrega de Ap	Material
Política/Mundo/Mercado/ Cotidiano/Esporte/ Classificados/Ilustrada	18h00 qui. 17/4	18h00 qui. 17/4

Terça-Feira 22/4

Folha de S.Paulo	Entrega de Ap	Material
Política/Mundo/Mercado/ Cotidiano/Esporte/ Classificados/Ilustrada	18h00 qui. 17/4	18h00 qui. 17/4

O privilégio dos EUA está em xeque?

Sinais de fratura da posição de principal fornecedor de ativos seguros aumentam

Solange Srour
Diretora de macroeconomia para o Brasil no UBS Global Wealth Management

A recente disparada nos juros dos títulos do Tesouro americano (Treasuries) tem sido atribuída por muitos à liquidação de posições alavancadas baseadas nesses ativos. Embora esse fator técnico tenha contribuído, a raiz do movimento parece ser bem mais profunda: a erosão do privilégio exorbitante dos EUA no sistema financeiro internacional.

Desde a Segunda Guerra Mundial, os EUA desfrutam do status de principal fornecedor global de ativos seguros. Essa posição lhes permite financiar déficits fiscais recorrentes, com o apoio de investidores estrangeiros dispostos a aceitar rendimentos menores em troca da segurança e liquidez dos Treasuries.

Historicamente, em momentos de crise —como na crise de 2008—, esses investidores atuaram como estabilizadores. No último trimestre daquele ano, por exemplo, absorveram US$ 270 bilhões em Treasuries, mais da metade das emissões do período, mesmo com os EUA apresentando déficits nominais acima de 9% do PIB. O resultado foi a manutenção dos juros em patamares baixos, ancorados pela confiança na segurança dos ativos americanos.

Esse quadro, porém, vem se transformando. Desde a pandemia, surgiram sinais de ruptura. Em março de 2020, em vez da clássica "fuga para a qualidade", o mundo vendeu US$ 400 bilhões em Treasuries, especialmente de longo prazo, o que forçou o Fed a intervir, comprando mais de US$ 1 trilhão. Outro momento crítico ocorreu com a eclosão da Guerra na Ucrânia, quando as Bolsas caíram fortemente e os títulos americanos perderam valor na sequência.

Cenário lembra a trajetória do Reino Unido no século 20. No século 19, Londres era o centro financeiro global. Mas, entre as duas guerras, perdia esse status à medida que seus fundamentos fiscais pioravam

Tudo indica que a demanda estrangeira ficou mais sensível ao preço. Paralelamente, os bancos centrais —que por anos acumularam os títulos em seus balanços— passaram a se retrair. O fim do afrouxamento quantitativo e a volta da inflação forçaram o Fed e outros bancos centrais a interromper a expansão de seus balanços, reduzindo a absorção de risco e pressionando os juros.

Entre 2007 e 2022, o Tesouro emitiu quase US$ 19 trilhões em títulos. O Fed absorveu US$ 5,15 trilhões, e o resto do mundo, US$ 5,36 trilhões. Essa base de compradores inelásticos sustentou a demanda mesmo com déficits crescentes. Mas essa realidade pode estar mudando —e antes de Trump trazer como prioridade a eliminação do déficit em conta-corrente. Caso os EUA precisem equilibrar sua conta-corrente, o investidor estrangeiro deixará de ser financiador líquido, exigindo a sua substituição pela poupança doméstica.

Essa mudança de comportamento do mercado é especialmente preocupante diante do quadro fiscal. A renovação dos cortes de impostos, que Trump pretende aprovar, pode adicionar US$ 37 trilhões aos déficits nas próximas três décadas, elevando a dívida pública para mais de 200% do PIB. Esse cenário lembra a trajetória do Reino Unido no século 20. No século 19, Londres era o centro financeiro global. Mas, entre as duas guerras, perdia esse status à medida que seus fundamentos fiscais se deterioravam. Com o nascimento de Bretton Woods, o dólar assumiu a liderança como reserva de valor.

Se os EUA perderem sua posição como principal fornecedor de ativos seguros, seus mercados podem passar a se comportar como os das demais economias —altamente sensíveis a choques fiscais. O privilégio exorbitante não desaparece de forma abrupta, mas os sinais de fratura são cada vez mais evidentes.

Sem o amparo irrestrito de investidores estrangeiros e bancos centrais, a disciplina fiscal volta a ser inegociável.

Eufrázio

mercado

Consumidor reage, e PIB da China cresce 5,4% no 1º trimestre

Nelson de Sá

PEQUIM O crescimento do PIB da China no primeiro trimestre fechou em 5,4% em comparação com o período no ano anterior, às vésperas da escalada de tarifas com os Estados Unidos. Economistas ouvidos pela consultoria financeira chinesa Wind e por agências ocidentais projetavam entre 5,1% e 5,2%.

O consumidor chinês foi um dos responsáveis pelo resultado. As vendas no varejo subiram 5,9%, também em comparação com o período no ano anterior, com a alta concentrada em março, o terceiro mês.

Por outro lado, na comparação com o trimestre anterior, o crescimento econômico foi de 1,2% —abaixo do que havia sido registrado no último trimestre do ano passado, de 1,6% em relação ao trimestre anterior.

Os números foram anunciados na manhã desta quarta (16) pelo Escritório Nacional de Estatísticas, que alertou para o "ambiente externo se tornando mais grave e complexo".

Segundo um dos diretores do órgão, Sheng Laiyun, "o impulso para o crescimento da demanda interna é insuficiente, e a base para um crescimento sustentado ainda não está consolidada".

Em 16 de março, a China anunciou um pacote de estímulo ao consumo, com medidas para a renda das famílias e o setor imobiliário, entre outras. Ele deve ser complementado nas próximas semanas por outras ações, agora em debate.

Medidas de incentivo à economia vêm sendo adotadas desde setembro e garantiram a meta de crescimento para o ano, de 5%. Para 2025, a meta é novamente de cerca de 5%, percentual ameaçado pelas restrições no comércio com os EUA.

Shen creditou o resultado "bom e firme" do primeiro trimestre em parte à inovação, que representa "um papel cada vez mais protagonista" na economia chinesa.

Além do consumo, outro ponto que pesou para os 5,4% foi a produção industrial, que saltou 7,7% em março, ano a ano, no melhor resultado desde junho de 2021.

No início da semana, a Alfândega chinesa havia informado um crescimento de 12,4% nas exportações em março, ano a ano. Sheng creditou esse resultado à resiliência da economia do país.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços **Nº 02/25.** Acha-se aberto no Serviço de Licitações desta Prefeitura o Pregão Presencial epigrafado, tendo por objeto a aquisição de materiais, equipamentos e componentes para a infraestrutura da EMEB Mariza Ogawa de Freitas, com fornecimento parcelado, conforme necessidades. Prazo limite para entrega dos envelopes e credenciamento, às 09h00min horas do dia 06.05.2025. O edital completo e demais informações serão obtidos no Serviço de Licitações da Prefeitura, na Rua Dr. Washington Luiz, nº 180, das 08h00min às 17h00min, segunda à sexta-feira, como também pelo site www.guara.sp.gov.br. PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, 16 de abril de 2025. FILIPE FURTADO DA ROCHA - Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODAS E ERRADICAÇÕES DE ÁRVORES NO MUNICÍPIO". A SESSÃO DE PROCESSAMENTO SERÁ NO ENDEREÇO ELETRÔNICO HTTPS://BLLCOMPRAS.COM/, SENDO O INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DO DIA 17/04/2025 ATÉ ÀS 08:00 HORAS DO DIA 07/05/2025. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA: 07/05/2025 ÀS 08:30. IPERÓ, 15 DE ABRIL DE 2025. LEONARDO ROBERTO FOLIM – PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO: 20/2025** OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ITENS DE HIGIENE PESSOAL PARA AS CRIANÇAS DAS CRECHES ESCOLAS E EMEB JOÃO ETCHEBEHERE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Das 09h do dia 17/04/2025 às 08h30 do dia 05/05/2025. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h30 do dia 05/05/2025 às 09h00 do dia 05/05/2025.INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30 do dia 23/04/2025.Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no sites: www.bll.org.br e www.rifaina.sp.gov.br. Maiores informações no setor de Licitações sito na Rua Barão de Rifaina, nº 251 - Centro,Rifaina-SP, tel. (16) 3135 9500, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 Departamento de Licitações Fone: (16) 3135-9500 Ramal 245 licitacao@rifaina.sp.gov.br www.rifaina.sp.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00640239622025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90564/2025
Nº Processo: 147.00005196/2025-11
Objeto: MATERIAIS CORRELATOS PARA COLETAS DIVERSAS
Total de Itens Licitados: 4 (Quatro). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 23/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 23/04/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 07/05/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00640287132025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90157/2025
Nº Processo: 147.00032537/2024-31
Objeto: DISPOSITIVO DE INFUSÃO DE DUPLA VIA
Total de Itens Licitados: 1 (Um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 17/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO MATO GROSSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2025 - UASG 929867

Contratação de serviços contínuos de limpeza com acúmulo de gratificação por função de copeiragem a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para a Sede do Core-MT, bem como sob demanda, para os serviços de limpeza nas seccionais, auxiliar de jardinagem, limpeza de piscina para a Sede. Tipo da Licitação: MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO. Estimativa da Proposta: VALOR GLOBAL R$ 165.472,80 (Cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos). Início da Sessão Pública: 06/05/2024 às 9h na página eletrônica https://www.gov.br/compras/pt-br.
JOÃO CARLOS GASPARETTO
Diretor - Presidente

SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE SÃO PAULO

CNPJ 61594164/0001-89 - Código Sindical 000.003.201.02677-0 - **Aviso de Chapas Registradas - Eleições de Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes** - RELAÇÃO DAS CHAPAS REGISTRADAS - Nos termos do disposto no artigo sessenta e três do estatuto social deste Sindicato, faço saber, que, no prazo mencionado pelo edital de 04/04/2025 e do aviso publicado no jornal "Folha São Paulo" e na edição eletrônica do "Diário Oficial da União", nessa mesma data, foram registradas, para concorrer às eleições para a Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes, que serão realizadas de 05 a 11 de julho deste ano, as duas chapas, a seguir relacionadas: **CHAPA 01 (UM):** Diretoria - Efetivos: Diretor Presidente: Gerson Duarte; Diretor Vice-Presidente: Luiz Carlos Perazzo; Diretor Secretário: Marcos Pereira da Silva; Diretor Tesoureiro: Luiz Carlos Fernandes Capelo; Diretor Social - Simone Borges da Cruz; Diretor Assistencial: Domingos Alves Cavalcante; Diretor de Comunicação: José Raimundo Tesouro Rodrigues. Diretoria - Suplentes: Edson Gomes da Silva, Gesivaldo Silva Santana, Carlos Antonio Pereira, Sebastião Ferreira da Silva, Adão Padilha, Ezequias Mariano, Antonio do Norte Durans. Conselho Fiscal - Efetivos: José Benedito do Espírito Santo, Gilvan Moreira Silva, Sylvio Antico Filho. Conselho Fiscal - Suplentes: José Milton dos Santos, Antonio Raimundo de Jesus, Gilberto Herreira da Silva. Delegados Representantes - Efetivos: Mario Sergio Otero, Luis Domingos da Silva. Delegados Representantes - Suplentes: Kennedi Cunha de Oliveira, Adão Padilha. **CHAPA 02 (DOIS):** Diretoria - Efetivos: Diretor Presidente: Marta Fabiola Oliveira Teixeira; Diretor Vice-Presidente: Rodrigo Rodrigues da Lima; Diretor Secretário: José Jeronimo Gomes; Diretor Tesoureiro: Marcelo Terra Ultramari; Diretor Social: Elias de Oliveira Bueno; Diretor Assistencial: Bernardino dos Santos Couto; Diretor de Comunicação: José Noé Queiroz de Oliveira. Diretoria - Suplentes: Marcio Correa, Valmir Gonçalves de Oliveira, Rogerio Freire de Assis, Pedro Ferreira, Vitoria Aparecida Santos Soares, Elias Marques da Silva, Maria Alves de Oliveira. Conselho Fiscal - Efetivos: Daniel Marques dos Santos, Solange Correa, Valmir Emidio. Conselho Fiscal - Suplentes: José Neves Barbosa, Arnaldo de Oliveira Silva, Alcides Rodrigues Borba. Delegados Representantes - Efetivos: José Jerônimo Gomes, Marcelo Terra Ultramari. Delegados Representantes - Suplentes: Amauri Jorge Alves de Andrade, João Noé Queiroz de Oliveira. A impugnação de candidaturas poderá ser feita por qualquer associado em condições de votar nas eleições, mediante requerimento em duas vias, instruído com as razões da impugnação, endereçado ao Presidente do Sindicato e apresentado à Secretaria da entidade. O prazo para apresentação de impugnações inicia-se no dia 17/04/2025 e termina no dia 25/04/2025. Para atender a essa finalidade, a Secretaria do Sindicato funcionará nesse período, de segundas a sextas-feiras, sempre no horário das 09h00 às 15h00. São Paulo, 17 de abril de 2025. **Luiz Carlos Fernandes Capelo** - Diretor Presidente.

Federação Nacional dos Farmacêuticos - FENAFAR

Edital de Convocação para Eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes Triênio 2025/2028

A Federação Nacional dos Farmacêuticos - FENAFAR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00675557/0001-48, com sede à Rua Barão de Itapetininga, 255, 3º andar, sala 304, CEP 01042-001, São Paulo/SP, entidade de representação sindical de 2º grau da categoria profissional farmacêutica, com fundamento nos artigos 12 a 15, 17 e 41 do seu Estatuto, bem como do Regulamento Eleitoral aprovado pelo Conselho de Representantes, torna público através do presente Edital a Convocação da Eleição para Diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes para o triênio 2025/2028 para o dia 08 de agosto de 2025 das 10 às 12 horas, nas dependências do Centro de Convenções da UFOP, Rua Diogo Vasconcelos nº 328, Pilar - Ouro Preto - MG CEP 35400-000, durante o 11º Congresso da FENAFAR convocado para os dias 05, 06, 07 e 08 de agosto de 2025 na cidade de Ouro Preto/MG. O requerimento de registro das chapas será feito na secretaria do Congresso, dirigido à Comissão Eleitoral no período das 09h às 12h do dia 7 de agosto de 2025, em duas vias, contendo a indicação dos candidatos a todos os cargos eletivos e suplentes, acompanhado de ficha de qualificação com cópia da carteira ou cédula profissional expedida pelo CRF, sendo que cada chapa deverá obrigatoriamente ser composta por no mínimo 50% de seus integrantes qualificados como delegados eleitos ao Congresso, sendo certo que, no caso de número ímpar de candidatos, prevalecerá o mínimo de 50% mais um candidato qualificado como delegado eleito ao congresso. A Comissão Eleitoral publicará mediante afixação na secretaria do Congresso o deferimento ou indeferimento do pedido de registro de chapas até às 14 horas do dia 07/08/2025, sendo possível a substituição de candidatos na hipótese de a irregularidade afetar a situação individual de quaisquer candidatos, mantendo a proporção prevista no Regulamento Eleitoral e o prazo para homologação final das candidaturas. Qualquer profissional farmacêutico poderá solicitar até às 15 horas do dia 07/08/2025 impugnação das candidaturas registradas, através de petição fundamentada dirigida à Comissão Eleitoral, sendo que a publicação da homologação final das candidaturas deverá se dar até às 19 horas do dia 07/08/2025. Terão direito a voto os delegados eleitos ao 11º Congresso conforme os critérios aprovados pelo Conselho de Representantes. A votação dar-se-á através de escrutínio secreto, considerando-se vencedora a chapa que obtiver a maioria simples dos votos. Durante o processo eleitoral não serão permitidas manifestações que prejudiquem o andamento dos trabalhos. À medida que os votos forem apurados, poderão os fiscais e candidatos apresentar impugnações que serão decididas de imediato pela Comissão Eleitoral, mediante termo lavrado na mesma oportunidade. Não será admitido recurso contra a apuração, se não ocorrido impugnação perante a Mesa no ato da apuração, ocorrendo a preclusão. Qualquer dos candidatos poderá interpor recurso contra a apuração até às 14 horas do dia 08/08/2025, mediante protocolo junto à Comissão Eleitoral. O recurso será interposto por petição devidamente fundamentada, dirigida ao Presidente da Comissão Eleitoral. Os demais candidatos serão cientificados da interposição do recurso para, no prazo de 30 minutos oferecerem contrarrazões. Findo esse prazo, o recurso será julgado pela Comissão Eleitoral para a devida aclamação dos eleitos. A posse dos integrantes da chapa eleita dar-se-á na forma estabelecida no Estatuto. A Comissão Eleitoral permanecerá instalada durante todo o Congresso, com poderes para resolver os casos omissos no Regulamento Eleitoral, bem como estabelecer detalhamento de procedimentos, definição de locais para realização dos trabalhos e eventuais ajustes de horários, visando a integridade do processo eleitoral e o bom funcionamento dos trabalhos. Outras informações poderão ser obtidas na sede da entidade junto à sua secretaria e através do sítio eletrônico da FENAFAR (www.fenafar.org.br). São Paulo, 15 de abril de 2025.
Fábio José Basilio - Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONCHAL

PREGÃO ELETRÔNICO Torna público aos interessados: **Pregão Eletrônico nº 26/25** - Processo Administrativo nº 2.118/25 – Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis – estocáveis – Cadastro das Propostas Iniciais até o dia 09/05/2025 às 08:00 horas.
Pregão Eletrônico nº 27/25 - Processo Administrativo nº 3.437/25 – Objeto: Aquisição de conjunto de moto bombas e painéis elétricos – Cadastro das Propostas Iniciais até o dia 30/04/2025 às 08:00 horas. Os editais completos poderão ser adquiridos nos sites www.conchal.sp.gov.br, https://bnccompras.com/Home/Login, portal PNCP e ou pelo e-mail: pregao@conchal.sp.gov.br / edital@conchal.sp.gov.br, estando os autos disponíveis para vista na Secretaria de Licitações e Contratos. Conchal, 16 de abril de 2025. ORLANDO CALOTI JUNIOR Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00640265612025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90600/2025
Nº Processo: 147.00034409/2024-22
Objeto: OXIGENADOR DE MEMBRANA PEDIATRICO
Total de Itens Licitados: 1 - Agrupamento - Vide Edital - (Um)
Valor total da licitação: Sigiloso. **Disponibilidade do edital:** 17/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 09:00h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00640194282025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90554/2025
Nº Processo: 147.00029386/2024-34
Objeto: CURATIVO ADESIVO AUTO COLANTE PARA CATETER CENTRAL
Total de Itens Licitados: 1 (Um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 17/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 09:30h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO Processo Administrativo NºSecAdm-cehc: 042/2025 - Pregão(eletrônico) nº 008/2025, objeto: registro de preços para contratação de empresa especializada em locação de banheiros químicos, grade de isolamento (gradil), estrutura de fechamento metálico (tapume), geradores, tendas, arquibancadas, som, iluminação, palco e palanque (tomando), pelo período de 12 meses. Recebimento das propostas a partir do dia 22 de abril de 2025 às 08h30min. Início da sessão de disputa de preços: 08 de maio de 2025, às 09h00min. Para aquisição dos editais os interessados deverão acessar o link https://aguai.sp.gov.br/home/. Samantha Ferreira Aguiar – Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE
AVISO DE EDITAL
PROCESSO Nº 618/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL COMO FAIXAS, BANNERS, ADESIVOS E OUTROS, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS., conforme especificações constantes no ANEXO I. MENOR PREÇO GLOBAL. Sessão no dia 06/05/2025, às 09:30hs. Local da Sessão Pública: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL - www.bll.org.br. O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download nos sites: www.piedade.sp.gov.br e www.bll.org.br. Mais informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, de 2ª à 6ª feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h, na Praça Raul Gomes de Abreu, nº 200, 1º andar, Piedade/SP ou pelo telefone (15) 3244-8400, ramais 120, 121, 151.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO O ELETRÔNICO Nº 06/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2025

A Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre-SP, torna público que fará realizar a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 07/2025. Objeto: Aquisição de Carro Zero KM de 4 Portas, na cor preta, sedan, 1.0 turbo para a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital. Recebimento das propostas até 10h do dia 05/05/2025 às 10h. Disputa dia 05/05/2025 às 10h:15min. Edital disponível na íntegra: www.campinadomontealegre.sp.gov.br, www.bll.org.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo e-mail: licitacoes@campinadomontealegre.sp.gov.br ou pelo telefone (15) 3256-1212. Campina do Monte Alegre, 16 de abril de 2025.

Fundação Zerbini
CNPJ/MF nº 50.644.053/0001-13
Aviso de Licitação

Pregão Privado Eletrônico nº 005/2025 – Tipo menor preço. **Processo nº** 35369/2025. **Objeto:** Focos Cirúrgicos de teto para o Instituto do Coração – HCFMUSP. **Início Recebimento de propostas:** 17/04/2025 às 09:00h. **Fim Recebimento de propostas:** 09/05/2025 às 09:00h. **Início análise de propostas:** 09/05/2025 às 09:01h. **Início fase de lances:** 09/05/2025 às 09:02h. O referido certame será realizado por meio do sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM), estando o edital disponível nos endereços eletrônicos: www.fz.org.br e www.novobbmnet.com.br. São Paulo, 16 de Abril de 2025. *Rafael Miranda* e *Edina Almeida*.

FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO
CNPJ. 73.050.536/0001-95
AVISO DE LICITAÇÃO - ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/25

A **FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO** faz saber que encontra-se aberto o certame de **PREGÃO ELETRÔNICO 001/25, processo nº 3234892/24, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA AS UNIDADES DA FITO.** O Edital poderá ser consultado e/ou obtido mediante envio de e-mail para compras@fito.br, no site da FITO (no endereço www.fito.edu.br/institucional/portaldatransparência) ou na plataforma de compras BLL, https://bll.org.br/ - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A abertura das propostas acontecerá nesta mesma plataforma de compras BLL https://bll.org.br/ Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, no **DIA 08 DE MAIO DE 2025 às 10h00.**
Osasco, 15 de abril de 2025.
José Carlos Pedroso - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº 052/2025 – Processo nº 066/2025

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para confecção, instalação e limpeza de calhas, rufos e condutores em todos os prédios públicos pertencentes à Prefeitura Municipal de Cerqueira César. **Data de Abertura:** 09 de maio de 2025 às 09h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Olimpio Pavan, nº. 290, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 2022 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP, 16 de abril de 2025.**

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº 048/2025 – Processo nº 062/2025

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de medalhas para realização dos eventos esportivos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esportes. **Data de Abertura:** 09 de maio de 2025 às 14h00. **Informações:** Dep. Licitações – Rua Olimpio Pavan, nº. 290, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 2022 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP, 16 de abril de 2025.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo
Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº. 023/2025
Plataforma LICITANET
Processo nº. 014/2025

Objeto: - O presente processo tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE PAPELARIA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JERIQUARA/SP**, pelo período de 12 (doze) meses, **com as respectivas quantidades e valores descritos no Termo de Referência (Anexo I)**. Total de itens licitados: 417. Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 às 08h00 no site www.licitanet.com.br. Abertura das Propostas: 08/05/2025 às 09h00 no site www.licitanet.com.br. O Edital e anexos à disposição dos interessados a partir de 17/04/2025 na Divisão de Compras e Licitações sito à Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara-SP, CEP 14.450-000, fone/fax (16) 3134-8700 / (16) 99141-5521, das 08h às 11h e das 13h às 16h, ou pelos sítios: www.jeriquara.sp.gov.br ou www.licitanet.com.br.
ELAINE PINHEIRO DE PAULA MANSANO GARCIA
Prefeita Municipal

Acordo renova concessão de ferrovia da MRS

Acerto prevê pagamento de outorga de R$ 2,8 bi pelos 1.643 km Malha Regional Sudeste, que corta MG, RJ e SP

André Borges

BRASÍLIA Depois de meses de renegociação, a concessionária MRS Logística e o Ministério dos Transportes chegaram a um novo acordo para renovar a concessão da chamada Malha Regional Sudeste, ferrovia de 1.643 km de extensão, que corta Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Conforme informações obtidas pela **Folha**, o acordo foi firmado com o compromisso de a empresa pagar uma outorga de R$ 2,8 bilhões à União para administrar a ferrovia por mais 30 anos. A negociação foi firmada por meio da Secex Consenso (Secretaria de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos), do TCU (Tribunal de Contas da União), na segunda-feira (14).

Agora, os termos do acordo serão submetidos ao Ministério Público junto ao TCU para, depois, seguir para votação pelo plenário da corte de contas. A expectativa do governo é que esse processo seja concluído em até 60 dias.

Diferentemente de outras repactuações contratuais realizadas na área de transporte, como as concessões de rodovias e aeroportos, o acordo firmado com a MRS não será submetido a um leilão simplificado, porque não foram feitas grandes mudanças no modelo atual.

A MRS tem cerca de 20 mil vagões e 650 locomotivas, representando aproximadamente 20% da frota ferroviária nacional. Entre todas as ferrovias federais administradas pela iniciativa privada, a malha da MRS é a mais usada, sem conter trechos abandonados, como ocorre na maioria dos casos. Seus trilhos concentram o transporte de cargas de grande volume, como minério de ferro, produtos siderúrgicos, agrícolas, cimento, contêineres e celulose, se conectando aos portos de Santos (SP), Itaguaí (RJ), Guaíba (RJ), Sudeste (RJ) e Rio de Janeiro (RJ).

Alesp aprova leilão de 14 travessias hídricas

Segundo o governo estadual, a previsão é que seja investido R$ 1 bilhão pela empresa que vencer o leilão, ao longo do contrato de 20 anos.

O dinheiro terá de ser usado em terminais de passageiros, na compra de 48 embarcações (incluindo modelos elétricos, reduzindo a emissão de carbono), novos flutuantes e ampliação dos já existentes.

O sistema transporta por ano atualmente cerca de 11 milhões de passageiros e 10 milhões de veículos.

No início do ano passado, o governo chegou a anunciar um acordo com a concessionária, prevendo o repasse de R$ 2,6 bilhões. Essa transação já era revisão de um contrato anterior, fechado ainda na gestão de Jair Bolsonaro (PL), em junho de 2022, que não previa o pagamento de outorga.

A transação proposta no ano passado, porém, não foi aprovada pelo TCU. Agora, com o sinal verde dado pela Secretaria de Consenso, a indicação é que o processo finalmente será concluído.

O Ministério dos Transportes não comentou o assunto. A MRS declarou à **Folha** que "cumpriu uma etapa relevante junto à Secex Consenso e à área técnica do tribunal", além da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e do Ministério dos Transportes. "No entanto, ainda haverá uma outra etapa: a de deliberação colegiada do TCU, razão pela qual ainda não há a conclusão do processo", comentou.

O plano do governo é usar os recursos das outorgas das ferrovias para financiar novos projetos no setor. A previsão do governo é que esses projetos atraiam investimentos na ordem de R$ 100 bilhões. Para garantir a viabilidade de cada operação, o governo pode entrar com uma fatia de recursos públicos equivalente a 20% de cada projeto.

Criada em 1996 a partir da privatização da rede ferroviária federal, a atual concessão da MRS vence no ano que vem. Com a renovação antecipada desse contrato, a empresa seguirá à frente do trecho até 2056. No ano passado, a concessionária investiu R$ 2,9 bilhões em suas operações, incluindo obras e projetos da renovação contratual, além da compra de 13 locomotivas e 561 vagões.

Em 2024, a companhia alcançou a maior receita líquida e lucro líquido de sua história, com R$ 7 bilhões e R$ 1,4 bilhão, respectivamente.

Ceará e China têm rota marítima direta em meio à guerra comercial

Maurício Moreira

FORTALEZA O porto do Pecém, no Ceará, abriu neste mês uma nova rota marítima de transporte de mercadorias entre os países asiáticos e o estado. A novidade vai reduzir o tempo de chegada de um produto estrangeiro no estado em cerca de 50%: de 60 para 30 dias.

Já para produtos exportados, a redução foi menor, de 14 dias, diferença que será sentida principalmente no comércio de produtos perecíveis, como frutas e carnes.

Os produtos asiáticos que tinham como destino o Ceará chegavam ao Brasil pelo porto de Santos, em São Paulo, após passarem pelos oceanos Índico e Atlântico, contornando o Cabo da Boa Esperança, no sul da África.

Depois subiam o país por meio da navegação de cabotagem —entre portos de mesma nacionalidade— até chegar ao Complexo do Pecém. Esse percurso leva cerca de 60 dias e seguirá em operação.

Já com a nova rota, o Serviço Santana, as embarcações cruzam o Pacífico, passam pelo Canal do Panamá e chegam ao Pecém em pouco mais de 30 dias.

O trajeto é operado pela MSC em parceria com a PAM Terminals e percorre, na Ásia, quatro portos chineses —Yantian, Ningbo, Shanghai, Qingdao— Busan, na Coreia do Norte, depois passa por Cristóbal, no Panamá, e chega ao Ceará. Em seguida, desce o Brasil rumo aos portos de Suape (PE), Salvador (BA) e Santos (SP), depois segue para Cingapura e retorna à China.

Entre os produtos importados que serão mais beneficiados com a nova rota estão combustíveis minerais, ferro, minério, maquinário, materiais elétricos e plásticos. Já para a exportação, serão beneficiados granito, mármore, castanha de caju, cera de carnaúba, frutas, carnes, calçados, têxteis e produtos de ecommerce, segundo o presidente do Complexo do Pecém, Max Quintino.

O anúncio da nova rota foi feito em meio à guerra de tarifas entre Estados Unidos e China, com potencial para reduzir as trocas comerciais entre os dois países. A novidade vai aumentar a movimentação no porto em 10%, com pelo menos 1.200 contêineres a mais por semana sendo desembarcados.

O valor pode aumentar nos próximos meses, segundo Quintino. O "timing foi uma coincidência", diz ele, que entende que a nova rota "tem potencial para se consolidar como uma alternativa estratégica diante do atual cenário global".

Um dos principais beneficiados pela nova rota, segundo Quirino, será o Polo Automotivo do Ceará, que deve começar a montar seus primeiros veículos em novembro deste ano.

O equipamento será instalado na região metropolitana de Fortaleza e será um hub de montadoras com foco em veículos elétricos, em especial de marcas chinesas. O polo deve trazer pelo menos R$ 2,5 bilhões em investimentos para o estado.

50%
é a redução de tempo prevista para a chegada de um produto asiático ao Ceará com a nova rota marítima do porto do Pecém

Rota marítima liga Ásia ao Ceará

Como é nova rota
A nova rota integra o Ceará aos portos asiáticos em 34 dias, saindo de Busan (Coreia do Sul) e chegando ao Porto do Pecém (CE) quase diretamente



Opções anteriores
Na antiga rota, que segue ativa, os produtos eram levados a portos em São Paulo, Rio de Janeiro ou Paraná e só depois eram transferidos a navios com destino à Ásia
Ida
Volta



Fonte: CIPP (Complexo Industrial e Portuário do Pecém)

Norma do BC mais dura para precatório retroagiu para evitar corrida a ativos de maior risco

Autoridade monetária passou a exigir novos aportes de capital por acionistas; Banco Master tem R$ 16 bilhões em direitos creditórios

Adriana Fernandes

BRASÍLIA A norma do Banco Central que endureceu o registro de precatórios —ativos considerados de maior risco e menor liquidez— no balanço dos bancos retroagiu três meses para evitar que instituições financeiras acelerassem a compra desses ativos na tentativa de fugir da regra mais dura do órgão regulador do sistema bancário brasileiro.

A nova norma tornou mais difícil a vida dos bancos que compram precatórios e pré-precatórios (direitos creditórios oriundos de sentenças transitadas em julgado que estejam em fase de execução), já que os acionistas podem ser chamados pelo BC a aumentar o capital de suas instituições.

Entre essas instituições, está o Banco Master, que recebeu proposta de compra pelo BRB (Banco de Brasília) e vinha chamando a atenção do mercado pelos negócios com precatórios, financiados com recursos captados por meio da oferta de CDBs, com elevada remuneração aos aplicadores.

Bancos seguem regras chamadas de prudenciais —que, entre outras coisas, estabelecem o capital que eles precisam ter para fazer frente aos riscos que assumem: quanto mais risco, mais capital é exigido.

Uma das mudanças feitas pelo BC envolve o chamado Fator de Ponderação de Risco (FPR). Até a edição da norma, ele era zero: o banco podia comprar quanto quisesse desses ativos mais arriscados, sem necessidade de elevar o capital.

Sob as novas regras, esses ativos de risco passaram a ter um peso maior. A depender do caso, o FPR dos precatórios passou a ser de 100% a 600% (veja mudanças ao lado). Para os pré-precatórios, foi fixado FPR de 200% a 1.250%.

A contabilidade dos bancos também passou a ter que incluir uma nova conta no Cosif (sistema contábil das instituições financeiras que contém todos os elementos que fazem parte do balanço) só para precatórios e pré-precatórios, o que dará transparência a esses ativos de risco e à cobrança de capital. Com a medida, é possível ver onde estão esses ativos no balanço, qual o volume e se o banco fez novas operações com precatórios e pré-precatórios. Antes, não havia regra para esse registro.

Aprovada em outubro de 2023, sob a gestão de Roberto Campos Neto no BC, a nova regulamentação entrou em vigor em janeiro de 2024, mas teve como data de corte os precatórios adquiridos após 30 de junho de 2023.

Por questão de segurança e análise de risco para o sistema como um todo, normas prudenciais não costumam retroagir.

No caso das regras dos precatórios, os técnicos do BC entenderam que não podiam esperar o balanço auditado de 30 de dezembro de 2023 para fixar a data de corte, porque a medida poderia abrir uma brecha para as instituições financeiras se entupirem de precatórios e pré-precatórios nos três meses seguintes até o próximo balanço auditado. A opção escolhida foi retroagir até o balanço de 30 de junho.

Quando a resolução que padroniza o tratamento prudencial para exposição dos bancos aos precatórios foi baixada, a exposição do SFN (Sistema Financeiro Nacional) a precatórios era pequena, inferior a 0,1% dos seus ativos, de acordo com nota à imprensa divulgada à época.

No documento, o BC já reconhecia que havia uma "recente tendência de crescimento desses ativos nos balanços das instituições financeiras". "Diante deste contexto, o BC decidiu regulamentar o tratamento prudencial dessas exposições", diz a nota divulgada em outubro de 2023.

Continua na pág. A23

Nova regra do BC

COMO ERA

- 1. O FPR (Fator de Ponderação de Risco) era zero
- 2. Bancos podiam comprar quanto quisessem dos ativos

COMO FICOU

Precatórios

- 1. Até o limite de 10% do capital principal, a exposição a precatórios que tenham como devedor a União receberá FPR de 100% e 150% (no caso de estados e municípios)
- 2. Quando o somatório exceder 10% do capital principal, ao excedente será aplicado o FPR de 600%

Pré-precatórios

- 1. Até o limite de 10% do capital principal, receberá FPR de 200% quando o devedor for a União e 300% quando for um dos demais entes
- 2. Acima de 10% do capital principal, ao excedente será aplicado FPR de 1.250%

HEINZ ESTº 1869

Heinz Brasil S.A.

CNPJ nº 50.955.707/0001-20

Demonstrações Financeiras 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Em milhares de reais

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante	1.278.528	1.315.547	1.313.775	1.342.886
Caixa e equivalentes de caixa	239.350	161.430	241.880	162.079
Contas a receber de clientes	380.268	514.247	408.724	531.199
Estoques	605.435	532.535	614.485	539.360
Tributos a recuperar	11.513	7.907	12.446	8.762
Adiantamentos diversos	5.644	8.947	9.187	8.915
Despesas antecipadas	10.222	23.083	10.957	24.073
Instrumentos financeiros derivativos	17.096	8.498	17.096	8.498
Não circulante	145.242	102.135	117.740	83.854
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas	31.714	1.239	31.714	1.239
Empréstimos com partes relacionadas	27.502	18.281	–	–
Tributos a recuperar	69.783	64.625	69.783	64.625
Depósitos judiciais	11.163	3.790	11.163	3.790
Despesas antecipadas	5.080	14.200	5.080	14.200
Investimento	43.057	41.740	–	–
Propriedades para investimentos	33.069	38.490	33.069	38.490
Ativos de direito de uso	40.630	37.188	41.518	38.892
Imobilizado	1.145.636	1.039.821	1.152.411	1.105.904
Intangível	743.046	2.066.291	815.373	2.130.806
	2.096.338	3.201.533	2.042.371	3.320.785
Total do Ativo	3.430.108	4.699.215	3.473.886	4.747.525

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante	2.116.378	1.710.624	2.134.744	1.729.336
Fornecedores	483.330	571.642	491.628	580.064
Empréstimos e financiamentos	–	–	1.981	2.632
Debêntures a pagar	–	6.250	–	6.250
Passivo de arrendamento	14.688	13.922	15.013	15.236
Tributos a recolher	49.625	45.443	50.878	46.826
Salários e encargos sociais	51.026	80.001	52.899	81.537
Contas a pagar a partes relacionadas	46.336	31.737	46.336	31.737
Empréstimos com partes relacionadas	1.384.611	866.152	1.384.611	866.152
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	–	–	–	251
Dividendos	16.837	16.837	16.837	16.837
Incentivos de vendas	50.228	56.252	50.228	56.252
Provisões sobre vendas	2.465	2.501	3.592	3.174
Outras obrigações	17.234	14.139	20.745	16.640
Instrumentos financeiros derivativos	–	6.748	–	6.748
Não circulante	156.002	954.556	171.506	974.955
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	1.981
Passivo de arrendamento	27.532	24.394	28.898	25.699
Empréstimos incentivados	–	–	–	–
Provisão diversas	57.428	53.166	57.488	55.891
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	166.796	14.078	181.184
Outras obrigações	71.042	55.200	71.042	55.200
Debêntures a pagar	–	655.000	–	655.000
Total do passivo	2.272.380	2.665.180	2.306.250	2.704.291
Patrimônio líquido	1.157.728	2.034.035	1.167.636	2.043.234
Capital social	3.194.397	2.524.397	3.194.397	2.524.397
Reserva de capital	159.358	159.358	159.358	159.358
Reservas de lucros	1.041.967	962.324	1.041.967	962.324
Prejuízos acumulados	(3.166.952)	(1.556.844)	(3.166.952)	(1.556.844)
Opção de venda detida pelo não controlador	(71.042)	(55.200)	(71.042)	(55.200)
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	1.157.728	2.034.035	1.157.728	2.034.035
Participação dos não controladores	–	–	9.908	9.199
Total do passivo e patrimônio líquido	3.430.108	4.699.215	3.473.886	4.747.525

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022	2.524.397	159.358	832.358	(1.387.577)	(78.555)	2.049.981	8.574	2.058.555
Prejuízo do exercício	–	–	–	(39.301)	–	(39.301)	625	(38.676)
Constituição de reserva para incentivo fiscal (Nota 24)	–	–	129.966	(129.966)	–	–	–	–
Ajuste a valor justo de opção de venda detida pelo não controlador (Nota 24)	–	–	–		23.355	23.355	–	23.355
Em 31 de dezembro de 2023	2.524.397	159.358	962.324	(1.556.844)	(55.200)	2.034.035	9.199	2.043.234
Integralização de capital	670.000	–				670.000		670.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	(1.530.465)	–	(1.530.465)	709	(1.529.756)
Constituição de reserva para incentivo fiscal (Nota 24)	–	–	79.643	(79.643)	–	–	–	–
Ajuste a valor justo de opção de venda detida pelo não controlador (Nota 24)	–	–	–	–	(15.842)	(15.842)	–	(15.842)
Em 31 de dezembro de 2024	3.194.397	159.358	1.041.967	(3.166.952)	(71.042)	1.157.728	9.908	1.167.636

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita operacional líquida	2.377.432	2.726.013	2.465.082	2.793.732
Custo dos produtos vendidos	(2.029.704)	(2.064.317)	(2.064.580)	(2.090.926)
Lucro bruto	347.728	661.696	400.502	702.806
Despesas com vendas	(245.840)	(223.910)	(253.053)	(230.297)
Despesas administrativas	(301.900)	(346.167)	(324.679)	(366.352)
Impairment dos ativos não financeiros	(1.320.041)	–	(1.320.041)	–
Outras (despesas) receitas, líquidas	(23.861)	62.005	(22.721)	53.356
Resultado de equivalência patrimonial	2.673	2.518	–	–
Prejuízo operacional	(1.541.331)	153.232	(1.530.892)	161.513
Despesa financeira	(227.881)	(208.287)	(235.368)	(215.992)
Receita financeira	67.440	33.669	65.427	32.440
	(1.701.772)	(22.386)	(1.700.833)	(22.039)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social diferido	166.797	(17.988)	167.107	(17.272)
Imposto de renda e contribuição social corrente	4.510	1.073	3.970	636
Prejuízo do exercício	(1.530.465)	(39.301)	(1.529.756)	(38.675)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	–	–	(1.530.465)	(39.300)
Participação dos não controladores	–	–	709	625
	–	–	(1.529.756)	(38.675)
Resultado básico diluído por ação - R$	–	–	(700,43)	(18,44)

FLUXO DE CAIXA INDIRETO

Atividades operacionais	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.701.772)	(22.386)	(1.700.833)	(22.039)
Ajustes de				
Depreciação e amortização	166.949	157.917	170.339	161.281
Impairment dos ativos não financeiros	1.320.041	–	1.320.041	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.895)	(3.969)	(3.928)	(3.930)
Encargos financeiros sobre financiamentos	188.631	153.464	188.631	153.464
Juros ativos com empréstimos com partes relacionadas	(2.221)	(1.518)	–	–
Resultado por equivalência patrimonial	(1.317)	(1.161)	–	–
Benefício fiscal	(79.643)	(129.966)	(79.643)	(129.966)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.546)	495	(15.546)	495
Valor residual do ativo baixado	4.165	21.851	4.789	21.851
Provisões sobre vendas	(36)	(7.598)	418	(7.488)
Provisões diversas	4.262	22.600	1.597	18.507
Juros arrendamento	923	1.063	1.284	1.064
Ganho na avaliação por valor justo nas propriedades de investimento	(81)	(785)	(81)	(785)
Resultado ajustado	(119.341)	190.005	(112.753)	193.532
Contas a receber	128.874	(87.387)	126.402	(94.133)
Contas a receber - partes relacionadas	(30.475)	10.915	(30.475)	10.915
Estoques	(12.900)	(20.831)	(15.125)	(21.570)
Tributos a recuperar	(7.867)	(31.272)	(7.943)	(31.544)
Despesas antecipadas	21.981	(24.181)	21.336	(24.262)
Adiantamentos diversos	1.303	10.581	728	10.099
Depósitos judiciais	(7.370)	1.162	(7.370)	1.162
Bolsa Garantia	–	8.586	–	8.586
Fornecedores	(88.312)	63.600	(88.436)	65.833
Tributos a recolher	54.027	133.650	53.895	134.504
Empréstimos incentivados	–	(9.275)	–	(9.273)
Salários e encargos sociais	(28.975)	(46.136)	(28.638)	(45.604)
Incentivos de vendas	(6.026)	9.808	(6.026)	9.808
Contas a pagar - partes relacionadas	14.599	(7.939)	14.599	(7.939)
Outras obrigações	3.096	(1.378)	4.105	(884)
Variações no capital circulante	41.954	9.902	37.052	5.498
Juros pagos	(73.932)	(63.416)	(73.932)	(64.007)
Imposto de renda e contribuição social	4.510	–	3.719	–
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(146.809)	136.492	(145.914)	135.024
Atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado	(189.971)	(301.205)	(192.012)	(302.163)
Adições ao intangível	(6.007)	(8.589)	(6.007)	(8.589)
Empréstimos concedidos para relacionadas	(7.000)	(16.763)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(202.978)	(326.557)	(198.019)	(310.752)
Atividades de financiamento				
Amortização de financiamentos	(655.000)	(42)	(657.632)	(13.446)
Empréstimos obtidos com partes relacionadas	428.309	255.000	428.309	255.000
Integralização de capital	670.000	–	670.000	–
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(15.602)	(14.624)	(16.944)	(15.445)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	427.707	240.334	423.733	226.109
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	77.920	50.269	79.801	50.381
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	161.430	111.161	162.079	111.698
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	239.350	161.430	241.880	162.079
Geração de caixa no exercício	77.920	50.269	79.801	50.381

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Prejuízo do exercício	(1.530.465)	(39.301)	(1.529.756)	(38.675)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	(1.530.465)	(39.301)	(1.529.756)	(38.675)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	–	–	(1.530.465)	(39.300)
Participação dos não controladores	–	–	709	625
	–	–	(1.529.756)	(38.675)

Ariel Grunkraut - Diretor Presidente **Fernanda Barrocal Silva** - Diretora Administrativa Financeira **Lucas Cicero da Silva** - Controller Brasil **Anderson Martines Santana** - Contador - CRC 1SP-308803/O-4

As Demonstrações Financeiras completas e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/

Continuação da pág. A22

O negócio com precatórios cresceu após a aprovação da emenda constitucional, a PEC dos precatórios, que estabeleceu um novo regime de pagamentos de precatórios e foi aprovada pelo Congresso em 2021, durante o governo Jair Bolsonaro.

Como revelou a Folha, o Master tem cerca de R$ 16 bilhões em precatórios —parte deles sob o guarda-chuva de FIDCs (Fundo de Investimento em Direito Creditórios), um tipo de investimento em renda fixa, de acordo com auditoria feita pelo BRB.

Na operação, que ainda precisa ser aprovada pelo BC, chamou a atenção a fatia do Master que o BRB não comprou, chamada de "bad bank" (banco ruim). É esse pedaço do banco de Daniel Vorcaro que inclui os ativos de maior risco e menor liquidez, como os precatórios, pré-precatórios, ações de empresas e uma fatia do crédito. Essa parcela está sob análise do BC e pode fazer parte de uma liquidação privada.

Em meio às negociações sobre o futuro do "bad bank", a data de corte determinada para as novas regras de chamada de capital tem alimentado as pressões sobre o BC e sobre Roberto Campos Neto, presidente na época da edição da norma. O atual presidente do BC, Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já estava na diretoria do BC quando a norma foi aprovada.

Alguns grandes bancos, críticos da forma de atuação do Master e de outras instituições financeiras, reclamam nos bastidores que o BC poderia ter agido antes para ser mais duro com o Master e cobram agora nessas negociações do "bad bank" que o processo tenha efeitos "pedagógicos" para as demais instituições financeiras.

Os grandes bancos também reclamam que o aperto nas regras do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) foi tímido para impedir casos como o do Master, que usaram o FGC como atrativo para a venda de CDBs —o fundo garante até R$ 250 mil por cliente, por instituição. Eles querem novas regras com uma contribuição adicional para as instituições financeiras que oferecem mais risco ao sistema.

Procurados, Banco Central e Roberto Campos Neto não se manifestaram.

R$ 16 bilhões

é o quanto o Banco Master tem em precatórios, parte deles sob o guarda-chuva de FIDCs (Fundo de Investimento em Direito Creditórios)

R$ 2 bilhões

é o valor estimado da compra de fatia do Banco Master pelo BRB (Banco de Brasília), anunciada no final de março

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CNPJ nº 73.178.600/0001-18 - NIRE 35.300.137.728

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 1º de abril de 2025, às 11 horas, na sede social da **CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, nº 109, 2º andar, sala 01, parte, Vila Olímpia, CEP 04552-000 ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração: Srs. Elie Horn, Rogério Frota Melzi, George Zausner, Rafael Novellino, Fernando Goldsztein, João Cesar de Queiroz Tourinho, Afonso Sant'Anna Bevilaqua, Marcela Dutra Drigo, Ricardo Cunha Sales e Sérgio Agapito Lires Rial ("Conselheiros"). **3. MESA:** Presidente: Rogério Frota Melzi, e Secretário: Miguel Maia Mickelberg. **4. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade, observadas as restrições legais ao exercício do direito de voto e sem qualquer oposição, ressalva, restrição ou protesto dos presentes, na forma do Estatuto Social da Companhia, foram discutidas e aprovadas as matérias constantes da seguinte ordem do dia: 4.1. A emissão de, inicialmente, 875.000 (oitocentos e setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo que as Debêntures da 1ª (primeira) série serão denominadas "Debêntures DI I", as Debêntures da 2ª (segunda) série serão denominadas "Debêntures DI II", e, em conjunto com as Debêntures DI I, as "Debêntures DI" e as Debêntures da 3ª (terceira) série serão denominadas "Debêntures IPCA", e, em conjunto com as Debêntures DI, as "Debêntures"), com o valor total da Emissão de, inicialmente, R$ 875.000.000,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões de reais), nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 18ª (Décima Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Três Séries, para Colocação Privada, da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações"* ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Companhia e **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade anônima com registro de companhia securitizadora perante a CVM, sob o nº 137, categoria "S1", e devidamente autorizada a funcionar como companhia securitizadora nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 550, 4º andar, Cidade Monções, CEP 04.571-925, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 04.200.649/0001-07, na qualidade de debenturista ("Debenturista" ou "Securitizadora"); e nos termos das características indicadas no item 4.5 abaixo; 4.2. A vinculação das Debêntures como lastro para a emissão de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), nos termos do *"Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 102ª (centésima segunda) Emissão, em até 3 (três) séries, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Companhia Província de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações"* ("Termo de Securitização") a ser celebrado entre a Debenturista, na qualidade de emissora dos CRI, e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 4.200, Bloco nº 8, Ala B, salas nºs 302, 303 e 304, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário dos CRI ("Agente Fiduciário dos CRI"); 4.3. A emissão e distribuição por meio de oferta pública dos CRI, em regime de garantia firme e de melhores esforços de colocação, a ser realizada por determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que poderão, a seu exclusivo critério, convidar outras instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do *"Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública, Sob Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em até 3 (três) Séries da 102ª (centésima segunda) Emissão da Companhia Província de Securitização, lastreado em Créditos Imobiliários devidos pela Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações"* ("Contrato de Distribuição"); 4.4. Ratificar todos os atos da Diretoria da Companhia no que se refere aos itens 4.1, 4.2 e 4.3 acima, incluindo a celebração de todos os documentos relativos às Debêntures, seus aditamentos e quaisquer documentos a eles acessórios incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão, ao Contrato de Distribuição e ao *"Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais, sem Garantia Real Imobiliária, em até 3 (três) séries, sob a Forma Escritural e Outras Avenças"* ("Escritura de Emissão de CCI"). 4.5. As Debêntures terão as seguintes características e condições adicionais: Para fins desta seção das características das Debêntures, adotam-se as definições a serem previstas na Escritura de Emissão sem prejuízo daquelas que forem estabelecidas aqui, e as demais características não previstas aqui, estarão previstas na Escritura de Emissão. A. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será o dia 15 de abril de 2025 ("Data de Emissão"). B. Conversibilidade, tipo e forma: As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que a sua titularidade será comprovada na forma da Escritura. C. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, sem qualquer tipo de garantia, nos termos do artigo 58, caput, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). As Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos ativos da Companhia em particular para garantir à Debenturista em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures. D. Prazo e Data de Vencimento: Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado total das Debêntures e/ou vencimento antecipado das Debêntures a serem previstas na Escritura de Emissão: d.(i) O prazo de vencimento das Debêntures DI I será de 1.458 (mil quatrocentos e cinquenta e oito) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser indicada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures DI I"). d.(ii) O prazo de vencimento das Debêntures DI II será de 1.822 (mil oitocentos e vinte e dois) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser indicada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures DI II"). d.(iii) O prazo de vencimento das Debêntures IPCA será de 2.555 (dois mil quinhentos e cinquenta e cinco) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser indicada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures IPCA" e, em conjunto e indistintamente com a Data de Vencimento das Debêntures DI I e com a Data de Vencimento das Debêntures DI II, "Data de Vencimento"). E. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil) reais, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). F. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas, inicialmente, 875.000 (oitocentas e setenta e cinco mil) Debêntures, na Data de Emissão, observado que a quantidade de Debêntures poderá ser diminuída caso haja o exercício parcial ou não haja o exercício da Opção de Lote Adicional (conforme abaixo definido), desde que respeitado o Montante Mínimo Total (conforme abaixo definido), sendo certo que a quantidade de Debêntures a ser alocada como Debêntures DI I e/ou Debêntures DI II será definida em Sistema de Vasos Comunicantes (conforme a ser definido na Escritura de Emissão), após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimentos nos CRI a ser conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores" e "Procedimento de Bookbuilding dos CRI", respectivamente), observado que **(i)** no mínimo 500.000 (quinhentas mil) Debêntures serão alocadas como Debêntures DI, em Sistema de Vasos Comunicantes entre as Debêntures DI I e as Debêntures DI II ("Montante Mínimo das Debêntures DI"); **(ii)** não haverá quantidade mínima para as Debêntures DI I ou para as Debêntures DI II, de forma que a primeira série ou a segunda série poderá não ser emitida, caso em que haverá a alocação de, ao menos, o volume do Montante Mínimo das Debêntures DI na série remanescente, nos termos a serem acordados ao final do Procedimento de *Bookbuilding* dos CRI; e **(iii)** serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures IPCA. No âmbito da Oferta dos CRI, nos termos do artigo 50 da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), a Debenturista, em conjunto com os Coordenadores e com a Companhia, poderá aumentar em até 25% (vinte e cinco por cento) a quantidade dos CRI originalmente ofertada, qual seja, de 700.000 (setecentos mil) CRI, equivalente a, na data de emissão dos CRI, R$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), correspondendo a um aumento de até 175.000 (cento e setenta e cinco mil) CRI, equivalente a, na data de emissão dos CRI, R$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), totalizando até R$ 875.000.000,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões de reais), nas mesmas condições dos CRI inicialmente ofertados, nos termos do artigo 50 da Resolução CVM 160, os quais serão alocados entre os CRI DI ("Opção de Lote Adicional"). Os CRI oriundos de eventual exercício, total ou parcial, da Opção de Lote Adicional serão distribuídos sob regime de melhores esforços de colocação pelos Coordenadores. Na hipótese de, no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding* dos CRI, a demanda apurada junto a investidores para subscrição e integralização dos CRI ser inferior a 875.000 (oitocentos e setenta e cinco mil) CRI (considerando o não exercício ou o exercício parcial da Opção de Lote Adicional, no âmbito da emissão dos CRI), o Valor Total da Emissão e a quantidade de Debêntures, serão reduzidos proporcionalmente ao valor total da emissão e quantidade dos CRI, com o consequente cancelamento das Debêntures não integralizadas, a ser formalizado por meio de aditamento à Escritura, sem a necessidade de deliberação societária adicional da Companhia, da Debenturista ou aprovação em assembleia geral de Titulares de CRI (conforme a ser definido na Escritura de Emissão), observado: (i) a quantidade mínima de 700.000 (setecentas mil) de Debêntures, correspondente a R$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Montante Mínimo Total"), as quais deverão ser subscritas e integralizadas em relação aos respectivos CRI, nos termos a serem previstos no Termo de Securitização; (ii) o Montante Mínimo das Debêntures DI; e (iii) que serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures IPCA, correspondentes a R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). G. Atualização Monetária: g.(i) Atualização Monetária das Debêntures DI: O Valor Nominal Unitário das Debêntures DI não será atualizado monetariamente. g.(ii) Atualização Monetária das Debêntures IPCA: O Valor Nominal Unitário das Debêntures IPCA ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures IPCA, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde **(i)** a Primeira Data de Integralização dos CRI IPCA (conforme a ser definido no Termo de Securitização), até a primeira Data de Aniversário (conforme a ser definido na Escritura de Emissão) das Debêntures IPCA, ou **(ii)** da Data de Aniversário das Debêntures IPCA imediatamente anterior até a Data de Aniversário das Debêntures IPCA imediatamente subsequente ou a integral liquidação das Debêntures IPCA, conforme o caso ("Atualização Monetária"), sendo o produto da atualização automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures IPCA ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures IPCA, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. H. Remuneração das Debêntures: h.(i) Remuneração das Debêntures DI I: A partir da primeira Data de Integralização (conforme a ser definido na Escritura de Emissão) das Debêntures DI I, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures DI I ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures DI I, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes ao percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *"over extra-grupo"*, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no informativo diário disponível em sua página de Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI"), a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* dos CRI, limitado a 96% (noventa e seis por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures DI I"). A Remuneração das Debêntures DI I será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures DI I ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures DI I, desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) das Debêntures DI I imediatamente anterior (inclusive), o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento (exclusive). Após a realização do Procedimento de Bookbuilding dos CRI e antes da primeira Data de Integralização, a definição da Remuneração das Debêntures DI I, será objeto de aditamento à Escritura, ficando desde já a Companhia autorizada e obrigada a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de qualquer aprovação pelos titulares das Debêntures DI I e/ou dos Titulares de CRI DI I, ou aprovação societária pela Companhia. O cálculo da Remuneração das Debêntures DI I obedecerá à fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. h.(ii) Remuneração das Debêntures DI II: A partir da primeira Data de Integralização das Debêntures DI II, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures DI II ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures DI II, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes ao percentual da variação acumulada da Taxa DI, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* dos CRI, limitado a 97% (noventa e sete por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures DI II", em conjunto com a Remuneração das Debêntures DI I, a "Remuneração das Debêntures DI"). A Remuneração das Debêntures DI II será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures DI II ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures DI II, desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures DI II imediatamente anterior (inclusive), o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento (exclusive). Após a realização do Procedimento de *Bookbuilding* dos CRI e antes da primeira Data de Integralização, a definição da Remuneração das Debêntures DI II, será objeto de aditamento à Escritura, ficando desde já a Companhia autorizada e obrigada a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de qualquer aprovação pelos titulares das Debêntures DI II e/ou dos Titulares de CRI dos CRI DI II, ou aprovação societária pela Companhia. O cálculo da Remuneração das Debêntures DI II obedecerá à fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. h.(iii) Remuneração das Debêntures IPCA: A partir da primeira Data de Integralização das Debêntures IPCA, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitado ao maior entre: (i) 7,7771% (sete inteiros, sete mil setecentos e setenta e um décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou **(ii)** a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA – (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2030, a ser apurada no fechamento do Dia Útil da data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) ("Remuneração das Debêntures IPCA" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures DI e com a Remuneração das Debêntures DI I, "Remuneração das Debêntures"). A Remuneração das Debêntures IPCA será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA, desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures IPCA imediatamente anterior (inclusive), o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento. Após a realização do Procedimento de *Bookbuilding* dos CRI e antes da primeira Data de Integralização, a definição da Remuneração das Debêntures IPCA, será objeto de aditamento à Escritura de Emissão, ficando desde já a Companhia autorizada e obrigada a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de qualquer aprovação pelos titulares das Debêntures IPCA e/ou dos Titulares de CRI dos CRI IPCA, ou aprovação societária pela Companhia. O cálculo da Remuneração das Debêntures IPCA será realizado conforme disposto na Escritura de Emissão. h.(iv) Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga conforme cronograma a ser indicado na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). I. Amortização das Debêntures: Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, amortização extraordinária (caso aplicável), ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão ("Amortização Programada"). i.(i) Amortização das Debêntures DI I: O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures DI I será amortizado em 1 (uma) única parcela, devido na Data de Vencimento das Debêntures DI I. i.(ii) Amortização das Debêntures DI II: O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures DI II será amortizado em 1 (uma) única parcela, devido na Data de Vencimento das Debêntures DI II. i.(iii) Amortização das Debêntures IPCA: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA, conforme o caso, será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais, sendo o 1º (primeiro) pagamento devido na data a ser indicada na Escritura, e o último na Data de Vencimento das Debêntures IPCA, conforme tabela disposta na Escritura. J. Desmembramento: Não será admitido o desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. K. Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida à Debenturista, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor total devido e juros de mora equivalente a 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, ambos calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"). L. Forma de subscrição e integralização: Mediante a satisfação ou renúncia pelos Coordenadores das condições precedentes a serem previstas no Contrato de Distribuição, as Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional: (i) na primeira Data de Integralização dos CRI, pelo seu Valor Nominal Unitário; e (ii) caso, excepcionalmente, em virtude de aspectos operacionais, não ocorra a integralização da totalidade dos CRI na primeira Data de Integralização, a integralização deverá ocorrer em outra Data de Integralização, pelo Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização, até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Integralização"). Será admitida a subscrição e integralização das Debêntures em datas distintas, podendo as Debêntures ser colocadas com ágio e deságio, a ser definido a exclusivo critério pelos Coordenadores, se for o caso, no ato de subscrição dos CRI, desde que aplicados em igualdade de condições a todos os investidores de uma mesma série dos CRI em cada Data de Integralização e consequentemente, para todas as Debêntures, na ocorrência de uma ou mais das seguintes situações objetivas de mercado, incluindo, mas não se limitando a: (a) alteração na taxa SELIC; (b) alteração nas taxas de juros dos títulos do tesouro nacional; (c) alteração na Taxa DI; ou (d) alteração no IPCA, sendo certo que o preço da Oferta será único e, portanto, eventual ágio ou deságio deverá ser aplicado à totalidade dos CRI de uma mesma série integralizados em uma mesma Data de Integralização e, consequentemente, para todas as Debêntures da respectiva série. M. Repactuação: Não haverá repactuação das Debêntures. N. Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, realizar oferta de resgate antecipado facultativo de todas ou de determinada série de Debêntures, de forma individual a cada série, endereçada à Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRI ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado poderá ser por série das Debêntures, e deverá ter por objeto a totalidade das Debêntures de cada uma das séries, e será operacionalizada da forma descrita na Escritura. O. Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado de todas ou de determinada série de Debêntures, de forma individual a cada série ("Resgate Antecipado Facultativo"), sendo que o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures poderá ocorrer após o decurso (i) de 18 (dezoito) meses contados da Data de Emissão para as Debêntures DI I, ou seja, a partir de 15 de outubro de 2026 (inclusive); (ii) 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão para as Debêntures DI II, ou seja, a partir de 15 de abril de 2027 (inclusive); e (iii) 30 (trinta) meses contados da Data de Emissão para as Debêntures IPCA, ou seja, a partir de 15 de outubro de 2027 (inclusive). Nesse sentido, o Resgate Antecipado Facultativo poderá ser por série de Debêntures, desde que tenha por objeto a totalidade das Debêntures de cada uma das séries, observado o a ser disposto na Escritura de Emissão. o.(i) O valor a ser pago à Debenturista a título de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures DI da respectiva série, e posteriormente repassado aos Titulares de CRI dos CRI DI (conforme a ser definido na Escritura de Emissão) da respectiva série pela Debenturista, nos termos a serem previstos no Termo de Securitização, será, em relação às Debêntures DI da respectiva série, equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures DI da respectiva série, conforme o caso, acrescido **(i)** da Remuneração das Debêntures DI da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização, ou desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures DI da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures DI da respectiva série; acrescido **(ii)** dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures DI da respectiva série, devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, se houver; e **(iii)** de um prêmio de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor das Debêntures DI da respectiva série, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures DI, conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo coincida com uma data de amortização das Debêntures DI e/ou com uma Data de Pagamento da Remuneração, o prêmio previsto no item (iii) acima deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva série, conforme o caso, após o referido pagamento, observado o a ser disposto na Escritura de Emissão. o.(ii) Valor do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures IPCA. O valor a ser pago à Debenturista a título de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures IPCA, e posteriormente repassado aos Titulares de CRI dos CRI IPCA (conforme a ser definido no Termo de Securitização) pela Debenturista, nos termos a serem previstos no Termo de Securitização, será, em relação às Debêntures IPCA, equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) abaixo: (a) o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA acrescido **(i)** da Remuneração das Debêntures IPCA calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures IPCA ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures IPCA imediatamente anterior (inclusive) até a data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures IPCA (exclusive); **(ii)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(iii)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures IPCA, conforme aplicável; ou (b) a soma das parcelas remanescentes **(i)** do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA e da Remuneração das Debêntures IPCA, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures IPCA até a Data de Vencimento das Debêntures IPCA, trazida a valor presente até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures IPCA, utilizando-se como taxa percentual de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B) com *duration* mais próxima a *duration* remanescente das Debêntures IPCA na data do efetivo resgate, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo IPCA, decrescida de uma taxa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), calculado conforme a ser disposto na Escritura de Emissão; **(ii)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(iii)** de quaisquer obrigações pecuniárias e acréscimos referentes às Debêntures IPCA. P. Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributo: A Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado por Evento de Retenção de Tributos") na hipótese de um Evento de Retenção de Tributos. Para os fins da Escritura de Emissão, será considerado um "Evento de Retenção de Tributos", o desenquadramento das Debêntures como lastro válido para os CRI por inobservância ao disposto na Resolução CMN 5.118. Q. Amortização Extraordinária Facultativa: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover a amortização extraordinária facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa"), devendo a Debenturista realizar a amortização extraordinária dos CRI na mesma proporção ("Amortização Extraordinária dos CRI"), sendo que a Amortização Extraordinária Facultativa poderá ocorrer após o decurso de (i) de 18 (dezoito) meses contados da Data de Emissão para as Debêntures DI I, ou seja, a partir de 15 de outubro de 2026 (inclusive); (ii) 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão para as Debêntures DI II, ou seja, a partir de 15 de abril de 2027 (inclusive); e (iii) 30 (trinta) meses contados da Data de Emissão para as Debêntures IPCA, ou seja, a partir de 15 de outubro de 2027 (inclusive). Nesse sentido, a Amortização Extraordinária Facultativa poderá englobar proporcionalmente as Debêntures de todas as séries, ou somente uma série específica, a critério da Companhia, observado o limite de amortização a ser descrito na Escritura de Emissão. q.(i) Valor da Amortização Extraordinária das Debêntures DI. O valor a ser pago à Debenturista a título de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures DI, e posteriormente repassado aos Titulares de CRI dos CRI DI pela Debenturista, nos termos a serem previstos no Termo de Securitização, será, em relação às Debêntures DI, equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures DI a ser amortizado, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures DI da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização, ou desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da respectiva série; acrescido (ii) dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série, devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa, se houver, e (iii) de um prêmio de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor das Debêntures DI da respectiva série, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures DI da respectiva série, conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão. Caso a data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures DI coincida com uma data de amortização das Debêntures e/ou com uma Data de Pagamento da Remuneração, o prêmio previsto no item (iii) acima deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva série, após o referido pagamento, observado o a ser previsto na Escritura de Emissão. q.(ii) Valor da Amortização Extraordinária das Debêntures IPCA. O valor a ser pago à Debenturista a título de Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures IPCA, e posteriormente repassado aos Titulares de CRI dos CRI IPCA pela Debenturista, nos termos a serem previstos no Termo de Securitização, será, em relação às Debêntures IPCA, equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) abaixo: (a) à parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA acrescido **(i)** da Remuneração das Debêntures IPCA calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures IPCA ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures IPCA imediatamente anterior (inclusive) até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures IPCA (exclusive); acrescido **(ii)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(iii)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures IPCA, conforme aplicável; ou (b) a soma dos valores remanescentes **(i)** da parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA e da Remuneração das Debêntures IPCA, desde a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures IPCA até a Data de Vencimento das Debêntures IPCA, trazida a valor presente até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures IPCA, utilizando-se como taxa percentual de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B) com *duration* mais próxima à *duration* remanescente das Debêntures IPCA na data do efetivo resgate, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures IPCA, decrescida de uma taxa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), calculado conforme disposto na Escritura; **(ii)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(iii)** de quaisquer obrigações pecuniárias e acréscimos referentes às Debêntures IPCA. R. Vencimento Antecipado: Observado o a ser previsto na Escritura de Emissão, as obrigações da Companhia constantes da Escritura de Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, à Companhia o pagamento, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures DI ou Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, calculados desde a data do inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer dos eventos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão. S. Demais Termos e Condições: Os demais termos e condições da Emissão das Debêntures seguirão previstos na Escritura de Emissão. **5. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrada esta ata na forma de sumário, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes, conforme assinaturas no livro próprio. São Paulo, 1º de abril de 2025. **ROGÉRIO FROTA MELZI** - Presidente e **MIGUEL MAIA MICKELBERG** - Secretário. Membros do Conselho de Administração Presentes: **Elie Horn, Rogério Frota Melzi, Fernando Goldsztein, George Zausner, Rafael Novellino, João Cesar de Queiroz Tourinho, Afonso Sant'Anna Bevilaqua, Marcela Dutra Drigo, Ricardo Cunha Sales e Sérgio Agapito Lires Rial.** JUCESP nº 132.274/25-5 e 14.04.2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

INSS é lento no roubo e rápido no desconto

Instituto ignora lei e desconta de quem ganhou a revisão da vida toda

Rômulo Saraiva

Advogado especialista em Previdência, é professor, autor do livro "Fraude nos Fundos de Pensão" e mestre em direito previdenciário

A revisão da vida toda é um caso previdenciário, mas diz muito sobre o Brasil, o comportamento das nossas principais instituições, suas incoerências e idiossincrasias. O STF (Supremo Tribunal Federal), quando precisou se debruçar sobre essa tese, revelou o que é capaz de fazer e o quão frágil é a segurança jurídica institucional que a Corte pode oferecer à sociedade. Num dia, o tribunal é a favor; noutro, radicalmente contra.

Já o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) também mostra que não tem limite para usar do seu poder, enquanto autarquia integrante do governo, e fazer apelos com seus contatos em Brasília, de modo a influenciar negativamente no julgamento da causa, a exemplo da precificação irreal em R$ 360 bilhões para legitimar o argumento de que a revisão iria "quebrar o Brasil".

Não é só isso.

Ao julgar a ação direta de inconstitucionalidade nº 2111, o Supremo decidiu que valores recebidos por segurados até 5 de abril de 2024 em decorrência da revisão da vida toda não devem ser devolvidos. O marco temporal é a publicação do julgamento da ADI.

É que alguns aposentados conseguiram, enquanto tramitava seus processos, autorização do juiz para acessar o aumento, por meio de liminares ou antecipação de tutela. Conforme decidiu o STF, parte desses não precisará devolver nada.

Embora o STF somente tenha assim se posicionado em 10 de abril de 2025, arbitrariamente o INSS já vinha desde o início do ano cassando decisões judiciais e cobrando sumariamente os valores, com a rubrica "desconto consignado".

> **Por detrás da revisão da vida toda se evidencia também o fracasso das instituições, da segurança jurídica, da coerência, do respeito à lei e do Estado democrático de Direito**

Conquanto o INSS tenha o direito de realizar a autotutela, quando se trata de decisão proferida por juiz, somente o Judiciário deveria desfazer. Ignorando a legalidade, a ampla defesa e o contraditório, o instituto unilateralmente passou a atropelar decisões judiciais, talvez por achar mais rápido e menos trabalhoso.

O uso arbitrário das próprias razões não fica só nisso. Em alguns casos, mesmo sem o juiz ter ordenado o desfazimento, o INSS teve a desfaçatez de colocar no histórico de ocorrência do segurado que aquele ato decorria de "determinação judicial para desfazer revisão da vida toda, retornando ao valor inicial".

Ao modular os efeitos da decisão, o Supremo deixou bem clara a excepcionalidade de que apenas nesse caso não irão se cobrar honorários sucumbenciais, custas e perícias contábeis de quem perdeu a ação.

Por outro lado, o STF deixa a oportunidade de quem recebeu o aumento da revisão, por liminar ou tutela antecipada, a partir de 5 de abril de 2024 até hoje ser cobrado pelo INSS para devolver valores.

O curioso é que o instituto tem se revelado austero e veloz para desfazer a revisional. Mas desde 2022 o mesmo INSS tem sido leniente em permitir que milhares de aposentados em todo o Brasil sofram um espécie de roubo mensal, na medida em que associações previdenciárias inidôneas fazem descontos ilegais ao seu bel-prazer na folha de pagamentos.

A revisão da vida toda fracassou. Não teria problema algum se fosse só uma tese previdenciária. Afinal, esse risco é inerente a qualquer processo. A questão é que por detrás da revisão se evidencia também o fracasso das instituições, da segurança jurídica, da coerência, do respeito à lei e do Estado democrático de Direito.

Previdência cria novo programa de perícias para diminuir fila de 2 milhões

Ana Paula Branco

SÃO PAULO Para tentar destravar a fila de mais de 2 milhões de pedidos no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), o governo federal instituiu nesta quarta-feira (16) o Programa de Gerenciamento de Benefícios, que prevê pagamento extra para servidores e peritos que concluírem processos de forma mais ágil.

A nova medida provisória, publicada em edição extra do Diário Oficial, autoriza uma remuneração de R$ 68 por processo analisado por servidores do INSS, e R$ 75 por perícia médica ou análise documental feita por peritos federais. O programa terá validade de um ano, prorrogável até o fim de 2026.

O programa priorizará processos com prazos expirados, sejam eles judiciais ou administrativos com mais de 45 dias, além de avaliações sociais do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e serviços médico-periciais em unidades com dificuldades de atendimento.

Poderão participar do programa servidores do INSS e peritos médicos federais, desde que a participação não prejudique os atendimentos regulares da Previdência Social.

Mas há limites: os pagamentos só acontecerão se houver verba no orçamento, e não valem para servidores em greve ou com horas a compensar.

A proposta ainda precisa de regulamentação por portaria interministerial do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Ministério da Previdência Social, e os participantes terão que atingir metas de desempenho.

A medida, segundo o governo, busca dar continuidade à promessa de campanha do presidente Lula de reduzir a fila de espera por benefícios sociais.

Nos primeiros meses do programa anterior, iniciado em 2023, o número de pedidos pendentes caiu de 1,8 milhão para 1,3 milhão, mas voltou a subir após a greve de 2024. Agora, a expectativa é de que o novo incentivo acelere novamente a análise.

Os peritos médicos do INSS encerraram a maior paralisação da história da categoria em 11 de abril, após terem assinado um termo de acordo com o governo federal. A categoria reclamava da quebra de um acordo assinado ainda na gestão Jair Bolsonaro, que revia as metas individuais de cada servidor.

De acordo com a ANMP (Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais), o pacto firmado ainda não corresponde à expectativa dos trabalhadores, mas "garante a estabilização do conflito classista e a segurança dos peritos".

FABIANA - TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA. CNPJ Nº 52.246.046/0001-88. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO. REUNIÃO DE SÓCIOS.** Ficam convocados os quotistas da Fabiana - Transportes Marítimos Ltda., para participarem da Reunião de Sócios a ser realizada, no dia 29 de Abril de 2025, às 10:00 horas, em primeira convocação, com a presença de 3/4 do capital votante, às 10:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, de modo presencial, na sede da sociedade, sito à Av. Governador Mário Covas Júnior, s/nº - Portão 18/19, Santos - SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I – Regularização da pendência administrativa perante a JUCESP por meio da deliberação quanto ao ingresso dos novos sócios e redistribuição das quotas do sócio José Alexandre em decorrência do formal de partilha dos bens deixados por **Roseli de Freitas Marques Alexandre** (ex-cônjuge do sócio José Alexandre); II – Alteração da cláusula de administração da sociedade, nomeação remuneração dos administradores; III – Alteração geral das demais cláusulas do contrato social da Sociedade, (inclusive, mas não se limitando a alteração do objeto social, da cláusula de distribuição de dividendos, direito de preferência, resolução da sociedade em relação aos sócios e pagamento de haveres; Alteração da cláusula Reunião/Assembleia de Sócios e quóruns de votação, mecanismo de solução de impasse e etc); e IV - Assuntos Gerais de interesse da sociedade. Santos-SP, 17 de abril de 2025. José Alexandre - Sócio Administrador

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 23/2025

Processo Administrativo nº 942/2025

Objeto: Aquisição de brinquedos destinados às crianças do Município de Cajamar, a serem distribuídos no Natal de 2025, conforme condições estabelecidas no Edital.

Data de Disponibilização do Edital e Início do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica: 22/04/2025 às 08h30.

Data do Fim do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica: 06/05/2025 às 08h30.

Data e Hora de Abertura para Sessão Pública: 06/05/2025 às 09h00.

Endereço Eletrônico: www.bll.org.br.

Edital disponível também em: www.cajamar.sp.gov.br

Cajamar, 16 de abril de 2025

João Paulo Machado Nogueira

Secretário Municipal de Administração

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Itaú

[illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A** [illegible] **RODRIGO MARTINS ROBERTO** [illegible] **FERNANDA ROCHA ROBERTO** [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **Presencial e Online** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **R$ 417.791,80** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **R$ 350.570,94** [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

Sul Geradora Participações S.A.

cpfl sul geradora

CNPJ nº 10.401.234/0001-02 - NIRE 35.300.177.754

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Sul Geradora Participações S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas no dia 28 de abril de 2025, às 10h30, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Zoom Meetings*, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria constante da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e **(iii)** eleição de membro do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovação da fixação da remuneração dos administradores. (ii) reforma geral do Estatuto Social; e (iii) consolidação do Estatuto Social. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: **(i)** pessoa física - documento de identificação com foto; **(ii)** pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer a AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: **(i)** instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGOE; e **(ii)** indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: **(i)** ser acionista ou administrador da Companhia e **(ii)** ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação nas AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restritas aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas nas AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, SP, 17 de abril de 2025

Karin Regina Luchesi - Presidente do Conselho de Administração

Paulista Lajeado Energia S.A.

CPFL ENERGIA

CNPJ nº 03.491.603/0001-21 - NIRE 35.300.174.399

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Paulista Lajeado Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas no dia 28 de abril de 2025, às 10h, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Zoom Meetings*, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria constante da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e a distribuição dividendos; e **(iii)** eleição de membro do Conselho de Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovação da fixação da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer a AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação nas AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas nas AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, SP, 17 de abril de 2025

Karin Regina Luchesi - Presidente do Conselho de Administração

SINDICATO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA-SIMDE

CNPJ 73.873.062/0001-69

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos as Associadas do Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa - SIMDE, a participarem da Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada no dia **29 de abril de 2025**, às 9h, em primeira convocação e uma hora após em segunda convocação, a ser realizada em formato híbrido, presencialmente na FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, sito à Avenida Paulista, 1313, Bela Vista, São Paulo/SP e via vídeo conferência pela plataforma zoom (Lei Nº 14.010, de 10 de junho de 2020) com a seguinte pauta: 1. Deliberar sobre relatório anual de contas da Entidade e respectivo parecer do Conselho Fiscal; 2. Reajuste de mensalidades. Carlos Frederico Queiroz de Aguiar, Diretor Presidente. São Paulo, 17 de abril de 2025.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00639362192025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Pregão Eletrônico: 332101 - 90684/2025
Nº Processo: 147.00018340/2024-90
Objeto: Aquisição de sistema de laser para radioterapia
Total de Itens Licitados: 01 (um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 16/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 16/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 30/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

Aviso de DISPENSA ELETRÔNICA 15/2025
COMPRASNET Nº. 90015

CONTRATANTE (UASG): PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS (986411). OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CAPACITAÇÃO PARA REDE DE ATENDIMENTO COM O TEMA "CONSTRUINDO REDES DE PROTEÇÃO: COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES". VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 5.450,00 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais). PERÍODO DE PROPOSTAS: De 22/04/2025 às 8h Até 24/04/2025 às 17h. PERÍODO DE LANCES: De 25/04/2025 às 8:30h Até 25/04/2025 às 14:30h. PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00639376742025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Pregão Eletrônico: 332101 - 90686/2025
Nº Processo: 147.00009847/2024-52
Objeto: Aquisição de escova estéril para coleta
Total de Itens Licitados: 01 (um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 16/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 16/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 30/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº **249/2025** - Processo n. º **138.446/2023**
Modalidade: Pregão Eletrônico nº **140/2025** - **MENOR PREÇO POR LOTE, LICITAÇÃO NO MODO AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO - OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS I E III DESTE EDITAL - PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Interessada:** Secretaria Municipal de Obras. **Período para entrega das propostas: 22/04/2025 às 08h até 08/05/2025 às 09h. Data prevista para abertura da sessão pública: dia 08/05/2025 às 09h.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e telefone (14) 3235-1292 ou através de **download** gratuito no site www.bauru.sp.gov.br, ou pelo **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000209/2025** ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Nº 98140/2025**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 16/04/2025 - José Roberto dos Santos Júnior - Diretor da Divisão de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 157/2025 - PE SMS nº 102/2025 - Processo: 16.817/2025 - Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93157/2025** - Registro de Preços- **AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por item - **Objeto** Aquisição anual estimada de INSUMOS HOSPITALARES, devidamente especificados no anexo I do edital, através do sistema de registro de preços - Período para entrega das propostas: **17/04/2025 às 8h até 06/05/2025 às 9hm**. Data prevista para abertura da sessão pública: **06/05/2025 às 9h. Pregoeiro(a): Talita Costa Silva Buk Cruz.** O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000199/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 16/04/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscilla Dionisio Zanotto - Diretora da Divisão Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº. 021/2025
Plataforma LICITANET
Processo nº. 018/2025

Objeto: - O presente processo tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO E DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PARA A MANUTENÇÃO, CONSERTO, REPARO E ADEQUAÇÃO DOS PRÓPRIOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE JERIQUARA/SP**, pelo período de 12 (doze) meses, **com as respectivas quantidades e valores descritos no Termo de Referência (Anexo I)**. Total de lote licitados: 1. Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 às 08h30 no site www.licitanet.com.br. Abertura das Propostas: 06/05/2025 às 09H00 no site www.licitanet.com.br. O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 17/04/2025 na Divisão de Compras e Licitações sito à Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara-SP, CEP 14.450-000, fone/fax (16) 3134-8700 / (16) 99141-5521, das 08h às 11h e das 13h às 16h, ou pelos sítios: www.jeriquara.sp.gov.br ou www.licitanet.com.br

ELAINE PINHEIRO DE PAULA MANSANO GARCIA
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JORGE APARECIDO LOPES, Secretário Municipal de Governo e Administração, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** a empresa **EMS ENGENHARIA LTDA**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 017/2025 – Processo Licitatório nº 018/2025 – Registro de Preços**, cujo objeto é a eventual aquisição de materiais de alvenaria, hidráulicos e sanitários, esquadrias, vidros e acessórios, madeiras e correlatos, constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil - SINAPI. **Homologado em:** 16/04/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 017/2025 – Processo Licitatório nº 018/2025 – Registro de Preços **Contratante:** Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratada: EMS ENGENHARIA LTDA Objeto:** Eventual aquisição de materiais de alvenaria, hidráulicos e sanitários, esquadrias, vidros e acessórios, madeiras e correlatos, constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil - SINAPI. **Data de Assinatura da Ata de Registro de Preços:** 16/04/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

ILZA ALVES ROCHA CACCIOLARI, Secretário Municipal da Assistência Social, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** as empresa **ALIANÇA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, **EMERSON LUIZ DA SILVA** e **MULTILISA COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA**, , referente ao **Pregão Eletrônico nº 028/2025 – Processo Licitatório nº 030/2025 – Registro de Preços**, cujo objeto é a eventual aquisição de materiais escolares e de papelaria para o serviço de acolhimento – Casa de Abrigo, CCA, CCI, Cras I e II e Secretaria Municipal de Assistência Social. **Homologado em:** 16/04/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 028/2025 – Processo Licitatório nº 030/2025 – Registro de Preços **Contratante:** Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratadas: ALIANÇA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, EMERSON LUIZ DA SILVA e MULTILISA COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA Objeto:** Eventual aquisição de materiais escolares e de papelaria para o serviço de acolhimento – Casa de Abrigo, CCA, CCI, Cras I e II e Secretaria Municipal de Assistência Social. **Data de Assinatura da Ata de Registro de Preços:** 16/04/2025

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00640746742025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Pregão Eletrônico: 332101 - 90543/2025
Nº Processo: 147.00015090/2024-52
Objeto: Aquisição de suporte coletor para perfuro cortante
Total de Itens Licitados: 01 (um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 17/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00640725262025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Pregão Eletrônico: 332101 - 90492/2025
Nº Processo: 147.00003578/2025-00
Objeto: Aquisição de tubo para coleta a vácuo - líquor
Total de Itens Licitados: 01 (um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 17/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Estado de São Paulo

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Estado de São Paulo – Sindinstalação, CNPJ 62.655.608/0001-33, situado à Avenida Paulista, 1313 – 9º andar, sala 905, Cerqueira Cesar, São Paulo, convoca as empresas associadas deste Sindicato, para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada virtualmente, através do aplicativo TEAMS, no dia **25 de abril de 2025, às 10h30**, em primeira convocação, e às **11h00** em segunda convocação, deliberando-se então com os associados presentes, a fim de tratar sobre: 1) Abertura dos trabalhos em caráter permanente para avaliação dos pleitos formulados pelos Sindicatos dos Trabalhadores; 2) Outorga de poderes pelos presentes ao Sindinstalação nas referidas negociações com o objetivo de pactuar a Convenção Coletiva de Trabalho com vigência 2025/2026, suscitar dissídios coletivos, e outras medidas que se fizerem necessárias para tais objetivos, com os Sindicatos e Federações de Trabalhadores; 3) Reajuste da mensalidade associativa e da contribuição negocial das empresas ao sindicato patronal, prevista art. 513 – alínea "e" da Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo, 17 de abril de 2025. José Silvio Valdissera – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO.

O Município de Emilianópolis, faz saber que se encontra aberto o Pregão Eletrônico nº 012/2025, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E UMA MOTOCICLETA, ORIUNDO DE CONVÊNIO Nº 007.00053572/2023-07, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O MUNICÍPIO DE EMILIANÓPOLIS, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL MUNICIPAL, que será regido pela Lei nº 14.133/21, e pelas condições estabelecidas no Edital, que estão disponíveis no Site Oficial do município: Jornal Folha de São Paulo; Portal de Compras Públicas e Portal Nacional de Contratações Públicas. A sessão de abertura será no dia 06 de maio de 2025, com início às 09:00 horas, no Paço Municipal, situado na Rua Pe. Cornélio Knubler, 256 – Centro – Emilianópolis/SP – CEP 19350-000.Emilianópolis, 16 de abril de 2025. Elton Munhoz da Souza, Prefeito Municipal

---

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00640003852025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Pregão Eletrônico: 332101 - 90586/2025
Nº Processo: 147.00017780/2024-20
Objeto: Aquisição de filtro de dialisato - Hemodiálise
Total de Itens Licitados: 01 (um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 17/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO

CNPJ/MF nº 56.583.788/0001-06

ELEIÇÕES SINDICAIS 2025/2030 - AVISO RESUMIDO

Em cumprimento ao que dispõe o capítulo IV e seus artigos 15º e 16º do Estatuto Social desta Entidade, faço saber aos que deste tiverem conhecimento, que no dia 06/05/2025, em primeiro escrutínio, ou dia 12/05/2025, em caso de segundo escrutínio ou ainda no dia 19/05/2025, em caso de terceiro escrutínio, todos no horário de 9:00 às 17:00horas, com uma Urna fixa na sede do sindicato e duas Urnas itinerante, serão realizadas ELEIÇÕES, para renovação da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes, assim como os respectivos Suplentes. Fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias para o registro de chapas, na secretaria da Entidade Sindical, cujo funcionamento será das 8:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, nos termos do Edital afixado na sede social deste Sindicato, sito a Rua Gonçalves Dias nº 234, Vila Tibério, em Ribeirão Preto/SP. 17 de abril de 2025. José Luiz Possa - Presidente

---

MUNICÍPIO DE PIRACAIA

RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - O Município de Piracaia torna público que a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº 018/2025**, visando o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS COMPLETAS, COM LÂMPADAS DE 70W E 150W, CLASSIFICADAS COMO MATERIAL DE CONSUMO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACAIA, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, teve o edital alterado e foi remarcado conforme segue: RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 22/04/2025 09:00h até 06/05/2025 09:00h - INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 06/05/2025 às 10:00h** - As condições e especificações constam do TERMO DE RERRATIFICAÇÃO que poderá ser consultado no link "Pregão Eletrônico" do site www.piracaia.sp.gov.br ou no site www.bll.org.br ou obtido na Divisão de Licitações da Prefeitura, no horário das 9:00 hs às 16:00 hs, sito à Av. Dr. Cândido Rodrigues, nº 120, Centro, Piracaia/SP - Fone 11-4036-2040, ramal 2004/2094.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE - Objeto: Registro de preços para a aquisição de mobiliários para atender as necessidades dos setores desta Municipalidade, conforme especificações constantes do Edital. A realização da sessão pública ocorrerá em **8/5/2025 (quinta-feira)**, às **9h (nove horas - horário de Brasília/DF)**, no sítio eletrônico oficial do Município de Urupês: **www.urupes.sp.gov.br**. O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br/licitacoes. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **MUNICÍPIO DE URUPÊS, 16 de abril de 2025. ROBERTO CACCIARI FILHO - Prefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 159/2025 - PE SMS nº 105/2025 - Processo: 16.815/2025 - Modalidade: Pregão Eletrônico **COMPRAS GOV nº Nº 93159/2025** - Registro de Preços- **AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por item - **Objeto** Aquisição anual estimada de INSUMOS HOSPITALARES, devidamente especificados no anexo I do edital, através do sistema de registro de preços - Período para entrega das propostas: **15/04/2025 às 8h até 06/05/2025 às 9hm**. Data prevista para abertura da sessão pública: **06/05/2025 às 9h. Pregoeiro(a): Talita Costa Silva Buk Cruz.** O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, Centro, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br - **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000201/2025** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 16/04/2025 - compras_saude@bauru.sp.gov.br
Juliana Priscilla Dionisio Zanotto - Diretora da Divisão Compras e Licitações - S.M.S.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº. 022/2025
Plataforma LICITANET
Processo nº. 021/2025

Objeto: - O presente processo tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PINTOR E AJUDANTE DE PINTOR PARA MANUTENÇÃO DOS PRÓPRIOS PÚBLICOS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE JERIQUARA/SP**, pelo período de 12 (doze) meses, **com as respectivas quantidades e valores descritos no Termo de Referência (Anexo I)**. Total de lote licitados: 1. Entrega das Propostas, a partir de 17/04/2025 às 08h00 no site www.licitanet.com.br. Abertura das Propostas: 07/05/2025 às 09h00 no site www.licitanet.com.br. O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 17/04/2025 na Divisão de Compras e Licitações sito à Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara-SP, CEP 14.450-000, fone/fax (16) 3134-8700 / (16) 99141-5521, das 08h às 11h e das 13h às 16h, ou pelos sítios: www.jeriquara.sp.gov.br ou www.licitanet.com.br.

ELAINE PINHEIRO DE PAULA MANSANO GARCIA
Prefeita Municipal

---

mercado

INSS e bancos não abrem nos feriados de Páscoa e Tiradentes

Gabriela Cecchin

SÃO PAULO As agências bancárias e da Previdência Social não vão abrir nos feriados de Sexta-Feira Santa (18) e Tiradentes, na segunda-feira (21). Compensações bancárias como o TED (Transferência Eletrônica Disponível), por exemplo, também não serão efetivadas nestas datas.

No INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), não haverá atendimento humano na Central Telefônica 135, apenas por robôs, com exceção do sábado (19), das 7h às 22h. Para fazer pedidos, os segurados pode usar o aplicativo ou site Meu INSS, que funcionam normalmente todos os dias.

O Pix funcionará 24 horas todos os dias, incluindo fins de semana e feriados, e poderá ser realizado normalmente. Boletos com vencimento no megaferiado poderão ser pagos, sem acréscimo de valor, no próximo dia útil —que na maioria das localidades é na terça-feira (22)—, segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Caso tributos e impostos vençam entre sexta e segunda, é preciso pagar antecipadamente para evitar incidência de juros ou multa.

"Normalmente, os tributos já vêm com datas ajustadas ao calendário de feriados nacionais, estaduais e municipais. Caso não ocorra, a sugestão é antecipar o pagamento ou, no caso dos títulos que têm código de barras, agendar o pagamento nos caixas eletrônicos, internet banking e pelo atendimento telefônico dos bancos", diz Walter Tadeu de Faria, diretor-adjunto de Serviços da Febraban.

O atendimento ao público nas agências voltará ao normal na terça-feira (22), que é quando podem voltar a ser pagos os boletos de cobrança e contas de consumo, como água, energia e telefone.

No Meu INSS, que funciona por aplicativo ou no site meu.inss.gov.br, o segurado tem acesso a mais de cem serviços e pode requerer benefícios, emitir extratos de pagamento e do Imposto de Renda, cumprir exigências —que a entrega de documentos complementares solicitados pelo instituto— e agendar atendimento presencial.

Por meio deste canal, o segurado também poderá ser atendido pela assistente virtual Helô.

mercado

Dívidas a partir de R$ 5.000 devem ser declaradas

IR 2025

Fernando Narazaki

SÃO PAULO Mais de 73,5 milhões de brasileiros terminaram 2024 com o nome sujo em virtude de alguma dívida, segundo levantamento feito pelo Serasa Experian. Porém, a inadimplência não exime a pessoa de precisar declarar o Imposto de Renda, caso ela se enquadre em alguma das 12 condições de obrigatoriedade.

Na declaração, a pessoa com dívida, independentemente de ter o nome sujo, precisa informar o quanto está devendo e se tem financiamentos ou empréstimos que obteve em 2024, mesmo que não tenha quitado totalmente a quantia. A mesma obrigatoriedade também é imposta para quem é o credor da dívida, caso ele seja obrigado a declarar o IR.

"Isso inclui empréstimos pessoais, financiamentos, cheque especial e dívidas no cartão de crédito", afirma Charles Gularte, vice-presidente executivo de serviços aos clientes da Contabilizei.

Porém, nem toda dívida precisa ser reportada. A instrução normativa que define as regras do Imposto de Renda estipulou que dívidas de até R$ 5.000 não precisam ser comunicadas ao fisco.

Caso a dívida ou o crédito seja com uma empresa, banco ou outra pessoa jurídica, o contribuinte deve seguir o informe que recebeu da pessoa jurídica. O documento foi entregue até 28 de fevereiro ou deve estar disponível no site da envolvida.

Se o valor repassado foi entre pessoas físicas, é preciso estar atento para que a quantia seja a mesma declarada por quem pediu dinheiro e por quem cedeu o valor, já que a Receita faz o cruzamento de dados e, se houver divergência, os envolvidos podem cair na malha fina e ser obrigados a prestar esclarecimentos ao fisco.

Por isso, o contribuinte também precisa ter todos os comprovantes em mãos de dívidas, financiamentos e empréstimos que foram pagos, mesmo que parcialmente ao longo do ano passado.

Quem for obrigado a declarar precisa enviar a declaração até 30 de maio. Após essa data, há uma multa que varia de R$ 165,74 a 20% do imposto devido no ano-calendário, que no caso é 2024.

SAIBA MAIS SOBRE O IR 2025
folha.com/impostoderenda

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00640582002025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Pregão Eletrônico: 532101 - 90675/2025
Nº Processo: 147.00005074/2025-16
Objeto: Aquisição de medicamentos diversos
Total de Itens Licitados: 07 (sete). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 17/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 – Vila Clementino – São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00640663192025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Pregão Eletrônico: 532101 - 90481/2025
Nº Processo: 147.00002735/2025-31
Objeto: Aquisição de teste de imunofluorescência para sífilis
Total de Itens Licitados: 01 (um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 17/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 – Vila Clementino – São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 1002/2025. Licitação nº 012/2025. Edital nº 005/2025. Pregão Eletrônico nº 006/2025
Tipo: Menor Preço por item
A Prefeitura Municipal de Guzolândia, situada na Avenida Paschoal Guzzo, nº 1.065, Centro, Estado de São Paulo, TORNA PÚBLICO, que no dia 08 de maio de 2025 às 08h00min, será realizado o Pregão Eletrônico nº 006/2025, para aquisição e fornecimento de combustível para o abastecimento dos veículos e maquinários da frota Municipal. O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases e nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema da "BLL" (www.bllcompras.com). O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Sítio Eletrônico do Município (www.guzolandia.sp.gov.br) e (www.bllcompras.com), podendo ser solicitado pelo e-mail licitacao.prefeitura@guzolandia.sp.gov.br, bem como no Setor de Licitação de 2ª a 6ª, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min. Guzolândia-SP, 16 de abril de 2025. Luiz Antônio Pereira de Carvalho- Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
A Fundação Casa de Cultura torna público o **LEVANTAMENTO DA SUSPENSÃO** e RETIFICAÇÃO 01 do Pregão Eletrônico Nº 01/2025, Processo Nº 12/2025 da Fundação Casa de Cultura. Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços diversos em atendimento aos eventos da Fundação Casa de Cultura, que ocorrerão no decorrer do ano de 2025 e 2026. Os serviços incluem a locação de estrutura de palco e extensão de palco em vários formatos; equipamentos de sonorização e iluminação de diversos portes; tendas e barracas para suporte estrutural e operacional; barricadas; placas de fechamento;envelopamento de estruturas com tecido; estrutura Box Truss Q30/Q50; equipe de apoio; seguranças; brigadistas; locação de banheiros químicos convencionais e PNE;painel de LED; equipe de filmagem para transmissão simultânea; projetores para mapeamento digital e projeção audiovisual; mesas, cadeiras e ombrelones; locação de geradores; brinquedos; serviço de recreação infantil; buffet de camarim; alimentação,incluindo lanches e marmitex, gelo e caixa térmica, barraca de pipoca e algodão doce;entre outras ações essenciais para o pleno e completo funcionamento dos eventos a serem realizados pela Fundação Casa de Cultura. Nova data de abertura: 13/05/2025 às 08:30 horas. Edital e anexos disponível no site do município www.pmjm.mg.gov.br;Mais informações: (31) 3859-2514 / 2510 / 2509.João Monlevade, 16 de abril de 2025.Nadja Lírio Furtado Diretora-Presidente.Fundação Casa de Cultura de João Monlevade
O Município de João Monlevade torna público, realização de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico Nº. 20/2025 - Processo 59/2025.** Objeto:REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, destinados ao atendimento das secretarias e setores da Administração Municipal Direta. Data de abertura: 20/05/2025 às 08:30h. Edital e anexos disponivel no site do município www.pmjm.mg.gov.br; Mais informações:(31) 3859-2509 / 3859-2510.João Monlevade, 16 de abril de 2025.Ricardo Alexandre de Oliveira.Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCE REIS
Processo nº 37/2025. **Pregão Eletrônico nº 06/2025**. Encontra-se aberta a mencionada licitação, visando "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE ENFERMAGEM DESTINADOS A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ARI FERREIRA DA SILVA". A data inicial para apresentação das propostas será das 8h do dia 22 de abril de 2025 e a final às 07h30 do dia 08 de maio de 2025, enquanto que a sessão eletrônica ocorrerá no dia 08 de maio de 2025, a partir das 8h, no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br). Eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser encaminhados, exclusivamente, pela mencionada plataforma da BLL. Dirce Reis, 16 de abril de 2025.
Prof. Marcelo José Bernardo – Prefeito Municipal

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAÇÃO Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/2025** PROC. ADM. N.º 2837/2024 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS (MÃO-DE-OBRA) EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS (TOTAL OU COMPLEMENTAR) DE AVCB (AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS), PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL. Tendo em vista o pedido de esclarecimento da empresa STRAND PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA bem como o parecer do Departamento Municipal de Infraestrutura, a Administração Municipal suspende temporariamente a licitação em epígrafe para realizar alterações no edital que se fizerem necessárias.
São Joaquim da Barra, 16 de abril de 2025.
Sérgio O. Porssionatto Diretor do Departamento de Licitação

PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 040/2025** PROC. ADM. n.º 0857/2025 Tipo da Licitação: Menor Valor Global. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCOS, EM DIVERSOS TAMANHOS E ESPECIFICAÇÕES, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS PROMOVIDOS POR ESTE MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME DESCRIÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL. A realização da sessão será no dia 08/MAIO/2025 – Às 09H00 no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login. O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): WWW.pncp.gov.br/app/editais. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3728-2427. São Joaquim da Barra, 16 de abril de 2025. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

megaleilões
Vara Única do Foro da Comarca de Rio das Pedras/SP
EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO [illegible]
(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

FTA Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ 51.884.799/0001-67

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

Balanços Patrimoniais	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo				
Circulante	**63.675**	**88.158**	**87.866**	**114.344**
Caixa e equivalentes de caixa	6.943	18.844	6.956	19.013
Clientes	2.004	2.187	46.842	63.688
Lucros a receber	47.047	59.922	–	–
Outros créditos	396	134	719	266
Estoques	7.253	7.061	32.677	28.938
Despesas pagas antecipadamente	33	9	672	2.440
Não circulante	**30.200**	**29.127**	**163.635**	**186.266**
Realizável a longo prazo	10.813	10.012	154.929	177.832
Investimentos	10.682	10.682	–	–
Imobilizado	8.256	7.995	8.256	7.995
Intangível	449	439	449	439
Total do ativo	**93.875**	**117.285**	**251.501**	**300.610**

Balanços Patrimoniais	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Passivo				
Circulante	**1.101**	**1.287**	**88.073**	**96.018**
Fornecedores	178	430	1.397	1.504
Contas a pagar a proprietários dos imóveis e parceiros	7	11	7	13
Contas a pagar	–	–	–	1.151
Empréstimos e financiamentos	251	228	251	315
Obrigações tributárias	88	108	561	935
Obrigações trabalhistas	578	510	587	518
Lucros a distribuir	–	–	81.515	80.870
Custo Orçado Empreendimentos	–	–	3.754	15.702
Passivo não circulante	**47.665**	**75.350**	**87.815**	**133.440**
Empréstimos e financiamentos	–	–	25.000	25.000
Contas a pagar	47.521	75.193	37.263	24.253
Impostos diferidos	144	157	12.444	10.623
Resultado Diferido	–	–	13.107	73.573
Patrimônio líquido	**45.109**	**40.648**	**75.613**	**71.152**
Capital social	3.600	3.600	3.600	3.600
Participações de não controladores	–	–	30.504	30.504
Reservas de capital	4	4	4	4
Ajuste de avaliação patrimonial	3.563	3.591	3.563	3.591
Reservas de lucros	37.942	33.453	37.942	33.453
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**93.875**	**117.285**	**251.501**	**300.610**

Demonstrações de Resultado	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita de Vendas de Imóveis	517	956	103.556	124.964
Deduções da receita - impostos incidentes e devoluções	(19)	(35)	(10.424)	(23.547)
Receita Líquida	498	921	93.132	101.417
Custos	(313)	(339)	(24.026)	(13.229)
Lucro bruto	186	582	69.106	88.188
Receitas (despesas) operacionais	–	–	–	–
Comerciais	(206)	(197)	(3.858)	(5.926)
Administrativas e gerais	(7.694)	(6.473)	(8.001)	(8.515)
Despesas financeiras	(54)	(200)	(57)	(204)
Receitas financeiras	1.826	3.081	1.827	3.085
Outras receitas (despesas) operacionais	(85)	(125)	(85)	(125)
Lucro/Prejuízo operacional antes das participações societárias	**(6.027)**	**(3.334)**	**58.933**	**76.502**
Resultado de participações societárias	18.593	26.830	–	–
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	12.566	23.497	58.933	76.502
IR e CS - corrente	(1.114)	(1.350)	(3.060)	(4.455)
IR e CS - diferido	6	21	(849)	121
Lucro líquido do exercício	11.458	22.168	55.024	72.168
Atribuível a: Acionistas da companhia	11.458	22.168	11.458	22.168
Participação dos não controladores	–	–	43.566	50.000
	11.458	22.168	55.024	72.168
Lucro por ação	3,1827	6,1577	–	–

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Atividades operacionais				
Lucro líquido antes do IR e da CS	12.566	23.497	58.933	76.502
Ajustes: Depreciações e amortizações	1.154	842	1.154	842
Ajustes de Exercícios Anteriores	78	–	78	–
Ajuste Avaliação Patrimonial	(28)	(75)	(28)	(75)
Ajuste a valor presente	3	4	(3.174)	(6.141)
Juros sobre empréstimos		156	–	156
Impostos diferidos	(13)	(47)	(60.466)	(19.562)
Lucros de não controladores	–	–	(43.566)	(50.000)
Baixa de ativos permanentes	(68)	73	(68)	73
Redução/Aumento nos Ativos operacionais				
Créditos com promitentes compradores	183	693	42.899	32.377
Lucros a receber	12.875	(23.379)	–	–
Outros créditos	(262)	42	(453)	803
Estoques	(192)	181	(3.740)	(1.853)
Despesas pagas antecipadamente	(23)	6	1.768	861
Depósitos judiciais	24	–	24	–
Redução/Aumento nos Passivos operacionais				
Fornecedores	(252)	221	(106)	983
Contas a pagar a proprietários de imóveis e parceiros	(4)	(2)	(6)	(93)
Contas a pagar - investimentos	(27.672)	13.736	11.839	1.094
Obrigações tributárias	(20)	(13)	(274)	(669)
Obrigações trabalhistas	68	171	69	171
Custo orçado empreendimentos	–	–	645	(14.167)
Lucros a distribuir	–	–	(7.048)	(1.916)
Resultado diferido	–	–	1.841	(265)
Participação de não controladores	–	–	–	–
Caixa provenientes das operações	**(1.582)**	**16.164**	**322**	**19.121**
IR e CS sobre o lucro líquido	(1.109)	(1.329)	(3.909)	(4.334)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	**(2.691)**	**14.835**	**(3.587)**	**14.787**
Atividades de investimentos				
Compras de imobilizado	(1.358)	(1.896)	(1.358)	(1.896)
Aquisição de investimento	–	4	–	4
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	**(1.358)**	**(1.891)**	**(1.358)**	**(1.891)**
Financiamentos e empréstimos	15	(547)	(64)	(1.210)
Empréstimos a Sócios e/ou Coligadas	(820)	(675)	–	–
Pagamento de dividendos aos acionistas	(7.047)	(18.329)	(7.047)	(18.329)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	**(7.852)**	**(19.551)**	**(7.111)**	**(19.539)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**(11.902)**	**(6.607)**	**(12.057)**	**(6.644)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.844	25.451	19.013	25.657
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.943	18.844	6.956	19.013
Variação das contas de caixa e equivalentes	**(11.902)**	**(6.607)**	**(12.057)**	**(6.644)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social integralizado	Reservas de Capital	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Lucros a Disposição da Diretoria	Reserva de Lucros: Lucros a Disposição da A.G.O.	Outros resultados Abrangentes: Ajustes de Avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Controladora: Patrimônio líquido do controlador	Consolidado: Patrimônio de não controladores	Consolidado: Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31/12/2022	3.600	4	720	19.654	9.240	3.666	–	36.884	30.504	67.388
Aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucros à disposição da Diretoria	–	–	–	9.240	(9.240)	–	–	–	–	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	(18.329)	–	–	–	(18.329)	–	(18.329)
Ajuste Avaliação Patrimonial	–	–	–	–	–	(75)	–	(75)	–	(75)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	22.168	22.168	–	22.168
Lucros à disposição da A.G.O.	–	–	–	–	22.168	–	(22.168)	–	–	–
Saldos em 31/12/2023	3.600	4	720	10.565	22.168	3.591	–	40.648	30.504	71.152
Aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucros à disposição da Diretoria	–	–	–	22.246	(22.168)	–	–	78	–	78
Dividendos distribuídos	–	–	–	(7.047)	–	–	–	(7.047)	–	(7.047)
Ajuste Avaliação Patrimonial	–	–	–	–	–	(28)	–	(28)	–	(28)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	11.458	11.458	–	11.458
Lucros à disposição da A.G.O.	–	–	–	–	11.458	–	(11.458)	–	–	–
Saldos em 31/12/2024	3.600	4	720	25.265	11.458	3.563	–	45.109	30.504	75.613

As demonstrações financeiras completas com as notas explicativas estão disponíveis no endereço: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/

Carlos Augusto Sante Abramides Testa - Diretor **Rogério Augusto Capello** - Contador - CRC 1SP228030/O-2

Eufrázio

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0063938782025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00001400/2025-16
Número do Pregão: 532101 - 90490/2025
Objeto: Aquisição de FIO DE KIRSCHNEER 1,5X3,00M
Total de Itens Licitados: 1 (UM). **Valor total da licitação:** Sigilosa
Disponibilidade do edital: 16/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino, CEP: 04029-000, São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais
Entrega das Propostas: a partir de 16/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 30/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0063930682025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Pregão Eletrônico: 532101 - 90685/2025
Nº Processo: 147.00009119/2024-41
Objeto: Aquisição de cimento cirúrgico
Total de Itens Licitados: 01 (um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 16/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 16/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 30/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0063936412025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00004434/2023-62
Número do Pregão: 532101 - 90625/2025
Objeto: Aquisição de EXTRATO IMUNOTERÁPICO
Total de Itens Licitados: 2 (DOIS). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 16/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino, CEP: 04029-000, São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais
Entrega das Propostas: a partir de 16/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 30/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

MUNICÍPIO DE BALBINOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025
PROCESSO Nº 013/2025

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, O registro de preços para Aquisição de insumos hospitalares destinados a suprir as necessidades contínuas da Atenção Primária em Saúde, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA E HORA DA SESSÃO PUBLICA:** 05/05/2025 – 09:00. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **AMOSTRA:** Não. **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim. **LINK: SCPI Portal de Compras** (http://131.100.205.162:8079/comprasedital/)

Balbinos, 16 DE ABRIL DE 2025.
Eng. JOSÉ MÁRCIO RIGOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 0063932872025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MEDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Pregão Eletrônico: 532101 - 90682/2025
Nº Processo: 147.00022606/2024-32
Objeto: Aquisição de matriz de regeneração dérmica
Total de Itens Licitados: 01 (um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 16/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 16/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 30/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

Detran.SP SP.GOV.BR

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº **004/2025**, referente ao Processo DETRAN/SP - SEI nº 140.00285518/2025-84, visando a Contratação de serviços de limpeza, Asseio e Conservação Predial para as unidades do Detran-SP. A abertura da sessão pública de processamento do certame se dará no dia **08/05/2025** às **10:00 horas**, nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br".

O Edital na integra estará disponível para consulta através do site https://www.gov.br/pncp/pt-br

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

EDITAL DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025.
Processo nº 10.083/2024.
OBJETO: "EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, VISANDO À SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, PARA PROJETO COMPLEMENTAR DE FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES/AÇÕES ENVOLVIDAS AO BEM ESTAR ANIMAL".
A Prefeitura Municipal de Americana torna público que, por determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, fica **SUSPENSA** a presente licitação.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 006/2024.
Processo n.º 9.705/2024.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM, FAIXA DE PISTA, RESA, PISTA DE TAXI E SISTEMA DE DRENAGEM, INSTALAÇÃO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES PARA O AEROPORTO DE AMERICANA-SP (SDAI)".
A Prefeitura Municipal de Americana torna público que, na publicação de homologação do dia 15/04/2025, foi informado o nome do vencedor incompleto, por esta razão, onde se lê: " **TALUDE CONSTRUÇÕES S.A.** – Valor Global R$ 15.729.000,00 ", leia-se " **TALUDE CONSTRUÇÕES S.A. - CONSÓRCIO AEROPORTO AMERICANA** – Valor Global R$ 15.729.000,00 ", considerando erro de digitação.

Americana/SP, 16 de Abril de 2025
José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores
Secretário Adjunto de Administração

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 13/05/2025, às 10:10hs / 2º Público Leilão: 15/05/2025, às 10:10hs

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: A unidade autônoma residencial designada apartamento nº 23, localizada no 2º andar do condomínio Residencial Beatriz, tendo entrada pelo nº 250 da Rua São Vicente, Sorocaba/SP, com uma área privativa de 74,2000m², uma área comum de 28,8771m², perfazendo uma área total de 103,0771m², correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,03854 no terreno. Cabe-lhe o direito ao uso de 01 vaga simples no estacionamento coletivo do condomínio. Imóvel objeto da Matrícula CNM: 111468.2.0203045-98 trasladada da Matrícula nº 203.045 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Sorocaba/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PUBLICO LEILAO - VALOR: R$ 355.848,77 (trezentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e sete centavos); 2º PUBLICO LEILAO - VALOR: R$ 177.924,37 (cento e setenta e sete mil, novecentos e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% da comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fiduciantes: ANA LUCIA DOS SANTOS, brasileira, do lar, separada, nascida em 13/07/1972, C.I: 20.068.064-5 SSP/SP, CPF: 140.778.808-60, residente e domiciliada na Rua Souza Moraes, 65, bairro Vila Santana, Sorocaba/SP, CEP: 18080-707, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto neste Complexo Penal Campinas/Hortolândia, situado a Rod. Jornalista Francisco Aguirre Proença – Km. 5 – CEP: 13.185-900, Nº do Processo: 006.00157419/2025-30 - 20250405505 PREGÃO ELETRÔNICO número 90009/2025, destinado a Aquisição de Materiais de Limpeza de 2025, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão pública será na data 08/05/2025, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao do Centro de Progressão Penitenciária de Hortolândia e-mail: jacastelelli@sap.sp.gov.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico **PE DGA Saúde 90187/2025, UASG 450161**, Processo **01-P-43048/2024**, do tipo menor preço, destinado a **Registro de Preços de Algodão, Ataduras, Fita Adesiva, curativos e outros.** O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **06/05/2025 às 09h30min**, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**), Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00026/2025
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para coleta, análise e elaboração de relatório técnico ambiental referente às análises físico-químicas de águas superficiais, subterrâneas e do lixiviado, em área do Aterro Sanitário Municipal, conforme plano de monitoramento ambiental aprovado pela CETESB, neste Município. **Data de Abertura:** 06 de Maio de 2025, às 08 horas. Cristiano Florence, Secretário Municipal de Meio Ambiente.

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00030/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia consultiva para gerenciamento de atividades no Aterro Sanitário Municipal de Itapira/SP. **Data de Abertura:** 07 de Maio de 2025, às 14 horas. Cristiano Florence, Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Os editais estarão disponíveis aos interessados através do site www.itapira.sp.gov.br. Demais esclarecimentos na Secretaria de Recursos Materiais, das 09h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, no endereço Rua João de Moraes, nº 508, Centro, Itapira/SP, ou pelo telefone (19) 3843-9180, ou pelo e-mail licitacoes@itapira.sp.gov.br. Itapira, 16 de abril de 2025.

unesp UNESP - CAMPUS DE BOTUCATU – INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se à disposição no Instituto de Biociências de Botucatu da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UASG nº 102315, edital do Pregão Eletrônico 90006/2025-IBB Processo 0257/2025 – IBB, critério de julgamento menor preço, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE SUPORTE E MANUTENÇÃO NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA INFRAESTRUTURA DE REDE LÓGICA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA UNESP EM BOTUCATU, conforme Edital. A abertura da sessão pública "on-line", dar-se-á no dia **06/05/2025**, às 09h, junto ao endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas durante o período de 17/04/2025 até a data prevista para abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais do Instituto de Biociências de Botucatu, localizada na Rua Prof.º Dr. Antonio Celso Wagner Zanin, n.º 250, Botucatu-SP, fone: (14) 3880-0800 – e-mail: materiais.ibb@unesp.br. O Edital e seus anexos, na íntegra, constam no seguinte endereço: https://ape.unesp.br/licitacao/

unesp Universidade Estadual Paulista "CAMPUS DE RIO CLARO"
Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Encontra-se aberto no Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Campus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UASG 102323, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90005/2025 – IGCE/CRC, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK, cujo critério de escolha é o de menor preço. A abertura da sessão pública "online", será no dia 07/05/2025, às 09:30h, junto ao endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o endereço eletrônico citado, durante o período de 17/04/2025 até o dia e horário previstos para abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais, situada à Avenida 24 A nº 1515, Bairro Bela Vista, Rio Claro, Estado de São Paulo. O Edital, na íntegra, consta nos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://ape.unesp.br/licitacao/ - Processo nº 396/2025 – IGCE/CRC.

Prefeitura do Municipio de Caieiras
Secretaria de Administração - Departamento de Licitação

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025

ÓRGÃO: Municipio de Caieiras. **EDITAL**: 032/2025. **OBJETO**: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados com fornecimento de mão de obra e material de consumo para realização de exames radiológicos com a emissão dos respectivos laudos, conforme termo de referência anexo. **MODALIDADE**: Pregão Eletrônico. **O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: será das 08h00min horas do dia 17/04/2025 até às 08h00min do dia 07/05/2025 e **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**: no horário às 08h05min do dia 07/05/2025. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 15 de Abril de 2.025.
VINICIUS SILVEIRA SILVA
Departamento de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (COM FORNECIMENTO DE MOTORISTA, MONITOR E COMBUSTÍVEL) PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO RESIDENTES NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA/SP, EM CONFORMIDADE COM OS TRAJETOS/LINHAS DISCRIMINADAS, POR MEIO DE VEÍCULO(S) TIPO VAN E MICRO-ÔNIBUS, COMPATÍVEIS PARA TRANSPORTE ESCOLAR, DEVIDAMENTE EQUIPADOS COM SISTEMA DE MONITORAMENTO E RASTREAMENTO (GPS), COM DISPONIBILIZAÇÃO DE RELATÓRIOS VIA WEB. **Tipo:** Menor preço unitário. **Recebimento das propostas por meio eletrônico**: A partir das 12h00min do dia 22/04/2025. **Fim do recebimento das propostas/Início da Disputa**: Às 08h59min do dia 08/05/2025. **Abertura da Sessão de Disputa de Preços**: Às 09h00min do dia 08/05/2025. **Disputa de lances**: Às 09h30min do dia 08/05/2025. **Valor estimado da licitação:** R$ 2.214.624,12. **Fontes de recursos:** Própria e Estadual. **Informações:** O Edital do Pregão Eletrônico nº 012/2025 estará disponível a partir das **12h00min do dia 22/04/2025**, nos seguintes acessos: Portal eletrônico oficial do **Município de Igarapava/SP**, pelo link: https://igarapava.sislicita.com.br/licitacoes/pesquisa/; Portal Nacional de Compras Públicas **(PNCP)**, pelo link: https://www.gov.br/pncp/pt-br; Plataforma eletrônica de licitações **(BLL COMPRAS)**, pelo link: https://bll.org.br; Demais informações podem ser obtidas pelo telefone/whatsapp: (16) 3173-8213 ou pelo e-mail: igarapava.lic3@gmail.com. Igarapava/SP, em 16 de abril de 2025. **JOSÉ HUMBERTO LACERDA RODRIGUES - PREFEITO MUNICIPAL**

Fundação Educacional de Votuporanga

CNPJ (MF) nº 45.164.654/0001-99

AVISO DE LICITAÇÃO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO FEV Nº 008/2025 – (REPETIÇÃO)
– PROCESSO FEV Nº 011/2025
(REGISTRO DE PREÇOS)

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviços de lavanderia, incluindo a lavagem de guardanapos, toalhas de mesa, coletes esportivos, lençóis de solteiro, toalhas de banho, toalhas de rosto, fronhas, aventais, jalecos e tapetes de diversos tamanho, toalha de bandeja, bolsas, becas, entre outros, com serviços de coleta e entrega durante 03 (três) vezes por semana (segundas, quartas e sextas)** na sede da FEV, para atender as unidades da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA, localizado na Rua Pernambuco, nº 4.196, na cidade de Votuporanga/SP, a critério da FEV, incluindo o fornecimento de mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, materiais e outros necessários a perfeita execução dos serviços, durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21 e as quantidades registradas poderão ser renovadas, consoante Decreto Municipal nº 15.631/2023, conforme especificações constantes no Edital de Pregão Eletrônico FEV nº 008/2025 – (Repetição) e seus Anexos. **MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: *"Menor Preço" por GRUPO DE ITENS.* DATA DA REALIZAÇÃO: 08 de maio de 2025. INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 17 de abril de 2025. FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/ABERTURA SESSÃO: 08 de maio de 2025 às 08h00 (oito horas). INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 08 de maio de 2025 às 08h15 (oito horas e quinze minutos). DOCUMENTAÇÃO:** Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. **INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Fundação Educacional de Votuporanga – Setor de Compras/Licitação, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.196, Centro, em Votuporanga/SP, nos dias úteis no horário das 8:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas; ou, ainda, pelo site www.unifev.edu.br (link: Institucional/Licitações), na plataforma eletrônica: www.bll.org.br e no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.

Votuporanga/SP, 16 de abril de 2025.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA
Celso Penha Vasconcelos
Diretor Presidente

mercado

Petrobras elege conselho e confirma R$ 9,1 bi em dividendos

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Petrobras elegeu nesta quarta-feira (16) oito membros para seu conselho de administração, com apenas uma mudança: a substituição do ex-secretário de Geologia e Mineração do MME (Ministério de Minas e Energia) Vitor Saback pelo engenheiro Fernando Coura.

A assembleia referendou ainda proposta da companhia para distribuir R$ 9,1 bilhões em dividendos aprovada pelo conselho de administração em fevereiro. Com esse valor, a remuneração ao acionista referente ao resultado de 2024 somou R$ 73,9 bilhões, informou a estatal.

A eleição foi provocada pela renúncia, em março, de Marcelo Gasparino, indicado por investidores privados. Gasparino alegou que precisava sair para cumprir novas restrições impostas a conselheiros da Eletrobras, cargo que também ocupa.

O conselho de administração da Petrobras tem 11 cadeiras, mas três delas são eleitas em separado e, por isso, não foram afetadas pela decisão de Gasparino. São dois representantes de minoritários, Francisco Petros e Jerônimo Antunes, e a representante dos trabalhadores, Rosângela Buzanelli.

Nesta quarta, o governo elegeu 6 de seus 8 candidatos, como vem ocorrendo desde 2022. Cinco dos indicados pelo governo já pertencem ao conselho atual: a presidente da Petrobras, Magda Chambriard; os secretários do MME Pietro Mendes, da Casa Civil, Bruno Moretti, e da Fazenda, Rafael Dubeaux; e o advogado Renato Galuppo.

Protegido do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, Mendes foi reeleito para presidir o conselho. Ele é indicado do governo a uma diretoria da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), mas sua nomeação depende de aval do Senado.

O sexto conselheiro do governo, Fernando Coura, teve que se desligar de funções na Fiemg (Federação das Indústrias de Minas Gerais) e no Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Geral para eliminar restrições à sua nomeação.

As duas vagas restantes ficaram com o banqueiro Juca Abdalla e com Aloisio Macário Ferreira de Souza, que também já estão no conselho.

mercado

Petrobras não vai repassar a preço confusão do exterior, afirma Magda

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse nesta quarta-feira (16) que a companhia acompanha o cenário de preços de petróleo mais baixos, mas que sua política de preços evita repassar ao consumidor "a confusão" no mercado internacional.

A estatal vem praticando preços acima das cotações internacionais desde o início do mês, quando o tarifaço do presidente americano Donald Trump derrubou o preço do petróleo.

Na abertura do mercado desta quarta, a gasolina vendida pela Petrobras custava R$ 0,11 por litro acima da paridade de importação calculada pela Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis). No caso do diesel, a diferença era de R$ 0,16 por litro.

Questionada sobre a possibilidade de corte de preços, Chambriard disse que a Petrobras acompanha diariamente o cenário. "Preço de combustível faz parte do nosso dia a dia, isso não é um bicho de sete cabeças, tem regra, tem procedimento", afirmou.

Magda ressaltou, porém, que a empresa tem que avaliar com cuidado os preços para evitar transferir ao consumidor volatilidades do mercado. "A palavra confusão expressa muito bem o que estamos vivendo hoje [no mercado internacional]", disse ela, repetindo termo usado por repórter.

A Petrobras reduziu o preço do diesel no início de abril, ainda antes do tarifaço de Trump derrubar as cotações internacionais. Já a última alteração no preço da gasolina foi promovida pela estatal em julho de 2024.

A empresa vem sendo cobrada pelo governo a repassar a queda nas cotações internacionais, o que ajudaria no esforço para conter a insatisfação do eleitorado com a inflação. A gasolina é o principal componente do IPCA.

Magda deu entrevista em cerimônia de assinatura de convênio com a Coppe/UFRJ para a construção de um laboratório de pesquisas sobre o escoamento de petróleo e gás entre plataformas e o continente.

O objetivo é estudar soluções para a obstrução dos dutos por hidratos e parafina produzidas junto ao petróleo e o gás.

MUNICÍPIO DE NHANDEARA

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025 - PROCESSO Nº 377/2025

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados a rerratificação do edital do Pregão Eletrônico de nº 010/2025 – Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos médico-hospitalares, retificando o preço de referência do item 04 e ratificando os demais termos do edital. O recebimento das propostas será até às 08h00m do dia 07/05/2025, sendo que a abertura das propostas será na mesma data, dando início da disputa de preços às 08h30m. O Edital retificado e consolidado encontra-se disponível no site www.nhandeara.sp.gov.br e no site da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, www.bll.org.br. - Nhandeara/SP, 16 de abril de 2025. – Antônio Marques do Nascimento Júnior - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO (NOVO AVISO)

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0013/2025 - EDITAL Nº 0014/2025 - Objeto: Ata de Registro de preços para futura aquisição de equipamentos hospitalares a serem utilizados nas UBS'S e UPA da Estância Turística de Paraibuna. Menor Preço por Item. Data da Sessão: 07 de maio de 2025 às 08:30 horas. Local: www.bllcompras.org.br.

Obs.: O Edital e seus respectivos modelos, bem como informações quanto as quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima e pelo site www.paraibuna.sp.gov.br.

Paraibuna/SP, 17 de abril de 2025.

Heloisa Antunes de Faria Santos, Prefeita Municipal.

EDITAL PARA INSCRIÇÃO DE CHAPA

O Presidente do **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO CARLOS**, no uso de suas atribuições estatutárias, nos termos do artigo 84 e seguintes do Estatuto Social, convoca os sócios interessados e em condições, a participarem da eleição de renovação da Diretoria, Conselho Administrativo e Delegado Federativo, através da inscrição de chapa, que deverá ser realizada pessoalmente pelo interessado, atendendo os requisitos dos arts. 89 e 90 do Estatuto Social. O prazo para inscrições será de 5 (cinco) dias contínuos, a partir do dia 18 de abril de 2025, ou seja, de 18 a 22 de abril de 2025, na Secretaria da entidade, na Rua Jesuíno de Arruda, 2522, Centro, São Carlos, SP que se encontrará aberta para tal fim, das 9h00 (nove horas) às 13h00 (treze horas) e das 9h00 (nove horas) às 16h00 (dezesseis horas) no dia 22 de abril de 2025. Os sócios da categoria contribuinte terão o prazo de 3 (três) dias para apresentarem impugnação às candidaturas, a contar da publicação do Edital de composição de chapas neste mesmo órgão de imprensa.

São Carlos, 17 de abril de 2025. ADEMIR LAURIDERTO FERREIRA, Presidente

FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO

CNPJ. 73.050.536/0001-95

AVISO DE LICITAÇÃO - ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/25

A **FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO faz saber que encontra-se** aberto o certame de PREGÃO ELETRÔNICO 002/25, processo nº 0023021/25, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ABASTECIMENTO DE GÁS GLP NAS UNIDADES DAS CRECHES DO PROGRAMA MUNDO DA CRIANÇA.** O Edital poderá ser consultado e/ou obtido mediante envio de e-mail para compras@fito.br, no site da FITO (no endereço www.fito.edu.br/institucional/portaldatransparência) ou na plataforma de compras BLL, https://bll.org.br/ - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A abertura das propostas acontecerá nesta mesma plataforma de compras BLL, https://bll.org.br/ Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, no **DIA 05 DE MAIO DE 2025 às 10h00.**

Osasco, 15 de abril de 2025.

José Carlos Pedroso - Presidente

Santander — FRAZÃO

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 28 de abril de 2025, às 14h30min *.

2º LEILÃO: 30 de abril de 2025, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

[illegible] FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br [illegible] **Outras informações no site do Leiloeiro, www.FrazaoLeiloes.com.br** [illegible]

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Departamento de Licitação

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2025

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL**: 030/2025. **OBJETO**: Registro de Preços para eventual aquisição materiais de uso de carpintaria e marcenaria para uso Municipal, e demais itens especificados, conforme as especificações mínimas exigidas, conforme Termo de Referência. **MODALIDADE**: Pregão Eletrônico. **O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: será das 10h00min horas do dia 17/04/2025 até às 10h00min do dia 05/05/2025 e **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**: no horário às 10h05min do dia 05/05/2025. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 15 de Abril de 2.025.

VINICIUS SILVEIRA SILVA

Departamento de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 028/2025 - Edital nº 033/2025 – Processo nº 053/2025 do tipo menor preço por lote. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL. O credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até dia 09 de maio de 2025 às 09H00M. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no dia 09 de maio de 2025 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET https://novobbmnet.com.br/ . Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 16 de abril de 2025

Maria Aparecida Adomaitis – Secretária Municipal de Administração

FRAZÃO Leilões — itaú

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A**, [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE PIRACICABA

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº 15/2025 – **Nº Processo**: 024.00029441/2025-72 – **Objeto**: Aquisição de Medicamento(s) sem marca específica, não contemplados em ata de registro de preços, para atendimento de paciente(s) em cumprimento a determinação judicial. **Total de Itens Licitados**: 2 (DOIS) itens - Cota. **Valor total da licitação**: sigiloso. **Disponibilidade do edital**: 24/04/2025. **Horário**: das 08h00 às 18hs. **Endereço**: Rua do Trabalho, 602 - Vila Independência - Piracicaba/SP. **Link do PNCP**: www.gov.br/compras. **Entrega das Propostas**: a partir de 24/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas**: 08/05/2025 às 08hs no site: www.gov.br/compras. **Fonte**: DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPÉIA

AVISO DE LICITAÇÃO – **PREGÃO ELETRÔNICO** – A Prefeitura Municipal de Pompeia/SP torna público o **PREGÃO ELETRÔNICO n. 08/2025** – Processo licitatório n. 528/2025. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de uniformes, meias, tênis, estojos e mochilas a serem entregues a 1.563 alunos matriculados na rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Pompeia/SP. Critério de julgamento: menor preço global. Início de cadastro das propostas: 17/04/2025 às 8h00. Término de cadastro das propostas: 05/05/2025 às 8h30. Abertura das propostas: 05/05/2025 às 09h. Início das disputas de preço: 05/05/2025 às 09h30. Local: http://licitamaisbrasil.com.br. A minuta de edital em inteiro teor está à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 9h00 às 16h00 no Setor de Licitações, telefone (14) 3405-1500, no site: www.pompeia.sp.gov.br e PNCP (Portal Nacional de Contratação Pública).

Pompeia/SP, 16 de abril de 2025.

DIOGO MONTEFUSCO CESCHIM DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL REMOTA

RETIFICAÇÃO

Pelo presente edital, ficam convocadas as Professoras e os Professores empregados no Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER, sindicalizados ou não, no município de São Paulo, base territorial do Sindicato dos Professores de São Paulo - SINPROSP, inscrito no CNPJ sob nº 50.270.172/0001-53, com sede à Rua Borges Lagoa, 208, Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.038-000 para a Assembleia Geral Remota que se realizará no dia 23 de abril de 2025, às 18h30min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 19h00min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores e trabalhadoras presentes, por meio da plataforma remota Zoom, cujo link para acesso é https://us02web.zoom.us/meeting/register/yM7-QD6-SrV41fNax-78w. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A) Análise e deliberação sobre a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (auxílio-creche).

São Paulo, 17 de abril de 2025.

Celso Napolitano

Presidente

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO: 28 de abril de 2025, às 14h30min *.

2º LEILÃO: 30 de abril de 2025, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

[illegible] FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** [illegible] **JENIFER LANA OLIVA**, [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 540.640,56** [illegible] **Casa (sobrado)**, [illegible] **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 340.584,81** [illegible] **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições da venda: VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE** www.portalzuk.com.br [illegible]

Sindicato dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar de Ribeirão Preto e Região - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária Virtual - O Presidente do Sindicato dos Professores e Auxiliares da Administração Escolar de Ribeirão Preto e Região, inscrito no CNPJ 56.891.377/0001-32, com sede à Rua Quintino Bocaiuva, nº 54, Ribeirão Preto - SP, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todos os Professores e Auxiliares de Administração Escolar empregados em Instituições de Ensino Superior da rede privada, sindicalizados ou não, na base territorial dos municípios de Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guatapará, Ituverava, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Morro Agudo, Orlândia, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho, para a **Assembleia Geral Extraordinária Virtual** que será realizada no dia 25 de abril de 2025, às 14:30 horas, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 15:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, por meio de plataforma virtual pelo link **https://teams.live.com/meet/9361339477121?p=vcuh1sE1i-XNVk2gdIT.** A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A) Análise e deliberação sobre a contraproposta patronal; B) Em caso de recusa da contraproposta patronal, discussão e deliberação sobre a mobilização e formas de luta; C) Deliberação sobre a adoção do estado de greve. Ribeirão Preto, 16 de abril de 2025. **Prof. Antonio Dias de Novaes**, Presidente do Sindicato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 027/2025 - Edital nº 032/2025 – Processo nº 210/2024 do tipo menor preço global. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE AULAS PARA O PROJETO "FANFARRA NAS ESCOLAS" A SER REALIZADO EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME QUANTIDADES, CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL. O credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até dia 07 de maio de 2025 às 09H00M. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no dia 07 de maio de 2025 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET https://novobbmnet.com.br/ . Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 16 de abril de 2025.

Maria Aparecida Adomaitis – Secretária Municipal de Administração

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Departamento de Licitação

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL**: 031/2025. **OBJETO**: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de enfermagem, com entrega parcelada em cronograma e locais fornecidos pelas Secretaria Municipal de Saúde, conforme as especificações mínimas. **MODALIDADE**: Pregão Eletrônico. **O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: será das 14h00min horas do dia 17/04/2025 até às 14h00min do dia 05/05/2025 e **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**: no horário às 14h05min do dia 05/05/2025. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 15 de Abril de 2.025.

VINICIUS SILVEIRA DA SILVA

Departamento de Licitação

Fundação Educacional de Votuporanga

CNPJ (MF) nº 45.164.654/0001-99

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO FEV Nº 003/2025 – (REPETIÇÃO)

PROCESSO FEV Nº 004/2025

(REGISTRO DE PREÇOS)

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de materiais para pintura predial** a fim de atender à exclusivo critério da Fundação Educacional de Votuporanga, durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21 e as quantidades registradas poderão ser renovadas, conforme consoante Decreto Municipal nº 15.631/2023, consoante especificações constantes no Edital de Pregão Eletrônico FEV nº 003/2025 – (Repetição) e seus Anexos. **MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** *"Menor Preço" por GRUPO DE ITENS.* **DATA DA REALIZAÇÃO: 07 de maio de 2025. INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 17 de abril de 2025. FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/ABERTURA SESSÃO: 07 de maio de 2025 às 08h00 (oito horas). INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 07 de maio de 2025 às 08h15 (oito horas e quinze minutos). DOCUMENTAÇÃO:** Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. **INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Fundação Educacional de Votuporanga – Setor de Compras/Licitação, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.196, Centro, em Votuporanga/SP, nos dias úteis no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, ou, ainda, pelo Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, site www.unifev.edu.br (Wiki Institucional/Licitações) e www.bll.org.br. Votuporanga/SP, 16 de abril de 2025.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA

Celso Penha Vasconcelos

Diretor Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA INDEPENDÊNCIA

Processo Licitatório 21/2025 - **Pregão 07/2025**. Objeto: Locação de software de gestão pública, para a Prefeitura e Câmara Municipal de Nova Independência. Decisão do Prefeito: Considerando a decisão prolatada pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no Processo 00006827.989.25-4 e a eventual necessidade de alteração do instrumento convocatório, decido, por bem, revogar o certame supra.

Nova Independência – SP, 15 de abril de 2025.
Fernando Macchi Santana - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL

PREGÃO ELETRÔNICO Torna público aos interessados: **Pregão Eletrônico nº 25/25** – Processo Administrativo nº 2.045/25 – Objeto: Contratação de empresa para execução de tabulação e tratamento de dados visando o fornecimento de instrumentais físicos, para monitoramento de condicionalidade de programas sociais – Cadastro das Propostas Iniciais até o dia 06/05/2025 às 08:00 horas. Os editais completos poderão ser adquiridos nos sites www.conchal.sp.gov.br, https://bnccompras.com/Home/Login, portal PNCP e ou pelo e-mail: edital@conchal.sp.gov.br, estando os autos disponíveis para vista na Secretaria de Licitações e Contratos. Conchal, 15 de abril de 2025.
ORLANDO CALEFFI JUNIOR. Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE PIRACICABA

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025 – **Nº Processo:** 024.00029766/2025-55 **Objeto:** Aquisição de nutrição(ões) sem marca específica não contemplados em ata de registro de preços, para atendimento de paciente(s) em cumprimento à determinação judicial. **Total de Itens Licitados:** 12 (DOZE). **Valor total da licitação:** valor por extenso ou sigiloso. **Disponibilidade do edital:** 22/04/2025. **Horário:** das 08h00 às 18hs. **Endereço:** Rua do Trabalho, 602 - Vila Independência - Piracicaba/SP. **Link do PNCP:** www.gov.br/compras. **Entrega das Propostas:** a partir de 22/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas:** 06/05/2025 às 08hs no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE PIRACICABA

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025 – **Nº Processo:** 024.00028573/2025-87 **Objeto:** Aquisição de Medicamento(s) sem marca específica não contemplados em ata de registro de preços, para atendimento de paciente(s) em cumprimento à determinação judicial. **Total de Itens Licitados:** 10 (DEZ). **Valor total da licitação:** sigiloso. **Disponibilidade do edital:** 22/04/2025. **Horário:** das 08h00 às 18hs. **Endereço:** Rua do Trabalho, 602 - Vila Independência - Piracicaba/SP. **Link do PNCP:** www.gov.br/compras. **Entrega das Propostas:** a partir de 22/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas:** 06/05/2025 às 08hs no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PECINI LEILÕES — **EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES**

DATA: 1º Público Leilão: 28/04/2025, às 09h45 | 2º Público Leilão: 30/04/2025, às 09h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO QUEBEC BRODOWSKI SPE LTDA.**, CNPJ nº 22.017.999/0001-14, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 21 DA QUADRA Nº 07** do loteamento **RESIDENCIAL QUEBEC**, situado à Rua Lúcio Vicentini, Município de Brodowski/SP. **ÁREA TOTAL DO TERRENO 285,00m²**. Medidas e confrontações: No sentido de quem da Rua Lúcio Vicentini olha para o imóvel, mede 10,00m de frente para o lado ímpar da Rua Lúcio Vicentini; 28,50m do lado esquerdo, confrontando com o Lote nº 20; 28,50m do lado direito, confrontando com o Lote nº 22; 10,00m nos fundos, confrontando com o Lote nº 11. Matrícula nº 5.686 do CRI de Brodowski/SP. Inscrição Municipal nº 01.02.304.0320.001 - 11933. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 266.939,84. 2º Leilão: R$ 199.844,87. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado: i)** verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; **ii)** Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. **2. Cabe ao Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; **ii)** Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; **iii)** Os débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão quitados pela **CREDORA FIDUCIÁRIA**, ficando o Arrematante responsável por eventuais valores não apurados e os que vencerem **APÓS** as datas dos leilões; **iv)** Débitos de água, energia, e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; **v)** Custas, despesas e impostos para regularização de eventual construção e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes; devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas; **vi)** Custas/despesas com eventual desocupação. A venda ad corpus - Imóvel no estado em que se encontra. Fica o Devedor Fiduciante **MAIKE DOUGLAS QUINTINO** - CPF nº 411.157.988-47, devidamente comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fones (19) 3794-2044/ (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

A Lisa Depilação a Laser S.A.

espaçolaser

CNPJ nº 28.705.253/0001-80 - NIRE 35.300.520.602

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Reunião Digital

Acesso pelo link: https://meet.google.com/mem-iayr-pqc

Ficam convocados os acionistas detentores de ações ordinárias da **A Lisa Depilação a Laser S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada, de forma exclusivamente digital, no dia 29 de abril de 2025, às 15 horas, em 1ª (primeira) convocação, **por meio de videoconferência**, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI nº 81/2020") e do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (1)** as contas dos administradores, o relatório da administração consubstanciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(2)** a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Sr. Marcelo Teixeira (Jurídico) – mteixeira@espacolaser.com.br com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia.

Barretos/SP, 15 de abril de 2025. **Fabio Itikawa** - Diretor Financeiro

BIASI LEILÕES — EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL ON-LINE — Rodobens

1º Leilão: dia 25/04/2025 às 11h00 2º Leilão: dia 28/04/2025 às 11h00

Eduardo Consentino, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galcazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, CNPJ sob nº 51.855.716/0001-01, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui a alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 25 de Abril de 2025 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 28 de Abril de 2025 às 11:00 horas.** Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do imóvel: UM TERRENO** designado por Lote 22, da Quadra "D5", integrante do **"RESIDENCIAL BASEL"**, do loteamento **RESIDENCIAL SWISS PARK**, em Campinas/SP, assim descrito e caracterizado: frente para a Rua 167 (atual Rua Waldemar Gonzales), medindo 12,00m em linha reta; pelo lado esquerdo de quem da rua olha para o lote confronta com o lote 23, medindo 30,00m em linha reta; no fundo, onde existe viela sanitária, mede 12,00m em linha reta confrontando com o lote 5, e pelo lado direito confronta com o lote 21 medindo 30,00m em linha reta, com a área de 360,00 m². Foi edificado um **PRÉDIO RESIDENCIAL** que recebeu o nº 120 pela Rua Waldemar Gonzales, com área total construída de 269,77 m² e mais 22,05 m² de construção de **PISCINA**. Matrícula nº 167.403 do 3º Registro de Imóveis de Campinas/SP. **Valor de Venda do imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 1.516.000,00. Valor de Venda do imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 759.098,00.** Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 28 de Abril de 2025, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br, até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante.** O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 12 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também isenta a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

Arteris S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 26/02/2025, às 16:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Os Conselheiros foram devidamente convocados, estando todos presentes, por intermédio de conferência telefônica. Presente, ainda, representando o Conselho Fiscal, o Sr. Renato Guias Pereira. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Sérgio Moniz Barretto Garcia; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Manifestar-se sobre o relatório da Administração, sobre as contas da Diretoria e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 4.2 Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados e do pagamento dos dividendos referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024; 4.3 Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária; e 4.4 Deliberar sobre a nomeação dos auditores independentes da Companhia. **5. Deliberação:** Os conselheiros, por unanimidade, deliberaram: 5.1 O Conselho Fiscal esteve presente à reunião, conforme previsto no § 3º do artigo 163 da Lei 6.404/76. 5.2 Aprovar, sem quaisquer emendas ou ressalvas, o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia; 5.3 Tendo em vista a Companhia ter registrado, no exercício social encerrado em 31/12/2024, prejuízo de R$ 841.393.707,02, conforme consta das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco foi proposto pela Administração da Companhia a distribuição de dividendos aos seus acionistas; 5.4 Aprovar a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30/04/2025, às 10:00 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar. 5.5 Aprovar a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. como novos auditores independentes da Companhia; e 5.6 Autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes: **Mesa:** Sr. Sérgio Moniz Barretto Garcia e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; **Conselheiros**: Srs. Sérgio Moniz Barretto Garcia, Marcos Pinto Almeida, Fernando Martinez Caro, Ronald José Paz Vargas, Francisco José Aljaro Navarro, Marti Carbonell Mascaró, Jorge Fernandez Montoli, Carlos Garcia Cabrera e representando o Conselho Fiscal da Companhia o Sr. Renato Guias Pereira. São Paulo, 26/02/2025. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sérgio Moniz Barretto Garcia** – Presidente; **Flávia Lúcia Mattioli Tâmega** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 120.761/25-4 em 11/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO RIO - SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF nº 44.319.686/0001-42 - NIRE nº 35300580664 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 01 de abril de 2025, às 14h00, na sede social da Companhia, localizada na Rodovia Presidente Dutra, 0, Km 184,3, bairro Morro Grande, Santa Isabel/SP. **2. PRESENÇA**: Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO**: Dispensados os avisos em face da presença da única acionista representando a totalidade do capital social e a observância do prazo estabelecido no caput do artigo 133, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA e parágrafo 4º, do artigo 133, da LSA. **4. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS**: O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Demonstrações do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, foram publicados no jornal Folha de São Paulo, no dia 27/02/2025, às páginas 21 a 24 da versão impressa e sem numeração da versão digital. **5. MESA**: Presidente: Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **6. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre: (i) as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2024; (ii) o orçamento de capital da Companhia referente ao exercício de 2025; (iii) a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2024; (iv) a instalação do Conselho Fiscal; e (v) a fixação da remuneração de Administradores. **7. DELIBERAÇÕES**: A única acionista da Companhia aprovou: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA e a dispensa da leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA; **(ii)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, publicados conforme o item "Publicações Prévias" acima, já devidamente auditados por **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, conforme Relatório datado de 26/02/2025; **(iii)** O orçamento de capital para o exercício de 2025, no valor de R$ 1.703.000.000,00 (um bilhão, setecentos e três milhões de reais); **(iv)** A proposta da administração para a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2024, no valor de R$ 537.082.961,99 (quinhentos e trinta e sete milhões, oitenta e dois mil, novecentos e sessenta e um reais e noventa e nove centavos), terá a seguinte destinação: (a) o montante de R$ 26.854.148,10 (vinte e seis milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e oito reais e dez centavos), será destinado à formação da reserva legal, nos termos do artigo 193 da LSA; (b) o montante de R$ 178.154.190,11 (cento e setenta e oito milhões, cento e cinquenta e quatro mil, cento e noventa reais e onze centavos), correspondentes a R$ 0,08758282262 por ação, foram destacados a título de juros sobre o capital próprio, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/12/2024, às 10h00, sendo que, após dedução de imposto de renda retido na fonte ("IRRF") de 15%, nos termos do §2º do artigo 9º da Lei 9.249/1995, o valor líquido foi de R$ 151.431.061,59 (cento e cinquenta e um milhões, quatrocentos e trinta e um mil, sessenta e um reais e cinquenta e nove centavos), correspondentes a R$ 0,07444539923 por ação, sendo o valor líquido integral utilizado para aumento de capital social da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/12/2024, conforme posição acionária da data da aprovação, "*ad referendum*" desta Assembleia; e (c) o montante de R$ 332.074.623,78 (trezentos e trinta e dois milhões, setenta e quatro mil, seiscentos e vinte três reais e setenta e oito centavos), será destinado à Reserva de Retenção de Lucros da Companhia. **(v)** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 26 do Estatuto Social; e **(vi)** A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R$ 2.304.707,00 (dois milhões, trezentos e quatro mil, setecentos e sete reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2025, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam à remuneração anual. **8. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Santa Isabel/SP, 01 de abril de 2025. **Assinaturas**: Eduardo Siqueira Moraes Camargo, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionista: **(1) CCR S.A.**, por Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 130.595/25-1 em 10.04.2025, Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

JUNDIAÍ

MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

EDITAL PARA CITAÇÃO DE INSTITUTO DE PSIQUIATRIA HIGIENE MENTAL DE JUNDIAÍ LTDA. COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DA **AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO PROCESSO Nº 0024104- 85.2012.8.26.0309** PROMOVIDA POR MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ EM FACE DE INSTITUTO DE PSIQUIATRIA HIGIENE MENTAL DE JUNDIAÍ LTDA. DR. GUSTAVO PISAREWSKI MOISÉS, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA, DESTA CIDADE COMARCA DE JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER INSTITUTO DE PSIQUIATRIA E HIGIENE MENTAL DE JUNDIAÍ LTDA., pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ com n.º 50.965.425/0001-03, localizada na Avenida Carlos Ângelo Mathion, n.º 1.420, Bairro Jardim Tamoio neste Município, que deverá ser citado na pessoa de seu representante, qual seja, NEWTON PEREIRA DA SILVA, que se processa contra ela perante esse juízo ação de Desapropriação, promovida por Município de Jundiaí contra mesma, onde se alega que por força do Decreto Municipal nº 23.838, de 31 de maio de 2012, foi declarada de utilidade pública, "para fim de ser desapropriada judicialmente ou adquirida mediante acordo", necessária para implantação do PARQUE DOS TAMOIOS, imóvel de sua propriedade, objeto da matrícula n. 2.929, do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Jundiaí, área está localizada na Avenida Carlos Ângelo Mathion, n.º 1.420, Bairro Jardim Tamoio, nesta cidade, caracterizada na planta anexa assim descrita: Um terreno que tem início no alinhamento da Avenida Carlos Ângelo Mathion na divisa com Lote 12 da Quadra 19 do Loteamento Jardim Tamoio, segue pelo alinhamento do projeto de prolongamento desta Avenida pelo Loteamento Jardim Tamoio, por uma distância de 71,07 metros; deflete esquerda segue, ainda pelo alinhamento do projeto de prolongamento da avenida, por uma distância de 94,97 metros; deflete direita segue por uma distância de 108,24 metros até atingir antigo leito do Córrego Elekeiroz, confrontando neste trecho com Núcleo de Submoradias Balsan; segue pelo referido córrego por uma distância de 317,91 metros, confrontando com Municipo de Várzea Paulista; deflete direita segue por uma distância de 23,67 metros; deflete esquerda segue por uma distância de 146,23 metros, até atingir divisa do Sistema de Recreio do Loteamento Jardim Tamoio, confrontando, nestes últimos dois trechos, com propriedade de Oliva PS Administração de Bens Ltda., deflete direita segue por uma distância de 203,74 metros, confrontando com Sistema de Recreio do Loteamento Jardim Tamoio, viela parte do Lote da Quadra 21 do Loteamento Jardim Tamoio; deflete esquerda segue por uma distância de 109,29 metros, confrontando com parte do Lote da Quadra 21, com Rua Tenente José Palermo com os Lotes 12 da Quadra 19, todos do Loteamento Jardim Tamoio, até encontrar início desta descrição?, perímetro descrito encerra uma área de 67.932,34 m", contendo 7.042,20 m? de área construída, foi ofertado pelo domínio da área valor de R$ 2.173.834,88 (dois milhões, cento setenta três mil, oitocentos trinta quatro reais oitenta oito centavos), sendo que desse valor requereu seja descontado montante de R$ 1.791.863,65 (um milhão setecentos noventa um mil, oitocentos sessenta três reais sessenta cinco centavos), referente às dívidas do Expropriado com fisco municipal consequentemente depósito de R$ 381.971,23 (trezentos oitenta um mil novecentos setenta um reais vinte três centavos), para fins de imissão na posse. Por fim pleteia TOTAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO, com transferência definitiva do domínio posse da área para Autor. Protesta requer provar alegado por todos os meios de prova em direito permitidos, mormente pela realização de perícias arbitramentos, juntada de documentos, além de outros que se façam necessários no decorrer da lide. Dá causa valor de R$ 2.173.834,88 (dois milhões, cento setenta três mil, oitocentos trinta quatro reais oitenta oito centavos), estando mencionada ré em lugar incerto não sabido, fica mesma **CITADA** para os atos termos da ação, bem como ADVERTIDA de que poderá contestar ação no prazo de 15 (quinze) dias, que começará fluir, decorrido prazo do edital (vinte dias), sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela autor, para que produza seus efeitos de direito notícia chegue ao conhecimento de todos para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se presente edital que será fixado publicado na forma da Lei.

mercado

Decreto regula programa de incentivo 'verde' ao setor automotivo

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Thiago Bethônico

SÃO PAULO O presidente Lula (PT) assinou na terça (15) decreto que regulamenta o Mover (Mobilidade Verde e Inovação), programa com incentivos "verdes" ao setor automotivo lançado em junho de 2024 em substituição ao Rota 2030.

O texto traz os parâmetros técnicos de eficiência energética, reciclabilidade e segurança que fabricantes e importadores de veículos deverão seguir a partir de junho de 2025.

O Mover amplia as exigências de sustentabilidade da frota automotiva e busca incentivar a descarbonização, com estímulo à produção de novas tecnologias, uso de biocombustíveis e reciclagem.

De acordo com o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), o setor automotivo anunciou R$ 130 bilhões em investimentos nos próximos anos com impulso do Mover, o que envolve a ampliação de fábricas e lançamentos de novas tecnologias sustentáveis.

Um dos principais pontos do decreto de regulamentação são as metas de eficiência energética e redução de emissões de CO_2 para veículos leves e pesados.

O texto determina que, até outubro de 2027, os veículos alcancem uma redução média de consumo energético de 12% em relação aos veículos comercializados em 2022. Os compromissos consideram o ciclo "tanque à roda", e os índices deverão ser mantidos até 2031.

Já no ciclo "poço à roda", que considera as emissões de CO_2 desde a extração, produção, distribuição e uso de veículos, o decreto estabelece que as empresas terão de cumprir a meta de redução até outubro de 2027, com manutenção dos índices até 2031. A meta é reduzir em 50% as emissões de carbono até 2030, na comparação com 2011.

Segundo o Mdic, a verificação dos resultados será baseada em normas técnicas nacionais e internacionais.

A regulamentação prevê que os compromissos ambientais assumidos por empresas do setor poderão ser parcialmente compensados com a aquisição de sucatas veiculares.

Colaborou Eduardo Sodré

mercado

Antecipar alta de tributo para elétricos está em avaliação, diz Alckmin

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), disse nesta quarta-feira (16) que o governo está avaliando o pleito da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) para antecipar o calendário de aumento do imposto de importação para veículos eletrificados.

Questionado sobre quando o governo tomaria uma decisão a respeito, Alckmin insistiu: "Estamos discutindo neste momento".

O governo Lula (PT) estipulou, em 2023, a cobrança do imposto de importação para veículos eletrificados, que até então eram isentos.

Pelo calendário em vigor atualmente, para os veículos 100% elétricos, a tarifa para os que excederem a cota partiu de 10% em janeiro de 2024 e chegou a 18% em julho do mesmo ano. Em julho de 2025, a alíquota atingirá 25%. A etapa seguinte ocorre em julho de 2026, quando retornará aos mesmos 35% dos modelos a combustão.

Para os modelos híbridos que não dispõem de carregamento na tomada, a alíquota do imposto começou em 12% no mês de janeiro do ano passado e chegou 25% em julho. No mesmo mês deste ano, passará a 30%, até atingir os 35% em julho de 2026. No caso dos híbridos plug-in (que podem ser recarregados na tomada), o escalonamento é de 12%, 20%, 28% e 35%.

O pleito da Anfavea é que o calendário seja antecipado e o teto de 35% passe a valer imediatamente, sob a alegação de que houve um pico de importações de veículos elétricos, sobretudo da China. Para a Anfavea, o ritmo do aumento do imposto é muito lento para o fluxo de entrada desses carros no país.

Na conversa com jornalistas, Alckmin defendeu o calendário estabelecido pelo governo.

"Para veículo elétrico, [o imposto] era zero. Até 2023 era zero. O que nós fizemos? Olha, vai chegar em 35% em 2026. Então, começou de 0%, vai para 10%, vai para 18%, vai para 25% e termina em 35%. Varia um pouquinho se é híbrido puro, se é elétrico puro, híbrido ou se é plug-in, mas chegará em 35%", disse.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO GERAL ORDINÁRIA DE SÓCIOS

Convidamos os sócios da ESTRADA DOS MACACOS ECO RESIDENCE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS - SPE LTDA, nire 3121092033-1 e CNPJ 28.492.527/0001-08 para a reunião geral ordinária, que se realizará no dia 29.04.2025 às 10:00 em primeira convocação e às 10:30 em segunda chamada, com qualquer quórum, a se realizar na Rua Desembargador Jorge Fontana, no 408, sala 404, Belvedere, Belo Horizonte/MG, CEP: 30320-670, para deliberar sobre a ordem do dia:
- Aprovação das contas;
- Aprovação do Balanço Patrimonial e de resultado econômico;
- Deliberação sobre despesas futuras

Belo Horizonte, 14 de abril de 2025

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 28 de abril de 2025, às 14h30min *,
2º LEILÃO: 30 de abril de 2025, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 375, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 0010303175, de 07/03/2022, com o Fiduciante **EDUARDO JOSE GREGORIO**, brasileiro, divorciado, assessor técnico judiciário, portador do RG nº 19.422.457-0-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 076.354.338-56, residente e domiciliado em Lins/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 581.682,29** (quinhentos e oitenta e um mil seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e nove centavos - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pela **Casa**, situada Rua Odilon Fontanini Cardoso, nº 141, Residencial Real Parque, Lins/SP. Área construída: 186,30m² e Área de terreno: 324,00m², melhor descrito na matrícula nº 31.962 do Oficial de Registro de Imóveis de Lins/SP. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 294.000,00** (duzentos e noventa e quatro mil reais – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda. VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE:** www.portalzuk.com.br. Informações pelo Whatsapp: (11) 99614-0467 ou pelo e-mail contato@portalzuk.com.br (Dossiê 24007).

AEBES

CONTRATAÇÃO

A **Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense**, **CNPJ 28.127.926/0002-42**, abre Termo de Referência para contratação de empresa para **prestação de serviços de exames laboratoriais** para o Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.

Email: compras.tr@hejsn.aebes.org.br

Telefone: (27) 3016-4031

Data limite para recebimento das propostas: às 15h do dia 22/04/2025.

Endereço eletrônico para envio das propostas: **http://www.publinexo.com.br/privado**

MUNICÍPIO DE SAGRES

SAGRES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025
(Processo Administrativo nº 489/2025)

A PM Sagres torna público e CONVIDA interessados em participar da licitação acima, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a Contratação de serviços corporativo de impressão na modalidade franquia mensal sem papel com comodato de equipamentos, durante o período de 12 (doze) meses, com encerramento em 09/05/2025 às 08h00. Informa ainda que o Edital completo encontra-se a disposição na sede da licitadora, sito R. Ver. José Alexandre de Lima, 427. Tel: (18) 3558-1112, no site www.sagres.sp.gov.br e e-mail licitacao@sagres.sp.gov.br. Sagres-SP, 16/04/2025 – Roberto Batista Pires - Prefeito.

Sindicato dos Professores de Campinas – Sinpro Campinas e Região
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REMOTA

A Presidente do Sindicato dos professores de Campinas – Sinpro Campinas e Região, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.108.239/0001-80, entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 911.027.422.89444-8, sito à Av. Professora Ana Maria Silvestre Adade, 100, Parque das Universidades, Campinas, SP, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as Professoras e todos os Professores empregados em Instituições de Ensino Superior da rede privada, sindicalizados ou não, na base territorial dos municípios de Campinas, Americana, Amparo, Araras, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba e Santa Bárbara d'Oeste, para a Assembleia Geral Extraordinária Remota que se realizará no dia 24 de abril de 2025, às 14h30, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 15h, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadoras e trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota zoom, através do link: https://us02web.zoom.us/j/81797931231. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

A. Análise e deliberação sobre a contraproposta patronal.
B. Em caso de recusa da contraproposta patronal, discussão e deliberação sobre a mobilização e formas de luta.
C. Deliberação sobre a adoção do estado de greve.

Campinas, 17 de abril de 2025
Conceição Aparecida Fornasari - Presidente

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2025 - PROCESSO N.º 1618/2025

A Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, através do Setor de Compras, faz saber a quantos possa interessar que, se acha aberta licitação na Modalidade Pregão Eletrônico n.º 10/2025, do tipo menor preço por item, destinada a seleção de proposta mais vantajosa para prestação de serviços de contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de arbitragem desportiva nos campeonatos municipais do ano de 2025, com fornecimento de mão-de-obra especializada e materiais necessários, conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Edital através de correspondência eletrônica (e-mail), encaminhados para, licitacao@saomiguelarcanjo.sp.gov.br ou através dos sites www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br e https://novobbmnet.com.br/ sem ônus aos interessados solicitantes. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 07/05/2025 – Horas 09:00:00; ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 07/05/2025 – Horas 09:05:00; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS 07/05/2025 – Horas 10:00:00. Informações: das 9:00 às 17:00 horas, Endereço: Praça Antonio Ferreira Leme, n.º53, Centro, SMA, Telefax: (15) 3279-8000. São Miguel Arcanjo, 16 de abril de 2025. Elias Rodrigues de Paula. Prefeito Municipal.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **Pregão Eletrônico n.º UNCISAL 90.005/2025.**

Processo: 41010.2640/2024.

Tipo: menor preço, por item.

Objeto: Locação de equipamentos de informática, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data de realização: 07 de maio de 2025 às 09h. - Horário de Brasília.

Disponibilidade: endereço eletrônico **www.comprasnet.gov.br** UASG: 926107

Maceió, 16 de abril de 2025.

Bruno da Silva Bandeira, Pregoeiro/ CPL-UNCISAL

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO - SAME/FM
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2025 – Processo Administrativo Nº 2431/2024, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, de acordo com as especificações e quantidades contidas no Termo de Referência (ANEXO I), conforme proposta nº11143383000123016. O senhor Thiago Campos Amado - Superintendente do SAME, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA e HOMOLOGA o objeto da presente licitação a empresa WHITE EAGLE LTDA CNPJ nº 32.901.484/0001-36, no valor de R$ 12.250,00 (doze mil e duzentos e cinquenta reais) Lote 1, a empresa R M DORNELLES COMERCIO E TECNOLOGIA CNPJ nº 15.674.842/0001-04, no valor total de R$ 13.291,80 (treze mil e duzentos e noventa e um reais e oitenta centavos) Lotes 2 e 3, e a empresa F.S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI CNPJ nº 11.552.540/0001-02, no valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) Lote 4. Data da Adjudicação/Homologação 14/04/2025. Ato contínuo fica CONVOCADA as empresas vencedoras para no PRAZO DE 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, contados desta publicação, comparecer na sede desta Autarquia para assinatura do Contrato. Francisco Morato/SP. Thiago Campos Amado – Superintendente do SAME.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, MATERIAL ELÉTRICO, CONSTRUÇÃO NAVAL, MECÂNICA DE AUTOS, MÁQUINAS DE JAÚ E REGIÃO - CNPJ 44.521.003/0001-46 - **Edital de Convocação (Venda de parte ideal de imóvel)** - Pelo presente edital, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico, Construção Naval, Mecânica de Autos, Máquinas de Jaú e região, convoca todos os associados para comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no próximo **dia 26 de abril de 2025, as 09:00 horas em primeira convocação, e não havendo número legal, às 10:00 horas em segunda convocação, na sede do Sindicato, sito a Rua Amaral Gurgel, nº 140, Centro, CEP 17210-010, Jaú/SP**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) venda de parte ideal de 10% (dez por cento) do imóvel da Rua José Carloni nº 291, Jardim Ana Carolina - Jaú/SP, objeto da matrícula de nº 19.407, do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Jaú. Jaú, 17 de abril de 2025. **Luiz Antônio Gabriel** - Presidente.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE PIRACICABA

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025 **Nº Processo**: 024.00027997/2025-24 – **Objeto**: Aquisição de material(is) com marca específica, não contemplados em ata de registro de preços, para atendimento de paciente(s) em cumprimento à determinação judicial. **Total de Itens Licitados**: 07 (sete) itens - Cota. **Valor total da licitação**: sigiloso. **Disponibilidade do edital**: 24/04/2025. **Horário**: das 08h00 às 18hs. **Endereço**: Rua do Trabalho, 602 - Vila Independência - Piracicaba/SP. **Link do PNCP**: www.gov.br/compras. **Entrega das Propostas**: a partir de 24/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas**: 08/05/2025 às 08hs no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE PIRACICABA

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2025 – **Nº Processo**: 024.00028592/2025-11 – **Objeto**: Aquisição de Medicamento(s) sem marca específica, não contemplados em ata de registro de preços, para atendimento de paciente(s) em cumprimento à determinação judicial. **Total de Itens Licitados**: 6 (seis) itens - Cota. **Valor total da licitação**: sigiloso. **Disponibilidade do edital**: 24/04/2025. **Horário**: das 08h00 às 18hs. **Endereço**: Rua do Trabalho, 602 - Vila Independência - Piracicaba/SP. **Link do PNCP**: www.gov.br/compras. **Entrega das Propostas**: a partir de 24/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas**: 08/05/2025 às 08hs no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00639690682025

Modalidade: Pregão Eletrônico 90010/2025 - UASG 261101
Nº Processo: 262.00010403/2024-80
Objeto: Aquisição de material de consumo - cilindro de ar para mergulho, conforme condições e exigências estabelecidas no edital.
Total de Itens Licitados: A licitação terá 1 (um) item
Valor total da licitação: R$ 35.200,40 (trinta e cinco mil e duzentos reais, quarenta centavos)
Disponibilidade do edital: 17/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Avenida Professor Frederico Hermann Jr. 345 - Alto de Pinheiros São Paulo/SP; e
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 09/05/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A – IMA
CNPJ 48.197.659/0001-69 – NIRE 35 3 0003850 9

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas da INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A - IMA, CONVOCADOS a se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, no dia **25/04/2025**, às **10h00**, em 1ª convocação, a realizar-se de forma virtual, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) **Aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2024; 2) Alteração do Estatuto Social para modificação da descrição do objeto social apresentado no artigo 2º; 3) Alteração do Estatuto Social para inclusão de atividade econômica no objeto social apresentado no artigo 2º; 4) Outros assuntos de interesse da sociedade.** Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos da Administração, exigidos pelo art. 133 da Lei nº 6.404/76. Campinas/SP, 15 de abril de 2025. Aurilio Sérgio Costa Caiado – Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE LEILÃO E DE INTIMAÇÃO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - O Leiloeiro Oficial, Leonardo Vieira Amaral, JUCESP 1010, autorizado pela credora **FIDUCIÁRIA: UNIFISA – Administradora Nacional de Consórcios Ltda**. CNPJ 60.732.997/0001-04, neste ato relacionado aos **FIDUCIANTES: CLAYTON WILLIAN SOARES**, CPF 275.357.018-33, e sua mulher **ALESSANDRA STAIN SOARES**, CPF 258.952.928-79, promoverá leilão on-line pelo website www.leilaonet.com.br, conforme Lei nº 9.514/97. BEM. **O IMÓVEL matriculado sob nº 118.999 do 9º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo**, localizado na Rua Nello Selmi-Dei, nº 189, Bairro do Fonseca, Vila Nova York, 27º Subdistrito Tatuapé, São Paulo/SP, com área total de 87,10m². Propriedade consolidada em AV.08/118.999 (13/02/2025). Imóvel ocupado, desocupação por conta do arrematante. LEILÕES. 1º Leilão: 02/05/2025 às 15h – Lance mínimo: R$ 298.703,38; 2º Leilão (se houver): 21/05/2025 às 15h – Lance mínimo: R$ 149.443,33 (horários de Brasília). PARTICIPAÇÃO: Cadastro e habilitação em www.leilaonet.com.br até 24h antes do leilão. Edital completo disponível no site. PAGAMENTO: O arrematante deve pagar o valor integral do imóvel à vista em até 24h, além da comissão de 5% sobre o lance, depositada diretamente na conta do leiloeiro. Local: Rua Dona Maria Paula, nº 122, 5º andar, Bela Vista, São Paulo/SP. Informações: (11) 96100-8910 | contato@leilaonet.com.br .

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Araçatuba - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Fazendo uso das atribuições que me são conferidas pelos Estatutos Sociais e pela Legislação em vigor, **Convoco Todos os Integrantes da Categoria, Associados ou não a este Sindicato**, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2025, na Rua Afonso Pena, 1.328, Araçatuba/SP, às 09:00 horas, em primeira convocação, com a presença de metade mais um dos integrantes da categoria, ou em segunda convocação às 11:00 horas, com a presença de qualquer número de integrantes da categoria. A Ordem do Dia deverá ser votada por todos os integrantes da categoria presentes à Assembleia. **Ordem do Dia:** 1 - Leitura, discussão, votação com aprovação ou não pelos trabalhadores da pauta de reivindicações da categoria para 2025/2026 (data-base 01/06/2025) a ser apresentada aos sindicatos patronais ora suscitados: **SINDHOSP - Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas e demais Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de São Paulo; SINDHOSFIL - Sindicato das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo; SINAMGE - Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo; SINOG - Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo; Sindicato Nacional das Cooperativas de Serviços Médicos; Sindicato Patronal dos Veterinários do Estado de São Paulo; SINDIFIR - Sindicato das Instituições Beneficentes, Filantrópicas e Religiosas do Estado de São Paulo**, bem como a todas as demais entidades de representação econômica e empregadores que contratam empregados da categoria da Saúde, inclusive os estabelecimentos de serviços de saúde que celebram Acordo Coletivo de Trabalho com esta entidade sindical profissional; 2 - Delegar poderes à direção do Sindicato Profissional para iniciar as negociações coletivas, assinar Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou instaurar Dissídio Coletivo; assinar Acordos Coletivos de Trabalho com todo e qualquer estabelecimento que empregue trabalhadores da saúde; 3 - Fixação de contribuição a todos os integrantes da categoria para o custeio da entidade sindical e autorização para desconto em folha de pagamento; 4 - Declarar a Assembleia aberta em caráter permanente até o final do processo de negociação coletiva. Obs.: a pauta de reivindicações poderá ser acessada no site do sindicato profissional: www.sinsaudearacatuba.com.br. Araçatuba-SP, 15 de abril de 2025. **Erivelto Corrêa de Araújo** - Presidente.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SANTO ANDRÉ, SÃO BERNARDO DO CAMPO E SÃO CAETANO DO SUL - Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária Virtual dia 25/04/2025 - Pelo presente edital, ficam **CONVOCADOS** todos os Professores e Professoras, sindicalizados ou não, empregados em Instituições de Ensino Superior da rede privada de ensino, dos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, base territorial do Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul - SINPRO ABC, inscrito no CNPJ sob o nº 53.714.440/0001-77, devidamente registrado no CNES do M.T.E. sob o número 914.027.422.86563-0, com sede à Rua Pirituba, 61/65 - Bairro Casa Branca - Santo André - SP, CEP: 09015-540, observando a fundamentação para assembleia na modalidade virtual, baseado no art. 4º-A da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária Virtual**, que será realizada no dia 25 de abril de 2025, às 16 horas e 30 minutos, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 17 horas, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, por meio de plataforma remota, cujo link para acesso será encaminhado aos Professores e Professoras que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador em Instituição de Ensino Superior da rede privada de ensino, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: assembleia@sinpro-abc.org.br, impreterivelmente até o horário definido para a primeira convocação, acima referido. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: A)** Análise e deliberação sobre a contraproposta patronal; **B)** Em caso de recusa da contraproposta patronal, discussão e deliberação sobre a mobilização e formas de luta; **C)** Deliberação sobre a adoção do estado de greve; **D)** Contribuição assistencial em 2025. Santo André, 17 de abril de 2025. **Edilene Arjoni Moda** - Presidente.

Eufrázio

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o **Pregão Eletrônico PE DGA 90200/2025**, UASG 450161, Processo nº. 01-P-23321/2024, do tipo menor preço unitário por item, destinado à Aquisição de Fotômetro. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 07/05/2025 às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal **(https://www.gov.br/compras/pt-br/)**. O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP **(https://www.gov.br/pncp/pt-br)**.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00640762902025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO
Nº da Contratação: 90695/2025
Nº Processo: 147.00040188/2024-21
Objeto: CARTUCHO EG7 STAT
Total de Itens Licitados: 1 (Um). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 17/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Indianópolis CEP 04029-000
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 08:30h no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU
AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Jarinu, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, torna pública a SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 022/2025 - Edital nº 025/2025 – Processo nº 002/2025 do tipo menor preço por item, OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO PICK-UP, 4X4, CABINE DUPLA, ZERO QUILÔMETRO, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TECNICAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I DESTE EDITAL, com abertura prevista para o dia 23 de abril de 2025 às 09H00M, para adequação do Termo de Referência. A nova data de abertura será divulgada oportunamente. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações de segunda a sexta das 09:00 às 16:00, no site www.jarinu.sp.gov.br ou telefone (11) 4016-8200.
Jarinu, 16 de abril de 2025.
Mariliza Scarelli Soranz – Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

---

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00640528892025
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Pregão Eletrônico: 532101 - 90670/2025
Nº Processo: 147.00036142/2024-16
Objeto: Aquisição de medicamentos diversos
Total de Itens Licitados: 03 (três). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 17/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 17/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/05/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJOBI-SP

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº040/2025 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº007/2025** OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA DE ALIMENTAÇÃO.Data limite para recebimentos de proposta: até 05/05/2025 à 09H30min.Data para abertura da sala de disputa: 05/05/2025 às 09h00min Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico www.cajobi.sp.gov.br Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico www.cajobi.sp.gov.br.Cajobi, 16 de abril de 2025 Egnaldo Cruz de Oliveira - Pregoeiro.AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº041/2025 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº008/2025** OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ONSTRUÇÃO BÁSICO, PINTURA, HIDRÁULICA E ELÉTRICA.Data limite para recebimentos de proposta: até 05/05/2025 à 10H00min.Data para abertura da sala de disputa: 05/05/2025 às 10h30min.Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico www.cajobi.sp.gov.brInformações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico www.cajobi.sp.gov.br Cajobi, 16 de abril de 2025 Egnaldo Cruz de Oliveira - Pregoeiro.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico PE DGA 90201/2025, UASG 450161, Processo no. 01-P-9052/2025, do tipo menor preço, destinado ao registro de preços de guardanapo de papel. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia 07/05/2025 às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal **(https://www.gov.br/compras/pt-br/)**. O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP **(https://www.gov.br/pncp/pt-br)**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº **226/2025** - Processo nº. **158.816/2023 - Modalidade:** Pregão Eletrônico nº **144/2025** - do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM - LICITAÇÃO NO MODO AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO - OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) CASAS DE BONECAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL. Interessada:** Secretaria Municipal de Assistência Social. **Período para entrega das propostas: 22/04/2025 às 08h até 07/05/2025 às 09h. Data prevista para abertura da sessão pública: dia 07/05/2025 às 09h.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP 17.014-900 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e telefone (14) 3235-1292 ou através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, ou pelo **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000207/2025** ou através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br** - **Nº 98144/2025,** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.
Bauru, 16/04/2025 - José Roberto dos Santos Júnior - Diretor da Divisão de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU
AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Jarinu, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, torna pública a SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 022/2025 - Edital nº 025/2025 – Processo nº 002/2025 do tipo menor preço por item. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO PICK-UP, 4X4, CABINE DUPLA, ZERO QUILÔMETRO, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I DESTE EDITAL, com abertura prevista para o dia 23 de abril de 2025 às 09H00M, para adequação do Termo de Referência. A nova data de abertura será divulgada oportunamente. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações de segunda a sexta das 09:00 às 16:00, no site www.jarinu.sp.gov.br ou telefone (11) 4016-8200.
Jarinu, 16 de abril de 2025.
Mariliza Scarelli Soranz Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

---

Prefeitura de SOROCABA

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 103/2024

Acha-se aberto na Prefeitura de Sorocaba a **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 103/2024 - CPL Nº. 297/2024, destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA EXISTENTE, INSTALAÇÃO E AQUISIÇÃO DE PAINEL LED/ PLACAR ELETRONICO COM MÃO DE OBRA PRÓPRIA E EQUIPAMENTOS PARA O ESTADIO MUNICIPAL WALTER RIBEIRO – CIC.** O limite para o recebimento das propostas no site **www.bnc.org.br** será até às 09h00min do dia 08/05/2025 e a abertura da Fase de Lances será dia 08/05/2025 às 09h30min. Informações pelos sites, **www.bnc.org.br**, https://**bit.ly/3EL7s2S** (Licitações II) e https://**acesse.one/zONiW** (PNCP) , pelo fone (15) 3238-2121 ou e-mail **duvidas-pregao@sorocaba.sp.gov.br**. Sorocaba, 16 de Abril de 2025.
Rosemeire Fantinati – Agente de Contratação/Pregoeira.

Prefeitura de Guararema

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 39/2025. PROCESSO: 117/2025. OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE INSUMOS DE ENFERMAGEM.

- Recebimento das Propostas: até as 9 horas do dia 06/05/2025
- Início da sessão de disputa: 10 horas do dia 06/05/2025
- LOCAL: site www.bll.org.br.
- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br, ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8087. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE MARÍLIA - Rua Paraíba, 31 - Marília/SP - Eleições Sindicais - Chapa Única - De acordo com o disposto no artigo 82 do Estatuto desta entidade, faço saber aos que este Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que a chapa registrada concorrente à eleição a ser realizada nos dias 01, 02, 03 de julho de 2025, neste sindicato e foi registrada a CHAPA ÚNICA com os seguintes comerciários associados: Mario Aparecido Herrera - Presidente, Anderson Rodrigo Pires dos Santos - 1º Vice Presidente, Simone Baralde de Oliveira - 2º Vice Presidente, Aparecido Ricardo - 1º Secretario, Donizete Aparecido Santana da Silva - 2º Secretario, Antonio Carlos Garcia - 1º Tesoureiro, Rosivani Natalino Spoalto - 2º Tesoureiro, Adalgiso Ferreira de Abreu Filho - Diretor de Esportes, Clarice de Oliveira Garcia - Diretor de Relações Sociais, Marcia Gil da Silva - Diretor de Assuntos Jurídicos, Antonio Batista de Barros - 1º Membro Conselho Fiscal, Ilzo Fenile - 2º Membro Conselho Fiscal, Ana Maria Ferreira da Silva - 3º Membro Conselho Fiscal, Bruna Aparecida Xavier da Silva -Suplentes Conselho Fiscal, Maria Aparecida de Oliveira Fernandes - Suplentes Conselho Fiscal, José Donizeti Del Masse - Suplentes Conselho Fiscal, Mario Aparecido Herrera - Delegado Federativo, Anderson Rodrigo Pires dos Santos - Delegado Federativo, Antonio Carlos Garcia - Suplente de Delegado Federativo, Aparecido Ricardo - Suplente de Delegado Federativo, Gislaine Aparecida da Cruz Pedroso - Suplente de Diretoria, Natalia Ana Ribeiro Alves - Suplente de Diretoria, Fabiana Cristina Marques Ferreira - Suplente de Diretoria, Salete Aracelles da Cunha Vansan - Suplente de Diretoria, Marisleia Helena da Silva Rodrigues-Suplente de Diretoria, Maria Juliane Mota de Sousa - Suplente de Diretoria e Adriana Cristina da Silva Pedroso - Suplente de Diretoria. Fica aberto o prazo de 03 (três) dias conforme artigo 92 do estatuto vigente para o oferecimento de impugnação contra qualquer candidato, que deverá ser formulada conforme Estatuto e dirigida ao Presidente atual do Sindicato. Marília, 17 de abril de 2025. Mário Ap. Herrera - Presidente

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2025 - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.421/2024, torna público que realizará Pregão Eletrônico no dia **06 de maio de 2025, às 08h30min**, visando a **AQUISIÇÃO DE TINTAS VIÁRIAS E MATERIAIS ACESSORIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA SINALIZAÇÃO DO MUNICIPIO DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.
Junqueirópolis/SP, 16 de abril de 2025.
CARLOS EDUARDO SILVA FRANCIA
Diretor do Jurídico, Habitação e de Trânsito

= Leilão de Alienação Fiduciária =
1 Leilão: (Um de maio de dois mil e vinte e cinco);
2 Leilão (Cinco de maio de dois mil e vinte e cinco) - Horários de Brasília.

JONAS COIMBRA, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 1228, com escritório na Rua Marechal Bittencourt nº-1069-F, Vila Nova, Jaú/SP CEP 17202-160 **FAZ SABER** a todos quanto o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiver que levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo online, nos termos da Lei 9.514/97, art.º27 e parágrafos, autorizado pelo **credor fiduciário** Reserva da Barra Empreendimentos Imobiliarios SPE LTDA, CNPJ nº 21.828.292/0001-25, nos termos do instrumento particular firmado em 18/10/2017 com os devedores fiduciantes **Rubens Alfredo Cavalheiro**, portador do **CPF 308.731.238-08,** e o **RG 43.689.858 SSP/SP** a sua conjuge **Walderes Quadrado Prado Cavalheiro**, portadora do **CPF 334.290.048-29**, e o **RG 46.336.909-9 SSP/SP,** residentes e domiciliados na cidade de Lençóis Paulista/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO** 01/05/2025 às 10h com lance mínimo igual ou superior **R$ 184.855,04 (Cento e oitenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos)** - atualizando conforme disposição contratual, **UM LOTE DE TERRENO**, de nº 11, quadra A (atual Rua José Pereira Irmão), com área total de 250 M², melhor descrito na matrícula de nº 26662 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Barra Bonita/SP, Cadastro Municipal 01.01.260.0110.001, sem benfeitoria, desocupado. Venda em caracter ad corpus e no estado de conservação que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** 05/05/2025 às 10 h com lance mínimo igual ou superior **R$ 293.155,97 (Duzentos e noventa e três mil, cento e cinquenta e cinco reais e noventa e sete centavos)** nos termos do art.º27 §2 da Lei 9.514/97). Os interessados em participar deverão se **cadastrar na loja Coimbra Leilões** (www.coimbraleiloes.com.br), se habilitar com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, de inicio do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NA LOJA COIMBRA LEILOES. Informações: 14-3418-5420/contato@coimbraleiloes.com.br

---

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — Itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **CAROLINE PEREIRA DOS SANTOS FURTADO,** [illegible] **PEDRO HENRIQUE SOUZA FURTADO,** [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **Presencial e On-line,** [illegible] **dia 05/05/2025, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP,** em **PRIMEIRO LEILÃO,** [illegible] **R$ 517.208,83** [illegible] **Imóvel objeto da matrícula nº 134921 do 16º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Inscrição Municipal:** [illegible] **Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** [illegible] **2025, às 15h30min,** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO,** [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO OSWALDO CRUZ

AVISO DE LICITAÇÃO PL.Nº.3991.2025.CPL.HUOC.PE.0060.HUOC – RP para MMH - dispositivos de circuncisão infantil e caneta porta-eletrodo. Valor total estimado R$158.135,48 (cento e cinquenta e oito mil cento e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos). O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 05/05/2025 às 09h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 22/04/2025 às 8h até o dia 05/05/2025 às 08h30. **PL.Nº.3999.2025.CPL.HUOC.PE.0065.HUOC** – RP para MMH – telas cirúrgicas. Valor total estimado R$27.947,58 (vinte e sete mil novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos). O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 05/05/2025 às 09h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 22/04/2025 às 8h até o dia 05/05/2025 às 08h30. **PL.Nº.4000.2025.CPL.HUOC.PE.0066.HUOC** – RP para próteses mamária, peniana, testicular e expansor de pele. Valor total estimado R$1.000.559,7677 (um milhão, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos). O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 05/05/2025 às 14h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 22/04/2025 às 8h até o dia 05/05/2025 às 13h30. **PL.Nº.4005.2025.CPL.HUOC.PE.0069.HUOC** – RP para medicamentos antineoplásicos, controlados e clínicos. Valor total estimado R$427.247,66 (quatrocentos e vinte e sete mil duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos). O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 05/05/2025 às 14h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 22/04/2025 às 8h até o dia 05/05/2025 às 13h30. Nathalia Beserra, Agente de Contratação CPL/HUOC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI
SECRETARIA DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 048/2025 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas e hospedagens internacionais, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 06/05/2025 às 09h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br.
Edital: Disponível a partir do dia 17/04/2025 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Elza de Oliveira Silva - Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 049/2025 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição e entrega parcelada de insumos hospitalares, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura da Sessão: Dia 07/05/2025 às 09h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br.
Edital: Disponível a partir do dia 23/04/2025 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Walquiria Furlan - Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO SUPRI Nº 050/2025 - AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição e entrega de sacolas, conforme exigências, quantidades e demais especificações contidas no presente Edital e seus Anexos.
Data de Abertura 3ª Sessão: Dia 07/05/2025 às 09h00, no site eletrônico https://compras.barueri.sp.gov.br.
Edital: Disponível a partir do dia 23/04/2025 - Maiores esclarecimentos https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-Instrucoes.pdf
Clésia de Souza Soares - Pregoeira

---

mercado

Banner do Nubank no IPO na Bolsa de Valores de NY
Brendan McDermid - 9.dez.21/Reuters

México aprova pedido de licença bancária do Nubank

CIDADE DO MÉXICO | REUTERS A agência reguladora do sistema financeiro mexicano, a Comisión Nacional Bancária y de Valores (CNBV), concedeu na terça (15) ao Nubank a autorização para obter uma licença para operar como banco no México, segundo uma fonte do setor.

O Nubank, uma das maiores empresas da América Latina em valor de mercado, anunciou no final de 2023 que sua subsidiária mexicana, Nu México, havia solicitado a licença.

A fonte afirmou ainda que falta uma aprovação operacional por parte da CNBV "para determinar se as operações se ajustam, na prática, às normas operacionais de um banco".

A aprovação da CNBV foi noticiada primeiro pelo jornal El Financiero. Procurada, a CNBV não respondeu. A fonte acrescentou que a aprovação operacional pode levar até 180 dias, mas pode ser concluída muito antes.

À Reuters a Nu México disse que está "esperando a notificação formal da decisão" e que comunicará a resolução oficial em breve.

Atualmente, o Nubank opera no México como uma Sociedade Financeira Popular (Sofipo), uma instituição financeira voltada para pessoas de baixa renda desbancarizadas e microempresas.

O Nubank é um dos neobancos mais populares do México e em janeiro atingiu 10 milhões de clientes, apenas cinco anos após o chegar ao mercado mexicano.

No final do ano passado, um de seus principais rivais, o Mercado Pago, pediu uma licença para operar como instituição bancária no país. A Revolut, sediada em Londres, anunciou em 2024 que obteve uma licença bancária no país que é a segunda maior economia da América Latina depois do Brasil.

mercado

Em emails, Zuckerberg admitiu separar Instagram da Meta em 2018

TEC

WASHINGTON | FINANCIAL TIMES O CEO da Meta, Mark Zuckerberg, reconheceu em emails que considerou separar o Instagram da Meta, informou um tribunal federal dos EUA na terça-feira (15), em um julgamento antitruste que pode levar à divisão do gigante da tecnologia.

Em um email confidencial de 2018 apresentado como prova pela FTC (Comissão Federal de Comércio dos EUA) na terça, Zuckerberg disse a executivos da Meta que, à medida que "os apelos para dividir as grandes empresas de tecnologia crescem, há uma chance não trivial de que seremos forçados a desmembrar o Instagram e talvez o WhatsApp nos próximos cinco a dez anos".

Os temores de Zuckerberg sobre a resistência bipartidária de Washington às grandes empresas de tecnologia parecem ter sido prescientes. A FTC começou nesta semana a apresentar seu caso de que o grupo de mídia social é um monopólio ilegal em um julgamento que pode resultar na divisão forçada da empresa de US$ 1,5 trilhão (R$ 8,84 trilhões).

O regulador, que prometeu continuar sua repressão às big techs no segundo mandato de Donald Trump, acusou a Meta de suprimir a concorrência ao comprar o Instagram e o WhatsApp em 2012 e 2014 por US$ 1 bilhão e US$ 19 bilhões, respectivamente, e pediu que os negócios fossem desfeitos. A empresa rejeitou as alegações.

O email de 2018 de Zuckerberg foi escrito enquanto a Meta estava avaliando se —e como— reorganizar a empresa após as duas aquisições. Também debateu se o crescimento do Instagram poderia desencadear em um "colapso" do Facebook, que na época era sua plataforma mais lucrativa.

Quando questionado sobre o email, Zuckerberg disse que na época o grupo estava lidando com as "dificuldades operacionais" de gerenciar os diferentes aplicativos, com o Facebook sendo sobrecarregado com a responsabilidade de ajudar o Instagram a crescer.

Quando questionado pelo advogado da FTC para falar mais sobre "história corporativa", o CEO da Meta disse que não conseguia se lembrar dos detalhes.

Com reportagem adicional de Hannah Murphy

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2025

A Prefeitura do Município de Apiaí/SP torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 26/2025 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para publicação de atos administrativos do Poder Executivo do Município de Apiaí, em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, especificações e condições descritas no edital e seus anexos, que estará disponível a partir desta data no https://licitacao.apiai.sp.gov.br/. Terá recebimento das propostas até dia 07/05/2024 às 09h na plataforma da bll.org.br, sessão de disputa no mesmo dia às 9h15.

ESTADO DO CEARÁ – TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ATO DE REVOGAÇÃO O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no exercício de novo juízo de conveniência, fundamentado em fatos supervenientes ao transcurso do certame e em prol do interesse público, decide **REVOGAR PARCIALMENTE**, nos termos do art. 71 da Lei n.o 14.133/21 e suas alterações, a Concorrência Eletrônica n.o 1/2025 (processo administrativo 8500178-41.2024.8.06.0000), que tem por objeto a "**contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra de construção do novo Fórum da Comarca de Guaraciaba do Norte, em regime de empreitada por preço global**". Fortaleza-CE, 16 de abril de 2025. **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO

CONTRATADO: QUALYLAB PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA CNPJ n.º 00.546.899/0001-42. ATA DE REGISTRO Nº 09/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2025. DATA DA ASSINATURA: 15/04/2025 - VIGÊNCIA: 14/04/2026. OBJETO: Registro de Preço para fornecimento de insumos para diabetes que são utilizados pelos pacientes, para monitoramento glicêmico em domicílio bem como para uso nas unidades de saúde que compõe a rede municipal de atenção à saúde. VALOR GLOBAL: R$ 159.500,00 (cento e cinquenta e nove mil, quinhentos reais).

Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal. 15/04/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2025 - EDITAL Nº. 30/2025 - ÓRGÃO: SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE TENDAS DE COBERTURA. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br no dia 07.05.2025 a partir das 09h00min. EDITAL disponível dia 22.04.2025 através dos Sites: www.comprasbr.com.br e licitacao.rioclaro.sp.gov.br. **GUILHERME PIZZIRANI - Secretário Municipal de Turismo. CAROLINE GOMES FERREIRA DE MELLO - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social.**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2025 - EDITAL Nº. 37/2025 - ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE PAPEL SULFITE PARA ATENDER AS DEMANDAS DE CONSUMO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br no dia 07.05.2025 a partir das 09h00min. EDITAL disponível dia 22.04.2025 através dos Sites: www.comprasbr.com.br e licitacao.rioclaro.sp.gov.br. **CAROLINE GOMES FERREIRA DE MELLO - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 1243/2025, Licitação nº 010/2025, Edital nº 004/2025, Pregão Eletrônico (SRP) nº 005/2025

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Guzolândia, situada na Avenida Paschoal Guzzo, nº 1.065, Centro, Estado de São Paulo, TORNA PÚBLICO, que no dia 07 de maio de 2025 às 08h00min, será realizado o Pregão Eletrônico- Sistema de Registro de Preço nº 005/2025, para aquisição e fornecimento de Gêneros Alimentícios para compor o cardápio do Evento de festa Junina do Município. O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases e nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema da "BLL" (www.bllcompras.com). O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Sítio Eletrônico do Município (www.guzolandia.sp.gov.br) e (www.bllcompras.com), podendo ser solicitado pelo e-mail licitacao.prefeitura@guzolandia.sp.gov.br, bem como no Setor de Licitação de 2ª a 6ª, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min. Guzolândia-SP, 16 de abril de 2025. Luiz Antônio Pereira de Carvalho- Prefeito Municipal.

SINDICATO DOS CONDOMÍNIOS DE PRÉDIOS E EDIFÍCIOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, RESIDENCIAIS E MISTOS INTERMUNICIPAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – Edital de Convocação – Assembleias Gerais Extraordinárias – O Presidente da entidade supra no regular exercício de suas atribuições legais, convoca todos os Síndicos, com exceção de "terceirizados", denominados "profissionais", em Condomínios de Prédios e Edifícios Comerciais, Industriais, Residenciais e Mistos do Estado de São Paulo, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias, sendo uma a realizar dia 22/04/2025 às 08h em 1ª convocação (maioria absoluta), ou meia hora após no mesmo dia e local com qualquer número de Síndicos convocados presentes, na Rua Fortunato Faraone, 698, Jardim Girassol, Americana/SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) promover negociação com o Sindicato dos Empregados representantes das respectivas categorias profissionais dos Vigilantes em Condomínios do município de Barueri, com data-base em 1º de maio, inclusive outorgar poderes ao Presidente desta entidade para representar a categoria em processo de Dissídio Coletivo; 2) Discussão e deliberação sobre os valores da contribuição assistencial e confederativa patronal a ser paga por todos os integrantes da categoria econômica. E a outra assembleia neste mesmo dia e local às 09h30 em 1ª convocação (maioria absoluta), ou meia hora após com qualquer número de Síndicos convocados presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Promover negociação com o Sindicato dos Empregados representantes das respectivas categorias profissionais dos Vigilantes em Condomínios dos municípios de Apiaí, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Carapicuíba, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itapevi, Jacupiranga, Jandira, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Osasco, Pariquera-Açu, Registro, Ribeira, Santana de Parnaíba, São Lourenço da Serra, São Miguel Arcanjo, Sete Barras, Taboão da Serra, Tapiraí/SP, com data-base em 1º de maio, inclusive outorgar poderes ao Presidente desta entidade para representar a categoria em processo de Dissídio Coletivo; 2) Discussão e deliberação sobre os valores da contribuição assistencial e confederativa patronal a ser paga por todos os integrantes da categoria econômica. Deverão comparecer exclusivamente os condomínios que se utilizem de segurança orgânica e para participar da Assembleia o Síndico deverá apresentar cópia autenticada da ata de eleição e posse devidamente registrada em Cartório. São Paulo/SP, 16 de abril de 2025 – José Luiz [illegible] – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 139/2025 - Processo nº **70.111/2024 - Modalidade:** Concorrência Eletrônica nº **004/2025 - EXECUÇÃO INDIRETA / EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO - Objeto: Contratação de serviços de engenharia para execução, sob o regime de execução indireta de 1.390,33m² de recape asfáltico com fresagem, 4.867,69 m² de recape asfáltico, adequação da altura de 14 poços de visita e 29 rampas de acessibilidade na rua BEIRUTH - BAIRRO BELA VISTA, com o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e tudo o mais que se fizer bom e necessário para a execução dos serviços em conformidade com as especificações e normas oferecidas pela Secretaria Municipal de Obras, através de CONVENIO COM MINISTÉRIO DAS CIDADE - MC Nº 958588/2024 - EMENDA PARLAMENTAR Nº 202443460005 - Interessada:** Secretaria Municipal de Obras. **Período para entrega das propostas: 22/04/2025 às 08h até 09/05/2025 às 09h30. Data prevista para abertura da sessão pública: dia 09/05/2025 às 09h30.** Informações e edital na Secretaria da Administração/ Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e telefone (14) 3235-1113 ou através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, ou pelo **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000208/2025** ou através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br** - **Nº 97004/2025**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 16/04/2025 - José Roberto dos Santos Júnior - Diretor da Divisão de Licitações.

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A** [illegible] **VICTOR OLIVEIRA LIMA** [illegible] **GLAUCIA GOMES DOS SANTOS** [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible]

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

HC FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, pelo hospital das clínicas da faculdade de medicina de Ribeirão Preto da universidade de São Paulo, **pregão eletrônico nº 268/2025**, do tipo menor preço, na modalidade Pregão Eletrônico, sistema de registro de preços, tendo em vista a **aquisição futura e eventual de medicamento (correlato), (solução para conservação de órgãos...)**, destinado ao hospital das clínicas da faculdade de medicina de Ribeirão Preto – USP, campus universitário. A realização da sessão será no dia **07/05/2025, às 09:00 horas**, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br, cadastro sob o **nº 92201 – 90268/2025**. Data de início do envio da proposta eletrônica: 17/04/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.gov.br/pncp/pt-br ou www.hcrp.usp.br, telefone: (16) 3602 2152.

PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S/A** [illegible] **FELIPE NUNES DE FREITAS** [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line** [illegible] **dia 26/05/2025, às 10h00min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP** em **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **R$ 620.136,41** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **R$ 374.715,04** [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** [illegible]

Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e Educação de Rio Claro e Regiões

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL/REMOTA

A Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e Educação de Rio Claro e Regiões, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 55.360.848/0001-24, entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E. Registro Sindical nº 021.010.135.05374-3, sito à Avenida 02, 453, Centro, CEP: 13.500-410, na cidade de Rio Claro/SP, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as Professoras e todos os Professores e Auxiliares de Administração Escolar empregados em Instituições de Ensino Superior da rede privada, sindicalizados ou não, na base territorial dos municípios de Batatais, Brotas, Charqueada, Cordeirópolis, Ipeúna, Iracemápolis, Rio Claro, Santa Gertrudes, Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo, para a Assembleia Geral Extraordinária Virtual que se realizará no dia 25 de abril de 2025, às 14h, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 14h30, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadoras e trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota ZOOM, cujo link será encaminhado às Professoras e aos Professores e Auxiliares de Administração Escolar que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador(a) em Instituições de Ensino Superior da rede privada, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: https://us06web.zoom.us/meeting/register/tJXAIBkJSOOlcI1RC8SINw, impreterivelmente, até o horário definido para a primeira convocação, acima referido. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

A. Análise e deliberação sobre a contraproposta patronal.

B. Em caso de recusa da contraproposta patronal, discussão e deliberação sobre a mobilização e formas de luta.

C. Deliberação sobre a adoção do estado de greve.

Rio Claro, 17 de abril de 2025.

Juliana Silva Sampaio de Lima
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO

Sesc

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2025012000100 – Fornecimento e serviços de instalação de piso emborrachado para Diversas Unidades. Abertura: 07/05/2025 às 10h30.

PE 2025012000130 – Serviços de impressão e fornecimento – futuro e eventual, de envelopes plásticos padronizados para Diversas Unidades. Abertura: 06/05/2025 às 10h30.

PE 2025012000159 – Serviços de confecção, montagem, manutenção e desmontagem para a exposição cenográfica "Constelação Celestina", na Unidade Itaquera. Abertura: 05/05/2025 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

Sol SP Lorena II Ltda.

CNPJ/MF nº 52.101.015/0001-28 - NIRE 35262150297

Ata da Reunião de Sócios realizada em 14 de abril de 2025

1. Data, hora e local: Realizada em 14/04/2025, às 10:00 horas, na sede social da **Sol SP Lorena II Ltda.**, localizada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal do Bairro Pedroso, nº 5.000, Sítio Santa Maria, Área Rural de Lorena, CEP 12614-899 ("Sociedade"). **2. Convocação e presença**. Presente a única sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade, ficando dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1.072 do da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil"). **3. Mesa**: Presidente: Sr. **Aurelien Patrick Maudonnet**. Secretária: Sra. **Bianca Stassart Barroso Magno 4. Ordem do dia**: Deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Sociedade, por julgá-lo excessivo, com a consequente alteração do caput da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, para refletir a referida redução de capital, no montante a ser oportunamente indicado, caso aprovada; e (ii) a ratificação dos atos já praticados pela administração da Sociedade para praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações acima. **5. Deliberações:** A única sócia deliberou, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, o quanto segue: **5.1. Redução do capital social da Sociedade: 5.1.1.** A aprovação da redução do capital social, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Sociedade, passando o capital dos atuais R$ 126.434.392,00 (cento e vinte e seis milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e dois reais), para **até** R$ 6.434.392,00 (seis milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil e trezentos e noventa e dois reais), sendo uma redução no montante máximo de **até** R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), com o cancelamento de, no máximo, 120.000.000 (cento e vinte milhões) quotas de emissão da Sociedade, nos termos do art. 1.082, inciso II, do Código Civil. **5.1.2.** Aprovar que em razão do disposto no art. 1.084, parágrafo primeiro, do Código Civil, a redução de capital se tornará eficaz após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta ata no jornal, sendo certo que eventuais variações no valor do patrimônio contábil da Companhia verificadas entre a presente data e a data de eficácia da Redução de Capital, não alterarão os valores adotados nesta deliberação. **5.1.3.** Consignar, ainda, que a redução do capital social da Sociedade ora deliberada somente se tornará efetiva, findo o prazo mencionado no Item 5.1.2 acima, (i) mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou, (ii) existindo oposição de algum credor, mediante pagamento do seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva. **5.1.4.** Aprovar, por fim, que o montante efetivo da redução do capital social da Companhia será restituído à única sócia **Helexia Investimentos Ltda.**, sociedade limitada, com sede cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 05, Ed. Visconde de Ouro Preto, 10º andar, Botafogo, CEP 22250-180, inscrita no CNPJ sob o nº 52.584.821/0001-16, em moeda corrente nacional, em até 12 (doze) meses a contar do término do prazo de 90 (noventa) dias do prazo indicado. **5.1.5.** Uma vez efetivada a redução do capital social da Sociedade, nos termos deste item 5.1, a Cláusula 5ª será alterada em Alteração do Contrato Social, no montante a ser oportunamente indicado, para refletir a redução do capital social. **5.2.** Ratificar a autorização os membros da administração da Sociedade a tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, inclusive os registros e publicações para a implementação da Redução de Capital, junto com a assinatura de todos os documentos necessários à consecução das deliberações aqui previstas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Patrick Aurelien Maudonnet – Presidente e Bianca Stassart Barroso Magno – Secretária. Única Sócia: Helexia Investimentos Ltda., Aurelien Patrick Maudonnet. Lorena, 14/04/2025. **Visto da Advogada:** Bianca Stassart Barroso Magno, OAB/SP 447141.



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2024

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, cujo nome comercial adotado é PortosRio - Autoridade Portuária, empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na rua Dom Gerardo nº 35, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria Nacional de Portos do Ministério de Portos e Aeroportos.

A PortosRio administra o segundo maior complexo portuário na movimentação de cargas do Brasil, entre os portos públicos. Os resultados operacionais e financeiros obtidos pela Autoridade Portuária em 2024 são resultado do comprometimento da gestão com o desenvolvimento de seu ecossistema portuário.

O compromisso da gestão em fortalecer a empresa, com base em sólidos princípios como a valorização do quadro funcional; a eficácia e eficiência na aplicação dos recursos; transparência e ética; visão de futuro; e responsabilidade socioambiental corporativa, vêm posicionando a Companhia como protagonista nas ações de provisão de infraestrutura e na viabilização das operações portuárias, assumindo sua principal missão na qualidade de Autoridade Portuária, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional ao tornar os portos sob sua gestão competitivos e atraentes para a viabilização de novos empreendimento.

Para o próximo ano, a PortosRio planeja expandir ainda mais sua capacidade operacional, investir em novas tecnologias para otimização da logística e intensificar seus compromissos com a sustentabilidade. Além disso, a empresa busca fortalecer a governança corporativa e promover ainda mais a eficiência e a competitividade dos portos sob sua administração.

O Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras de 2024 estão disponibilizados na íntegra no endereço: https://www.portosrio.gov.br/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/demonstracoes-financeiras

Francisco Leite Martins Neto
Diretor-Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2024	2023 (Reapresentado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	482.072	310.909
Contas a receber de clientes	6	20.316	16.902
Créditos fiscais	7	5.234	4.035
Valores a receber	8	6.562	9.411
Outros ativos	9	7.182	618
		521.366	**341.875**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores a receber	8	1.690	1.244
Depósitos judiciais	10	562.501	542.648
Créditos fiscais	7	71.437	66.542
Outros ativos	9	423	59.478
		636.051	**669.912**
Propriedade para investimento	11	9.050	10.285
Imobilizado	12	967.966	829.936
		1.613.067	**1.510.133**
Total do ativo		**2.134.433**	**1.852.008**

PASSIVO	Nota	2024	2023 (Reapresentado)
Passivo circulante			
Fornecedores	13	13.801	39.419
Obrigações trabalhistas e assistenciais	14	26.878	17.916
Obrigações tributárias	15	157.900	202.617
Obrigações contratuais	16	12.834	26.443
Benefícios pós emprego	18	25.048	24.998
Receitas diferidas	17	48.851	97.934
		285.312	**409.327**
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	15	538.974	430.116
Obrigações contratuais	16	154.093	147.321
Benefícios pós emprego	18	204.369	267.720
Provisão para contingências	19	2.095.314	2.256.399
Adiant. futuro aumento de capital	20	389.836	359.506
		3.382.586	**3.461.062**
Patrimônio líquido			
Capital social	21	2.162.322	2.162.322
Adiant. futuro aumento de capital	20	190.012	-
Outros resultados abrangentes		121.820	65.952
Prejuízos acumulados		(4.007.619)	(4.246.655)
		(1.533.465)	**(2.018.381)**
Total do passivo		**2.134.433**	**1.852.008**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023 (Reapresentado)
Operações continuadas			
Receita operacional líquida	22	**882.364**	**859.121**
Custos da operação	23	(179.744)	(167.546)
Lucro bruto		**702.620**	**691.575**
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	24	(196.560)	(200.635)
Depreciação	25	(26.202)	(26.256)
Provisões contábeis líquidas	26	(368.400)	(753.126)
Outras receitas operacionais	27	295.662	27.786
Outras despesas operacionais		(8)	(534)
		(295.508)	**(952.767)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**407.112**	**(261.192)**
Resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido	28	(52.356)	(65.430)
Resultado antes dos tributos		**354.756**	**(326.622)**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Imposto de renda	29	(85.082)	(66.452)
Contribuição social	29	(30.638)	(23.951)
		(115.720)	**(90.403)**
Resultado do exercício		**239.036**	**(417.025)**
Quantidade de Ações		1.076.487.907	1.076.487.907
Lucro (prejuízo) por milhares de ações do Capital Social		0,22	(0,39)
Lucro por milhares de quotas			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	2024	2023 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	**239.036**	**(417.025)**
Outros resultados abrangentes	**55.868**	**(14.160)**
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	55.868	(14.160)
Resultado abrangente do período	**294.904**	**(431.185)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2024 A 31/12/2024

Descrição	Capital Social	AFAC	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.162.322	-	65.952	(4.246.655)	(2.018.381)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	-	-	55.868	-	55.868
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	190.012	-	-	190.012
Resultado do exercício	-	-	-	239.036	239.036
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.162.322**	**190.012**	**121.820**	**(4.007.619)**	**(1.533.465)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2023 A 31/12/2023

Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.455.537	80.112	(3.470.938)	(935.289)
Efeitos da reapresentação	-	-	(358.692)	(358.692)
Saldos em 01 de janeiro de 2023	2.455.537	80.112	(3.829.630)	(1.293.981)
Redução de capital	(293.215)	-	-	(293.215)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	-	(14.160)	-	(14.160)
Resultado do exercício	-	-	(417.025)	(417.025)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.162.322**	**65.952**	**(4.246.655)**	**(2.018.381)**



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	2024	2023 (Reapresentado)
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxo da atividade principal		
Resultado do período	**239.036**	**(417.025)**
(+)/ (-) Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	55.868	(14.160)
(+) Depreciação e amortização	47.840	67.323
(+) Baixas do imobilizado e propriedades para investimento	2.728	4.072
(+) Variação monetária de créditos de acionistas	(161.085)	32.568
(+) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(11.175)	1.285
(+) Provisão para contingências	(63.351)	530.063
(+) Receitas diferidas	(49.083)	(46.256)
(+)/ (-) Benefícios pós emprego	6.822	9.578
Resultado ajustado	**67.600**	**167.448**
Variações no ativo		
Contas a receber	7.761	(409)
Créditos fiscais	(6.096)	(10.266)
Valores a receber	2.403	74.319
Depósitos judiciais	(19.852)	29.155
Outros ativos	52.492	(59.475)
Variações no passivo		
Fornecedores	(25.617)	23.112
Obrigações trabalhistas e assistenciais	8.962	(6.465)
Obrigações tributárias	64.141	(75.619)
Obrigações contratuais	16.720	3.416
Caixa liquido gerado nas atividades operacionais	**168.514**	**145.216**
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(188.597)	(114.021)
Propriedades para investimento	1.234	-
Caixa liquido aplicado nas atividades de investimento	**(187.363)**	**(114.021)**
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para futuro aumento de capital	190.012	-
Caixa Liquido gerado nas atividades de financiamento	**190.012**	-
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	**171.163**	**31.195**
Caixa e equivalentes no início do período	**310.909**	**279.714**
Caixa e equivalentes no fim do período	**482.072**	**310.909**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	2024	2023 (Reapresentado)
Receitas	**1.240.851**	**1.177.287**
Tarifas portuárias	146.091	168.956
Arrendamentos operacionais e aluguéis	810.439	709.074
Provisão para perdas estimadas	(7.814)	(8.064)
Reversão de provisões	292.135	307.321
Insumos adquiridos de terceiros	**(702.787)**	**(1.103.017)**
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(43.153)	(45.129)
Despesas judiciais e provisões para riscos judiciais	(643.878)	(1.044.680)
Outros custos	(15.756)	(13.208)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	**538.064**	**74.270**
Depreciação e amortização	**(67.184)**	**(67.323)**
Valor adicionado liquido produzido pela entidade	**470.880**	**6.947**
Valor adicionado recebido em transferência	**289.845**	**65.922**
Receitas financeiras	68.359	57.580
Outras	221.486	8.342
Valor adicionado a distribuir	**760.725**	**72.869**
Distribuição do valor adicionado	**760.725**	**72.869**
Pessoal	**281.867**	**251.188**
Remuneração direta (ativos, cedidos e estagiários)	169.829	148.407
Benefícios	40.056	39.557
Benefícios pós-emprego	-	6
FGTS	12.457	11.328
INSS	40.881	36.842
Provisões	18.018	14.458
Honorários da diretoria, CONSAD e CONFIS	626	590
Tributos	**118.860**	**94.655**
Federais	118.857	93.042
Municipais	3	1.613
Remuneração de capitais de terceiros	**120.962**	**144.051**
Despesas financeiras	120.715	123.010
Contratos	247	21.041
Resultado do período	**239.036**	**(417.025)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

1 – Contexto operacional

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, doravante denominada "PortosRio" ou "Companhia", com sede na Rua Dom Gerardo, 35 Sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A Companhia tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério de Portos e Aeroportos, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

2 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

4.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

4.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e valores a receber.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de "repasse";

- A Companhia transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;

- A Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia.

iii. Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, obrigações contratuais e outras contas a pagar.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS



passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) **Baixa**

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;

- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;

- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício.

Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Do total de contas a receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD´s são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

4.5 Créditos fiscais

Correspondem aos saldos credores de Pasep, Cofins, ISS, Imposto de Renda e Contribuição Social a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras.

4.6 Depósitos judiciais

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

4.7 Propriedade para investimento

Propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades são mensuradas pelo custo no reconhecimento inicial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) **Teste de recuperabilidade – *Impairment***

Estudos externos provaram a recuperabilidade de todos os ativos das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Estes provaram também que não houve indícios de perda por desvalorização.

A responsabilidade pelos estudos é da empresa Convergy Serviços e Contabilidade LTDA., contratada por meio do instrumento nº 01/2025, cujo objeto é a "prestação dos serviços de avaliação patrimonial com fundamentação técnica para a determinação do valor recuperável dos ativos (*impairment test*), revisões de vida útil e de valor residual".

b) **Vida útil**

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em operação			
Contas	**Taxas anuais**	**Contas**	**Taxas anuais**
Dragagem	Entre 10% e 20%	Pátios	Entre 4% e 10%
Sinalização	Entre 10% e 20%	Armazéns	4%
Proteção marítima	2%	Silo	4%
Berço e cais	Entre 2% e 4%	Guindaste	4%
Estacionamento	4%	Ship Loader	5%
Vias internas	4%	Empilhadeira	5%
Linha férrea	4%		

Bens da administração			
Contas	**Taxas anuais**	**Contas**	**Taxas anuais**
Terrenos	Não deprecia	Equip. de informática	Entre 10% e 20%
Edificações	Entre 4% e 5%	Sistemas aplicativos	Entre 10% e 50%
Instalações	Entre 2% e 10%	Mobiliário	Entre 3% e 20%
Máquinas e equipamentos	Entre 10% e 20%	Veículos	12%

Bens em operação: registram os itens de propriedade da Companhia que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da administração: registram os itens utilizados na atividade administrativa.

Imobilizado em andamento: registram os itens que ainda estão operando.

4.9 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

4.10 Obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais

As obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

4.11 Receitas diferidas

Valores relativo a contrato de cessão assinado pela Companhia que envolvem montantes de cessão, os quais são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período de vigência do contrato.

4.12 Benefícios pós emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

4.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Para fins de apresentação das informações contábeis, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

4.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4.15 Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias e de arrendamento de áreas estão sujeitas à incidência do Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS – Imposto sobre Serviços a alíquota de 5%, apurado e recolhido para o município onde são prestados os serviços (Itaguaí).

4.16 Receita operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) **Tarifas portuárias**

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) **Receitas de arrendamento**

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) **Receita de juros**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e/ou os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeiras, da demonstração de resultado.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

6 – Contas a receber de clientes

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

Contas a receber – circulante	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Contas a receber	20.316	201.376
PECLD	-	(184.474)
Total contas a receber líquido – circulante	20.316	16.902
Contas a receber – não circulante	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Contas a receber	175.757	-
PECLD	(175.757)	-
Total contas a receber líquido – não circulante	-	-

Abaixo, segue a movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

Movimentação da PECLD	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldo inicial	**(184.474)**	**(183.189)**
(+) Adições	-	(8.068)
(-) Reversões	8.717	6.783
Saldo final	**(175.757)**	**(184.474)**

Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão inclusas empresas em recuperação judicial, bem como empresas com faturas vencidas, baseadas em estudo do *Aging List* em conformidade com o normativo interno da Companhia.

Considerando o exposto acima, a Administração da Companhia decidiu pela reclassificação destes saldos para o ativo não circulante no encerramento do exercício de 2024.

10 – Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	31/12/2024	**31/12/2023**
		Reapresentado
Ações judiciais – leasing	137.343	187.760
Bloqueios em conta corrente	164.120	173.750
Ações judiciais - Portus	13.045	26.167
Recursos interpostos	22.092	18.340
Ações judiciais – VPNI	2.769	2.769
Ações judiciais – impostos federais	124.180	-
Ações judiciais – IPTU	4.457	36.504
Outras ações judiciais	94.495	97.358
Totais	**562.501**	**542.648**

Ações judiciais – leasing: são valores de penhoras na receita da Companhia para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Bloqueios em conta corrente: são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial nas contas bancárias em que a Companhia possui junto ao Banco do Brasil, e na Caixa Econômica Federal.

Ações judiciais – Portus: são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí.

Recursos interpostos: registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

interesse da Companhia.

Ações judiciais – VPNI: compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual. A Companhia obteve decisão favorável quanto à extinção da ação e a consequente liberação de grande parte dos recursos bloqueados durante o exercício de 2023.

Ações judiciais – impostos federais: são valores relativos ao IRPJ, PIS e Cofins, os quais estão sendo discutidos judicialmente, no qual visa a imunidade tributária do IRPJ, bem como o enquadramento do PIS e Cofins no regime cumulativo. Os depósitos se iniciaram no mês de competência de fevereiro de 2024.

Outras ações judiciais: compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

15 – Obrigações tributárias

As obrigações tributárias possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado		
IPTU	-	14.695	6.873	-
ISS	286	494	5.224	3.331
Parcelamentos	123.012	119.975	332.861	426.785
Pasep/Cofins	-	9.940	88.569	-
IR e CSLL	14.192	16.101	71.930	-
INSS/FGTS	7.712	6.521	-	-
Taxa de ocupação	-	31.156	33.517	-
Outros	12.696	3.735	-	-
Totais	**157.900**	**202.617**	**538.974**	**430.116**

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a 76 (setenta e seis) débitos inscritos em Dívida Ativa, do Município do Rio de Janeiro, relativos aos exercícios de 2008 a 2019, os quais foram reclassificados para o passivo não circulante no encerramento do exercício de 2024 em razão de discussão judicial.

O **ISS** registrado no passivo circulante refere-se ao valor mensal do tributo a ser recolhido ao Município de Itaguaí – RJ. O registrado no passivo não circulante é relativo à execução fiscal, também do Município de Itaguaí, em trâmite na 3ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, pelo não recolhimento do tributo no exercício de 2002.

Os **Parcelamentos** compreendem duas modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, e dois acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual II e IV, assinados em 21 de outubro de 2020 e 29 de abril de 2021.

O grupo **Pasep/Cofins** representa contribuições correntes sobre o faturamento mensal, as quais, a partir da competência do mês de fevereiro de 2024 vêm sendo recolhidas judicialmente, dentro de seus respectivos vencimentos, conforme citado na nota explicativa n° 10.

O saldo de **IR e CSLL** compreende os valores do imposto de renda retido em folha de pagamento, além dos tributos apurados sobre o Lucro Real. Para o IRPJ, os valores vem sendo recolhidos judicialmente, por este motivo estão classificados no passivo não circulante, conforme citado na nota explicativa n° 10.

O grupo **INSS/FGTS** representa contribuições correntes sobre a folha de pagamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

A **Taxa de Ocupação** representa a cobrança da Secretaria de Patrimônio da União – SPU de taxas incidentes sobre os imóveis da Companhia, tais como taxa de ocupação e aforamento, relativas aos exercícios de 2018 e 2019, os quais foram reclassificados para o passivo não circulante no encerramento do exercício de 2024.

16 – Obrigações contratuais

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado		Reapresentado
Adiantamento de clientes	1.916	7.788	-	-
Expansão Terminal 1 (i)	7.651	7.651	-	-
Contrato Libra/ICTSI (ii)	-	-	154.093	147.321
Outros	3.267	11.004	-	-
Totais	**12.834**	**26.443**	**154.093**	**147.321**

i. A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da Companhia, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. A Companhia vinha, até o exercício de 2022, amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela ICTSI Rio Brasil, empresa sucessora, referentes às partes fixa e variável do arrendamento.

ii. Os valores registrados nesta rubrica referem-se a reconhecimento de dívida conforme Ofício SEI n° 58641/2024/MF da Secretaria do Tesouro Nacional referente aos contratos de cessão de créditos n° 018 e 026 firmados com o Tesouro Nacional no ano de 2000, dos quais foram transferidos à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR nº 010/98, de 11/03/98, celebrado com a arrendatária Libra Terminal Rio S.A. (atual International Container Terminal Services Inc. ICTSI). Os valores devidos conforme Ofício SEI n° 58641/2024/MF da Secretaria do Tesouro Nacional com posição em 31/08/2024 estão detalhados abaixo (Total da dívida de R$ 151,8 milhões):

- Contrato nº 18 (ICTSI): R$ 25,5 milhões (principal de R$ 11,1 milhões e encargos de R$ 14,4 milhões);
- Contrato nº 26 (ICTSI): R$ 126,3 milhões (principal de R$ 54,4 milhões e encargos de R$ 71,9 milhões).

Os valores foram atualizados pela Selic para 31 de dezembro de 2024 totalizando o montante de R$ 154,1 milhões. Por fim, estes valores ainda estão nas tratativas para negociação de pagamento nos mesmos moldes de Negócio Jurídico Processual – NJP e por este motivo foram classificados no passivo não circulante.

17 – Receitas diferidas

Registro realizado de receita a apropriar referente ao contrato de cessão de créditos s/nº firmado com o Tesouro Nacional, no qual foi transferido à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR nº 069/98, de 23/10/98, celebrado com a arrendatária Sepetiba Tecon S.A.

Registros realizados a fim de adequação dos saldos do passivo obrigacional e demonstração do impacto no resultado do exercício.

Este referido contrato tem vencimento no mês de outubro de 2025, por este motivo está classificado no passivo circulante. Vide mais informações deste contrato na nota explicativa n° 30 – Partes relacionadas.

A apropriação da receita no resultado ocorre, em base linear, durante o período de vigência do contrato.

	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado
Contrato Sepetiba Tecon	48.851	97.934
Totais	**48.851**	**97.934**

18 – Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo "benefício definido", é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda.

A Companhia contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União 23 de agosto de 2011.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contribuições correntes	638	587	-	-
Termo de compromisso financeiro (i)	24.410	24.411	190.835	195.992
Déficit atuarial	-	-	13.534	71.728
Totais	**25.048**	**24.998**	**204.369**	**267.720**

O déficit atuarial da Companhia, apontado no balanço patrimonial e nos quadros a seguir, de R$ 228.779 mil (R$ 292.131 mil em 2023), calculado segundo o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, está sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). O fator mais relevante para a redução do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2024 foi o aumento da taxa de desconto, sendo que este impacto reflete diretamente na diminuição do valor presente das obrigações futuras, resultando em um ajuste significativo nos cálculos.

(i) A fim de equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1.

Desta forma, a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R$ 203.276, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar.

O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R$ 210.597. O saldo devedor está sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Abaixo está demonstrado o saldo do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

TCF	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Saldo inicial TCF	**220.403**	**226.281**
(-) Pagamentos	(15.302)	(14.056)
(+) Juros e atualização monetária	10.144	8.178
Saldo devedor remanescente	**215.245**	**220.403**
Circulante	24.410	24.411
Não circulante	190.835	195.992

19 – Provisão para contingências

A Companhia constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	Saldo Inicial 01/01/2024	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo Final 31/12/2024
	Reapresentado				
Ações trabalhistas	107.710	(77.795)	260.313	-	290.228
Ações cíveis	1.586.449	(47.284)	265.921	-	1.805.086
Ações tributárias	562.240	-	4.651	(566.891)	-
Totais	**2.256.399**	**(125.079)**	**530.885**	**(566.891)**	**2.095.314**

Segundo informações da Superintendência Jurídica da Companhia, as provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em conta os valores depositados e cálculos homologados. Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente.

Levando em consideração o citado acima, quanto ao complemento das contingências cíveis de R$ 265.921, cabe destacar que substancialmente trata-se do processo vinculado ao Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, para o qual a Companhia entendia que lograria de resultado favorável como em outro processo similar, com a determinação de refazimento dos cálculos, contudo, o entendimento foi diametralmente contrário, tendo os desembargadores entendido pela aplicabilidade de juros e correção monetária desde a assinatura do contrato e não do ingresso da ação, alterando a probabilidade de perda para provável, gerando o registro contábil durante o 3° trimestre de 2024 e mantendo no encerramento do exercício de 2024.

Já quanto as contingências tributárias, no encerramento do exercício de 2023, por meio da 2643ª reunião, de 19 de dezembro de 2023 da Diretoria Executiva, foi objeto da pauta desta referida reunião, o encontro de contas de valores devidos pelo Município do Rio de Janeiro, bem como dos valores devidos pela PortosRio. O referido encontro de contas foi aprovado pela Diretoria Executiva, e teve sua aprovação pelo Conselho de Administração, por meio da Deliberação nº 196/2023/CONSAD/CDRJ, em sua 865ª reunião, de 27 de dezembro de 2023.

A assinatura foi realizada no mês de janeiro de 2024 por meio de instrumento de autocomposição celebrado entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e o Município do Rio de Janeiro, com interveniência da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR).

O juízo da 24ª Vara Federal homologou o instrumento de autocomposição, com trânsito em julgado no dia 06/04/2024. Durante o 3° trimestre de 2024 foi obtido todas as 4 (quatro) sentenças homologatórias, extinguindo os débitos de execução fiscal junto ao Município do Rio de Janeiro, e assim foi registrado o encontro de contas, baixando todo o valor da contingência tributária, a qual era composta integralmente por estas 4 CDA´s.

Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial, considerando o baixo risco de condenação ou já garantidos em juízo. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base na fase de conhecimento em processos com chances de recursos. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância, sem chance de reversão ou em fase de execução.

22 – Receita operacional líquida

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com arrendamentos	814.573	757.336
Receitas tarifárias	161.045	186.394
Impostos federais	(90.817)	(82.127)
Impostos municipais	(2.437)	(2.482)
Receita operacional líquida	**882.364**	**859.121**

Abaixo, segue o detalhamento por Porto:

Exercício de 2024	**Porto do Rio de Janeiro**	**Porto de Itaguaí**	**Porto de Niterói**	**Porto de Angra dos Reis**	**Total**
Receita com arrendamentos	282.154	521.602	4.932	5.885	**814.573**
Receitas tarifárias	101.451	53.426	5.903	265	**161.045**
Receita total	**383.605**	**575.028**	**10.835**	**6.150**	**975.618**
Impostos federais	(36.121)	(53.361)	(1.120)	(557)	**(91.159)**
Impostos municipais	-	(2.095)	-	-	**(2.095)**
Receita operacional líquida	**347.484**	**519.572**	**9.715**	**5.593**	**882.364**

Exercício de 2023	**Porto do Rio de Janeiro**	**Porto de Itaguaí**	**Porto de Niterói**	**Porto de Angra dos Reis**	**Total**
Receita com arrendamentos	199.095	546.984	5.164	6.093	**757.336**
Receitas tarifárias	111.883	67.758	6.141	612	**186.394**
Receita total	**310.978**	**614.742**	**11.305**	**6.705**	**943.730**
Impostos federais	(26.321)	(54.098)	(1.115)	(593)	**(82.127)**
Impostos municipais	-	(2.482)	-	-	**(2.482)**
Receita operacional líquida	**284.657**	**558.162**	**10.190**	**6.112**	**859.121**



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS



A PortosRio tem movimentação diversificada, operando todas as naturezas de carga: geral, granel sólido e granel líquido. O Porto do Rio é o que opera com a maior diversidade de cargas, sendo as principais o petróleo e seus derivados, trigo, produtos siderúrgicos, sal, gusa, veículos e cargas em contêineres. O Porto possui também um terminal de navios de cruzeiros. O Porto de Itaguaí, um dos maiores da América Latina, destaca-se pela movimentação de granéis sólidos minerais, sendo o minério de ferro o produto mais movimentado, operando também com contêineres, produtos siderúrgicos e carga geral. As operações do Porto de Niterói estão vinculadas à cadeia de petróleo, entretanto, de forma exclusiva. O Porto de Angra dos Reis caracteriza-se pelas operações de apoio marítimo a plataformas e outros empreendimentos em alto-mar, conhecidas como operações *offshore*.

Em relação a variação de 2024, quando comparado com 2023 das receitas tarifárias, pode ser destacado, que as receitas tarifárias de 2024 (tabelas I e II) tiveram o impacto de implementação da política de descontos tarifários aplicados pela Portos Rio, gerando um impacto negativo. Já na tabela III, o impacto foi positivo em decorrência do aumento na movimentação de cargas.

Num contexto geral, a movimentação no ano de 2024 girou em torno de 76,2 milhões de toneladas (em torno de 67 milhões em 2023).

Já em relação aos arrendamentos não houve nenhuma alteração sobre as bases contratuais dos contratos de arrendamento dos portos, tais como remuneração fixa, variável e índices de reajuste. Importante ressaltar que a movimentação de minério de ferro (principal fonte de receita em relação aos arrendamentos), possui também a influência da variação cambial, bem como do preço das commodities no mercado externo, visto que o principal produto de exportação é o minério de ferro.

26 – Provisões contábeis líquidas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2024	31/12/2023
PECLD	(16.796)	6.403
Provisão de Férias	(13.606)	(11.689)
Provisão para o 13º Salário	7.193	6.199
Provisão p/ FGTS do 13º Salário	444	383
Provisão para contingências	391.165	751.832
Totais	**368.400**	**753.128**

Em relação à Provisão para contingências, a variação no grupo é relativa à ajustes no provisionamento das ações trabalhistas, tributárias e cíveis, proporcionalmente, em comparação com o exercício findo em 31/12/2023. Maiores detalhes na nota explicativa nº 19.

27 – Outras receitas operacionais

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2024	31/12/2023
Aluguel	18.005	18.775
Alienação de bens	26.687	1.659
Taxa administrativa	397	354
Receita com aluguel – Encontro de contas	55.722	-
Receita escritura pública de desapropriação Município do Rio de Janeiro – Encontro de contas	92.699	-
Ajustes de avaliação patrimonial – Encontro de contas	76.072	-
Recuperação de IPTU	19.359	-
Outras receitas operacionais	6.721	6.998
Totais	**295.662**	**27.786**

A principal variação está relacionada ao registro de encontro de contas firmado com o Município do Rio de Janeiro. Vide mais informações na nota explicativa nº 19.

28 – Resultado financeiro líquido

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras sobre créditos	51.553	38.374
Variações monetárias ativas	14.455	13.793
Juros ativos	2.209	3.347
Descontos obtidos	133	859
Outras receitas financeiras	9	1.208
Total receitas financeiras	**68.359**	**57.581**
Juros sobre encargos tributários	(57.357)	(83.578)
Despesas financeiras sobre créditos	(62.688)	(38.452)
Tarifas bancárias	(234)	(447)
Juros de mora	(331)	(161)
Multas e emolumentos diversos	(105)	(370)
Outras despesas financeiras	-	(3)
Total despesas financeiras	**(120.715)**	**(123.011)**
Total resultado financeiro líquido	**(52.356)**	**(65.430)**

As receitas financeiras representam os juros nos recebimentos em atraso e as atualizações dos acordos e demais valores a receber, bem como variações monetárias ativas vinculado a resgate de depósitos judiciais e descontos obtidos com fornecedores.

As despesas financeiras abrangem as atualizações de passivos, as despesas bancárias e a cobrança de multa e juros de mora pela realização de pagamentos em atraso.

29 – Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro

Segue a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
Resultado líquido antes do IRPJ e CSLL	**354.756**	**(326.622)**
Adições		
Provisão para contingências	642.552	993.210
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	7.814	8.064
Tributos federais - exigibilidade suspensa	91.413	-
Multas indedutíveis	6.154	-
Total	**747.933**	**1.001.274**
Exclusões		
Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(24.611)	(1.661)
Reversão de provisão para contingências	(577.616)	(292.395)
Tributos federais - exigibilidade suspensa	(6.658)	-
Efeitos do relatório atuarial - CPC 33	(7.483)	-
Outras exclusões	-	(425)
Total	**(616.368)**	**(294.481)**
Lucro ajustado	486.321	380.171
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(145.896)	(114.051)
Lucro real	**340.425**	**266.120**
IRPJ	51.064	39.864
Adicional de IRPJ	34.018	26.588
Provisão para o IRPJ	**85.082**	**66.452**
Provisão para a CSLL	**30.638**	**23.951**

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 2/2025/CONFIS-PORTOSRIO

PROCESSO Nº 50905.001696/2024-12

INTERESSADO: ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Rio de Janeiro, 24 de março de 2025.

Assunto: Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial e Demais Demonstrações Contábeis - Exercício 2024

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, em sua 656ª Reunião Ordinária, realizada em 24/03/2025, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 109, inciso II, do Estatuto Social da Companhia, procedeu ao exame do Relatório Anual da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, à vista do relatório da "Consult Auditores Independentes", de 17 de março de 2025.

Considerando as ressalvas apresentadas no título "Base para Opinião com Ressalvas", e as recomendações constantes do Relatório dos Auditores Independentes, de 17 de março de 2025, bem como a manifestação do Conselho de Administração, registrada na ata de sua 893ª Reunião Extraordinária, de 19 de março de 2025, o Conselho Fiscal OPINA no sentido de que o Relatório Anual da Administração e as referidas demonstrações contábeis refletem a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral para apreciação dos acionistas.

O Conselho Fiscal registra a existência de prejuízos acumulados no exercício no montante de R$ 4.007.619 mil e o patrimônio líquido negativo de R$ 1.533.465 mil e sugere que sejam envidados esforços para a resolução das ressalvas apontadas no Relatório dos Auditores Independentes, de 17 de março de 2025, bem como observadas as recomendações constantes do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, de 17 de março de 2025.

(assinado eletronicamente)
TOME BARROS MONTEIRO DE FRANCA
Representante do Ministério de Portos e Aeroportos
Presidente do Conselho Fiscal

(assinado eletronicamente)
WILLICLEYTON ANTONIO DE LIMA OLIVEIRA
Representante do Ministério de Portos e Aeroportos

(assinado eletronicamente)
RAFAEL SOUZA PENA
Representante do Tesouro Nacional

(assinado eletronicamente)
VICTOR HUGO MOSQUERA
Representante do Estado do Rio de Janeiro

DELIBERAÇÃO Nº 027/2025/CONSAD/PORTOSRIO

Referente ao Processo SEI nº 50905.005633/2023-93

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, em sua 893ª Reunião Extraordinária, de 19/03/2025, considerando as atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 65, Inciso VIII do Estatuto Social da Companhia,

DELIBERA:

Pela aprovação do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, devendo ser observadas as recomendações constantes do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário.

O CONSAD solicita que seja elaborado pela diretoria executiva um plano de ação mais estratégico e integrado, a ser acompanhado periodicamente pelo Conselho, que enfrente os problemas ocasionados em razão da desarticulação entre as áreas financeira, jurídica e de recursos humanos da Companhia.

(assinado eletronicamente)
THAYRINE JESSICA MARTINS DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho de Administração

DELIBERAÇÃO Nº 028/2025/CONSAD/PORTOSRIO

Referente ao Processo SEI nº 50905.005633/2023-93

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, em sua 893ª Reunião Extraordinária, de 19/03/2025, considerando as atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 65, Inciso VIII do Estatuto Social da Companhia,

DELIBERA:

Pela aprovação do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício de 2024.

(assinado eletronicamente)
THAYRINE JESSICA MARTINS DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho de Administração



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - RESUMIDO

Aos Diretores e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com Ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalvas

Depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas

Com base nas informações apresentadas pela Administração, os saldos de depósitos vinculados a ações judiciais – leasing, bloqueios em conta corrente, ações judiciais – Portus, Recursos Interpostos, ações judiciais – VPNI e outras ações judiciais, que em 31 de dezembro de 2024 totalizam o valor de R$ 433.864 mil (R$ 506.145 mil em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº 10, estão em processo de reconciliação com a respectiva documentação suporte e os extratos das instituições financeiras depositárias. Em face da apresentação de divergência ainda não conciliada, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do referido saldo, bem como os possíveis reflexos no resultado em 31 de dezembro de 2024.

Provisões para passivos contingentes trabalhistas

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, a Companhia possui registrado na rubrica de provisão para passivos contingentes o montante de R$ 290.228 mil em 31 de dezembro de 2024 (R$ 107.710 mil em 31 de dezembro de 2023) referente à ações trabalhistas. Nossos procedimentos de auditoria revelaram diversas inconsistências nos critérios de reconhecimento destes processos judicias, bem como nos controles internos e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição dos passivos contingentes trabalhistas. Consequentemente, não foi possível, diante das circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do saldo da provisão para contingências trabalhistas, bem como os possíveis reflexos no resultado e efeitos tributários em 31 de dezembro de 2024.

Retificação de Erros – Procedimentos Contábeis Incorretos

Os procedimentos de auditoria evidenciaram, conforme observado na Demonstração do Resultado do Exercício, conta denominada "Provisões Contábeis Liquidas", nota explicativa nº 26, que a Companhia efetuou ajustes na conta de Provisões para Contingências com o objetivo de adequar os saldos apresentados nas demonstrações contábeis. Entretanto, tais ajustes não foram realizados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Curitiba, 17 de março de 2025.

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-RJ

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR Nº 050.998/O-9 S-RJ

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 2906/O-5

PUBLICIDADE LEGAL NA FOLHA



GRANDES RESULTADOS MERECEM GRANDE REPERCUSSÃO. ANUNCIE OS ATOS SOCIETÁRIOS NO MAIOR JORNAL DO PAÍS.

Circulação paga multiplataforma[1]:
860.629 exemplares por dia

Site de jornal com maior tempo de leitura do país[2]:
6,3 minutos/visitante

Audiência qualificada[3]:
34 MM usuários únicos



UMA GRANDE EMPRESA ANUNCIA EM UM GRANDE JORNAL.
WWW.PUBLICIDADE.FOLHA.COM.BR - 11 3224-3690 OU 11 98405-3428

FOLHA DE S.PAULO ★★★ | Portal de Publicidade Legal Folha ★★★ | EstúdioFOLHA | Datafolha INSTITUTO DE PESQUISAS | Folhapress

equatorial

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80



www.equatorialenergia.com.br

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas, conforme parecer de orientação da CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • https://ca.dc.com.br/publicidadelegal/home; • https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/; • https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/divulgacao-e-resultados/central-de-resultados/equatorial-para/; • https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?codigo CVM=18309; e; • https://www.b3.com.br/pt_br/. O referido relatório do auditor independente, sobre as demonstrações contábeis completas, foi emitido em 26 de março de 2025, sem modificações na opinião, pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.318.174	342.099
Aplicações financeiras	2.295.358	949.132
Contas a receber de clientes	2.069.354	2.133.484
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	20.234
Impostos e contribuições a recuperar	223.039	114.263
Outros ativos circulantes	932.573	774.737
Total do ativo circulante	**6.838.508**	4.333.949
Não circulante		
Aplicações financeiras	20.556	18.761
Contas a receber de clientes	243.931	224.615
Impostos e contribuições a recuperar	336.240	252.112
Ativo financeiro da concessão	7.718.194	6.572.554
Intangível	1.464.478	1.651.553
Ativos de contrato	439.194	327.346
Outros ativos não circulantes	765.798	312.029
Total do ativo não circulante	**10.986.391**	9.939.370
Total do ativo	**17.824.899**	14.273.319

Passivo	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	1.140.554	1.064.062
Fornecedores - risco sacado	129.586	154.323
Empréstimos e financiamentos	1.584.144	327.982
Debêntures	60.967	59.398
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	112.764	74.869
Impostos e contribuições a recolher	245.474	222.362
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	82.762	-
Provisões para riscos judiciais	9.693	9.305
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	9.654	9.654
Dividendos a pagar	363.228	419.562
Outros passivos circulantes	656.407	583.582
Total do passivo circulante	**4.395.233**	2.925.099
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	2.260.019	3.148.356
Debêntures	3.770.276	1.346.515
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.023.836	1.005.699
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	186.559	78.671
Impostos e contribuições a recolher	127.448	104.898
Provisões para riscos judiciais	121.168	124.879
Imposto de renda e contribuição social diferidos	744.776	619.427
Outros passivos não circulantes	207.083	272.727
Total do passivo não circulante	**8.441.165**	6.701.372
Patrimônio líquido		
Capital social	1.624.459	1.624.459
Ajuste de avaliação patrimonial	(31.766)	(18.989)
Reserva de capital	34.092	33.995
Reserva de reavaliação	26.676	35.681
Reservas de lucros	3.335.040	2.971.702
Total do patrimônio líquido	**4.988.501**	4.646.848
Total do passivo e patrimônio líquido	**17.824.899**	14.273.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Receita operacional líquida	10.861.597	10.372.384
Custos de energia elétrica, construção e operação	(7.404.763)	(6.863.485)
Lucro bruto	3.457.134	3.508.899
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(288.935)	(225.428)
Despesas gerais e administrativas	(227.622)	(135.216)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(217.985)	(149.535)
Outras despesas operacionais, líquidas	(191.010)	(113.267)
Total de despesas operacionais	(925.552)	(624.448)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro	2.531.582	2.884.451
Resultado financeiro, líquido	(337.454)	(331.382)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social	2.194.128	2.553.062
Impostos sobre o lucro	(218.054)	(327.251)
Lucro líquido do exercício	1.976.074	2.225.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.976.074	2.225.811
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego) líquido de tributos diferidos)	(12.777)	(6.376)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Realização da reserva de reavaliação	(9.005)	(25.147)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(21.782)	(31.523)
Total resultados abrangentes	1.954.292	2.194.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.233.304	2.062.974
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.893.281)	(923.398)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	636.052	(1.018.305)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	976.075	121.271
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	342.099	220.828
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.318.174	342.099
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	976.075	121.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Receitas	14.090.774	13.188.920
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(7.541.852)	(6.754.515)
Valor adicionado bruto	6.548.922	6.434.405
Amortização	(424.900)	(438.073)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	6.124.022	5.996.332
Valor adicionado recebido em transferência	827.020	700.657
Valor adicionado total a distribuir	6.951.042	6.696.989
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	155.090	162.930
Impostos, taxas e contribuições	3.671.989	3.209.296
Remuneração de capitais de terceiros	1.147.889	1.017.092
Remuneração de capitais próprios	1.976.074	2.225.811
Valor adicionado	6.951.042	6.696.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.624.459	28.343	50.828	(12.613)	1.189.057	-	2.880.074
Valor justo das opções de compra - vesting period	-	5.652	-	-	-	-	5.652
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(25.147)	-	-	25.147	-
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos	-	-	-	-	(40.622)	-	(40.622)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.225.811	2.225.811
Resultado abrangente do exercício							
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	-	-	-	(6.376)	-	-	(6.376)
Destinação do Lucro							
Reserva legal	-	-	-	-	87.629	(87.629)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	473.230	(473.230)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	11.202	(11.202)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(416.238)	(416.238)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.453)	(2.453)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	1.260.206	(1.260.206)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.624.459	33.995	35.681	(18.989)	2.971.702	-	4.646.848
Valor justo das opções de compra - vesting period	-	(1.040)	-	-	-	-	(1.040)
Valor justo das opções de compra Matching shares - vesting period	-	1.137	-	-	-	-	1.137
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(9.005)	-	-	9.005	-
Dividendos adicionais de 2023 distribuídos	-	-	-	-	(1.260.206)	-	(1.260.206)
Resultado abrangente do exercício							
Resultados abrangentes de hedge accounting	-	-	-	(37.706)	-	-	(37.706)
Tributos diferidos sobre hedge accounting	-	-	-	12.820	-	-	12.820
Resultados abrangentes de benefícios pós-emprego	-	-	-	18.347	-	-	18.347
Tributos diferidos sobre benefícios pós-emprego	-	-	-	(6.238)	-	-	(6.238)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.976.074	1.976.074
Destinação do Lucro							
Reserva legal	-	-	-	-	29.513	(29.513)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	500.420	(500.420)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(361.535)	(361.535)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	1.093.583	(1.093.583)	-
Constituição de reserva de investimentos	-	-	-	-	28	(28)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.624.459	34.092	26.676	(31.766)	3.335.040	-	4.988.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Pará"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A. tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Pará, com 1.245.871 km² [1], atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 3.064.204 [1] consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). Conforme o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998 (Contrato de Concessão), assinado em 28 de julho de 1998, celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 27 de julho de 2028, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica. A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração. Cabe, ainda, à Companhia a distribuição de energia elétrica nos municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN) e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 1.016/2022, após o processo do leilão 02-2016 tornou o Consórcio Energia do Pará (CEPA) o novo PIE (Produtor Independente de Energia). [1] referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma consistente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2025. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. **2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um hedge de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. **3 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações. **3.1 Receita operacional. 3.1.1 Reconhecimento de receita operacional:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir bens e serviços ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir: **(i) Receita de distribuição:** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que corresponde ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. **(ii) Receita pela disponibilidade - uso da rede elétrica:** A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. **(iii) Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia. **(iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizáveis:** A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.3. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável). **3.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **3.3 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável):** O Contrato de Concessão, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e a Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de Valor Novo de Reposição (VNR), Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo do seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a revisão e atualidade do serviço concedido. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e, não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.4 Ativos intangíveis. 3.4.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes:** A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após esse reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **3.4.2 Obrigações especiais:** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013. **3.4.3 Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou à vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38). A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período de concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.5 Ativos de contrato:** Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. **3.6 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros:** As tarifas de energia elétrica, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): essa parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.7 Subvenção e assistência governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício, objetiva compensar. Quando o benefício se refere a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **(a) Benefícios fiscais:** Em 28 de dezembro de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu o Laudo Constitutivo nº 180/2018, que outorga à Equatorial Pará o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027. **(b) Benefícios para reinvestimentos:** São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.212/2002, que estejam em operação na área da SUDAM, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os valores são recolhidos ao Banco do Nordeste (BNB) e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou recondicionados. **3.8 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal. **3.9 Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com a norma ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, que determina que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.10 Instrumentos financeiros. 3.10.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.10.1 Classificação e mensuração subsequentes (a) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF Nº 04.895.728/0001-80

de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.10.3 Desreconhecimento (a) Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.10.4 Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.10.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do hedge de fluxo de caixa, definido abaixo. **(a) *Hedge* de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia do gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade do *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº 26.5.c - Risco de mercado. **3.11 Redução ao valor recuperável (impairment). 3.11.0 Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que Companhia já reconhece estimativa de perda para os ativos, como títulos de contas a receber, que possuam expectativa de perda de realização. **3.11.0.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas:** A Companhia adota a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento inerente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada aging list, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados. Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos, baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.15 Questões climáticas:** A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são: • Vida útil ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas. • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa. **4 Assuntos regulatórios:** A Companhia destaca os seguintes temas regulatórios: • Bandeiras tarifárias: são um sistema de cores que indica o custo de geração de energia elétrica, e que está presente nas faturas de energia. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2023 e 2024:

	Cor da bandeira 2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha 1	Verde
Outubro	Vermelha 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

• Sobrecontratação de energia: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia de repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 109,53% em 31 de dezembro de 2024 (99,36% em 31 de dezembro de 2023). A sobrecontratação acima de 105,00% pode gerar perda financeira. Com a sobrecontratação involuntária, a cobertura contratual ficou abaixo de 105%, portanto dentro do nível regulatório. • Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2024: no ano de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste da Companhia acoplando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) no processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes do Despacho ANEEL nº 2.385, de 13 de agosto de 2024, foram reajustados, em média, (8,23%), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora. • Encargos regulatórios: a receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita a impostos, taxas e contribuições, por alíquotas básicas de Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE), Conta de desenvolvimento energético (CDE), Encargo de serviços do sistema (ESS) e Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). • Marco legal: Geração Distribuída: a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas. **5 Dividendos a pagar:** Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. (i) Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**1.976.074**	2.225.811
(-) Reserva legal	**(29.513)**	(87.629)
(-) Reserva de incentivo fiscal	**(500.420)**	(473.230)
Lucro líquido ajustado	**1.446.141**	**1.664.952**
Dividendos mínimos		
Dividendos mínimos obrigatórios	**361.535**	416.238
Juros sobre capital próprio	-	2.453
Dividendos adicionais		
Dividendos adicionais propostos	**1.093.583**	1.260.206
(-) Reserva de reavaliação	**(9.005)**	(25.147)
Total dividendos mínimos e adicionais	**1.446.113**	1.653.750

(ii) A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	277.586
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	49.622
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	416.238
Juros sobre capital próprio	2.453
IRRF juros sobre capital próprio	(368)
Pagamento de dividendos	(325.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	419.562
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	**1.260.206**
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	**361.535**
Pagamento de dividendos	**(1.678.075)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**363.228**

6 Eventos subsequentes. Distribuição de dividendos adicionais: Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 1.093.583, sendo R$ 1.084.578 decorrentes do resultado do exercício e R$ 9.005 proveniente de realização de reservas de reavaliação. **Amortização Extraordinária Facultativa da 6ª emissão de Debêntures** Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu a amortização extraordinária da 6ª emissão de Debêntures no montante de R$ 750.000. **Requerimento de prorrogação da concessão:** Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, no Contrato de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Pará, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final do Contrato de Concessão nº 182/1998 com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024. Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, a distribuidora tem 60 dias, contados da convocação, para assinar o aditivo ao novo contrato de concessão.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Miranda da Paz Júnior (Presidente) — **Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima** (Vice-Presidente) — **Armando de Souza Nascimento** — **João Alberto da Silva Neto** — **Marcos Antônio Souza de Almeida**

CONSELHO FISCAL

Titulares

Cristiane do Amaral Mendonça — **Maria Salete Garcia Pinheiro** — **Paulo Roberto Franceschi** — **Saulo de Tarso Alves de Lara** — **Vanderlei Dominguez da Rosa**

Suplentes

Eduardo Ramos da Silva — **Moacir Gibur** — **Claudia Luciana Ceccatto de Trotta** — **Ricardo Bertucci** — **Adilson Celestino de Lima**

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Tiago de Almeida Noel - Coordenador — **João Alberto da Silva Neto** — **Jorge Roberto Manoel**

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Caires Vasconcelos
Diretor Presidente

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Alexandre Joaquim Santos Cardoso
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Rubens Jose de Figueiredo Briseno
Diretor

Ênio Cunha Leal
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador - CRC MA 011842-O-3 S-PA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, em reunião realizada nos dias 21 e 26 de março de 2025, por meio de videoconferência, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê"), do relatório do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores, e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., sem ressalvas, de 26 de março de 2025, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral da Companhia.

Belém/PA, 21 e 26 de março de 2025

Saulo de Tarso Alves de Lara — Paulo Roberto Franceschi — Maria Salete Garcia Pereira — Vanderlei Dominguez da Rosa — Cristiano do Amaral Mendonça

FOLHA DE S.PAULO
Sem tarifas de Trump, dólar fecha abaixo de R$ 6
PUBLICIDADE LEGAL NA FOLHA
UMA GRANDE EMPRESA ANUNCIA EM UM GRANDE JORNAL
WWW.PUBLICIDADE.FOLHA.COM.BR - 11 3224-3690 OU 11 98405-3428
FOLHA DE S.PAULO ★★★ Portal de Publicidade Legal Folha ★★★ EstúdioFOLHA Datafolha INSTITUTO DE PESQUISAS Folhapress

MONTECITRUS

MONTECITRUS PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ 51.817.112/0001-70

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	176.873	23.213
Títulos e valores mobiliários	7	70.232	86.592
Contas a receber de clientes	8	319.329	173.305
Instrumentos financeiros derivativos	9	14.776	9.156
Adiantamentos a fornecedores	10	23.148	21.157
Tributos a recuperar	11	3.072	2.213
Imposto de renda e contribuição social	12	1.480	1.385
Outros ativos	13	2.907	2.361
Total do ativo circulante		**611.817**	**319.382**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Adiantamentos a fornecedores	10	-	206
Imposto de renda e contrib. social diferidos	12	11.876	2.213
Tributos a recuperar	11	33.450	48.247
Outros ativos	13	1.035	3.514
		46.361	54.584
Propriedade para investimento		4.458	4.458
Investimentos		35	26
Imobilizado		1.629	1.337
Intangível		38	52
Total do ativo não circulante		**52.521**	**60.457**
Total do ativo		**664.338**	**379.839**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	15	523.772	256.880
Empréstimos e financiamentos	16	-	18.868
Instrumentos financeiros derivativos	9	34.163	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		737	660
Impostos e contribuições a recolher		19.665	4.154
Adiantamentos de clientes	16	23.739	36.164
Total do passivo circulante		**602.076**	**315.733**
Patrimônio líquido	20		
Capital social		25.436	25.436
Quotas em tesouraria		(8.304)	(8.304)
Reservas de capital		202	202
Reservas de lucros		2.968	2.968
Lucros acumulados		41.960	43.804
Total do patrimônio líquido		**62.262**	**64.106**
Total do passivo e patrimônio líquido		**664.338**	**379.839**

Demonstração do resultado abrangente

	2024	2023
Resultado líquido (prejuízo) do exercício	(1.844)	17.574
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.844)**	**17.574**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Quotas em tesouraria	Reservas de Capital: Correção monetária do capital	Reservas de Capital: Lucro na venda de quotas	Res. de Lucros: Incentivo fiscal	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	25.436	(8.299)	98	104	2.968	26.230	46.537
Compra de cotas do capital social	-	(5)	-	-	-	-	(5)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.574	17.574
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.436	(8.304)	98	104	2.968	43.804	64.106
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.844)	(1.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.436	(8.304)	98	104	2.968	41.960	62.262

Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do IR e da contribuição social		(2.382)	21.147
Ajustes p/conciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		272	312
Resultado na baixa de imobilizado e intangível		(187)	(164)
Instrumentos financeiros derivativos		28.543	(2.260)
Ganho de crédito presumido de IPI	9	613	(19.339)
Provisão para impairment de ativos		4	2
Juros, variações monetárias e cambiais s/financiamentos		539	2.394
		27.401	2.706
Contas a receber de clientes		(145.820)	(11.118)
Adiantamentos a fornecedores		(1.785)	(4.760)
Tributos a recuperar		12.925	1.647
Outros ativos		3.337	2.377
Fornecedores		267.883	4.225
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		77	(66)
Impostos e contribuições a recolher		7.652	(1.506)
Instrumentos financeiros derivativos		-	(301)
Adiantamentos de clientes		(12.425)	(12.092)
Outros passivos		(44)	27
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		158.403	(19.341)
Juros pagos		(184)	(1.702)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.466)	(661)
Caixa líq. gerado pelas (aplic. nas) ativ. operacionais		156.753	(21.704)
Fluxo de caixa das ativid. de investimentos			
Títulos e valores mobiliários	7	16.360	(3.494)
Recebimento pela venda de imobilizado		187	194
Aquisição de bens do ativo imobilizado		(417)	(381)
Aquisição de intangível		-	(17)
Caixa líq. gerado pelas (aplic. nas) ativ. de investimentos		16.130	(3.702)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(19.223)	(53.214)
Aquisição de quotas	20	-	(5)
Captação de empréstimos e financiamentos	16	-	47.349
Caixa líq. aplicado nas atividades de financiamentos		(19.223)	(5.870)
Aumento (redução) do caixa e equiv. de caixa, líquido		153.660	(31.276)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	23.213	54.489
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	176.873	23.213

Demonstração do resultado

	Nota	2024	2023
Receita líquida	22	1.314.944	981.193
Custos das vendas	23	(1.291.237)	(976.975)
Lucro bruto		23.707	4.218
Despesas gerais e administrativas	23	(13.396)	(11.415)
Outras receitas, líquidas	24	(3.442)	16.347
Lucro operacional		6.869	9.150
Despesas financeiras	25	(1.021)	(2.872)
Receitas financeiras	25	20.314	12.526
Instrumentos financeiros derivativos	25	(28.544)	2.343
Resultado financeiro		(9.251)	11.997
Lucro (prej.) antes do IR e da contrib. social		(2.382)	21.147
IR e contribuição social correntes	12	(9.125)	(3.402)
IR e contribuição social diferidos	12	9.663	(171)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.844)	17.574
Lucro líquido (prejuízo) por quota do capital social, no final do exercício - R$	21	(96,54)	920,13

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: 1.1 Informações gerais: A Montecitrus Participações Ltda. ("Empresa") está sediada em Monte Azul Paulista, estado de São Paulo, e tem como objeto social e atividade preponderante a aquisição de frutas cítricas (laranja) de cotistas e terceiros para a comercialização, no mercado interno, dessas frutas "in natura". Os contratos mantidos pela Montecitrus Participações Ltda. com os seus fornecedores de laranja estabelecem que, para apuração do preço da caixa da fruta, considerar-se-ão as receitas provenientes da comercialização da fruta, deduzidas as despesas inerentes, líquidas de valores recuperados, sendo de responsabilidade dos administradores da Empresa o empenho pela realização dessas operações nas melhores condições possíveis. Assim sendo, ao final do exercício social, é apurado pelo Conselho de Administração, com base nos resultados obtidos até a data, o preço provisório da caixa de laranja para valorização do passivo com fornecedores, relativo às caixas de laranjas já entregues. A determinação do preço final está sujeita a eventuais alterações que poderão ocorrer até o encerramento da safra (comercialização), o que ocorre, normalmente, até setembro do ano seguinte ao ano safra. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os passivos foram atualizados pela melhor estimativa do preço até a referida data. O preço da fruta "in natura" comentado anteriormente são determinados no final da safra (meados de setembro do ano subsequente), com base na variação do preço do suco de laranja concentrado congelado (*Frozen Concentrated Orange Juice - FCOJ*) e suco de laranja pasteurizado (*Not From Concentrate - NFC*) no exterior e no rendimento industrial médio no período. A Empresa comercializa as frutas cítricas (laranja) com a Citrosuco S/A Agroindústria, com a Sucocítrico Cutrale Ltda. e com a Louis Dreyfus Company Sucos S.A. Em função dos contratos firmados para entrega de frutas conforme mencionado acima, a Empresa firmou contratos de compra de fruta "in natura" com produtores rurais, nos mesmos volumes contratados, a fim de garantir o cumprimento da referida obrigação assumida. **1.2 Gestão de riscos climáticos:** As empresas do segmento do Agronegócio estão sujeitas aos fenômenos climáticos, os quais envolvem riscos de secas, incêndios e geadas. Entretanto, para mitigar os impactos no fornecimento de laranja a Empresa realiza monitoramento com objetivo de tomar medidas preventivas na operação junto aos fornecedores, uma vez que os pomares estão, substancialmente, em propriedades de sócios cotistas e a baixa na produção pode acarretar no não cumprimento de entregas de laranja junto aos seus clientes, com isso é possível diminuir consideravelmente os riscos de impactos relevantes. **1.3 Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2025.

2. Resumo das políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Diretoria da Empresa no processo de aplicação das suas políticas contábeis materiais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC's), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa e, também, a sua moeda de apresentação. **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor, e saldo de contas garantidas, quando aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.4 Ativos financeiros - 2.4.1 Classificação:** A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **(b) Custo amortizado:** Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos de principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **2.4.2 Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. No reconhecimento inicial, a Empresa mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.4.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *Impairment*:** A Empresa avalia na data de apresentação das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Os prejuízos de *impairment* são reconhecidos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*, resumem-se na identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato e inadimplência. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos quando contratados pela Empresa tem o propósito de proteger suas vendas futuras, estabelecendo limites de flutuação nas taxas de câmbio e nos preços das commodities e não são utilizados para fins especulativos. Os resultados obtidos com essas transações são contabilizados no resultado financeiro, como receitas ou despesas financeiras, ou como parte da receita líquida no caso das operações liquidadas. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Diretoria para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a Diretoria mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes. **2.7 Partes relacionadas:** As contas a pagar e receber das partes relacionadas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **2.8 Propriedade para investimento:** O pronunciamento técnico "CPC 28 - Propriedade para investimento" permite que a Empresa registre suas propriedades para investimento a valor justo ou de custo, devendo, neste último caso, divulgar o valor justo de tais propriedades em nota explicativa às demonstrações financeiras. A Empresa optou por manter sua propriedade para investimento registrada a valor de custo. Para fins de divulgação, o valor justo da propriedade para investimento foi determinado por profissionais qualificados, considerando a melhor estimativa com base em análises realizadas. Em 31 de dezembro de 2024, esse valor foi estimado com base no valor de mercado e corresponde a, aproximadamente, R$ 15.114. **2.9 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas estabelecidas pela legislação fiscal que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: Edificações - 40 anos; Máquinas - 10 anos; Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos; Veículos - 5 anos. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" na demonstração do resultado. **2.10 Intangível:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Ativos derivados de desenvolvimento de projeto interno, marcas e patentes são prováveis geradores de benefícios econômicos futuros. Quando aplicável, são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial. **2.11 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *Impairment*:** Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos tributos correntes e diferidos sobre a renda. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas atualmente aplicáveis para o imposto de renda e para a contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para serem usados na compensação de diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **2.13 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.14 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados como passivo não circulante. **2.15 Provisões para contingências:** As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e que reflitam os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido no resultado do exercício, como "Outras receitas operacionais, líquidas". **2.16 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos, que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **2.17 Reconhecimento da receita e apuração do resultado:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. **(a) Venda de frutas *in natura*:** A Empresa comercializa laranja "in natura". As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Empresa efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter o controle sobre o uso e destinação dessas frutas, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; (iii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Conforme mencionado na Nota 1, o preço de venda das frutas "in natura" é definido apenas no final do ano-safra corrente (meados de setembro do ano subsequente), com base na média ponderada dos preços praticados de suco concentrado e congelado (FCOJ a 66 Brix) pelo comprador, na Europa e Estados Unidos. As partes também levam em conta o rendimento médio industrial, ou seja, o número de caixas de laranja (padrão de 40,8 kg cada caixa) necessário para a produção de uma tonelada de suco e outros sólidos de laranja recuperados. As notas fiscais são emitidas, inicialmente, considerando o preço mínimo vigente nos contratos de venda. **(b) Receita financeira:** A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Empresa. **(c) Reconhecimento dos custos de vendas:** Em linha com a sistemática de apuração do preço da caixa de laranja mencionada na Nota 1, a Diretoria faz estimativas e aprova um preço provisório para o reconhecimento do custo da fruta/matéria-prima da safra corrente, com correspondente reflexo nas contas a pagar aos fornecedores, na data-base do balanço, as quais serão ajustadas pelo valor definitivo até o encerramento do período de comercialização da referida safra, em meados de setembro do ano seguinte. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o referido preço provisório estimado considera, principalmente, referenciais de mercado e a expectativa de comportamento desse mercado até o final da safra corrente, baseada nas curvas históricas do setor. **2.18 Demais receitas e despesas:** As demais receitas e despesas também são reconhecidas pelo regime de competência. **2.19 Capital social:** É dividido em quotas no patrimônio líquido. **2.20 Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros e o pagamento de juros sobre capital próprio para os cotistas da Empresa são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras somente na data em que são aprovados pelos quotistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado, quando aprovado o pagamento. **2.21 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação - 2.21.1 Alterações de normas que estão em vigor:** As seguintes alterações estão em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e a sua adoção não teve impacto nas demonstrações financeiras da Empresa. **• Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current" cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluam pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros:** Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - *SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs; (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento; (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs; (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i); e (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. **2.21.2 Alterações de normas novas que não estão em vigor - • Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Empresa não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **• Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Empresa não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **• IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela diretoria dentro das demonstrações financeiras. A diretoria está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Empresa. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Empresa, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Empresa desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. A Empresa não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado. No entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela diretoria; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração do resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A Diretoria da Empresa entende que não há julgamentos críticos nas aplicações das práticas contábeis. Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir: **(a) Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado na Nota 1, o preço de venda das frutas "in natura" é definido apenas no final do ano-safra corrente (meados de setembro do ano subsequente), com base na média ponderada dos preços praticados pelo comprador, na Europa e nos Estados Unidos. No caso do preço das frutas, as partes também levam em conta o rendimento médio industrial, ou seja, o número de caixas de laranja (padrão de 40,8 kg cada caixa) necessário para a produção de uma tonelada de suco e outros sólidos de laranja recuperados. No contexto descrito acima, a Diretoria reconhece suas receitas, mensalmente, pela melhor estimativa, até a definição dos preços finais. Essas estimativas consideram a média dos preços já praticados e até o encerramento do exercício atual dos rendimentos já atendidos, e a expectativa de comportamento para os preços e rendimentos a serem apurados até o final do ano-safra, a qual é efetuada considerando os dados históricos e projeções de oscilações sistemáticas, além de outras informações que podem impactar o mercado. Em 31 de dezembro de 2024, apenas como parâmetro de sensibilidade, se a estimativa feita pela Diretoria para o preço médio da tonelada de FCOJ apresentasse uma diferença de 10% acima ou abaixo do preço definitivo, a receita reconhecida no exercício aumentaria ou diminuiria em, aproximadamente, R$ 102.966 (2023 - R$ 80.925). **(b) Reconhecimento do custo:** Em linha com a sistemática de apuração do preço da caixa de laranja mencionada nas Notas 1 e 3(a) acima, a Diretoria faz estimativas e aprova um preço provisório para o reconhecimento do custo da fruta da safra corrente com correspondente reflexo nas contas a pagar aos fornecedores, na data-base do balanço, as quais serão ajustadas pelo valor definitivo até o encerramento do período de comercialização da referida safra, em meados de setembro do ano seguinte. Em 31 de dezembro de 2024, o referido preço provisório estimado considera, principalmente, referenciais de mercado e a expectativa de comportamento desse mercado até o final da safra corrente, baseada nas curvas históricas do setor. Apenas como parâmetro de sensibilidade, se a estimativa feita pela Diretoria por ocasião do fechamento do balanço apresentar uma diferença de 10% acima ou abaixo do preço definitivo da safra 24/25, o custo reconhecido no exercício aumentaria ou diminuiria em R$ 102.944 (2023 - R$ 79.938). **(c) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:** Na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (IRPJ e CSLL), a Empresa avalia se há qualquer posição fiscal incerta e, caso não seja provável (mais que 51%) que será aceito pelo em decisões de tribunais superiores de última instância sobre a posição, a Empresa deve constituir provisão para o referido passivo tributário. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Empresa, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **(d) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Empresa usa seu julgamento para escolher o melhor critério de avaliação entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4. Gestão de risco financeiro - 4.1 Fatores de risco financeiro: A diretoria tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa. As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de risco e controle apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes a empréstimos e financiamentos são discutidas e aprovadas em reuniões mensais do conselho de administração. As demais estratégias tomadas são apresentadas na assembleia de quotistas que tomam ciência das decisões tomadas. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção da safra e nas estratégias de comercialização. As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelo conselho de administração e diretoria. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros como a Empresa administra a sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Instrumentos financeiros derivativos
Risco de mercado - volatilidade no preço das commodities Risco de crédito	Operações comerciais futuras Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade Análise de vencimento Avaliação de crédito	Instrumentos financeiros derivativos Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ratings
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado - Risco cambial: As operações da Empresa estão expostas ao risco de variação cambial oriundo de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, notadamente o dólar estadunidense. A política de gestão de risco cambial estabelece limites para a exposição ao risco cambial e, de acordo com essa política, a Empresa deve contratar instrumentos financeiros que protejam a posição em dólar das suas operações. A Empresa adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado abaixo, e os outros dois que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa. O cenário Provável foi definido internamente pela Empresa e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravo de risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente. A metodologia utilizada foi o resultado do valor presente das transações em dólares norte americano com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de dezembro de 2024 e 2023, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Empresa seria afetada de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

continua ...

...Continuação

MONTECITRUS PARTICIPAÇÕES LTDA. - CNPJ 51.817.112/0001-70

2024

	Em milhares R$	Em milhares US$	Provável 10%	Aumento 25%	Aumento 50%	Redução 25%	Redução 50%
Contas a receber de clientes	319.329	51.571	31.933	79.832	159.665	(79.832)	(159.665)
Adiantamentos a fornecedores	23.148	3.738	2.315	5.787	11.574	(5.787)	(11.574)
Outros ativos	2.871	464	287	718	1.436	(718)	(1.436)
	345.348	55.773	34.535	86.337	172.675	(86.337)	(172.675)
Fornecedores	(485.689)	(78.438)	(48.569)	(121.422)	(242.845)	121.422	242.845
Adiantamentos de clientes	(23.739)	(3.834)	(2.374)	(5.935)	(11.870)	5.935	11.870
	(509.428)	(82.272)	(50.943)	(127.357)	(254.715)	127.357	254.715
Exposição	(164.080)	(26.499)	(16.408)	(41.020)	(82.040)	41.020	82.040

2023

	Em milhares R$	Em milhares US$	Provável 10%	Aumento 25%	Aumento 50%	Redução 25%	Redução 50%
Contas a receber de clientes	173.506	35.841	17.351	43.376	86.753	(43.376)	(86.753)
Adiantamentos a fornecedores	21.157	4.370	2.116	5.289	10.579	(5.289)	(10.579)
Outros ativos	4.294	887	429	1.074	2.147	(1.074)	(2.147)
	198.956	41.098	19.896	49.739	99.479	(49.739)	(99.479)
Fornecedores	(217.209)	(44.869)	(21.721)	(54.302)	(108.605)	54.302	108.605
Adiantamentos de clientes	(36.164)	(7.470)	(3.616)	(9.041)	(18.082)	9.041	18.082
Empréstimos e financiamentos	(18.868)	(3.898)	(1.887)	(4.717)	(9.434)	4.717	9.434
	(272.241)	(56.237)	(27.224)	(68.060)	(136.121)	68.060	136.121
Exposição	(73.285)	(15.139)	(7.328)	(18.321)	(36.642)	18.321	36.642

As operações apresentadas nos quadros acima estão expostas direta ou indiretamente à variação do dólar estadunidense, motivo pelo qual tiveram os cenários apresentados. Adicionalmente, em 2024, a Empresa contratou instrumentos financeiros derivativos no montante de US$ 111.704.000, com o objetivo de proteção de vendas futuras altamente prováveis equivalentes a, aproximadamente, US$ 38.351.000 para a safra 2024/2025 e US$ 73.353.000 referente a safra 2025/2026. Tais instrumentos financeiros derivativos são contratados no modelo de Zero Cost Collar ("ZCC"), e são estruturados com a aquisição de opções de compra e de venda do dólar estadunidense no mercado futuro, estabelecendo limites de flutuação aceitáveis para a cotação da moeda, e limitando ganhos e perdas no caso de o valor da moeda oscilar além dos limites contratados. Desta forma, o efeito de tais operações não reflete os possíveis impactos sobre os instrumentos financeiros derivativos. **Risco da flutuação de preços:** Conforme descrito na Nota 1, as principais transações da Empresa têm seus preços de vendas das mercadorias e produtos, bem como de seus custos com matéria-prima, pós-fixados, influenciados pela cotação do suco de laranja no mercado externo e pelo rendimento industrial da fruta, criando assim um equilíbrio natural entre as variações dos preços de venda e os correspondentes custos. **(b) Risco de crédito:** A política de vendas da Empresa considera o nível de risco de crédito tolerável no curso de seus negócios. Nesse contexto, historicamente, a Empresa não tem registrado perdas nas contas a receber de clientes. Os adiantamentos a fornecedores de frutas cítricas têm seus limites de créditos analisados e aprovados, individualmente, com base na inspeção das correspondentes propriedades rurais, avaliação dos pomares e, por conseguinte, estimativa do potencial de fornecimento. No que diz respeito às aplicações financeiras, a Empresa tem como política trabalhar com as principais instituições no mercado. **(c) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Empresa tenha recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas estratégias para desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo departamento de tesouraria da Empresa. Os valores divulgados abaixo são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Até 12 meses	2024	2023
Fornecedores	523.772	255.889
Empréstimos e financiamentos	-	18.868
Instrumentos financeiros derivativos	34.163	-
No circulante	557.935	274.757

(d) Gestão de capital: O objetivo da Empresa ao administrar seus recursos são os de equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e credores.

	2024	2023
Total de empréstimos (Nota 16)	-	18.868
Menos caixa e equivalentes de caixa (Nota 6(a))	(175.873)	(23.213)
Dívida líquida	(175.873)	(4.345)
Total do patrimônio líquido	62.262	84.106
Índice da dívida líquida pelo patrimônio líquido	(2,84)	(0,07)

4.2 Estimativa do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Empresa revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • **Nível 3:** informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Em 2024 e 2023, não houve alteração na hierarquia dos instrumentos financeiros mantidos pela Empresa. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos financeiros da Empresa mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2024, os quais são classificados no nível 2.

	Classificação	2024	2023
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	14.776	9.156
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	34.163	301

5. Instrumentos financeiros por categoria:

Ativos, conforme balanço patrimonial	Classificação	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	(i)	175.873	23.213
Títulos e valores mobiliários	(ii)	70.232	86.592
Contas a receber de clientes	(i)	319.329	173.505
Instrumentos financeiros derivativos	(ii)	14.776	9.156
Outros ativos	(i)	3.942	6.279
		585.152	298.745

Passivos, cfe. balanço patrimonial	Classificação	2024	2023
Fornecedores	(iii)	523.772	255.889
Empréstimos e financiamentos	(iii)	-	18.868
Instrumentos financeiros derivativos	(iv)	34.163	-
		557.935	274.757

Classificação
(i) Ativos ao custo amortizado
(ii) Ativos ao valor justo por meio do resultado
(iii) Passivos ao custo amortizado
(iv) Passivos ao valor justo por meio do resultado

6. Caixa e equivalentes de caixa:

No país:	2024	2023
Caixa e bancos	21	2
Aplicação financeira (i)	175.852	23.211
	175.873	23.213

(i) As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósito Bancário - CDB, com liquidez abaixo de 90 dias e sem risco de alteração significativa de mudança de valor. Possuem remuneração indexada à variação de 98% a 107% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI no montante de R$ 165.896 e operação de renda fixa, com rendimento de 12,5% ao ano, no montante de R$ 10.966. **7. Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras referem-se a aplicações vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (entre 97% e 106%) no montante de R$ 70.232 todas com prazo de vencimento original contratado superior a 90 dias. **8. Contas a receber de clientes:** Em 31 dezembro de 2024, o montante a receber de clientes é de R$ 319.329 (2023 - R$ 173.505) e corresponde a venda de laranja in natura, incluindo os ajustes mencionados na Nota 3(a). A análise para ajuste a valor presente, quando aplicável, é calculada com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve necessidade do registro de ajuste a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa considera uma análise detalhada realizada pela administração, título a título, a fim de obter a melhor estimativa para sua constituição. Em 31 de dezembro de 2024, não houve a necessidade de realizar a provisão. **9. Instrumentos financeiros derivativos:** Em 2024, a Empresa contratou o montante de US$ 111.704 mil (2023 - US$ 28.984 mil) de instrumentos financeiros derivativos na modalidade Zero Cost Collar ("ZCC"), e, ao final do exercício, apresentou o saldo de perdas potenciais líquidas de R$ 19.387 (2023 - saldo de ganhos potenciais líquidos de R$ 9.156), registrados contabilmente pelo seu valor de mercado (Market-to-Market), cujos vencimentos ocorrerão durante os exercícios de 2025 e 2026. Esses instrumentos possuem o objetivo de proteção de vendas futuras, estabelecendo limites de flutuação aceitáveis para a cotação da moeda, e limitando ganhos e perdas no caso de o valor da moeda oscilar além dos limites contratados. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor justo dos ativos derivativos no balanço patrimonial. O quadro a seguir apresenta um resumo dos derivativos contratados pela Empresa:

		Valor nocional, em:		Critério de atualização (*) para:		Resultado potencial em:	
Modalidade	**Data de vencimento**	**US$ mil**	**R$ mil**	**Call**	**Put**	**2024**	**2023**
ZCC	01/2025 a 04/2026	25.235	155.255	Dólar entre 5,34 a 7,76	Dólar entre 4,95 a 5,09	(12.091)	576
ZCC	01/2025 a 11/2025	15.811	97.905	Dólar entre 5,36 a 6,44	Dólar entre 4,96 a 5,47	(10.222)	
ZCC	01/2025 a 04/2025	7.300	45.204	Dólar entre 5,36 a 5,43	Dólar entre 4,9 a 4,97	(6.250)	2.338
ZCC	01/2025 a 04/2025	3.340	20.682	Dólar entre 5,32 a 5,48	Dólar entre 4,92 a 5,01	(2.759)	459
ZCC	07/2025 a 08/2025	2.654	16.434	Dólar entre 5,58 a 5,50	Dólar 5,07	(2.219)	868
ZCC	01/2026 a 03/2026	2.687	16.639	Dólar entre 7,00 a 7,03	Dólar entre 5,82	(621)	
ZCC	05/2025 a 09/2026	15.399	95.355	Dólar entre 5,41 a 7,43	Dólar entre 4,98 a 5,00	5.476	3.738
ZCC	08/2026 a 01/2026	19.141	118.527	Dólar entre 5,40 a 6,36	Dólar entre 5,40 a 5,70	6.299	656
ZCC						-	519
		91.565	565.065				
					Ganho potencial - ativo	14.776	9.156
					Perda potencial - passivo	(34.163)	-
					Efeitos líquidos	(19.387)	9.156

(*) Parâmetros contratados em relação à expectativa da taxa de câmbio na data de liquidação. Os resultados potenciais (ganhos ou perdas) com derivativos são registrados no resultado financeiro (Nota 25). Contudo, as operações do tipo Zero Cost Collar ("ZCC"), à medida que são liquidadas, são reclassificadas para compor a Receita líquida (Nota 22), uma vez que têm como único propósito proteger o fluxo de caixa da Empresa, em relação às variações cambiais sobre as vendas, proporcionando, assim, melhor apresentação da margem bruta.

10. Adiantamentos a fornecedores:	2024	2023
Adiantamentos a fornecedores de matéria-prima		
Terceiros	23.102	19.919
Quotistas (Nota 14)	46	1.444
	23.148	21.363
Circulante	(23.148)	(21.257)
Não circulante	-	206

Os adiantamentos aos fornecedores de frutas cítricas são concedidos a terceiros e quotistas, com base na expectativa de produção, e são amortizados quando da respectiva entrega da fruta.

11. Tributos a recuperar:	2024	2023
Crédito presumido de IPI (i)	33.432	48.017
IRRF a compensar	3.072	1.945
ICMS a recuperar (ii)	18	30
Outros impostos a recuperar	-	68
	36.522	50.060
Circulante	(3.072)	(2.013)
Não circulante	33.450	48.047

(i) O montante registrado como Crédito Presumido de IPI refere-se ao valor atualizado dos créditos reconhecidos em razão do trânsito em julgado favorável à Empresa registrado contabilmente em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 (Nota 24). A Diretoria está solicitando o ressarcimento desses créditos em espécie. A Diretoria estima que o saldo remanescente seja recebido em até três anos e optou pela manutenção do montante integral no ativo não circulante em razão da incerteza ainda existente quanto à realização desses créditos nos próximos doze meses. Tendo em vista a natureza do crédito a Diretoria avaliou e entende que não há risco de não realização dos saldos registrados, no entanto, não há como prever quando acontecerá a realização, portanto os valores estão classificados no ativo não circulante. (ii) Os créditos de ICMS a recuperar são apresentados líquido de provisão para impairment na realização, no montante de R$ 16.891 (2023 - R$ 16.695), constituídos em razão de créditos simples de ICMS não passíveis de recuperação, em função da venda de laranja ser isenta de ICMS, ou seja, a Empresa não possui débito de ICMS na venda de laranja.

12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: A Empresa utiliza a sistemática do lucro real para cálculo dos tributos sobre o lucro, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro, os saldos de imposto de renda e contribuição social têm a seguinte composição: **(a) Saldos**

Créditos tributários	2024	2023
No ativo circulante - Antecipações		
- Imposto de renda	1.480	1.365
No ativo não circulante - Créd. diferidos, líquidos		
Ativo de tributos diferidos		
Provisão para perdas na realização de ativos (i)	5.676	5.676
Result. de operações com derivativos não liquidadas	6.591	(3.113)
	12.267	2.563
Passivo de tributos diferidos	(391)	(350)
Variação cambial tributada pelo regime de caixa	11.876	2.213

(i) Refere-se aos tributos diferidos incidentes sobre a provisão sobre os créditos de ICMS, conforme Nota 11.

(b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Lucro (prej.) antes do IR e da contribuição social	(2.382)	21.147
Alíquota máxima	34%	34%
	810	(7.190)
Tributos sobre (exclusões) adições permanentes:		
. Receitas (desp.) não tributáveis/dedutíveis, líquidas	(296)	452
. Créditos diferidos não registrados, realiz. no ano	-	3.141
. Efeito da diferença do adicional de alíquota	24	24
Tributos no resultado	538	(3.573)

(c) Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL - (i) Lucros auferidos no exterior: A Empresa possui autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos no exterior por sua então controlada Montecitrus Holding BV, nos anos de 2007 e 2008 que, em 2024, montam a R$ 83.168 (2023 - R$ 79.385). Essas autuações já se encontram na esfera judicial, inclusive com decisão favorável aos interesses da Empresa em primeira instância e também em segunda instância em relação ao ano de 2007. A Diretoria, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende ser provável que as posições fiscais adotadas em discussão serão aceitas em decisão de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite > 50%) e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações. **(ii) Benefício do crédito Presumido de IPI e repasse aos produtores:** Desde 2019, a Empresa vem reconhecendo contabilmente os efeitos de ação transitada em julgado em favor da Empresa que determinou o ressarcimento do crédito presumido de IPI referente ao período de 1995 a 2004. A Diretoria decidiu repassar os benefícios desse ganho aos seus fornecedores de fruta por entender que o referido repasse está de acordo aos termos definidos nos contratos de compra de fruta que preveem o acréscimo desse montante no preço de compra, como recuperação de custos. A Diretoria, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende ser provável que as posições fiscais adotadas nessa operação, caso venham a ser discutidas, serão aceitas em decisão de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite > 50%) e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a esse tema. **(iii) Tributos adicionais sobre operação no exterior:** No ano de 2023, a Empresa foi informada acerca de débitos fiscais que o governo de Portugal pretende cobrar, em face das diretrizes exigidas pela Comissão Europeia, decorrentes de operações de sua então controlada indireta, Montecitrus Importação e Exportação, Lda., do exercício de 2012, que mantinha sede e realizava transações na Ilha da Madeira (território português beneficiado por incentivos fiscais no âmbito da Zona Franca da Madeira III). Os assessores jurídicos da Empresa estão acompanhando essa demanda, ainda em fase administrativa, e estimam os débitos, atribuídos a benefícios fiscais que teriam sido utilizados indevidamente, em, aproximadamente, EUR 1.301 mil (ou R$ 8.051), atualizados até 31 de dezembro de 2024; contudo, a Empresa ainda avalia a pertinência de realizar uma provisão contábil para fazer face a possíveis perdas, uma vez que o tema não foi judicializado e há razoável dúvida sobre as reais probabilidades de perdas, especialmente após o encerramento das operações da então controlada, há cerca de 10 anos, e pelo fato da Empresa, natural sucessora, ser uma entidade situada no Brasil.

13. Outros ativos:	2024	2023
Valor a receber p/venda de propriedades agrícolas	2.871	4.294
Adiantamentos de despesas	36	47
Outros ativos	1.035	1.938
	3.942	6.279
Ativo circulante	(2.907)	(2.361)
Ativo não circulante	1.035	3.918

O valor a receber pela venda de propriedades agrícolas refere-se a recebíveis originados na venda de duas propriedades agrícolas (Fazenda Santa Ernestina e Fazenda Maringá), em 2018, pelo valor total de R$ 9.600. Esses recebíveis foram convertidos em dólar estadunidense e são atualizados por juros anuais de 6%, a serem recebidos em oito parcelas anuais, em setembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a receber corresponde a 1 parcela, equivalentes a US$ 464 mil (2023 - 2 parcelas, equivalentes a US$ 459 mil). **14. Partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, são apresentados a seguir:
(a) Saldos

Ativo circulante	2024	2023
Outros ativos (i)	2.871	2.314
Adiantamentos a fornecedores (Nota 10) (ii)	46	1.444
Total do ativo circulante	2.917	3.758
Ativo não circulante		
Outros ativos (i)	-	1.980
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 15) (iii)	468.314	227.785
Total do passivo circulante	468.314	227.785
(b) Transações	2024	2023
Compra de frutas "in natura" (Nota 23) (iii)	1.139.206	582.265

(i) Refere-se aos valores a receber pela venda de propriedades agrícolas mencionados na Nota 13. (ii) Refere-se a adiantamentos aos fornecedores de frutas cítricas com base na expectativa de produção, são amortizados quando da respectiva entrega da fruta. (iii) Refere-se às compras de frutas "in natura" e são, substancialmente, realizadas junto a sócios quotistas e são valorizadas conforme mencionado na Nota 1, isto é, conforme expectativa de preço deliberada pelo Conselho de administração da Empresa.
(c) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e as despesas no exercício com sua remuneração, composta basicamente por salários e encargos, estão registradas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado do exercício (Gastos com pessoal na Nota de Despesas por natureza). A Empresa não possui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

15. Fornecedores:	2024	2023
Fornecedores de matéria-prima (frutas):		
Safra em andam. - estimativa no final do exercício	55.443	28.069
Partes relacionadas (Nota 14)	468.314	227.785
Fornec. diversos (compra de materiais de consumo)	15	35
	523.772	255.889

As variações refletem, substancialmente, ao aumento no preço de compra da caixa de laranja. **16. Empréstimos e financiamentos - (a) Composição dos saldos:** Correspondia a empréstimo e financiamento em dólar, na modalidade Notas de créditos de exportação, indexado por juros de 7,33% + variação do dólar estadunidense. No decorrer de 2024, o empréstimo foi liquidado e a movimentação ocorrida está assim demonstrada:

(b) Movimentação dos saldos	2024	2023
Saldo no início do exercício	15.868	24.398
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa		
Provisão de juros	184	1.703
Movimentos que afetam o fluxo de caixa		
Ingressos de novos empréstimos e financiamentos	-	47.348
Variação cambial passiva	355	504
Amortiz. de emprést. e financiamentos - principal	(16.223)	(53.214)
Pagamentos de juros	(184)	(1.702)
Saldos no final no exercício	-	18.868
Caixa e equivalentes de caixa	(175.873)	(23.213)
Dívida líquida / (caixa líquido)	(175.873)	(4.345)

(c) Cláusulas restritivas (covenants) e garantias: Em 31 de dezembro de 2024 a Empresa não possuía contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants"), bem como não foram exigidas garantias para os financiamentos em moeda estrangeira (NCE).
17. Benefícios a empregados: A Empresa fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, entre outros. A Empresa inclui em suas políticas de recursos humanos o Programa de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e a distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Os montantes referentes a benefícios a empregados registrados em despesas administrativas e custo do produto vendido no resultado estão apresentados abaixo:

	2024	2023
Participação nos lucros	962	1.399
Alimentação	185	159
Assistência médica/odontológica	292	249
Bolsa de estudos	5	11
	1.447	1.818

18. Adiantamentos de clientes: Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa mantém saldo de adiantamentos recebidos de clientes no montante de R$ 23.739 (2023 - R$ 36.164), referentes a safra 2024/2025, a serem compensados com as contas a receber que serão originadas nas vendas realizadas no exercício de 2025. Esses adiantamentos não possuem um componente de financiamento significativo, pois são liquidados em prazo inferior a doze meses e não possuem juros, bem como não representam um valor fixo em caixa de laranjas a serem entregues. A Empresa não realizou o encontro de contas com os saldos de Contas a receber (Nota 8) tendo em vista que os saldos de Adiantamentos a clientes registrados estão condicionados a eventos futuros, decorrente de acordos comerciais realizados juntos aos seus clientes e, portanto, a Empresa não tem o direito legal e executável de realizar compensação desses ativos e passivos financeiros, de acordo com o pronunciamento técnico contábil aplicável (CPC 39 - Instrumentos financeiros). **19. Provisão para contingências:** Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desse tema no Brasil. As leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista, previdenciária, tributária ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela Diretoria da Empresa. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a Diretoria da Empresa é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Empresa têm sido pagas ou provisionadas adequadamente. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída, quando aplicável, mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos. Adicionalmente, a Empresa é parte em outras demandas administrativas e judiciais sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer em face de eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificam essas demandas como de provável ou possível êxito. **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes referem-se a processos de natureza tributária, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de probabilidade de perda menor que provável, que precisam ser confirmados por eventos futuros ainda incertos, e que estão fora do controle da Empresa, no montante de R$ 93.524 em 2024 (R$ 57.736 em 2023), substancialmente referente ao assunto da Nota 12(c)(i) e (ii), e não foram objeto de provisão contábil, conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. **20. Patrimônio líquido - (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social da Empresa é de R$ 25.435 dividido em 19.971 quotas no valor de R$ 1.273,63 cada uma. **(b) Quotas em tesouraria:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as quotas mantidas em tesouraria correspondem a 1.258 unidades. **(c) Reserva de capital:** Compreendem: (i) aos resultados apurados quando da correção monetária do capital social, antes de 1995; e (ii) resultados apurados quando da venda de quotas em tesouraria, em exercícios anteriores. **(d) Reservas de lucros - (i) Reservas de incentivos fiscais:** A Empresa cumpre todas as exigências estabelecidas pela Lei Complementar (LC) nº 160/2017 e pelo Convênio regulamentador de nº 190/17 do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Desta forma, a Diretoria entende, no melhor de seu conhecimento, não haver nenhum fato que possa comprometer a prorrogação da fruição dos seus benefícios. Adicionalmente, nos termos do art. 9º e 10 da LC nº 160/17, os incentivos e benefícios fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Estados e Distrito Federal, são considerados para fins tributários como subvenções para investimento. A Empresa possui benefício fiscal concedido pelo estado de São Paulo. O Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, em seu artigo 104 do Anexo II, parágrafo único, convalidado através do Convênio ICMS 44 de 15 de dezembro de 1975 concede a dispensa de estorno de créditos atrelados às vendas isentas de hortifrutícolas em estado natural com destino a estabelecimento industrial localizado no estado de São Paulo. O referido convênio tem o objetivo, também, de resguardar a competitividade da economia paulista diante de políticas tributárias implementadas por Estados vizinhos. Adicionalmente, nos termos da legislação vigente, esses incentivos fiscais deverão compor a base de cálculo dos tributos sobre o lucro quando da sua distribuição aos quotistas da Empresa, mesmo que isso ocorra na forma de devolução do capital social constituído com essa reserva. Em 2023 e 2024, a Empresa não se utilizou do referido benefício fiscal e, portanto, não é requerida a constituição de qualquer reserva proveniente do lucro líquido do exercício. **(e) Distribuição dos lucros:** O resultado apurado pela Empresa terá a destinação que lhe der os sócios por ocasião da Assembleia Geral dos Quotistas que aprovar as demonstrações financeiras. **21. Lucro ou (prejuízo) líquido por quota do capital social:** O lucro líquido por quota do capital social é calculado pela divisão do lucro atribuível aos sócios quotistas da Empresa pela quantidade de quotas do capital social no final do exercício, estando assim demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.844)	17.574
Qde. de quotas do capital social ao final do exerc. (*)	18.713	18.713
Lucro líquido (prejuízo) por quota do capital social no final do exercício - R$	(98,54)	939,13

(*) Quantidade de quotas em circulação (desconsidera as quotas em tesouraria).

22. Receita líquida	2024	2023
Revenda de frutas "in natura"	1.329.328	967.350
Derivativos (Zero Cost Collar), liquidados (i)	(14.384)	13.843
Receita líquida	1.314.944	981.193

(i) Conforme Nota 9 a Empresa contrata instrumentos financeiros derivativos na modalidade Zero Cost Collar, e o montante das operações liquidadas ao longo do exercício é apresentado na rubrica de receita líquida, uma vez que têm como único propósito proteger o fluxo de caixa da Empresa em relação às variações cambiais sobre as receitas de venda de fruta. (ii) As operações de vendas de laranja "in natura" não têm a incidência de PIS, COFINS e ICMS, haja vista que a laranja está sujeita à alíquota zero para o PIS e a COFINS e tem isenção de ICMS.

23. Custos e despesas por natureza

	2024	2023
Custos c/aquis. de fruta/mat.-prima - Sócios quotistas	1.139.206	682.265
Custos com aquis. de fruta/matéria-prima - Terceiros	152.031	94.710
Gastos com pessoal	10.012	8.568
Encargos de depreciação e amortização	272	311
Outras despesas	3.112	2.536
	1.304.633	988.390
Aplicado em:	1.291.237	976.975
Custo das vendas	13.396	11.415
Despesas gerais e administrativas	1.304.633	988.390

24. Outras receitas, líquidas	2024	2023
Perda/Ganho de Crédito Presumido de IPI (i)	(2.897)	17.090
Resultado na baixa de bens	120	164
PIS e COFINS sobre outras receitas	(962)	(1.263)
Outras Receitas	297	356
	(3.442)	16.347

(i) Em 2023, a Empresa reconheceu contabilmente os efeitos de ação transitada em julgado em seu favor, que determinou o ressarcimento do crédito presumido de IPI referente, substancialmente, ao terceiro trimestre de 2003, assunto da Nota 12(c)(ii), no montante de R$ 11.845. Os valores aqui apresentados, além do montante principal dos referidos créditos, também incluem a variações monetárias incorrida até a data do trânsito em julgado. As atualizações monetárias incidentes sobre os créditos presumidos de IPI posteriores foram registradas na conta de Receitas financeiras. Em 2024, a Empresa estornou o montante de R$ 2.897, referente à provisão acrescida da atualização monetária do crédito presumido de IPI, correspondentes aos períodos de 1995 a 2003.

25. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras decorrentes de:		
Juros passivos	(595)	(1.703)
Variações cambiais e monetárias	(418)	(1.143)
Tributos financeiros e outras taxas	(8)	(26)
	(1.021)	(2.872)
Receitas financeiras decorrentes de:		
Rendimento de aplicações financeiras, líquidas	16.836	12.108
Variações cambiais e monetárias	3.276	140
Juros ativos	202	278
	20.314	12.526
Instrumentos financeiros derivativos		
Ganhos (perdas) com derivativos, líquidos	(28.544)	2.343
Resultado financeiro	(9.251)	11.997

26. Cobertura de seguros: A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Diretoria

Celio Ferreira Cordeira • Euclides Rodrigues Júnior • Valmi Lujan Júnior

Contador

Euclides Rodrigues Júnior - CRC nº 1SP154310/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas Montecitrus Participações Ltda. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Montecitrus Participações Ltda. (a "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Montecitrus Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto (SP), 26 de março de 2025.

ValorUp Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP028585/O-0. André Luiz Corrêa - Contador CRC 1SP198337/O-2

FOLHA mpme
Um guia para a micro, a pequena e a média empresa.
FOLHA

O Leilão online dia 25/04/25 às 14:00h Lote único- Fiat/Fiorino 1.4 2015-Chassi 9BD26512MF9032481 R. Dona Maria Paula, 122, 5º andar, Bela Vista, São Paulo/SP fone: (11) 96100-8910 - e-mail: contato@leilaonet.com.br Leiloeiro, Leonardo Vieira Amaral, JUCESP 1010 Edital completo em: www.leilaonet.com.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE PIRACICABA

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2025 - **Nº Processo:** 024.00029752/2025-31 - **Objeto**: Aquisição de nutrição(ões) , com marca específica não contemplados em ata de registro de preços, para atendimento de paciente(s) em cumprimento à determinação judicial. **Total de Itens Licitados:** 12 (doze). **Valor total da licitação:** sigiloso. **Disponibilidade do edital**: 22/04/2025. **Horário**: das das 08h00 às 18hs. **Endereço:** Rua do Trabalho, 602 - Vila Independência - Piracicaba/SP. **Link do PNCP:** www.gov.br/compras. **Entrega das Propostas:** a partir de 22/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas:** 06/05/2025 às 08hs no site: www.gov.br/compras no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

ANADEM S.A.

CNPJ nº 03.432.472/0001-01
NIRE 53300026254

Convidamos os senhores acionistas para a reunião da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada exclusivamente de forma presencial, em nossa sede, localizada no endereço: Av. Sagitário, nº 138, Conj. 1118 B, Bloco Torre 2, Setor A, Bairro Alphaville, Barueri, SP, CEP: 06473-073, nos termos do art. 124, § 2º, da Lei 6.404/76, no dia 25 de abril de 2025, às 11h, para deliberar sobre as matérias dispostas no Art. 132 da Lei 6.404/76, sendo as seguintes: **1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as projeções financeiras; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3) Eleger os membros do conselho fiscal 4) Aprovação do parecer do Conselho Fiscal; 5) Aprovação das contas de 2024/2023;** Pela razão da realização da Assembleia Geral Ordinária em 25 de abril de 2025, encontram-se disponíveis os documentos descritos no artigo 133 da Lei 6.404/76. A documentação deverá ser solicitada por meio do e-mail zoom@anadem.org.br , devidamente acompanhada dos documentos que comprovem sua condição de acionista, para encaminhamento do link de acesso aos documentos.

Marcelo Amaro Buz
Diretor Executivo
ANADEM S.A

FRAZÃO Leilões — **EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** — Itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial [illegible] **ITAÚ UNIBANCO S.A.** [illegible] **MARCOS ANTONIO SILVA DE ANDRADE** [illegible] **ANDRESSA DA LUZ RIBEIRO DOS SANTOS** [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** [illegible] **Presencial e On-line** [illegible] **dia 30/05/2025, às 14h00min, à Rua Hipódromo, 1141, Sala 86, Mooca, São Paulo/SP** [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO** [illegible] **R$ 635.681,16** [illegible] **Imóvel objeto da matrícula nº 107.011 do 10º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Inscrição Municipal** [illegible] **dia 13/06/2025, às 14h00min** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **R$ 374.416,94** [illegible]

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, CIVIL DE PESSOAJURÍDICA E TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

Avenida da Saudade, 267- Centro- Fone (16) 3251-1437
CNPJ. 51.803.351/0001-71- CEP 14840-000- GUARIBA I SP
Oficial: JOSE CARLOS COSTA
=EDITAL=

LOTEAMENTO "JARDIM CARVALHO" - GUARIBA/SP.-----------------------------

JOSE CARLOS COSTA, O Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Guariba, Estado de São Paulo...........

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou, dele conhecimento tiverem e interessar possam, que, a empresa **GUARIBA URBANIZADORA SPE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.634.322/0001-03, com sede e foro na cidade de Jaboticabal, na Avenida Carlos Berchieri, nº 1.710, bairro Sorocabano, CEP: 14871-000 e endereço eletrônico: juncico3@grupovop.com, com ato constitutivo (contrato social) de 18/05/2021, arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob nº de registro NIRE 35237925952 em 23/09/2021, nos termos do que dispõe o artigo 18 da Lei nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979, onde se encontram à disposição dos interessados para exame, o requerimento e demais documentos relativos ao Loteamento denominado "JARDIM CARVALHO", situado nesta cidade e Comarca de Guariba, Estado de São Paulo, conforme croqui de localização abaixo, com a área superficial de 221.300,00m² (duzentos e vinte e um mil e trezentos metros quadrados), em que consiste o loteamento de 22 (vinte e duas) quadras, as quais estão compostas de 503 (quinhentos e três) lotes, com área de 104.862,07 metros quadrados; Sistema Viário, com 62.661,22 metros quadrados; Áreas Institucionais, com 17.877,53 metros quadrados; Áreas Verdes, com 23.705,89 metros quadrados; e, Sistemas de Lazer, com 11.972,49 metros quadrado, conforme Decreto Municipal nº 4.735, de 07 de fevereiro de 2.025, cuja terreno destinado ao loteamento objeto da Matrícula no. 23.097, com área superficial de 221.300,00 metros quadrados, que foi havido pela depositante por força de Compra e Venda, devidamente registrada sob nº 007 e 008, na matrícula nº 23.097 do Livro 2-RG, deste Registro Imobiliário. - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, contados da última publicação do presente, em um jornal regional (terceira publicação), em não havendo impugnação de terceiros e ainda cumpridas as demais formalidades legais, será feito o registro de que trata a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1.979.--------------- Guariba, onze dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e cinco (11/04/2025).-----------------

JOSE CARLOS COSTA
O OFICIAL

"JARDIM CARVALHO"

BIASI Leilões — **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL ON-LINE** — Rodobens

1º Leilão: dia 25/04/2025 às 11h00 2º Leilão: dia 28/04/2025 às 11h00

Eduardo Consentino, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, CNPJ sob nº 51.855.716/0001-01, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que instituí alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 25 de Abril de 2025 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 28 de Abril de 2025 às 11:00 horas.** Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: UMA UNIDADE AUTÔNOMA** designada por **CASA nº 01**, do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL AURÉLIO MARENGO**, com entrada pela Rua Itaiba, nº 2.034, em Campinas/SP, com as seguintes áreas: útil real construída de 79,9000 m², comum construída de 1,2520 m², total real construída de 81,1520 m², real de terreno privativa de 137,9400 m², comum de terreno de 80,7392 m², total real de terreno de 218,6792 m² e fração ideal de 4,8210% no terreno de utilização exclusiva da unidade, que tem na sua confrontação tomando-se por referência o observador que da frente olha para a unidade, a saber: mede 9,60m de frente para a via de circulação interna, 16,75m à direita, confrontando com a unidade 02, 17,08m do lado esquerdo, confrontando com os lotes 09C e 09B – divisa do condomínio e 6,84m de fundo, confrontando com o lote 08B – divisa do condomínio, encerrando a área de 137,94 m². Matrícula nº 184.900 do 3º de Registro de Imóveis de Campinas/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 477.400,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 353.111,40.** Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 28 de Abril de 2025, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br, até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante. Eventual regularização das áreas construídas, ficarão a cargo do arrematante.** O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 12 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(s) antigo(s) proprietário(s). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com relação ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025.
EDITAL: Nº 10/2025.

OBJETO: *"Contratação de serviços de solda elétrica com eletrodo não revestido (MIG), solda elétrica com eletrodo revestido (SMAW) e torno mecânico"*. **INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 22/04/2025 ÀS 09:00 HORAS; **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 08/05/2025 ÀS 08:30 HORAS; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 08/05/2025 ÀS 08:35 HORAS. **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 08/05/2025 ÀS 09:00 horas.- **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - acessar identificado. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, sito a Av. Presidente Castelo Branco, nº 180 – Conj. Habitacional Ico Tonon - Coronel Macedo – SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 07:30h. às 17:00h., ou ainda, através do e-mail: licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br.

Coronel Macedo, 16 de abril de 2025.
Diego Garcia Batista
Prefeito Municipal

seminários folha

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 28/04/2025, às 09h30 | 2º Público Leilão: 30/04/2025, às 09h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO BELLA CRAVINHOS LTDA.**, CNPJ nº 17.191.037/0001-47, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 22 DA QUADRA Nº 22, DO LOTEAMENTO "BELLA CRAVINHOS"**, situado à Rua Daniel de Castro Mendonça, na cidade de Cravinhos/SP. **ÁREA TOTAL DE 200,00m²**. Medidas e confrontações: situado a 63,49m da esquina da Rua Daniel de Castro Mendonça com a Rua Mauro Alves, na quadra completada pela Rua Antônio Marcos Gomes e pela Avenida Lucilo Campioni, com frente para o lado ímpar da Rua Daniel de Castro Mendonça; no sentido de quem da Rua Daniel de Castro Mendonça olha para o imóvel, mede 10,00m de frente para a Rua Daniel de Castro Mendonça; 20,00m do lado esquerdo, confrontando com o Lote nº 23; 20,00m do lado direito, confrontando com o Lote nº 21; 10,00m nos fundos, confrontando com o Lote nº 07. Matrícula nº 20.755 do CRI de Cravinhos/SP. Inscrição Municipal nº 12-00-22-1-0000-022. Consolidação da propriedade em 26/02/2025. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 158.012,84. 2º Leilão: R$ 117.809,08. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado: i)** verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; **ii)** Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. **2. Cabe ao Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; **ii)** Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; **iii)** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **iv)** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; **v)** Custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** Custas/despesas com eventual desocupação. A venda *ad corpus* - imóvel no estado em que se encontra. Fica a Devedora Fiduciante **MARIA BEATRIZ ROVANHOL BONFÁ**, CPF nº 525.689.798-52, devidamente comunicada das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fones: (19) 3794-2044 / (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES | **EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES** VERT

DATA: 1º Público Leilão 25/04/2025 às 10h30 | 2º Público Leilão 29/04/2025 às 10h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** - CNPJ nº 25.005.683/0001-09, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado na cidade de São Paulo/SP, em 02/02/2024, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, os **IMÓVEIS: 1) TERRENO, representado por parte da Gleba 08, "Chácaras dos Pinhais"**, sobre o qual consta a construção de uma **CASA RESIDENCIAL**, à Rua Beija Flor, nº 185, Bairro Pau D'Alho, Boituva/SP, com **ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 548,20m²**, conforme Laudo de Avaliação, de 23/01/2024, não averbada na matrícula do imóvel, e com **ÁREA TOTAL DE TERRENO DE 4.169,00m²**, mais bem descrito e caracterizado na Matrícula Imobiliária nº 26.808 do CRI de Boituva/SP. Cadastro Imobiliário nº 44142.63.19.0138.00.000 - 1017902-0. Consolidação da Propriedade: 21/03/2025. **LANCES MÍNIMOS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 1.968.170,66. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 1.213.129,09. 2) PRÉDIO RESIDENCIAL Nº 11**, situado na Rua Tomás Justino Rodrigues, construído sobre parte dos lotes nºs 1 e 2 da Quadra 6, do Jardim Bela Vista – 32º Subdistrito – Capela do Socorro, São Paulo/SP, com **ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 140,00m² (ou de 238,00m², conforme laudo de avaliação, de 22/01/2024)**, e com **ÁREA TOTAL DE TERRENO DE 192,00m²**, mais bem descrito e caracterizado na Matrícula Imobiliária nº 405.765 do 11º CRI de São Paulo/SP. Cód. Contribuinte nº 163.042.0127-2. Consolidação da Propriedade: 06/03/2025. **LANCES MÍNIMOS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 888.748,75. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 557.096,61. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar os imóveis, seu estado de conservação, as áreas informadas, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre os bens; **2.** O Arrematante pagará à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial dos imóveis arrematados; **3.** Débitos de IPTU, no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões, serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** O Arrematante arcará com as custas, impostos, taxas e despesas para a regularização de construções e benfeitorias junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente e demais órgãos públicos e privados; **6. IMÓVEIS OCUPADOS**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **7.** Venda ***AD CORPUS***. Imóveis entregues no estado em que se encontram; **8.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica a Devedora Fiduciante **J C S HOLDING LTDA.** – CNPJ nº 34.506.046/0001-07, representada pelo seu sócio e também fiador JOSÉ CLÁUDIO SOUZA DOS SANTOS – CPF nº 180.013.648-01, e a fiadora HELEN OLIVEIRA FIGUERÊDO – CPF nº 920.525.685-49, intimados e comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência pela Devedora Fiduciante. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fones (19) 3794-2044 / (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

GUARIGLIA LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO QUINTA-FEIRA - 17/04/2025 - 09h00 - APROXIMADAMENTE 200 VEÍCULOS
PRESENCIAL E ONLINE — VEÍCULOS DE BANCOS E FINANCEIRAS

VISITAÇÃO: HOJE NO LOCAL DO LEILÃO: das 7 às 9h. | Rod. Pres. Dutra, Km 128 - Sentido RJ-SP - CAÇAPAVA/SP

CHASSIS: 9BFZD55P6FB774707 - 93YRBB00XRJ798804 - 9BGKT69L0EG256743 - 93Y45RFB4LJ918280 - 9BHBG51CAGP620854 - 9BFZD55P2EB681830 - 8A1BB8215DL481491 - 9BRBB42E8R5133770 - WBA1A3100EJ681387 - LGWEFUA54RH016050 - 9BWAB45UXMT100893 - 9BD197VDTH3317327 - 9BFZF55A4D8361703 - 93Y45RD04LJ836107 - 9BFZH545XK8223584 - 3N1BC1AD5DK197286 - 9BD19710JF3191118 - 9BHBG51DAJP921105 - 9BGKL69G08C167071 - 8A1LZ0W21LL798813 - 9BFZH54S2K8282371 - 8AD3CRFJNBG070503 - 9BD13572AD2222153 - 9BFZF55A4A8009779 - 8AP17206LC2243182 - 9BWZZZ374YT023319 - 9BFZF54P6D8446838 - 9C2MD4100PR102620 - 9C6RG5020R0110889 - 9C6RH1150S0034231 - 9C6RG7710R0083109 - 9C6DG2500R0027730 - 9539BBTJ7NR204331 - 953638279JR001170 - 9535H5TB5PR000795 - 95388XZZ2LE000543 - 9BRBDWHE0G0290999 - 9BWDB45U6NT093049 - 9BD19710XM3354890 - 9BFZH54L8K8281587 - 9BG148TA0HC439409 - 9BFZD55PXFB784981 - 3HGRM2870CG503848 - WVGVF67L89D008596 - KNAPB817BD7342026 - 9BFZK53A798074817 - 9BGRM69X0BG150619 - 9BGPB69M0CB329790 - 9BFZF55P29B361873 - 9BD27807042392922 - 9BGTD75C09C141216 - 3N1BC13D29L418089 - 9BD17301MA4317156 - 9BR537FC238505892 - 9UJDB1281DU003750 - 9BD37317SE5045641 - 9BGRX08F0BG140009 - 9BWDE05X65T110118 - 9BWKA05Z854013212 - 9C2KF5210RR005089 - 9C6DG3320R0141923 - 9C2MC4400GR000529 - 9C2MD4100PR004277 - 9C2JC7000HR510952 - 9C2MD4100HR015236 - 9BWDB45U1NT006612 - 9BGKS48U0KG278371 - 9BGEB48H0RG159475 - 9BG148PK0PC406004 - 9BFZH54S3LB452240 - WBAPG5100BF057972 - 9BBBDWHE3F0256165 - 9BB2261LCLK012418 - 3FA6P0RU6FR121085 - 9BG156YK0LC418206 - 8AFAR23LXJJ081685 - 93Y9SR8V6PJ391713 - 9BHCU51AANP231065 - 93XFNKA5TGCF14765 - 9BB2261UKB34403 - 9BWDB45UXMT065656 - 9BD37417DK5105801 - 9BD195A6HH0796339 - 9BR2261LCMKD68449 - 93Y9SR3JAKJ746393 - 9BGRP48F0CG254913 - 935FCKFVYCB513263 - 9BD195271D2066724 - 9BWAA05U0BT262394 - 8AGCB48X0DR146106 - 94DBCAN17GB204911 - 9BFZE55P9B8622479 - 9BWAB4524C4024799 - 9BWAA0523D4017145 - 9BFZF55P9C8224873 - 9BWAG45U2NT005439 - 9BWDB45U1NT009395 - 8AC907643ME194099 - 9BM963414NB249090 - 9BM958453EB569244 - 98PT5H430NB121525 - 9BVAG40D3FE888650 - 9BVAG40D1EE811663 - 9ADM0352NNM498270 - 9ADG0942NNM498271 - 9ADG0942NNM498272 - 94BB0902PPR072311 - 94BB0902PPR072312 - 94BL0262PPR072313 - 97T00N412N2006005 - 97T00N412N2007096 - 9A9REDLA2N1DK4302 - 9362AN6A388025631 - 9BFZ653AXB8285225 - 9BWAA05W6DP045865 - 9BD255049C8919669 - 9362MKFWXBB002025 - 9BD17206G93469604 - 9C2KC2500JR005787 - 9C6RG3160XC025484 - 9BGK54B80DG265082 - 9BD195152F0634130 - 93HGD18605Z108861 - 935CHN6AVAB528260 - 9BGXH68X0CC227008 - 3G1J85CD4DS557008 - 935SLHM21LB531354 - KMJFD37APVU371627 - VF7LARFJ47Y502740 - 9BD372171D4029373 - 9BWAA05W59T051784 - JMYLYV98WEJA00591 - 3N1BB7AD7HY202092 - 93YHSR3HSKJ514589 - 9BWDA05U1CT136558 - 935SLNFNWEB527973 - 9BWAB0525A4022906 - 9BGKC48V0JG202430 - 9BGPB69M0CB208739 - 9BGKT69R0GG165102 - 8AFUZZFHCDJ075597 - 9BGEB48A0MG215631. | **LOTES DE MÓDULOS FOTOVOLTAICOS.**

Consulte relação completa de veículos no site.
Condições de venda e pagamento constarão no catálogo próprio.

VISITE NOSSO SITE: www.GUARIGLIALEILOES.com.br

Informações: (12) 3654-1000 /GUARIGLIALEILOES **ANTONIO LUIZ GUARIGLIA - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 415**

bradesco · Santander · PAN · omni · Safra · Sicredi · SESI · SENAI · ITAPEVA

"Parque dos Ipês Cemitério e Crematório, através de sua administradora Itapecerica Participações S/A, na qualidade de CONTRATADA, situada à Estrada Ary Domingues Mandu, 2719, CEP.: 06855-000, Embu Mirim, Itapecerica da Serra/SP, em conformidade com cláusula estabelecida no "Regimento Interno" e "Contrato de Concessão", dá ciência aos contratantes abaixo relacionados, que em 15 (quinze) dias, contados da publicação do presente, ocorrerá, se não regularizada a situação, o cancelamento do contrato de cessão de jazigo ou gaveta, haja vista o descumprimento contratual gerado por obrigações e/ou inadimplência, bem como pelo abandono dos restos mortais. Assim advertimos que os referidos restos mortais que se encontram sepultados/reinumados sobre os números de propostas abaixo listados, serão exumados e guardados em ossuário geral. Todas as despesas envolvendo as exumações e guarda dos despojos, além das despesas já existentes, são de responsabilidade do concessionário". Legenda: "P" = Proposta / "C:" Concessionário. <REM040> P-5763 C-APARECIDA DE FATIMA CPF-310.6XX.XX8-27 /P-353 C-GILMAR FERREIRA DE S CPF-115.0XX.XX8-60 /P-12709 C-PATRICIA MAKIYAMA CPF-999.7XX.XX1-20 /P-16404 C-ISRAEL JONATHAN OCHO CPF-309.8XX.XX8-05 /P-16489 C-KELLY APARECIDA BURG CPF-346.3XX.XX8-97 /P-71207 C-MARCIO APARECIDO SAN CPF-219.5XX.XX8-14 /P-46586 C-MANOEL ALVES RIBEIRO CPF-420.0XX.XX6-34 /P-16380 C-MARCIO FERNANDES DE CPF-309.9XX.XX8-00 /P-6009 C-EURIFRAN PAIVA TERCE CPF-174.8XX.XX8-01 /P-6397 C-MARISTELA RIBEIRO DE CPF-074.7XX.XX8-36 /P-6565 C-ANDREIA M. MEDONÇA CPF-288.4XX.XX8-84 /P-6866 C-ANTONIO JOSE NOBRE P CPF-007.5XX.XX8-77 /P-7167 C-RONALDO PAULO DA SIL CPF-230.6XX.XX8-84 /P-7890 C-JOSEFA NAIARA TARRA CPF-357.4XX.XX8-55 /P-353 C-GILMAR FERREIRA DE S CPF-115.0XX.XX8-60 /P-8679 C-KELLY REGINA CARVALH CPF-178.2XX.XX8-54 /P-8812 C-DANIEL FERREIRA ROSA CPF-317.0XX.XX8-64 /P-9418 C-GERALDO LOPES FILHO CPF-157.2XX.XX8-12 /P-9503 C-MARIA APARECIDA DA S CPF-146.1XX.XX8-70 /P-10009 C-HERBERTO NATALINO HA CPF-305.4XX.XX8-14 /P-11235 C-EDJANE DA COSTA PERE CPF-161.2XX.XX8-92 /P-11878 C-ROSANGELA MENDES DA CPF-136.2XX.XX8-87 /P-11976 C-ISABEL SOUZA DOS SAN CPF-353.3XX.XX5-04 /P-12053 C-JEANINE DOS SANTOS A CPF-401.7XX.XX8-25 /P-13668 C-CEZAR DE SOUZA SANTO CPF-174.3XX.XX8-89 /P-14725 C-IVONE DE CASTRO ALBU CPF-182.9XX.XX8-81 /P-2758 C-EDSON PEREIRA LIMA CPF-001.5XX.XX8-37 /P-11286 C-MARIA CICERA DOS SAN CPF-305.2XX.XX8-11 /P-11775 C-VALDER ANGELO ARAUJO CPF-248.4XX.XX8-39 /P-3606 C-JOAQUIM ALMEIDA DA S CPF-809.6XX.XX8-00 /P-10841 C-MARIVALDA DOS SANTOS CPF-856.1XX.XX8-87 /P-16162 C-MACIEL ANTONIO DA SI CPF-260.2XX.XX8-10 /P-13889 C-MICHELE RIBEIRO DA S CPF-329.8XX.XX8-51 /P-11948 C-VERA LUCIA ALVES BAT CPF-183.7XX.XX8-78 /P-836 C-ANTONIO FERREIRA CPF-419.0XX.XX8-00 /P-16056 C-DOMINGOS DA CRUZ CPF-104.7XX.XX8-64 /P-2927 C-EZEQUIEL FIGUEIREDO CPF-147.7XX.XX8-01 /P-3241 C-CONCEIÇÃO CAVALCA CPF-035.2XX.XX8-58 /P-3808 C-MARIA DE LOURDES DA CPF-259.7XX.XX8-00 /P-5230 C-JOSÉ CARLOS FERREIRA CPF-385.8XX.XX5-68 /P-15 C-AGNALDO JACINTO DOS CPF-037.8XX.XX8-20 /P-8455 C-IDERVAL ALMEIDA CERQ CPF-069.2XX.XX8-14 /P-7988 C-WILSON AMADOR FERREI CPF-012.2XX.XX8-63 /P-10128 C-SIMONE XAVIER ALMEID CPF-275.1XX.XX8-70 /P-10211 C-NILSON CANDIDO MACHA CPF-022.9XX.XX8-01 /P-10264 C-ANDREIA CRISTINA DOM CPF-248.6XX.XX8-94 /P-11502 C-JOÃO BRITO DO NASCIM CPF-617.7XX.XX8-91 /P-11688 C-SEBASTIAO MARTINS TI CPF-640.8XX.XX8-25 /P-11906 C-WAGNER VIRGILIO DO N CPF-100.5XX.XX8-09 /P-12519 C-EURIDES FERREIRA LAU CPF-056.7XX.XX4-10 /P-12546 C-MARIA ALVES RODRIGUE CPF-068.8XX.XX8-46 /P-12862 C-EDINEIDE COSTA LAURE CPF-225.9XX.XX8-59 /P-13140 C-ELIANA APARECIDA DE CPF-325.5XX.XX8-31 /P-13447 C-HELMITON CANDIDO DE CPF-024.6XX.XX4-69 /P-15299 C-JOÃO VIEIRA DE FARIA CPF-855.7XX.XX4-49 /P-9162 C-CAROLINE FERNANDA SC CPF-428.2XX.XX8-11 /P-60729 C-VANDERLEI PRISCO DA CPF-319.2XX.XX8-74 /P-2048 C-CICERO ANDRÉ DA SILV CPF-031.6XX.XX4-38 /P-71235 C-LARYSSA DA SILVA AZE CPF-509.2XX.XX8-00 /P-15269 C-SEVERINA FERREIRA DE CPF-267.0XX.XX8-71 /

Eufrázio

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé
AVISOS.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21.1/25. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TATAMES PARA ATENDER ÀS DEMANDAS ESPORTIVAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER. 07/05/25, às 09h.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29.2/25. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS. 06/05/25, às 09h. Retirada do Edital gratuitamente através dos sites www.tremembe.sp.gov.br; https://www.gov.br/pncp/pt-br ou www.novobbmnet.com.br, Informações: Fone (12) 3607-1000 – ramal 1013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 90202/2025

Encontra-se aberta na Prefeitura do Campus de Bauru - Alameda Dr. Octavio Pinheiro Brisolla, 9-75 - Vila Nova Cidade Universitária - Bauru/SP - CEP 17012-901, e-mail: materiais13@usp.br. Órgão da Universidade de São Paulo. Pregão Eletrônico de Registro de Preços de nº 90202/2025 destinado à aquisição de mudas de plantas. A realização da sessão será em 13/05/2025 às 8 horas no link **https://www.gov.br/compras/pt-br.**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 90106/2025

Encontra-se aberta na Prefeitura do Campus de Bauru - Alameda Dr. Octavio Pinheiro Brisolla, 9-75 - Vila Nova Cidade Universitária - Bauru/SP - CEP 17012-901, e-mail: materiais13@usp.br. Órgão da Universidade de São Paulo. Pregão Eletrônico de nº 90106/2025 destinado à contratação de serviço especializado de instalação de insulfilm em coberturas de vidro - material e mão de obra. A realização da sessão será em 16/05/2025 às 8 horas no link **https://www.gov.br/compras/pt-br.**

PODCASTS FOLHA

OS MELHORES PODCASTS ESTÃO NA FOLHA. COMECE O DIA BEM INFORMADO E EXPLORE NOVOS CONTEÚDOS.

FOLHA

MUNICÍPIO DE PIRACAIA

EXTRATO DE EDITAL / AVISO DE LICITAÇÃO - O Município de Piracaia torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº 020/2025**, visando o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE ESCRITÓRIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 22/04/2025 09:00 hs até 07/05/2025 09:30 hs - INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 07/05/2025 às 10:00 horas** - As condições e especificações constam do EDITAL que poderá ser consultado no link "Pregão Eletrônico" do site www.piracaia.sp.gov.br ou no site www.bll.org.br ou obtido na Divisão de Licitações da Prefeitura, no horário das 9:00 hs às 16:00 hs, sito à Av. Dr. Cândido Rodrigues, nº 120, Centro, Piracaia/SP - Fone 11-4036-2040, ramal 2064/2094.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00639407342025
IAMSPE - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00078951/2024-41
Número do Pregão: 532101 - 90414/2025
Objeto: Aquisição de MATERIAL ELETRICO - INTERRUPTOR, TOMADA E OUTROS
Total de Itens Licitados: 5 (CINCO). **Valor total da licitação:** Sigiloso
Disponibilidade do edital: 16/04/2025
Horário: das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino, CEP: 04029-000, São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais
Entrega das Propostas: a partir de 16/04/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 30/04/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.008.460/0001-70
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025 - RETIFICADO

Encontra-se aberto na Fundação Beneficente de Pedreira - FUNBEPE o Pregão Eletrônico 05/2025, que trata de registro de preços para fornecimento parcelado de correlatos, a serem utilizadas no departamento de Farmácia da Fundação Beneficente de Pedreira – FUNBEPE. A sessão Pública do PE será realizada no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, às 9h do dia 05/05/2025. O edital retificado em inteiro teor estará à disposição dos interessados, a partir do dia 16/04/2025, no site da Fundação Beneficente de Pedreira, através do portal www.funbepe.org.br, no link Licitações, junto ao pregão eletrônico correspondente. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações desta Fundação, de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, através do telefone (19) 98894-5805.

Maria Gabriela Cavicchia Toneloto
Diretora de Administração Hospitalar

Fundação Zerbini

CNPJ/MF nº 50.644.053/0001-13
Aviso de Licitação

Pregão Privado Eletrônico Nº 037/2024 – Tipo menor preço global. **Processo Nº** 32101/2024. **Objeto:** Serviço de Desenvolvimento dos Projetos Técnicos de Instalações e Detalhamento de Arquitetura na modalidade LPU para o Instituto do Coração – HCFMUSP. **Início Recebimento de propostas:** 17/04/2025 às 11:00h. **Fim Recebimento de propostas:** 06/05/2025 às 10:00h. **Início análise de propostas:** 06/05/2025 às 10:01h. **Início fase de lances:** 06/05/2025 às 10:02h. O referido certame será realizado por meio do sistema da BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS (BBM), estando o edital disponível nos endereços eletrônicos: www.fz.org.br e www.novobbmnet.com.br São Paulo, 17 de Abril de 2025. **Marcel Nascimento** e **Edina Almeida**.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

HC FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

EDITAL

Encontra-se aberto, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS **Nº 267/2025**, do tipo menor preço, destinado à aquisição FIO GUIA PARA ACTP.... A realização da Sessão será no dia 05/05/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90267/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 17/04/2025. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS **Nº 269/2025**, do tipo menor preço, destinado à aquisição CATETER BALÃO DE CONTRAPULSAÇÃO.... A realização da Sessão será no dia 07/05/2025, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastro sob o nº 92201 – 90269/2025. Data de início do envio da proposta eletrônica: 17/04/2025. O edital na íntegra está disponível no site: www.gov.br/pncp/pt-br ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) 3602 2152

Ribeirão Preto 16 de abril de 2025
PAULO CHAPINE JUNIOR
Diretor do Serviço de Compras

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO
ASSEMBLEIA GERAL REMOTA

O Presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.270.172/0001-53, sito à Rua Borges Lagoa, 208, Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.038-000, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as Professoras e todos os Professores empregados em Instituições de Ensino Superior da rede privada, sindicalizados ou não, na base territorial do município de São Paulo/SP, para a Assembleia Geral Remota que se realizará no dia 24 de abril de 2025, às 14h30min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 15h00min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadoras e trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota Zoom, cujo link será encaminhado às Professoras e aos Professores que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de Docente em Instituições de Ensino Superior da rede privada, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: https://sinprosp.org.br/assembleia/superior, impreterivelmente, até às 13h00min do dia de realização, acima referido. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

A. Análise e deliberação sobre a contraproposta patronal.
B. Em caso de recusa da contraproposta patronal, discussão e deliberação sobre a mobilização e formas de luta.
C. Deliberação sobre a adoção do estado de greve.

São Paulo, 17 de abril de 2025.
Celso Napolitano
Presidente

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 28/04/2025, às 14h30 | 2º Público Leilão: 30/04/2025, às 14h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO BELLA CRAVINHOS I LTDA.**, CNPJ nº 17.191.037/0001-47, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 10 DA QUADRA Nº 17, DO LOTEAMENTO "BELLA CRAVINHOS"**, situado à Rua Ismael Carrascosa Oliveira, na cidade de Cravinhos/SP. **ÁREA TOTAL DE 200,00m².** Medidas e confrontações: situado a 88,98m da esquina da Rua Ismael Carrascosa Oliveira com a Rua Mauro Alves, na quadra completada pelas Ruas Sérgio Luís Fochi e Valentim Damião, com frente para o lado par da Rua Ismael Carrascosa Oliveira; no sentido de quem da Rua Ismael Carrascosa Oliveira olha para o imóvel, mede 10,00m de frente para a Rua Ismael Carrascosa Oliveira; 20,00m do lado esquerdo, confrontando com o Lote 11; 20,00m do lado direito, confrontando com o Lote 09; 10,00m nos fundos, confrontando com o Lote 33. Matrícula nº 20.609 do CRI de Cravinhos/SP. Inscrição Municipal nº 12-00-17-1-0000-010 (1133759). Consolidação da Propriedade: 28/02/2025. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 164.211,03. 2º Leilão: R$ 102.466,74. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado: i)** verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; **ii)** Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. **2. Cabe ao Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; **ii)** Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; **iii)** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **iv)** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; **v)** Custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** Custas/despesas com eventual desocupação. A venda *ad corpus* - Imóvel no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciantes **JOSÉ MICHAEL DE LIMA OLIVEIRA**, CPF nº 414.455.068-07 e **GIRLENE DE SOUZA SILVA**, CPF nº 473.624.038-52, devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fones (19) 3794-2044 / (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 28/04/2025, às 14h15 | 2º Público Leilão: 30/04/2025, às 14h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO BELLA CRAVINHOS LTDA.**, CNPJ nº 17.191.037/0001-47, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 01 DA QUADRA Nº 16, DO LOTEAMENTO "BELLA CRAVINHOS"**, na cidade de Cravinhos/SP. **ÁREA TOTAL DE 222,66m².** Medidas e confrontações: situado na esquina da Rua Sérgio Luís Fochi com a Rua Profª. Alan da Silva, na quadra completada pela Rua Profª. Marcia Helena Bombiani e Rua Valentin Damião, com frente para o lado par da Rua Sérgio Luís Fochi; no sentido de quem da Rua Sérgio Luís Fochi olha para o imóvel, mede 3,00m de frente para a Rua Sérgio Luís Fochi mais 14,14m de frente para a esquina da Rua Sérgio Luís Fochi com a Rua Profª. Alan da Silva, com desenvolvimento de raio 9,00m; 20,00m do lado esquerdo confrontando com o lote nº 02; 11,00m do lado direito, confrontando com a Rua Profª. Alan da Silva; 12,00m nos fundos, confrontando com o lote nº 22. Matrícula nº 20.578 do CRI de Cravinhos/SP. Inscrição Municipal nº 12-00-16-1-0000-001. Consolidação da Propriedade: 27/02/2025. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 215.863,18. 2º Leilão: R$ 146.811,43. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado: i)** verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; **ii)** Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. **2. Cabe ao Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; **ii)** Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; **iii)** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **iv)** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; **v)** Custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** Custas/despesas com eventual desocupação. A venda *ad corpus* - Imóvel no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciantes **JACKSON CRISTIANO SUDÁRIO MARQUES**, CPF nº 367.614.658-18 e **LAYLA CRUZ SANTOS MARQUES**, CPF nº 363.704.468-40, devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, tendo em vista que se encontram em local desconhecido, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fones (19) 3794-2044 / (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

MUNICÍPIO DE PIRACAIA

EXTRATO DE EDITAL / AVISO DE LICITAÇÃO - O Município de Piracaia torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº 014/2025**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MUSICAIS DE MÚSICO/REGENTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 22/04/2025 09:00 hs até 09/05/2025 09:00 hs - INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 09/05/2025 às 10:00 horas** - As condições e especificações constam do EDITAL que poderá ser consultado no link "Pregão Eletrônico" do site www.piracaia.sp.gov.br ou no site www.bll.org.br ou obtido na Divisão de Licitações da Prefeitura, no horário das 9:00 hs às 16:00 hs, sito à Av. Dr. Cândido Rodrigues, nº 120, Centro, Piracaia/SP - Fone 11-4036-2040, ramal 2064/2094.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO - Encontra-se aberta na PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUAÍ, situada na Praça Expedicionário Antônio Romano da Oliveira, 44, centro, Taguaí-SP, a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 1/2025, do tipo Menor Preço Global, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE DIVERSAS RUAS DE TAGUAÍ – CONVÊNIO Nº101723/2024. O recebimento das propostas dar-se-á a partir do dia 23/04/2025 às 08:00 até o dia 08/05/2025 às 08:00 horas pela plataforma Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br e a sessão pública terá início às 08:01 no dia 08/05/2025. O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados, pelo site www.taguai.sp.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação no endereço acima, de segunda a sexta-feira das 7h e 30min às 11h e 30min e das 13h às 17h ou pelo telefone 14 3386-9040 (ramal 203) ou pelo e-mail: licitacao@taguai.sp.gov.br. Taguaí-SP, 16 de abril de 2025. Eder Carlos Fogaça da Cruz. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Estado de São Paulo

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços, junto da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Rio Pardo informam a **ABERTURA do Pregão Eletrônico nº 14/2025** - Contratação de empresa especializada, com fornecimento de mão de obra e material, para prestação de serviços de Reforma do Centro de Múltiplo Uso localizado na Rua Elisário Dias Guillen, nº 670, Jardim Aeroporto, para a implantação do Centro de Apoio ao Autista, no município de São José do Rio Pardo/SP, conforme condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, fica a **data de abertura da sessão, para o dia 08 de maio de 2025 às 09h00min horas**. Mais informações pelo e-mail: licitacao1@saojosedoriopardo.sp.gov.br, setor de licitações – Praça dos Três Poderes nº 01 – Centro, São José do Rio Pardo - SP, o edital estará disponível nos endereços eletrônicos: http://saojosedoriopardo.sp.gov.br/, https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://www.bll.org.br **DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 22 de abril de 2025.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

PREGÃO ELETRÔNICO 19/2025
Processo 3.536/2025
RETIFICAÇÃO

Encontra-se retificado o presente Pregão que tem por objetivo a **aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs)**. A alteração realizada refere-se ao prazo de entrega dos equipamentos. O edital encontra-se disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.portofeliz.sp.gov.br (Portal da Transparência); https://bllcompras.com (aba acesso BLL COMPRAS) e www.pncp.gov.br (Portal Nacional de Contratações Públicas). A nova data de abertura será dia **6 de maio de 2025 às 09h00min**. Outras informações poderão ser solicitadas através do link: https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).

Matheus Brianza de Oliveira Ravelli - Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARUTAIÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2025

Objeto: Registro de Preços para LATICÍNIOS E CONGELADOS para os departamentos da Prefeitura municipal, conforme demanda, contendo produtos de 1ª qualidade, com entrega parcelada, pelo período estimado de 12 (doze) meses. Data de abertura da sessão: dia 05 de Maio de 2025, às 09h00 horas. Edital disponível no sítio eletrônico www.sarutaia.sp.gov.br e www.bllcompras.com. Local: Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. Maiores informações: Setor de Licitações da Prefeitura – licitacoes@sarutaia.sp.gov.br.

Município de Sarutaia, 16 de Abril de 2025.
João Antonio Fuloni
PREFEITO MUNICIPAL

CSN MINERAÇÃO S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.902.291/0001-15 - NIRE 31.300.025.144
Oferta Pública de Prestação de Serviços Portuários para Embarque de Minério de Ferro de 2025

Em cumprimento ao que estabelece a cláusula 7ª do 3º Termo Aditivo do Contrato de Arrendamento nº 054/97 celebrado em 30 de novembro de 2004, a Ordem de Serviço nº 26/2012 e a Instrução Normativa nº 27/2015, ambas editadas pela PortosRio (antiga Companhia Docas do Rio de Janeiro), bem como a Resolução nº 6.057 de abril de 2018 expedida pela ANTAQ, a **CSN Mineração S.A.**, com sede na Cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais, na Estrada Casa de Pedra, s/n - parte, CEP 36415-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.902.291/0001-15 e com filial na Estrada da Ilha da Madeira, s/nº, Ilha da Madeira, Itaguaí - RJ - CEP 23815-410, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.902.291/0003-87, na qualidade de arrendatária do Terminal de Carvão e Minério de Ferro do Porto de Itaguaí ("Terminal"), na Cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, torna público que realizará procedimento privado de concorrência ("Concorrência"), no regime de maior oferta, para a realização de serviços portuários na forma fixada no edital ("Edital") e na minuta do Contrato de Prestação de Serviços Portuários ("Contrato") a ele anexo, no regime de obrigação da aquisição por terceiros dos correspondentes serviços (*take or pay clause*), para embarque de minério de ferro no ano de 2025. O Edital poderá ser solicitado pelo interessado, através do e-mail: ofertapublica@csn.com.br, no período de **17/04/2025 a 30/04/2025**. Poderão participar da Concorrência interessados que satisfaçam os requisitos especificados no Edital, devendo apresentar a documentação relativa à comprovação dos requisitos para habilitação até o **dia 30/04/2025** no e-mail: ofertapublica@csn.com.br. Os documentos originais de habilitação ou cópias autenticadas, bem como as propostas comerciais deverão ser entregues no local da realização da concorrência no dia **02 de maio de 2025**, conforme especificado no Edital. A seleção das propostas obedecerá ao critério de maior preço por tonelada métrica base úmida embarcada, observado o preço mínimo estabelecido no edital. O vencedor deverá apresentar fiança bancária, conforme indicado no item 4.4 do Edital, quando da assinatura do respectivo Contrato.

Itaguaí, 17 de abril de 2025.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Departamento de Licitação

EDITAL DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº006/2025.

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:006/2025. OBJETO:** Contratação de empresa de Engenharia ou Arquitetura, devidamente registrada no CREA ou no CAU, para o fornecimento de materiais e mão de obra especializada para a reforma e adequação do Centro de Eventos – Concha Acústica Municipal, localizado na Avenida Dr. Armando Pinto, Crescíuma, Caieiras/SP, com coordenadas geográficas Latitude: 23°21'49.2"S e Longitude: 46°44'37.4"W, em conformidade com o edital de chamamento público nº 01 SJC/FID/2021, do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID), conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro. **MODALIDADE:** Concorrência Pública. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** às 08h00min do dia 17/04/2025. **DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 08h00min do dia 08/05/2025. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** dia 08/05/2025 às 08h05min. No Portal de Compras do Município de Caieiras (www.portaldecomprascaieiras.com.br). As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível na íntegra no Site do Município de Caieiras (www.caieiras.sp.gov.br)no Portal de Transparência no ícone Compras/Licitações/Editais, bem como no www.portaldecomprascaieiras.com.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacoes@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 16 de Abril de 2.025.
VINICIUS SILVEIRA SILVA
Departamento de Licitação

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/ME nº 09.336.431/0001-06 – NIRE 35.300.352.335 | Companhia Aberta
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 26/02/2025, às 15h00, na SP 139, nº 226, São Nicolau, Registro-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia: 4.1.** Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **4.2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2024; **4.3.** Convocar a AGO dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 e conforme dispõe o Artigo 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/76; e **4.4.** Deliberar sobre a nomeação dos auditores independentes da Companhia. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1.** Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à AGO de acionistas da Companhia para aprovação; **5.2.** Tendo em vista a não apuração de resultado positivo no exercício social encerrado em 31/12/2024, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas; **5.3.** Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para o dia 30/04/2025, às 15h00, no Município de Registro-SP, na SP 139, nº 226, São Nicolau; **5.4.** Aprovar a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. como novos auditores independentes da Companhia, na forma do inciso XI, do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia; e **5.5.** Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Conselheiros: Sr. Sérgio Moniz Barretto Garcia, Roberto Paolini, e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Registro, 26/02/2024. (ass.:) **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 130.143/25-0 em 09/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Ex-primeira-dama do Peru chega a São Paulo depois de receber asilo do governo Lula

Nadine Heredia e o marido, Ollanta Humala, foram condenados em caso que envolvia propinas da Odebrecht em campanhas eleitorais



Os advogados de Nadine Heredia, Leonardo Massud (à esq.) e Marco Aurélio Carvalho (à dir.), conversam com a jornalistas no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos Fraga/Folhapress

Victor Lacombe

SÃO PAULO A ex-primeira-dama do Peru Nadine Heredia desembarcou nesta quarta-feira (16) no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, depois que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu conceder asilo diplomático à esposa do ex-presidente peruano Ollanta Humala e negociar sua vinda ao Brasil.

Heredia e Humala foram condenados a 15 anos de prisão pela Justiça do Peru na terça-feira (15) por lavagem de dinheiro no caso de aportes ilegais da empreiteira brasileira Odebrecht e da Venezuela para as campanhas de 2011 e 2006 do político, respectivamente.

O governo da presidente Dina Boluarte concedeu salvo-conduto a Heredia para que ela deixasse a embaixada do Brasil em Lima, onde havia se refugiado, e pudesse embarcar em um voo da FAB (Força Aérea Brasileira) acompanhada de seu filho, Samin Humala Heredia, com destino a Brasília. Mais tarde, os dois embarcaram para São Paulo.

Heredia solicitou e obteve o asilo diplomático em questão de horas, um prazo considerado incomum para esse tipo de caso —quando o ex-presidente peruano Alan García fugiu para a embaixada do Uruguai em 2018 depois de ser acusado de corrupção, as negociações entre Lima e Montevidéu duraram dias e, ao final do processo, o asilo foi negado. Meses depois, García cometeu suicídio.

O advogado de Heredia, Marco Aurélio Carvalho, membro do grupo Prerrogativas e próximo ao PT, saudou o que chamou de "atuação exemplar da diplomacia brasileira" em atender o pedido da ex-primeira-dama. "Trata-se de um asilo político e humanitário, e o processo foi conduzido com seriedade pelos governos do presidente Lula e da presidente Dina Boluarte. Nadine seguirá no Brasil acompanhando com atenção seu caso e o de seu marido no Peru", disse à Folha.

Segundo Alonso Gurmendi, advogado peruano e professor de direitos humanos da London School of Economics, o caso de Heredia não é isolado.

"Vimos o que houve com Equador e México [quando o governo do atual líder Daniel Noboa invadiu a embaixada mexicana para prender o ex-vice-presidente Jorge Glas] e com Peru e Uruguai. Heredia, assim como Alan García, claramente não é uma perseguida política. Seu julgamento não é político, e a figura do asilo diplomático não foi feita para esses casos."

"É verdade que o Peru, segundo a lei internacional, tinha como única opção legal conceder o salvo-conduto [para que Heredia deixasse o país]. O uso da força, como fez o Equador, é ilegal e inaceitável", avalia Gurmendi. "Então o Peru fez sua parte. Mas o Brasil, não. O governo brasileiro deveria ter rejeitado o asilo de Heredia, e não o fez. Dessa forma, o Brasil enfraquece o direito ao asilo, lamentavelmente."

"É uma pena, porque o Brasil é um líder da região e deveria proteger sua relação com países amigos, como o Peru, e defender o direito internacional", conclui o especialista.

A sentença encerra mais de três anos de audiências contra o ex-líder de centro-esquerda que governou o Peru de 2011 a 2016.

O ex-presidente cumprirá sua pena em uma base policial construída especialmente para abrigar os líderes presos do Peru. Sua prisão entrará em vigor imediatamente, ainda que o tribunal deverá continuar a ler a sentença completa nos próximos dias. A defesa de Humala afirmou que vai recorrer da decisão.

A Odebrecht, cujo escândalo de subornos e corrupção teve consequências em vários países da América Latina, reconheceu em 2016 que pagou dezenas de milhões de dólares em propinas e doações eleitorais ilegais no Peru desde o início do século 21.

Segundo a acusação, na campanha derrotada de 2006, o casal teria desviado quase US$ 200 mil enviados pelo então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, por meio de uma empresa do país. O Ministério Público havia pedido 20 anos de prisão para Humala e 26 anos para Heredia —ambos também foram acusados de ocultação de fundos por "compras de imóveis com dinheiro da Odebrecht".

O casal nega ter recebido dinheiro de Chávez ou de qualquer empresa brasileira.

Abin manda agente ao Paraguai para minimizar crise sobre espionagem

A Abin (Agência Brasileira de Inteligência) enviou um oficial de inteligência em missão ao Paraguai com o objetivo oficial de "minimizar os impactos das notícias que vêm sendo veiculadas na imprensa brasileira e paraguaia" sobre ação de espionagem entre os dois países.

De acordo com a agência, a viagem oficial a Assunção foi autorizada para contatos institucionais, com intuito de reforçar os compromissos bilaterais.

Catia Seabra e Thaisa Oliveira

Sátira política volta a ganhar força nos EUA

Mas seu poder é questionável, já que não há consolo em piadas sobre deportações

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT.

No último episódio do Saturday Night Live, o comediante Bowen Yang apareceu como uma autoridade do regime chinês reagindo com sarcasmo à nova imposição de tarifas comerciais. "Qual lado estaria disposto a suportar mais dificuldades pela glória de sua nação? O que existe há milhares de anos ou o que manda a Katy Perry ao espaço?", perguntou.

O momento, assistido ao vivo e, em seguida, mais de 1 milhão de vezes no YouTube, encapsulou para uma plateia maior do que a consumidora de jornalismo a vasta diferença entre as duas nações diante da expectativa de novos sacrifícios.

Em 2004, quando a enormidade do fiasco na invasão do Iraque começava a ficar clara, o número de jovens americanos que diziam consumir notícias assistindo ao Daily Show do comediante Jon Stewart era quase igual ao de jovens que diziam se informar por telejornais.

Stewart alterou a dieta de notícias de uma geração. Ele está de volta, após deixar o programa em 2015 e de ter uma série cancelada pela Apple TV+ porque queria satirizar a China. Stewart promoveu também dois dos mais influentes comediantes políticos no ar hoje: Stephen Colbert, com um talk show na rede CBS, e John Oliver, com um programa na rede HBO.

Enquanto as grandes empresas de jornalismo navegam temerosas com o novo clima de intimidação sobre seu conteúdo, vulneráveis por pertencerem a conglomerados com interesses ligados ao governo federal, comediantes americanos recarregaram sua artilharia crítica como fizeram no segundo mandato de George W. Bush e no primeiro de Trump. Até o outrora mais apolítico Jimmy Kimmel, da rede ABC, transformou seu monólogo diário numa sátira a esta Presidência e viu sua audiência subir.

Até o outrora mais apolítico Jimmy Kimmel, da rede ABC, transformou seu monólogo diário numa sátira a esta Presidência e viu a sua audiência subir

Como a criança que se divertia com as gargalhadas dos adultos contando piadas sobre a burrice do general Costa e Silva, entendo a importância do riso em tempos sombrios. Mas não consigo encontrar consolo hoje na redação brilhante de piadas sobre o retorno do sarampo e a deportação de imigrantes sem acesso à Justiça.

Um estudo feito entre o público do comediante Stephen Colbert, em 2009, pode explicar minha desconfiança. Colbert encarnou por uma década um âncora de direita inspirado no crasso Bill O'Reilly, da Fox News. Os espectadores progressistas viam na paródia a crítica à revigorada direita no começo do milênio. Os conservadores tendiam a acreditar que o personagem era mesmo antiprogressista. Seria por que o tempo gasto para processar o significado avesso na paródia dilui o poder de denúncia?

Uma diferença no vigor da comédia em denunciar a Guerra do Iraque seria a morte da vergonha na vida pública. Para sofrer embaraço diante da sociedade é preciso sentir vergonha. Políticos como Boris Johnson abraçam sua personalidade de bufão e seguem inoculados diante de sucessivos escândalos.

O Reino Unido foi, a partir da segunda metade do século 20, a matriz da sátira política mordaz. Não é coincidência que os luminares da comédia antiestablishment britânica saíram de Cambridge e Oxford, as instituições que ainda aparelham os poderes.

Um problema de apresentar políticos como palhaços hipócritas é o eleitor se sentir absolvido por ter votado neles. Peter Cook, pioneiro e considerado gênio dessa forma confessou sua desilusão, nos anos 1960. Ele disse que os britânicos corriam o risco de naufragar dando risadinhas.

DOM. Sylvia Colombo SEG. Bianca Santana
QUA. Rui Tavares QUI. Lúcia Guimarães **SÁB. Igor Patrick**

Eufrázio



Garota palestina anda entre destroços na cidade de Jabalia, ao norte da Faixa de Gaza Bashar Taleb/AFP

Exército vai permanecer em áreas tomadas em Gaza, anuncia Israel

Zonas de segurança representam mais de 30% do território; tropas têm expulsado a população palestina, e ONU fala em 500 mil deslocados após o fim do cessar-fogo

SÃO PAULO O Exército de Israel anunciou na quarta-feira (16) que suas tropas permanecerão nas zonas de segurança que criaram na Faixa de Gaza que representariam hoje mais de 30% do território palestino. A população local vem sendo forçada a se deslocar das áreas tomadas ou sob ataque de Tel Aviv desde o início da guerra com o grupo terrorista Hamas.

O ministro da Defesa israelense, Israel Katz, afirmou que "ao contrário do passado, as Forças de Defesa de Israel não estão esvaziando áreas que foram limpas e tomadas". Segundo ele, a permanência das tropas funciona "como uma barreira entre o inimigo e as comunidades em qualquer situação temporária ou permanente em Gaza —como no Líbano e na Síria."

Ainda de acordo com o comunicado militar, as forças de Israel atingiram cerca de 1.200 "alvos terroristas" por via aérea e realizaram mais de cem "eliminações direcionadas" desde que retomaram sua ofensiva no território palestino em 18 de março, após uma trégua de dois meses.

O pronunciamento foi feito no mesmo dia em que uma porta-voz do secretário-geral da ONU afirmou que cerca de 500 mil palestinos foram deslocados em Gaza desde que Israel rompeu de vez o frágil cessar-fogo acordado com a facção palestina, há cerca de um mês.

"Nossos parceiros humanitários estimam que, desde 18 de março, cerca de meio milhão de pessoas foram deslocadas pela primeira vez ou novamente", declarou Stéphanie Tremblay. Quase todos os mais de dois milhões de habitantes do território palestino já haviam sido deslocados antes do cessar-fogo.

Ainda nesta quarta-feira, o ministro da Defesa israelense também afirmou que Tel Aviv vai continuar bloqueando a entrada de ajuda humanitária à Faixa de Gaza, onde 91% da população pode estar em situação de insegurança alimentar, de acordo com o Ocha (Escritório da ONU para Coordenação de Assuntos Humanitários).

"A política de Israel é clara: em Gaza não entrará nenhuma ajuda humanitária", disse Katz. A afirmação ocorre dois dias após o órgão das Nações Unidas advertir que a situação no território palestino é provavelmente a pior desde o início da guerra, em 7 de outubro de 2023.

A organização Médicos Sem Fronteiras afirmou em comunicado que o território se tornou "uma vala comum para os palestinos e todos aqueles que chegam para ajudá-los". A coordenadora de emergência da organização, Amande Bazerolle, disse que a atual situação demonstra "um flagrante desprezo pela segurança dos trabalhadores humanitários e médicos em Gaza".

Israel bloqueia a entrada de ajuda na Faixa de Gaza desde o dia 2 de março —duas semanas antes de o Exército de Tel Aviv retomar ataques aéreos e operações terrestres na região, devastada após meses de bombardeios. Trata-se do período mais longo de bloqueio desde o início da guerra.

O ministro, um dos membros do governo mais próximos do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu, argumenta que a decisão é uma "alavanca de pressão" contra o Hamas para o grupo terrorista libertar os reféns ainda em sua posse. No futuro, segundo Tel Aviv, será preciso construir um mecanismo civil para receber eventuais ajudas.

Para diversas organizações humanitárias, porém, a medida é uma violação do direito internacional humanitário —conjunto de regras que tenta limitar as consequências de um conflito armado, especialmente aquelas que afetariam civis, profissionais de saúde, combatentes feridos e prisioneiros de guerra.

Tel Aviv costuma afirmar que o Hamas, que governa Gaza e liderou os ataques terroristas contra o sul de Israel no dia 7 de outubro de 2023, desvia a ajuda e usa os suprimentos para sustentar suas ações —algo que a facção, por sua vez, nega.

Com AFP e Reuters



Fonte: Graphic News

91%
da população na Faixa de Gaza pode estar em situação de insegurança alimentar, de acordo com o Ocha (Escritório da ONU para Coordenação de Assuntos Humanitários)

Suprema Corte do Reino Unido exclui trans em definição legal de mulher

SÃO PAULO A Suprema Corte britânica determinou nesta quarta-feira (16) que a definição legal do que é ser mulher deve ser baseada no sexo biológico, não na identidade de gênero, em uma decisão que pode ter impactos profundos sobre os direitos de mulheres trans (que não se identificam com o gênero atribuído no nascimento) no Reino Unido. "A decisão unânime deste tribunal é que os termos mulher e sexo, na Lei da Igualdade de 2010, referem-se a uma mulher biológica e a um sexo biológico", declarou o vice-presidente da Suprema Corte, Patrick Hodge.

Com isso, mulheres trans que possuem um Certificado de Reconhecimento de Gênero podem ser excluídas de serviços exclusivos para mulheres, como abrigos, enfermarias e centros esportivos.

"Essa é uma decisão profundamente preocupante para os direitos humanos e um duro golpe contra algumas das pessoas mais marginalizadas da nossa sociedade", disse Maggie Chapman, do Partido Verde Escocês.

A Suprema Corte, no entanto, afirmou que as pessoas transgênero continuam protegidas por lei. "Essas proteções incluem não apenas a característica protegida da mudança de gênero, mas também a discriminação direta, indireta e o assédio relacionados ao gênero adquirido", disse o tribunal.

Os direitos das pessoas trans se tornaram uma questão altamente politizada, com setores da direita conservadora instrumentalizando as chamadas pautas identitárias para atacar minorias sociais, enquanto argumentam que o apoio liberal às pessoas trans estaria violando os direitos das mulheres biológicas.

O governo britânico, por meio de um porta-voz, disse que a decisão da Suprema Corte traria clareza para hospitais, abrigos e clubes esportivos.

O julgamento desta quarta se concentrou na interpretação da Lei da Igualdade britânica, de 2010. Para o governo escocês, o texto era claro: se uma mulher trans obtiver um Certificado de Reconhecimento de Gênero após a transição, ela deve ser considerada mulher e ter acesso às mesmas proteções que mulheres cisgênero.

Quase 8.500 pessoas obtiveram esse certificado no Reino Unido desde que o sistema foi criado, em 2004, segundo dados do governo escocês. No entanto, a associação For Women Scotland (FWS) apresentou uma contestação em 2018, argumentando que essas proteções deveriam se aplicar apenas às pessoas designadas como mulheres ao nascer.

Com Reuters e AFP

PF recebe 1.500 denúncias por dia sobre riscos a crianças na internet

Segundo secretária de Direitos Digitais, organização americana repassa informações por meio da Interpol, e número está longe de refletir a real dimensão do problema

Raquel Lopes

BRASÍLIA A Polícia Federal recebe, diariamente, cerca de 1.500 denúncias sobre conteúdos potencialmente abusivos ou perigosos contra crianças e adolescentes. Os dados são encaminhados pelo Necmec (Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas), órgão dos Estados Unidos que compartilha informações do tipo para vários países. A informação é da secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Lilian Cintra de Melo, que trabalha na prevenção e no enfrentamento da violência no ambiente digital.

A discussão sobre a segurança de crianças na internet ganhou novamente os holofotes após a morte de Sarah Raíssa Pereira de Castro, de 8 anos, no Distrito Federal. A menina morreu na última semana após supostamente participar do chamado "desafio do desodorante", uma prática que circula nas redes sociais.

Esse e outros casos levantam discussão sobre regulação das plataformas, o uso de redes sociais e a responsabilidade das famílias em relação ao controle do conteúdo consumido por crianças e adolescentes.

A Necmec é uma organização americana sem fins lucrativos que atua na busca por crianças desaparecidas, no enfrentamento à exploração sexual infantil e na prevenção de novas formas de vitimização de crianças e adolescentes.

No Brasil, as denúncias recebidas pelo centro são encaminhadas à Polícia Federal por meio da Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal). Atualmente, a corporação conta com uma Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos, responsável por investigar esse tipo de ocorrência no ambiente digital.

"A Polícia Federal utiliza as informações recebidas dos Estados Unidos, através do Necmec, para criar inteligência e para conduzir investigações em casos de crimes contra crianças e adolescentes. Essa colaboração é importante pois, principalmente em grupos online, pode haver a existência de lideranças e a monetização de conteúdo", disse a secretária.

Além da PF, Lilian Cintra afirma que o Ministério da Justiça tem outra frente de atuação através do Ciberlab (Laboratório de Operações Cibernéticas), ligado à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Esse órgão realiza um monitoramento de inteligência de redes sociais e grupos de mensagens abertos.

O grupo atua não apenas na identificação dos conteúdos que circulam na internet, mas também na análise de tendências, diz a secretária. Quando um indivíduo ou grupo envolvido em atividades criminosas é identificado, as informações são repassadas às polícias estaduais.

"Em determinados momentos, há uma maior disseminação de conteúdos extremistas que incitam a violência nas ruas; em outros, o foco pode estar no incentivo à automutilação. É importante essa identificação para que possa atuar", explicou.

Segundo a secretária, apesar do volume de denúncias recebidas, os dados ainda estão longe de refletir a real dimensão do problema que envolve crianças e adolescentes no ambiente digital. "A gente sabe que é só uma gota no oceano", afirmou.

Uma das propostas da pasta é criar um canal digital unificado para denúncias de violência online contra crianças e adolescentes. O objetivo é centralizar os relatos —hoje dispersos entre diferentes plataformas—, acelerar a resposta das autoridades e agilizar a remoção de conteúdos. A expectativa é que o canal esteja em funcionamento até o fim de 2025.

"Atualmente, o Ministério da Justiça recebe dados de diversas fontes, incluindo o Necmec via Polícia Federal, a Safernet, o Disque 100, e os canais oficiais da polícia. Essa dispersão de plataformas dificulta que o público saiba onde reportar conteúdos criminosos encontrados na internet", disse a secretária, acrescentando que essa integração deve envolver todas as polícias brasileiras.

Além disso, a secretaria diz que a pasta desenvolve uma ferramenta de verificação etária para limitar o acesso de crianças e adolescentes a conteúdos digitais que não condiz com a indicação da sua faixa etária.

Ainda sem modelo definido, a proposta que tem mais interessado a pasta prevê o uso de um token anônimo, gerado pelo governo e vinculado aos dados oficiais do cidadão. O código seria inserido em aplicativos de celular para comprovar a faixa etária do usuário, sem violar a privacidade.

"Estamos estudando as melhores práticas internacionais e buscando uma solução que respeite as especificidades brasileiras", afirmou a secretária, que disse que países como a Austrália, Reino Unido e Índia já têm modelos parecidos.

Além da verificação etária, o governo trabalha na elaboração de um projeto de lei que prevê a responsabilização de provedores de internet —como redes sociais, plataformas de vídeo, serviços de mensagens e sites de hospedagem de conteúdo— com foco na prevenção e mitigação de riscos no ambiente digital.

A proposta estabelece obrigações como a remoção de conteúdos ilícitos e prevê sanções em caso de descumprimento. Tratado como um marco legal para a proteção no ambiente digital, o texto já foi finalizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e encontra-se atualmente em análise na Casa Civil.

Ao ser questionada sobre a atuação das redes sociais na remoção de conteúdo envolvendo crianças e adolescentes, Lilian afirmou que vê cooperação por parte de todas as plataformas nesses casos. "Eu dialogo com todas. Não há nenhuma que se recuse a sentar à mesa. Quando se trata de crianças e adolescentes, há um consenso. Algumas colaboram mais, outras menos, mas todas colaboram", disse Lilian.

A secretária enfatiza ainda a necessidade de juntar todos esses trabalhos com a conscientização das famílias. Ela ressalta que o objetivo é tornar um ambiente mais seguro para todos.



Secretária de Assuntos Digitais, Lilian Cintra Jamile Ferraris - 10.abr.25/MJSP

Polícia apura se mãe de bebê morto teve ajuda

A Polícia de Alagoas investiga se Eduarda Silva de Oliveira, 22, teve ajuda de alguém para ocultar o corpo da filha recém-nascida Ana Beatriz Silva de Oliveira, de 15 dias.

Eduarda foi presa em flagrante, depois convertida em preventiva, após confessar, segundo os investigadores, ter matado a bebê, cujo corpo foi encontrado dentro de um armário, enrolado em um saco plástico, na casa da família em Novo Lino, no interior de Alagoas.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, a principal linha de investigação aponta que uma pessoa pode ter colocado o corpo no armário durante a madrugada de terça-feira (15) enquanto a casa estava vazia, uma vez que cães farejadores do Corpo de Bombeiros inspecionaram o local durante o dia e não detectaram a presença de cadáver.

Kwai remove conteúdos e diz que desafio teve início em outras redes

Isabella Menon

SÃO PAULO A causa da morte da menina Sarah Raíssa Pereira de Castro, 8, no Distrito Federal, ainda não foi esclarecida. A principal suspeita é que tenha acontecido em decorrência do chamado desafio do desodorante, que vem circulando na rede social. Ela deu entrada no Hospital Regional de Ceilândia após inalar o gás de um desodorante aerossol, o que teria provocado uma parada cardiorrespiratória. Ela morreu no domingo (13).

Em um primeiro momento, o TikTok foi apontado como a plataforma em que a menina teria acessado esse conteúdo. A plataforma afirma que não foi notificada e que não há evidência de que este seja um desafio "específico do TikTok".

No velório de Sarah, uma tia dela, Kelly Luane, afirmou em entrevista a jornalistas que a plataforma mais usada pela sobrinha era o Kwai. "Conversem com as crianças nas escolas. Que seja punido o usuário que postou aquele vídeo, que ele responda porque assassinou uma criança. Ela só assistia ao Kwai, não tinha TikTok, não tinha Facebook, era só Kwai."

Em nota, a Kwai lamenta a morte de Sarah e diz que, assim que tomou conhecimento da circulação do conteúdo em questão, iniciou uma investigação interna e adotou medidas imediatas para a remoção do material, com atuação ativa da equipe de segurança digital.

O Kwai argumenta que o desafio identificado teve origem em outras plataformas, mas não cita quais. Também diz que, até o momento, não há informações oficiais que confirmem a relação direta do caso com o aplicativo.

"A empresa reforça que o uso da plataforma por crianças menores de 13 anos não é permitido e segue comprometida com um ambiente digital seguro, especialmente para o público jovem, além de se manter à disposição das autoridades para mais esclarecimentos", conclui a plataforma por meio de nota.

A reportagem questionou a Polícia Civil do Distrito Federal nesta quarta-feira (16), porém não obteve retorno sobre o andamento das investigações e qual plataforma a menina teria usado no dia do acidente.

Na segunda-feira, a polícia disse que o celular usado pela menina foi encaminhado para a perícia. O delegado à frente do caso, Walber José de Sousa Lima, afirma que tenta identificar quem criou esse conteúdo e quem o replicou. Lima diz que, se encontrados, os responsáveis podem responder pelo crime de homicídio duplamente qualificado, com penas de até 30 anos de reclusão.

A anistia esqueceu que é parente da amnésia

De onde tiramos que é passando a borracha que se constrói uma nação?

Sérgio Rodrigues
Escritor e jornalista, autor de "A Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

A memória da língua costuma esquecer que a anistia, palavra do momento, é parente da amnésia, isto é, da perda total ou parcial da capacidade de lembrar. No grego antigo, as palavras "amnestía" e "amnesía" viviam grudadas. A primeira nomeava o esquecimento, a segunda a ausência de memória. Eram aquele tipo de manas que até a mãe confunde às vezes.

A história levou cada uma por um caminho, como acontece a tantas irmãs. A anistia fez carreira internacional mais depressa: quando chegou ao português, no século 18, depois de rebater no latim e no francês, já trazia o sentido de "perdão coletivo concedido pelo soberano".

A amnésia precisou esperar até que viesse a onda dos cultismos do século 19, quando entrou no vocabulário do português como um termo recém-criado de psicopatologia. Isso explica que tenha conservado a grafia metida a besta, com consoantes dobradas, que sua irmã dera um jeito de perder ao cair na boca do povo.

Se a gente pensar bem, o parentesco entre a anistia e a amnésia faz sentido em outros planos além do etimológico —no mínimo tem ecos históricos, políticos e cívicos.

Vai ser bem vergonhoso se a politicagem brasileira conseguir usar a piedade inspirada pelos sem-cérebro do 8 de janeiro para forjar o perdão aos mandantes de uma trama golpista mais escancarada que a fome de grana do centrão

De modo geral, não se considera a amnésia uma coisa boa. Ninguém diz: "Tia Norma não reconhece mais seus filhos, que maravilha! Agora vai poder recomeçar tudo do zero, mágoas pacificadas, e pensar apenas no futuro". Tais frases soam absurdas por razões óbvias: a relação da tia Norma com os filhos, por mais que possa ter seus conflitos, é uma das fibras mais profundas de quem ela é. Não se trata de uma lousa que seja possível apagar. É a história dela.

No entanto, quando se passa da memória individual para a coletiva, muita gente quer nos convencer de que as regras mudam de todo. Ser incapaz de aprender com o passado ou de sequer se lembrar dele é, para essa gente, um elevado valor patriótico e não uma forma de demência.

A perda da memória deixa de ser encarada como patologia para se apresentar como bênção —ou, pelo menos, como um modo de garantir que ninguém pague o pato numa terra patologicamente aferrada aos seus atrasos.

"De 15 em 15 anos o Brasil esquece o que aconteceu nos últimos 15 anos", disse o grande Ivan Lessa, que também anda esquecido.

Quando foi promulgada a Lei da Anistia de 1979, que perdoou os crimes cometidos por agentes do Estado nos porões da ditadura militar, o presidente da República era um general de má catadura. Parece provável que não houvesse mesmo como fazer melhor naquele momento.

Hoje vivemos o mais longo período democrático da nossa história. Vai ser bem vergonhoso se a politicagem brasileira conseguir usar a piedade inspirada pelos sem-cérebro do 8 de janeiro para forjar o perdão aos mandantes de uma trama golpista mais escancarada que a fome de grana do centrão.

É por tanta gente agir como se passar a borracha na história fosse uma forma aceitável de construir uma nação que, bem, uma nação ainda não chegamos a ser. É por isso também que o Brasil às vezes vê filhos seus fugindo à luta e não se liga no perigo. Como a tia Norma, nem os reconhece como filhos.

DOM. Antonio Prata SEG. Becky S. Korich / Giovana Madalosso
TER. Vera Iaconelli QUA. Lora Szabo de Carvalho / Jairo Marques
QUI. Sérgio Rodrigues **SEX. Tati Bernardi**
SAB. Oscar Vilhena Vieira / Luís Francisco Carvalho Filho

Faculdade de Direito da USP propõe fechar rua e ampliar Largo São Francisco

Situação atual



Projeto



Faculdade de Direito da USP propõe fechar rua e ampliar Largo São Francisco no centro

Ideia do projeto, apresentado à prefeitura, é criar conexão entre o prédio e o Palácio do Comércio, que agora também é da universidade

Laura Mattos

SÃO PAULO A Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) apresentou à prefeitura um projeto de revitalização e ampliação do Largo São Francisco, na região central da capital paulista. A ideia é criar uma conexão entre o prédio da faculdade e o do Palácio do Comércio, que fica na esquina vizinha.

Esse edifício, que antes pertencia à Fecap (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado), foi transferido para a USP no ano passado e será utilizado para novas instalações do curso de direito. Para ampliar o largo, de forma a interligar esses dois prédios históricos e tombados, será preciso fechar uma das ruas, a Cristóvão Colombo, desviar o trânsito de carros e alterar rotas de algumas linhas de ônibus.



Visão lateral da Faculdade de Direito da USP em projeto arquitetônico de revitalização e ampliação do Largo São Francisco Divulgação

Uma versão inicial do projeto, com ilustrações às quais a **Folha** teve acesso, foi apresentada pela diretoria da faculdade ao prefeito Ricardo Nunes em uma reunião na prefeitura na sexta (11). "Mostramos um esboço, uma ideia ainda embrionária, mas que dá um pontapé inicial de uma conversa que deverá ser aprofundada", afirmou o diretor da faculdade, Celso Fernandes Campilongo.

O novo largo faria parte das comemorações do bicentenário da faculdade, em 2027 —os cursos jurídicos de São Paulo, bem como os de Olinda (PE), foram criados por um decreto assinado por D. Pedro 1º em 11 de agosto de 1827.

Na reunião com o prefeito e com parte de seu secretariado, Campilongo, a vice-diretora da faculdade, Ana Elisa Bechara, o professor Ignácio Poveda e o vice-diretor da Associação dos Antigos Alunos, Rui Caminha, defenderam que o projeto do Largo São Francisco poderia estar inserido no conjunto de estratégias para a revitalização do centro. A mudança, segundo eles, facilitaria, por exemplo, a realização de uma feira de livros jurídicos aos finais de semana no local, além de ampliar o interesse turístico pela região, ao criar um ambiente que conecta dois edifícios históricos.

O prédio da Faculdade de Direito da USP, construído na década de 1930, é um projeto de Ricardo Severo, do escritório do renomado arquiteto Ramos de Azevedo —antes disso, o curso utilizava as instalações do convento de São Francisco de Assis, uma construção do século 17.

Já o Palácio do Comércio é de 1908, projetado por Carlos Ekman, que também foi membro do escritório Ramos de Azevedo. O edifício abrigou a Escola Prática de Comércio, que depois iria se chamar Fecap.

Um acordo que envolveu a Fecap, a USP e o Governo de São Paulo selou, no ano passado, a transferência do prédio para a Faculdade de Direito. A intenção é utilizar o Palácio do Comércio para abrigar salas de aula da graduação e da pós-graduação, além de criar um espaço para estudantes que moram longe e utilizam a faculdade no contraturno, para estudar ou mesmo para fazer estágio e trabalhar online.

Na reunião sobre o projeto de ampliação do largo, a prefeitura manifestou preocupação com o fechamento da rua, especialmente em razão do fluxo de ônibus articulados vindos do Viaduto do Chá e das ruas Líbero Badaró e São Francisco. Os técnicos presentes afirmaram que vão estudar eventuais alternativas de tráfego para o local.

A direção da faculdade mencionou também a intenção de transformar o Edifício Baronesa de Limeira, que abriga uma parte de sua área administrativa, em um museu de cultura jurídica. O imóvel, localizado atrás do prédio da São Francisco, fica em frente ao Ministério Público e próximo à sede da OAB e do Tribunal de Justiça.

Eufrázio

Ex-chefe do Choque é anunciado como novo comandante-geral da PM de SP

Coronel José Augusto Coutinho assume o lugar de Cássio Araújo de Freitas, que estava no comando desde janeiro de 2023



Formatura de policiais militares Pablo Jacob - 23.jul.22/Governo de SP

Rogério Pagnan

SÃO PAULO O Governo de São Paulo anunciou a troca no comando da Polícia Militar, na noite desta quarta-feira (16). Conforme antecipado pela **Folha**, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) nomeou o coronel da PM José Augusto Coutinho como o novo comandante-geral da corporação. Ele substitui o coronel Cássio Araújo de Freitas, que estava à frente da PM desde janeiro de 2023.

Nos bastidores, a gestão Tarcísio de Freitas se preparava para a saída de Cássio do comando da PM e o mais cotado para assumir o cargo já era Coutinho. Ele foi comandante do Choque e atualmente era o subcomandante da Polícia Militar, a segunda posição na hierarquia da corporação.

Apontado como alguém próximo do secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, Coutinho é bem-visto dentro da tropa da PM.

O coronel Coutinho é formado em educação física e tem doutorado em ciências policiais de segurança. Nos 33 anos de Polícia Militar passou por Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), chefia do Estado-Maior da PM, além do Choque.

O secretário Guilherme Derrite já havia feito trocas na cúpula da Polícia Militar, no começo do ano passado. As mudanças, publicadas no "Diário Oficial", incluíram a exoneração do então número 2 da corporação, o coronel José Alexander de Albuquerque Freixo, que deu lugar justamente a Coutinho.

Ao todo, na época, foram movimentados 34 coronéis, de um total de 63, o que atingiu todos os setores da PM. A medida enfraqueceu o comandante-geral da PM, Cássio Araújo de Freitas, e revoltou grande parte dos oficiais superiores da corporação.

As mudanças do ano passado geraram revolta entre oficiais, entre outros motivos, devido a forma como foram feitas.

Os oficiais mais prejudicados afirmaram que ficaram sabendo das movimentações pelo "Diário Oficial", algo considerado desrespeitoso no trato com quem está em função de comando e vem se dedicando à Polícia Militar há décadas.

O sentimento de insatisfação com a nova mudança permanece. A impressão de um grupo de oficiais é de que Derrite tem privilegiado pessoas próximas nas decisões sobre quem irá ocupar os cargos na cúpula da PM, ao invés de observar os oficiais com maior conhecimento na corporação ou que pudessem dar maior contribuição para a segurança pública.

A troca de comando ocorre em um momento no qual a gestão Tarcísio segue sendo criticada pelo número de casos de violência policial ocorrido nos últimos meses, muitos deles, registrados em câmeras de segurança ou por celulares.

De acordo com o governo paulista, com a nomeação de Coutinho, o cargo de subcomandante da Polícia Militar será ocupado pelo coronel Erick Gomes Bento, atual chefe do gabinete do Comando Geral da PM.

Corregedoria indicia 17 PMs por morte de delator

A Corregedoria da PM indiciou 17 integrantes da corporação sob suspeita de crimes ligados ao assassinato de Antônio Vinícius Lopes Gritzbach, empresário e delator de um esquema de lavagem de dinheiro do PCC (Primeiro Comando da Capital), assassinado no aeroporto.



APRESENTA Estúdio FOLHA

Prefeitura de SP inaugura **CEU Rei Pelé** e **EMEF Ruth de Souza** com estrutura sustentável

Sistema irá evitar enchentes, reutilizar água da chuva e usará energia solar para aquecer a piscina; unidade é a primeira do projeto inédito de Parceria Público-Privada

A região de Itaquera, zona leste de São Paulo, recebeu no último dia 10 de abril o CEU Rei Pelé, o primeiro Centro Educacional Unificado sustentável, com conectividade de alta qualidade e segurança. É a 59ª unidade CEU da capital. A SME (Secretaria Municipal de Educação) também irá entregar 49 salas educacionais que estão dentro da unidade, sendo 27 na EMEF Ruth de Souza, quatro na UNICEU/Polo de Formação, quatro CIEJA (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos), 11 Salas de Multiuso, dois LEDs (Laboratórios de Educação Digital) e uma Sala de Coworking.

Os novos equipamentos educacionais se juntam a outras 19 unidades entregues desde 2020 que homenageiam personalidades negras. Desta vez, foram escolhidos o jogador de futebol Pelé (1940-2022) e a atriz Ruth de Souza (1921-2019).

É também o primeiro equipamento entregue do lote 1 da PPP (Parceria Público-Privada) dos CEUs com a Concessionária Integra. O contrato tem duração de 25 anos, com responsabilidade pela construção, manutenção e conservação de cinco CEUs, que serão entregues totalmente mobiliados e equipados.

Por meio da PPP, a Prefeitura estima uma economia de R$ 45,2 milhões durante a vigência do contrato. Os dados são de um estudo realizado pelo órgão público à época da licitação do projeto, em 2022.

De acordo com a SME, a seleção do local levou em conta territórios socialmente vulneráveis e que carecem de espaços de aprendizado, lazer e atividades culturais que contribuam para a formação de um senso comunitário.

O sistema de segurança é composto por 199 câmeras ligadas 24 horas/dia, sendo 17 delas



Vista aérea do CEU Rei Pelé e da EMEF Ruth de Souza, na região de Itaquera Leon Rodrigues/SECOM

instaladas no perímetro e integradas ao sistema Smart Sampa. A pensionista Maria Lourenço Blanco, 80, moradora da comunidade, comemorou a chegada do CEU. "Eu quero fazer aula de dança. E as câmeras trazem mais segurança para a gente aqui do bairro."

O projeto prevê a construção de mais quatro unidades do primeiro lote, localizadas nos bairros Cidade Ademar, Ermelino Matarazzo, Grajaú e Imperador. As obras do CEU Rei Pelé começaram em junho de 2023. A unidade faz parte do programa de metas 2025/2028 da Prefeitura de implantar 12 novos CEUs na capital.

A administração municipal investe cerca de R$ 1,5 bilhão em cada projeto de PPP com contraprestações mensais máximas de R$ 4,3 milhões durante o contrato, e um aporte financeiro de aproximadamente R$ 290 milhões.

CEU SUSTENTÁVEL

O CEU Rei Pelé conta com diferenciais sustentáveis, pois utiliza água de reúso e captação de água pluvial, além de reutilização de águas residuais de pias, chuveiros e lavatórios. A água da chuva será utilizada para limpeza e para irrigar jardins, por meio de um reservatório de 60 m³, que auxilia na redução de enchentes na região e no uso sustentável da água.

O CEU conta com dois links de internet com velocidade de até 1GB que garantem a alta capacidade de navegação, além de 37 antenas de transmissão distribuídas em todo o prédio. Também utilizará fontes renováveis de energia, como células fotovoltaicas, que evitam a emissão de 1,7 tonelada de CO2 somente pelo sistema de aquecimento da piscina.

O CEU Rei Pelé tem um bloco esportivo, com quadras cobertas e descobertas, piscina semiolímpica, de lazer e pista de skate, além de equipamentos com infraestrutura para prática de esportes e cultura.

Estúdio FOLHA Conteúdo patrocinado produzido pelo Estúdio Folha

saúde

Médico que descumprir nova resolução sobre jovens trans será punido, afirma CFM

Conselho nega motivação política em nova regra, mas reconhece que dados sobre suposto aumento de 'destransição' são frágeis

Mateus Vargas

BRASÍLIA O presidente do CFM (Conselho Federal de Medicina), José Hiran da Silva Gallo, disse nesta quarta-feira (16) que haverá punição ao médico que descumprir nova resolução sobre o atendimento e a realização de procedimentos em crianças e adolescentes transgênero.

"As normas do CFM têm de ser cumpridas", disse Gallo. "Aquele médico que descumprir [a regra] poderá sofrer advertência, censura, suspensão e até cassação da licença profissional", afirmou ainda o presidente do CFM.

Como revelou a **Folha**, o conselho aprovou a resolução 2.427/2025, que proíbe o bloqueio puberal para mudança de gênero. O documento, publicado nesta quarta no Diário Oficial da União, também eleva de 16 para 18 anos a idade mínima para hormonização e aumenta de 18 para 21 anos o limite para cirurgias que podem causar infertilidade, como as que removem útero e ovários.

Em declaração a jornalistas após a publicação do texto, representantes do CFM negaram que as novas regras tenham sido motivadas por "política ideológica". Nos últimos anos, o conselho tem sido alvo de críticas pelo conservadorismo e alinhamento com o bolsonarismo. "O problema de Bolsonaro e Lula é dos dois, não está nesta casa. O CFM não atua por ideologia política", disse Gallo.

O Ministério Público Federal instaurou na última segunda (14) um procedimento para apurar a legalidade da resolução do CFM. O processo foi aberto a partir de denúncia da Associação Mães pela Diversidade e de Nota Técnica da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), entidade que afirma que a nova regra impõe "severas restrições ao atendimento". O veto do CFM aos bloqueadores de puberdade só vale para crianças e adolescentes que queiram fazer a transição de gênero e não se aplica a casos de puberdade precoce ou outras doenças endócrinas. As novas regras também não afetam pessoas que já façam uso de bloqueadores ou hormônios.

A resolução anterior do conselho, editada em 2019, permitia realizar o procedimento em caráter experimental com protocolo de pesquisa em um número limitado de hospitais universitários do país. O CFM justifica as novas restrições a um suposto aumento da "destransição", mas não apresenta dados que comprovem o fenômeno. Um dos relatores da resolução, o médico Raphael Câmara Medeiros Parente disse que a norma se baseou em estudos que apontam "aumento enorme" de "prevalência de trans", também de "arrependimento e destransição". Ele reconheceu, contudo, que os estudos sobre esse tema são escassos e pouco robustos.

"As respostas e possíveis explicações são de que está havendo um 'sobrediagnóstico', mais crianças e adolescentes estão sendo diagnosticadas com disforia de gênero e levadas a tratamento. Muitas no futuro poderiam não ser trans, mas simplesmente gays e lésbicas", disse Parente, que foi secretário do Ministério da Saúde durante a gestão Jair Bolsonaro. "Os estudos em relação a esse tema não têm grande nível de evidência", acrescentou.

Há pelo menos 20 projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que buscam proibir procedimentos para transição de gênero em crianças e adolescentes, com previsão de penas de até 20 anos de prisão para médicos.

As regras atuais do SUS permitem a realização de procedimentos cirúrgicos, como a mastectomia, a partir dos 21 anos, e o uso de hormônios apenas para maiores de idade —ou seja, são mais restritivas do que a resolução do CFM de 2019 e similares à nova regra do conselho.

Em fevereiro de 2024 e dezembro do mesmo ano, o Ministério da Saúde apresentou as linhas gerais do Paes Pop Trans (Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans), que além de expandir a oferta dos serviços voltados para a população trans, também prometia reduzir a idade mínima para os processos cirúrgicos e de uso de hormônios, com base justamente na resolução agora revogada do CFM.

O ministério tem sido cobrado por não publicar a portaria que iria regulamentar este novo programa. Parente disse que conversou com integrantes da Saúde sobre o tema e afirmou que não vê "movimento" do governo Lula para oficializar a nova política. "Se mudar, a gente vai avaliar se é robusto, baseado em evidências científicas", disse o médico.

Entidades vão ao Supremo contra resolução

Entidades LGBTQIA+ entraram com uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no STF (Supremo Tribunal Federal) visando derrubar a nova resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina) sobre a realização de procedimentos em crianças e adolescentes transgênero.

A ação de inconstitucionalidade é assinado por Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e Ibrat (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades), que contam com amparo jurídico de Paulo Iotti, um dos responsáveis pela criminalização da homofobia no Brasil.



Participantes da 27ª Parada do Orgulho LGBT+ exibem frase em apoio a crianças trans na av. Paulista Eduardo Knapp · 11.jun.23/Folhapress

Projetos no Congresso preveem penas de prisão de até 20 anos para quem prescrever tratamento a menor de idade

Dani Avelar

SÃO PAULO Há ao menos 20 projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que buscam proibir procedimentos para transição de gênero em crianças e adolescentes, com previsão de penas de até 20 anos de prisão para médicos.

Autores desses projetos negam ter caráter antitrans e dizem que menores não têm discernimento para decidir sobre o corpo.

Na semana passada, o CFM (Conselho Federal de Medicina) editou a resolução 2.427/2025, que proíbe bloqueio puberal para mudança de gênero. O documento eleva de 16 para 18 anos a idade mínima para hormonização, e aumenta de 18 para 21 anos o limite para cirurgias que podem causar infertilidade, como as que removem útero e ovários.

Se a resolução do CFM estabelece critérios éticos e técnicos para o atendimento de pacientes trans, podendo acarretar processos administrativos e perda de registro profissional, os PLs no Congresso propõem alterações no Código Penal e no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), levando o tema à esfera criminal.

Os projetos protocolados na Câmara dos Deputados tramitam em conjunto, apensados ao PL 3419/2019, do ex-deputado federal Heitor Freire (PSL/CE). A iniciativa prevê idade mínima de 21 anos para tratamentos hormonais e cirurgias.

No Senado, tramita o PL 501/2023, do senador Magno Malta (PL/ES), que prevê de 12 a 20 anos de prisão para quem submeter criança ou adolescente a cirurgias de transexualização. Essa prática já era proibida pelo CFM mesmo antes da nova resolução.

O projeto também estabelece penas de 8 a 12 anos em casos de terapia hormonal, ensino educacional ou tratamento psicológico relativo à transição de gênero em menores de idade. Para efeito de comparação, a pena prevista no Código Penal para estupro de vulnerável é de 8 a 15 anos de prisão.

Esses PLs estão parados nas comissões de direitos humanos da Câmara e do Senado.

Em dezembro, o Ministério da Saúde anunciou o Programa de Atenção Especializado à Saúde da População Trans (Paes Pop Trans), que ampliaria o número de serviços voltados para esse segmento no SUS (Sistema Único de Saúde) e retiraria o caráter experimental dos bloqueadores de puberdade, além de prever hormonização a partir dos 16 anos e cirurgias a partir dos 18. A medida ainda não foi publicada.

Para especialistas ouvidos pela **Folha**, a resolução do CFM ameaça a autonomia médica, impõe barreiras no acesso à saúde para crianças e adolescentes trans e que os PLs contribuem para um ambiente de perseguição.

Procurado pela reportagem, o senador Magno Malta nega que o PL 501/2023 tenha caráter antitrans e diz que o rótulo é equivocado e carregado de preconceito.

"O objetivo central da proposta não é restringir os direitos das pessoas trans, mas sim proteger crianças e adolescentes, indivíduos em processo de formação física, mental e emocional, de intervenções irreversíveis, como cirurgias e tratamentos hormonais de transexualização", diz o parlamentar por meio de assessoria.

18 anos
é a idade mínima prevista na resolução do CFM para bloqueio puberal para mudança de gênero

21 anos
é a idade mínima prevista também pelo CFM para realização de cirurgias e tratamentos hormonais

Eufrázio

De 17 de abril a 18 de maio

FOLHA ★★★



apresentam:



2º Festival Gastronômico

FOLHA SABORES DA PRAIA

- Edição Ilhabela

Mais do que um simples evento, o Festival Folha Sabores da Praia é uma celebração sensorial completa. Cada prato é uma experiência única, em que a alta gastronomia se funde com a brisa do mar e a elegância do cenário deslumbrante de Ilhabela. Restaurantes da região foram convidados a criar pratos exclusivos para o festival, refletindo o melhor de sua identidade e de seu sabor local.



Confira os restaurantes participantes:

www.saboresdapraia.com.br

@saboresdapraiabr



APOIO:





REALIZAÇÃO:



FOLHA DE S.PAULO



UE aprova novo tratamento contra o Alzheimer

Droga atua se ligando aos amiloides, reduzindo a formação de placas da proteína no cérebro de pacientes

DIAS MELHORES

DW A Comissão Europeia aprovou nesta terça-feira (15) um medicamento para o tratamento do Alzheimer: o Lecanemab, um anticorpo monoclonal que promete retardar a evolução da doença em seu estágio inicial. Trata-se do primeiro medicamento na Europa que trata a doença degenerativa, em vez dos sintomas dela.

A droga atua se ligando aos amiloides, reduzindo a formação de placas da proteína anormal no cérebro de pacientes —mas sem curar ou reverter danos causados pela doença. Seu uso, porém, estará sujeito ao cumprimento de rigorosos critérios, e por isso estará disponível apenas para um grupo restrito de pacientes.

Além de ser autorizado apenas para tratamento de pequenas limitações cognitivas no estágio inicial da doença, o medicamento só poderá ser usado por quem tiver apenas uma ou nenhuma cópia do gene ApoE4. Isso porque esses pacientes apresentam uma probabilidade menor de sofrer efeitos colaterais graves, como inchaços e hemorragias no cérebro. A droga —de uso quinzenal e intravenoso— ainda deve demorar alguns meses até chegar ao mercado europeu, já que o fabricante foi obrigado a elaborar instruções detalhadas e treinar médicos.

A decisão da Comissão Europeia veio quatro meses depois de a Agência Europeia de Medicamentos (EMA, na sigla em inglês) reavaliar o medicamento após barrá-lo inicialmente alegando alto risco de efeitos colaterais graves. A agência concluiu que os benefícios advindos do tratamento com o Lecanemab superam os riscos para um grupo específico de pacientes, desde que sejam adotadas medidas para minimizar eventuais riscos.

Nos Estados Unidos, a droga —fabricada pela americana Biogen e a japonesa Eisai e comercializada sob o nome Leqembi— foi aprovada em 2023 pela FDA (agência reguladora de medicamentos e alimentos dos EUA). Ela também já é comercializada no Japão e no Reino Unido. Segundo reportagem publicada pelo jornal americano New York Times em outubro de 2024, o medicamento tem benefício limitado: desacelera o declínio cognitivo em pacientes por cerca de cinco meses. Pessoas com Alzheimer têm um acúmulo de proteínas anormais no cérebro —conhecidas como amiloide e tau. Mas até recentemente não se sabia qual era a relação direta entre essas proteínas.

Um estudo publicado em outubro de 2024 na revista científica Science aponta um elo direto entre proteínas anormais que se acumulam no cérebro e a necroptose, um tipo de morte celular. A necroptose atua em processos de defesa imunológica ou inflamatória, eliminando células indesejadas para permitir a formação de novas células.

Quando o fornecimento de nutrientes é interrompido, as células incham e suas membranas plasmáticas se rompem, o que leva à inflamação e morte dessas células. Segundo o estudo, pacientes com Alzheimer têm células cerebrais inflamadas por causa do acúmulo de amiloides anormais entre os neurônios. Esses amiloides formam "placas", enquanto a proteína tau se acumula em feixes fibrosos, ou "emaranhados". Isso leva as células cerebrais a produzir uma molécula chamada MEG3 —que, ao ser bloqueada, salvou os neurônios da morte.

Os pesquisadores da KU Leuven, na Bélgica, e do Dementia Research Institute britânico esperam que essas descobertas possam abrir caminhos para o desenvolvimento de medicamentos contra o Alzheimer.

Com informações de Alexander Freund

Até 2050, 139 mi de pessoas podem ter demência

Cerca de 55 milhões de pessoas no mundo sofrem alguma forma de demência, categoria que inclui o Alzheimer. Destas, dois terços vivem em países em desenvolvimento. Com o envelhecimento da população, espera-se que esse número chegue a 139 milhões até 2050, com crescimento significativo na China, Índia, América do Sul e na África Subsaariana.

O desenvolvimento de medicamentos é desafiador porque muitos processos cerebrais ainda não são compreendidos, incluindo a razão pela qual as células morrem em pessoas com a doença.

classificados classificados@grupofolha.com.br

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados ou ligue 11 3224-4000

IMÓVEIS

CHÁCARAS, SÍTIOS e FAZENDAS

AMPARO SP SÍTIO

[illegible]

EMPREGOS

P

PCD - ÁREAS DIVERSAS

M/T DEMOP PARTICIPAÇÕES contrata pessoas com deficiências para áreas diversas. [illegible]

#sigaafolha

EMPREGADOS PROCURADOS

A OSS/SPDM - HOSPITAL DAS CLÍNICAS LUZIA DE PINHO MELO

Seleciona:

Pessoas com Deficiência para vagas de:

✓ Auxiliar Administrativo, ✓ Aprendiz, ✓ Telefonista, ✓ Recepcionista, ✓ Auxiliar de Governança, ✓ Enfermagem, ✓ Terapeuta Ocupacional, ✓ Escriturário, ✓ Auxiliar de Cozinha entre outras.

Os interessados devem se cadastrar no site www.gupy.io ou através da leitura do QRCode.

GUPY

NEGÓCIOS

EMPRESAS COMPRA/VENDA

LOTERICAS IMPERDÍVEL

Rentabilidade: 2% A 2,5%

Birigui, Top. Lucro R$ 22 mil
Campinas, Top Lucro $ 36 mil
Ibitinga, Lucro 24mil, 1.190m
Jundiaí, Nobre 23mil, 700mil
Jundiaí, Top, Lucro R$ 63 mil
Junqueirópolis, Pço.$ 800 mil
Lençóis Pta. 8 mil,$ 450mil
Paulínia, Lic. Lucro R$ 18 mil
P. Venceslau, Lucro R$ 25 mil
S.J.Cpos.Lucro $ 8mil, 250mil
Sorocaba, Nobre, R$ 150mil
Taubaté, Top, Lucro, $ 13 mil
Votorantim, LL $ 6mil 280mil
ZN-SP Lucro 14mil, $ 550mil
ZN-SP Shop. LL$11m 420mil
ZS-SP, Código Lot., $ 250 mil
Joinville-SC, Lucro,R$ 17mil
Maracaju-MS, Pço R$ 640mil
Pouso Alegre MG P.$ 980 mil
MPUGA (19) 9 9653-2020

A OSS – Hospital das Clinicas Luzia de Pinho Melo, recruta curriculos de médicos nas seguintes especializadas:

MÉDICO ESPECIALISTA EM NEUROLOGIA INFANTIL; MÉDICO PSIQUIATRA; MÉDICO ESPECIALISTA EM CIRURGIA VASCULAR; MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO para Atendimento Ambulatorial e Procedimentos Cirúrgicos inclusive Reconstrução Mamária; MÉDICO UROLOGISTA; Médico anestesista; Médico Cardiologista para Atendimento Ambulatorial e Visita na Enfermaria (Cirurgia Cardíaca); Médicos Cardiologistas e Intensivistas para atuação em Unidade Coronariana; Médico Emergencista para acompanhamento de pacientes na Hemodinâmica e Ressonância Magnética; Médico especialista em Análise de Eletrocardiograma Dinâmica de 24 h (Holter) e Leitura de MAPA; Médico especialista em Análise e Emissão de Laudos Radiológicos com acompanhamento; Médico especialista em Assistência Médica nos Setores Críticos (Pronto Socorro); Médico especialista em Cirurgia Cardíaca; Médico especialista em Cirurgia Gástrica (PS e Centro Cirúrgico); Médico especialista em Ecocardiografia Transtorácica Adulto e Infantil e Transesofágica Adulto; Médico especialista em Eletroencefalografia; Médico especialista em execução de procedimentos de Punção Aspirativa por Agulha fina (PAAF) e CORE biópsia; Médico especialista em Hematologia com habilidade para execução de biópsia de medula; Médico especialista em Laudos de Anatomopatológicos e Imunohistoquímicos. Os interessados devem se cadastrar no site www.gupy.io ou através da leitura do QRCode.

GUPY

ASSINE A FOLHA
folha.com/assine

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA GRÁFICA – ABIGRAF REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocadas todas as empresas associadas a **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA GRÁFICA – ABIGRAF REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, quites e em pleno gozo de seus direitos associativos, para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada, no dia **29.ABR.2025**, terça-feira, às 09h30, em primeira convocação, em sua sede localizada na Rua do Paraíso, 529, Sala Plenária, Paraíso, São Paulo – SP, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da **ORDEM DO DIA**: 01 - Aprovação da Ata da Assembleia Geral Ordinária anterior; 02 - Aprovação do parecer do Conselho Fiscal sobre as peças contábeis referentes ao exercício de 2024; 03 - Aprovação do balanço patrimonial, da demonstração de resultados, da demonstração de origem e aplicação de recursos, bem como dos relatórios gerenciais, referentes ao exercício de 2024. Não havendo número legal de empresas para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada uma hora após, ou seja, às **10h30**, em segunda convocação, com qualquer número de empresas presentes. São Paulo, 17 de abril de 2025. João Ricardo Sconteci de Paula – Presidente.

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 05 de maio de 2025, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 07 de maio de 2025, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, [illegible] FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** de modo **somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, [illegible] **LUCAS MATHEUS SILVA REIS DA COSTA**, [illegible] **MAYARA NANCIO CAETANO REIS**, [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, [illegible] **R$ 303.956,88** [illegible] **Casa**, situada na Rua Professor José Vicente Bertoli, nº 190, Lote 16 da Quadra 05, Jardim Alvorada, Pariquera-Açu/SP. [illegible] **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, [illegible] **R$ 185.781,19** [illegible] **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, [illegible] **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE:** www.portalzuk.com.br. Informações pelo WhatsApp (11) 99514-0467 ou pelo e-mail contato@portalzuk.com.br [illegible]

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Lorenzetti

Edital de Convocação

O Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Lorenzetti, CNPJ 44.985.255/0001-79, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os **2.719 associados**, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará na Av. Presidente Wilson, 1230, Mooca, na cidade de São Paulo, SP, no dia **30 de abril de 2025**, obedecendo aos seguintes horários e "quórum" para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o Estatuto Social: 01) em primeira convocação às 15:00 horas, com a presença de 2/3 do número total de associados; 02) em segunda convocação às 16:00 horas, com a presença da metade e mais um do número de associados; 03) em terceira convocação às 17:00 horas, com a presença mínima de 10 associados, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: a) Prestação de contas do 1º e 2º Semestres do exercício de 2024, compreendendo o Relatório da Gestão, Demonstrativo da Conta de Sobras ou Perdas e sua destinação e o Parecer do Conselho Fiscal. b) Assuntos de interesse geral.

Alexandre José Antônio Lorenzetti - Presidente

Santander SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 02 de maio de 2025, a partir das 09h50min
2º LEILÃO: 06 de maio de 2025, a partir das 13h50min (horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, [illegible] SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem [illegible] **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, [illegible] **Fiduciante(s) GABRIEL HENRIQUE BARBOSA MACHADO**, [illegible] **02 de maio de 2025, a partir das 09h50min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, [illegible] **R$ 306.456,09 (Trezentos e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e nove centavos)**, o **imóvel matriculado sob nº 135.796 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Bauru/SP**, [illegible] **06 de maio de 2025, a partir das 13h50min**, [illegible] **SEGUNDO LEILÃO** [illegible] **R$ 376.753,81 (Trezentos e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e três reais e oitenta e um centavos)**, [illegible] **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, [illegible] **hora do início do leilão. Outras informações no site do leiloeiro(a)**: [illegible]

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 05 de maio de 2025, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 07 de maio de 2025, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, [illegible] São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, [illegible] **TIAGO DONIZETE DA COSTA**, [illegible] **LIGIA MARA DA SILVA LEDO DA COSTA**, [illegible] **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, [illegible] **R$ 459.684,14** [illegible] **Casa**, [illegible] **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 305.642,50** [illegible] **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, [illegible] **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE** [illegible]

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA MACRO SÃO PAULO - DEMACRO
Delegacia Seccional de Polícia de Guarulhos
Seção de Finanças

ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 01/2025 – SIASG Nº 90001/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 058.00114487/2024-91

O Dirigente da Unidade Gestora Executora - UGE 180274 – Delegacia Seccional de Polícia de Guarulhos, torna público a abertura de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, objetivando a aquisição de pneumáticos automotivos para uso na subfrota de veículos pertencente a Delegacia Seccional de Polícia de Guarulhos, de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, a ser realizado por intermédio do portal de compras do governo federal, no sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, cuja sessão de processamento será no dia 06/05/2025 às 10h00. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, no endereço eletrônico https://www.doe.sp.gov.br/negocios-publicos, na página da web da Polícia do Estado de São Paulo, endereço eletrônico https://www.policiacivil.sp.gov.br, bastando acessar Home>Institucional>Acesso à Informação>Licitações ou retirado na Seção de Finanças da Delegacia Seccional de Polícia de Guarulhos, situada na Rua Ilaverava, 48 – 8º andar, Vila dos Camargos, Guarulhos - SP – CEP 07111-040, em dias úteis, das 10:00 às 17:00 horas.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

Referente ao Pregão Eletrônico nº 044/2025
Processo Administrativo nº 15.023/2024-D

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT DE PAPELARIA"

UASG de atuação: 986921 - Prefeitura Municipal da Praia Grande - SP

Considerando que a Sessão Pública da presente modalidade de Pregão Eletrônico nº 044/2025 foi inicialmente designada para o dia 25 de abril de 2025, conforme Aviso de Licitação publicado em 01/04/2025 no jornal "Diário Oficial do Município"; em 03/04/2025 no jornal "Folha de São Paulo" p. A49; e em 11/04/2025 no jornal "Diário Oficial da União", Seção 3 - p. 282; conforme fls. 1182/1185 dos autos, informo que, para cumprimento do prazo mínimo legal para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, estabelecido no Art. 55, I, "a" da Lei Federal nº 14.133/2021, qual seja, 8 (oito) dias úteis para aquisição de bens:

Onde se lê:

"Data e Hora do Pregão: 25/04/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF). "

Leia-se:

"Data e Hora do Pregão: 20/05/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF). "

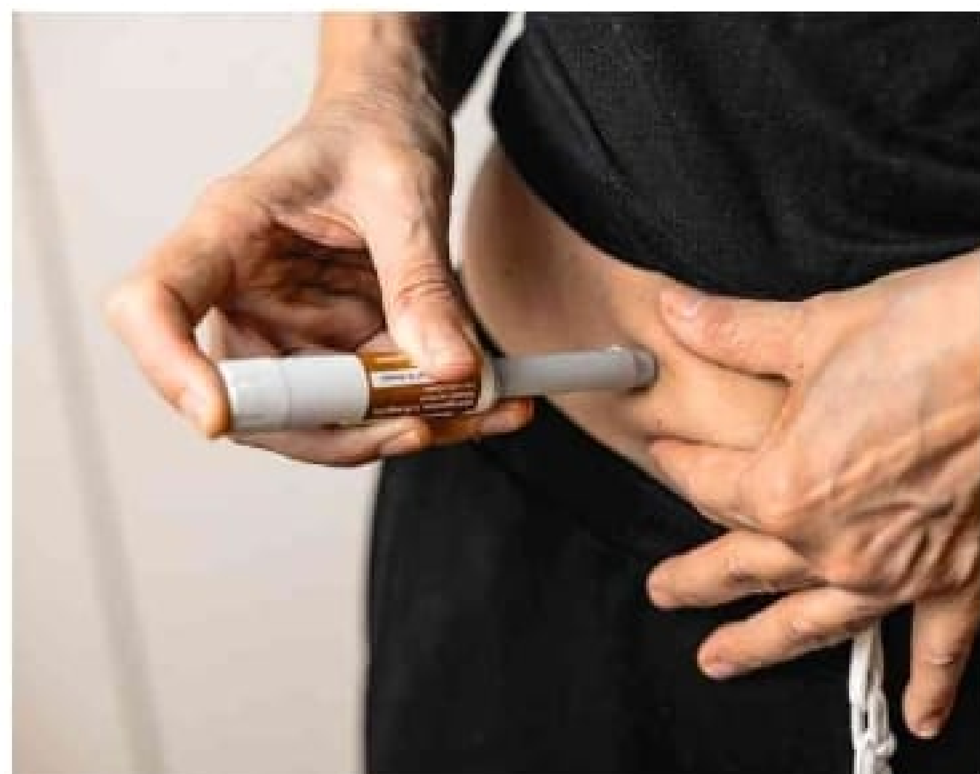
As demais informações do Aviso de Licitação permanecem inalteradas.

Praia Grande, 15 de abril de 2025

PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS - Secretária Municipal de Educação

PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

AGENDE SUA DOAÇÃO DE SANGUE ONLINE: prosangue.hubglobe.com


Pessoa aplica com o medicamento Wegovy Pedro Affonso - 14.jan.25/Folhapress

Anvisa determina que venda de Ozempic exige retenção de receita

Medida busca evitar uso para perda de peso sem prescrição médica, diz agência; documento pode ser usado por até 90 dias

Mateus Vargas

BRASÍLIA A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) decidiu nesta quarta-feira (16) que medicamentos análogos ao GLP-1, como Ozempic, Wegovy e Mounjaro, usados no tratamento de diabetes tipo 2 e obesidade, devem ser vendidos nas farmácias apenas com retenção de receita. A medida busca evitar a compra indiscriminada dos produtos sem prescrição e o uso fora das indicações aprovadas na bula.

De acordo com a agência, a medida não altera o direito do médico de prescrever medicamentos para finalidades diferentes das descritas na bula, prática conhecida como uso offlabel. No caso dessas drogas, conhecidas como canetas emagrecedoras, a indicação na bula é para tratar diabetes, mas pode ser indicado em casos de obesidade quando o médico entender que os benefícios do tratamento superam os riscos.

A nova regra passa a valer 60 dias após a publicação da resolução da Anvisa no Diário Oficial da União. Hoje, esses remédios são classificados como tarja vermelha —o que exige prescrição médica—, mas são comprados facilmente sem prescrição.

Agora, os medicamentos vão seguir as regras hoje aplicadas a fármacos antimicrobianos, como antibióticos. Ou seja, ainda serão classificados como tarja vermelha, mas a receita ficará retida.

Essa receita pode ser utilizada por até 90 dias, nos casos de tratamento prolongado. O médico deve indicar a quantidade do produto que será utilizada a cada 30 dias. A retenção será feita da 2ª via do documento. O farmacêutico não poderá aceitar receitas posteriores ao prazo de validade estabelecido pela regra da Anvisa.

Em documento de 2024, a área técnica da agência afirmou que "o uso fora das indicações aprovadas em situações em que não há comprovação científica de segurança e eficácia pode colocar em risco a saúde dos seus usuários".

A Anvisa ainda apontou que os medicamentos são novos, com "perfil de segurança a longo prazo" ainda desconhecido. A agência também detectou que 32% das notificações de eventos adversos dos produtos com semaglutida estão relacionadas ao uso não previsto em bula ou não aprovado. A taxa global seria de 10%, segundo dados da OMS (Organização Mundial da Saúde).

Parte da indústria de medicamentos defende manter a venda sem retenção de receita e proibir a manipulação do medicamento em farmácias. A Anvisa decidiu não excluir as farmácias de manipulação desse mercado, mas disse que os dados desses estabelecimentos serão monitorados.

Em nota, a Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa) disse que a retenção da receita "não resolverá o crescente mercado paralelo de manipulação dos análogos de GLP-1".

"Este mercado vem realizando a importação e manipulação em escala industrial de princípios ativos sem qualquer garantia de qualidade, segurança ou eficácia —muitas vezes promovidas com fins estéticos, por meio de campanhas publicitárias irregulares e direcionadas ao público leigo", afirmou a entidade que representa farmacêuticas multinacionais.

Proporção de autistas sobe para 1 a cada 31 crianças, indica monitoramento de agência de saúde dos EUA

Johanna Nublat

BRASÍLIA Novo levantamento do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) americano, divulgado nesta terça-feira (15) e publicado nesta quarta (16), mostra mais um aumento na taxa de crianças identificadas como autistas em 2022 em comparação ao levantamento de 2020.

O último indicador mostra que 1 a cada 31 crianças de 8 anos foi identificada como autista pelo sistema de saúde ou educacional americano em 2022 (prevalência de 32,2 em 1.000 crianças).

Essa proporção vem crescendo nas últimas décadas: era 1 para cada 150 crianças em 2000, 1 a cada 88 crianças em 2008, 1 a cada 59 em 2014, 1 a cada 44 em 2018 e 1 a cada 36 em 2020.

O levantamento do CDC monitora duas faixas etárias em 16 pontos nos Estados Unidos, então não é uma proporção nacional, mas dá indícios interessantes sobre como esta taxa ainda tende a crescer —e não por uma "epidemia de autismo", como alguns sugerem, mas por maior capacidade de diagnósticos de TEA (Transtorno do Espectro Autista).

Entre os pontos analisados, Laredo (uma cidade no Texas) registrou a menor prevalência (9,7 em cada 1.000 crianças) enquanto que a Califórnia registrou uma prevalência de 53,1.

O próprio CDC, que vem sendo alvo de negacionistas de vacinas alçados à cúpula da Saúde no governo de Donald Trump, aponta não para um evento catastrófico que tem tornado mais crianças autistas na Califórnia. Mas simplesmente para uma melhor e mais eficiente rede de diagnósticos.

Outro ponto que o CDC identificou como relevante para um maior número de diagnósticos na rede foi acesso à cobertura de saúde para terapias para crianças (caso citado da Pensilvânia).

O estudo vem num momento relevante no cenário americano. Na semana passada, o secretário de Saúde, Robert F. Kennedy Jr., criticado como um cético de vacinas, prometeu que, "até setembro, saberemos o que causou a epidemia de autismo e seremos capazes de eliminar essas exposições".

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br


Tacun Lecy

MARIAH FERREIRA DOS SANTOS (1934 - 2025)

Guiou terreiro centenário no Recôncavo Baiano

Era servidora pública aposentada e iyalaxé do Terreiro Raiz de Ayrá

Adriano Alves

JUAZEIRO (BA) Quem chegava ao Terreiro Raiz de Ayrá, em São Félix (BA), percebia logo o capricho da dona da casa. A mãe de santo Mariah Kesi era perfeccionista e vaidosa, gostava de tudo impecável. Todo dia varria o quintal três ou quatro vezes, não deixava uma folha caída no chão.

Sua vida foi dedicada à fé e à orientação espiritual de muitos que procuravam seu colo. Tornou-se uma defensora do patrimônio cultural afro-brasileiro no Recôncavo da Bahia e teve seu terreiro registrado como patrimônio imaterial do estado em 2014. Fez parte da Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro e contribuiu para a organização do candomblé em vários estados.

A iyalaxé se orgulhava de nunca ter precisado de filho de santo para colocar nada em seu terreiro, mas suas exigências também acabaram por afastar alguns.

"Era uma pessoa muito durona. Muitos achavam insensível, mas quem conviveu sabe que ela era muito carinhosa, da forma dela", afirma seu filho de santo Tacun Lecy, 47, a quem ela passou as obrigações da casa ao dar-lhe o cargo de babalaxé.

Mariah Ferreira dos Santos nasceu em São Félix (BA), em 1934. Foi a estudiosa da família. Chegou a iniciar o curso de farmácia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), mas desistiu quando viu sangue.

Criada em família católica, integrava a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Praia em Salvador. Seu primeiro contato com o candomblé foi em busca de explicações para problemas de saúde que os médicos não conseguiam diagnosticar. Tomava remédios e as dores não passavam, até que sua mãe indicou ir até a yalorixá Mundinha. Tomou banho de folhas e melhorou.

Foi iniciada na religião em 1959 por pai João Balbino dos Santos. À época, o Terreiro Raiz de Ayrá estava sediado em Salvador. Quando o babalorixá foi para o Rio de Janeiro, ela e um irmão de casa ficaram de apoio a Mundinha. Após a morte da líder religiosa, Mariah recebeu o cargo de iyalaxé. Um ano depois, levou o terreiro de volta para a cidade onde foi criado, São Félix.

Casou-se com Davi Santiago, que era funcionário da Petrobras, e ficou viúva em 1989.

Também atuou no grupo de baianas da extinta Bahiatursa (Empresa de Turismo da Bahia S.A.). Elas viajavam para divulgar a cultura local em outros estados e países.

Há mais de 30 anos teve um câncer e retirou uma das mamas. Todo ano fazia o preventivo, mas passou a ter problemas de saúde em dezembro. Morreu no dia 28 de março, aos 90 anos, após metástase.

Deixa seu terreiro e muitos filhos de santo.

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE
Serviço Funerário Municipal de São Paulo Central 156
Tel. (11) 3396-3800; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario
Anúncio pago na Folha Tel. (11) 3224-4000. WhatsApp (11) 99646-9069.
Seg. a sex.: 10h às 19h.

saúde

Associação denuncia falta de remédios para epilepsia em farmácias

Andreza de Oliveira

SÃO PAULO A ABE (Associação Brasileira de Epilepsia) emitiu uma nota denunciando o desabastecimento de medicamentos utilizados no tratamento da epilepsia no Brasil, o clobazam (Frisium e Urbanil) e o fenobarbital (Gardenal).

Segundo a ABE, os fármacos estão em falta desde o último ano, mas o problema foi agravado em 2025. A causa da indisponibilidade, de acordo com a associação, está relacionada a uma transferência da produção até então comandada pela farmacêutica Sanofi para outra empresa.

Vice-presidente da associação e membro da LBE (Liga Brasileira de Epilepsia), Lécio Figueira diz que o desabastecimento começou no fim de outubro e o principal problema está relacionado ao clobazam.

A ABE diz que a associação chegou a conversar com a Sanofi para prazos de regularização do abastecimento dos medicamentos, mas não tiveram sucesso no prazo estabelecido, de acordo com eles, que era até fevereiro. A associação afirmou ainda que por conta do desabastecimento, ingressou no último dia 11 com uma ação judicial junto ao Ministério Público solicitando a intervenção do governo para reabastecimento dos medicamentos.

Procurada pela Folha, a Sanofi informou que os medicamentos Frisium, Urbanil e Gardenal tiveram seus registros transferidos para a companhia Pharlab em fevereiro de 2025, com operações comerciais conduzidas pela empresa M8 (Moksha8). A Pharlab informou que desde de 9 de fevereiro a Moksha8 passou a ser responsável pela comercialização do produto no Brasil e que o processo de transferência de titularidade não tem relação com o desabastecimento do produto.

Em nota, a Anvisa informou não possuir instrumento legal que impeça os laboratórios farmacêuticos de retirarem seus medicamentos do mercado. No entanto, desde 2014 as empresas devem comunicar a descontinuação definitiva ou temporária de fabricação ou importação de medicamentos com pelo menos 180 dias de antecedência, assegurando o fornecimento normal do produto durante esse período.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CERÂMICA DA LOUÇA DE PÓ DE PEDRA, DA PORCELANA E LOUÇA DE BARRO NO ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO
ELEIÇÕES SINDICAIS
Será realizada eleição, no dia 28 (vinte e oito) de maio de 2025, na Rua Siqueira Campos, nº 111, 1º andar, na cidade de Pedreira, SP para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes, devendo o registro de chapas ser apresentado à Secretaria, no horário de 8h00 às 17 horas, no período de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste Aviso. O edital de convocação de eleição encontra-se afixado na sede desta entidade.
Pedreira, 22 de abril de 2025.
Paulo Roberto Defendi
Presidente

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIGRAF
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocadas todas as empresas associadas ao **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDIGRAF**, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada, no dia **29.ABR.2025**, terça-feira, às 11h00, em primeira convocação, em sua sede localizada na Rua do Paraíso, 529, Sala Plenária, Paraíso, São Paulo – SP, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da **ORDEM DO DIA:** 01 - Aprovação da Ata da Assembleia Geral Ordinária anterior; 02 - Aprovação do parecer do Conselho Fiscal sobre as peças contábeis referentes ao exercício de 2024; 03 - Aprovação do balanço patrimonial, da demonstração de resultados, da demonstração de origem e aplicação de recursos, bem como dos relatórios gerenciais, referentes ao exercício de 2024. Não havendo número legal de empresas para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada uma hora após, ou seja, às 12h00, em segunda convocação, com qualquer número de empresas presentes. São Paulo, 17 de abril de 2025. Ricardo Marques Coube – Presidente.

BANCO LUSO BRASILEIRO S.A.
CNPJ 59.118.133/0001-00 - NIRE 35.300.119.894
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convidados os acionistas desta Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 10h, em sua sede social, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Pascoal Pais, 525, 14º andar, Vila Cordeiro, CEP 04581-060, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em **Assembleia Geral Ordinária**: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o Relatório da Administração, referentes ao exercício social findo em 31/12/2024; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2024 e a distribuição dos dividendos; (c) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (d) fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2025; e (e) informar que as futuras publicações legais passarão a ser realizadas no jornal O Estado de São Paulo em substituição ao jornal Folha de São Paulo. Em **Assembleia Geral Extraordinária**: (a) deliberar sobre o aumento do capital social, mediante a capitalização de Juros sobre Capital Próprio, conforme proposta do Conselho de Administração; (b) alterar a redação do artigo 5º do Estatuto Social, em caso de aprovação do aumento de capital; (c) alterar a redação do artigo 22 do Estatuto Social e (d) consolidar o Estatuto Social da Companhia. São Paulo (SP), 15 de abril de 2025. O Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 069/2025
Proc. Adm. nº. 250121043730000/2025
Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de **COLCHÕES DE CASAL, BERÇO E SOLTEIRO,** em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01 (um) ano. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 22/04/2025, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Default.aspx, na aba serviços para sua empresa, licitações e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) https://pncp.gov.br/app/editais?q=46522983000127&status=todos&pagina=1. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 07/05/2025, às 10h00min.**
Santana de Parnaíba, 16 de abril de 2025.
AUTORIDADE COMPETENTE

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SEESP. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO.
Pelo presente ficam convocados todos os engenheiros do Estado de São Paulo, associados deste Sindicato, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no próximo dia 24 de abril de 2025, às 13h em primeira convocação e às 13h30 em segunda convocação, com qualquer número de presentes, na Sede do Sindicato, situada na Rua Genebra, 25 nesta capital, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia, consoante determinado pelos Estatutos Sociais em vigor: a) aprovação das contas do Sindicato referentes ao período de janeiro/2024 a dezembro/2024. **São Paulo, 17 de abril de 2025. Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro - Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 070/2025
Proc. Adm. nº. 250311046057400/2025
Objeto: Registro de Preços para aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS** (café em pó, açúcar refinado e chá mate tostado), para atender as demandas de todas as secretarias deste município, pelo período de 01 (um) ano. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 22/04/2025, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Default.aspx, na aba serviços para sua empresa, licitações e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) https://pncp.gov.br/app/editais?q=46522983000127&status=todos&pagina=1. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 06/05/2025, às 10h00min.**
Santana de Parnaíba, 16 de abril de 2025.
AUTORIDADE COMPETENTE

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
tabe
ELIDILEI DE OLIVEIRA MARTINS, leiloeiro oficial, inscrito na JUCESP nº 1409, com escritório à Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1530 - 12º andar | Torre 4 - Itaim Bibi, São Paulo/SP - CEP 04543-900, autorizado pelo(a) **Credor(a) Fiduciário(a)**: Cooperativa de Crédito Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - **SICREDI Centro Oeste Paulista**, CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.153, Centro, Marília/SP, por Instrumento Particular de Contrato de Limite de Crédito com Pacto de Alienação Fiduciária, emitido em 17/11/2022, na qual figura(m) como **Devedor(es) Fiduciante(s)**: **ALESSANDRO LONGHI**, portador do CPF nº 253.068.908-96 e como **Devedora Solidária: ALESSANDRO LONGHI AÇOUGUE ME**, empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.638.654/0001-00, **promoverá** a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente On-line, do(s) imóvel(is) abaixo descrito(s), nas datas, hora e local infracitados, dentro dos parâmetros e na forma da lei 9.514/97. Local da realização dos leilões: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.tabaleiloes.com.br. Descrição do(s) imóvel(is): **Imóvel RURAL**, com área de 3,7204 hectares, ou 1,53 alqueires destacado de área maior, localizado no bairro Iacri, do município de Herculândia/SP. **Matrícula(s) nº: 59.050** do Cartório de Registro de Imóveis de Tupã/SP. **>1º Leilão: 22/04/2025, às 10:00h, >2º Leilão: 23/04/2025, às 10:00h.** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. Para as demais condições para participação e informações sobre o Leilão, favor consultar o Edital completo, no site www.tabaleiloes.com.br ou ligue (11) 3240-4680.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 054/2025
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES TACTEL E POLIESTER"
Processo Administrativo: 1.257/2024
Data e Hora do Pregão: 19/05/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor preço por lote
Modo da Disputa: Aberto
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim
UASG de atuação: 986921 - Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde Pública e Secretaria de Transportes, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 16 de abril de 2025
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

MS Administração e Participações S.A.
CNPJ nº 02.514.734/0001-01 - NIRE nº 35.300.159.063
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Nos termos do Artigo 6º, §1º, do Estatuto Social da MS Administração e Participações S.A. ("Companhia") e do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei das S.A."), ficam convocados os Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 24 de abril de 2025, **em formato exclusivamente digital**, com início previsto para as 11:00 horas, para deliberação sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (1.i) tomar as contas da Administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2024 e encerrado em 31 de dezembro de 2024; (1.ii) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício constante no item anterior; (1.iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (2.i) o aumento do capital social, sem a emissão de novas ações ordinárias ou preferenciais, mediante a incorporação de saldo de reservas; (2.ii) alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social mencionado no item anterior; e (2.iii) aprovação da nova redação do Estatuto Social da Companhia, nos termos deliberados nos itens 2.i e 2.ii retro. O link de acesso para a assembleia virtual e as orientações de acesso, bem como os documentos relacionados à Ordem do Dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.
São Paulo/SP, 14 de abril de 2025
Lucila Peluffo Zahran
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Chamamento Público nº 003/2025
Proc. Adm. nº 250.416.047.833.900/2025
Objeto: Constitui objeto deste Chamamento a **SELEÇÃO tem por objeto a contratação de ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE OPERACIONALIZAÇÃO, GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES, SERVIÇOS MÉDICOS E MULTIPROFISSIONAIS CONTINUADOS, NA LINHA INTEGRAL DE CUIDADOS, NO NOVO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL,** de acordo com as especificações, o quantitativo, a regulamentação do gerenciamento e a execução de atividades e serviços de saúde e as demais obrigações. Do Edital: O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 23/04/2025, na Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, 1283, 2º andar - Votuparim – Santana de Parnaíba/SP ou por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx, na aba serviços para sua empresa, "Licitações". **Data de Abertura:** 27/05/2025, às 10h00min.
Santana de Parnaíba, 16 de abril de 2025.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 052/2025
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO E ALARME"
Processo Administrativo: 19.743/2024-D
Data e Hora do Pregão: 16/05/2025 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor preço unitário
Modo de Disputa: Aberto
Tipo de Licitação: Ampla Concorrência; Cota Reservada de 25% para ME e EPP e Exclusiva para ME e EPP
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim
UASG de atuação: 986921 - Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através do Gabinete do Prefeito, Subsecretaria de Controle Interno, Subsecretaria de Ações de Cidadania, Subsecretaria de Assuntos da Juventude, Secretaria de Governo, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, Secretaria de Administração, Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Finanças, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Urbanismo, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras Públicas, Secretaria de Habitação, Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Trânsito, Secretaria de Transportes, Secretaria de Assuntos Institucionais, Secretaria de Cultura e Turismo e Secretaria de Esporte e Lazer, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.
Praia Grande, 14 de abril de 2025
JOSIE YABUTA DE LIMA HOLLANDA - Secretária Municipal de Planejamento

COMPANHIA METALÚRGICA PRADA CSN
CNPJ/MF nº 56.993.900/0001-31 - NIRE 35300048580
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025
Convocamos os Senhores Acionistas da Companhia Metalúrgica Prada ("Companhia"), para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), que se realizará **presencialmente** no dia **29 de abril de 2025, às 10:30h**, na sede social da Companhia, localizada na Rua Engenheiro Francisco Pitta Brito, nº 138, Jardim Promissão, São Paulo/SP, CEP 04.753-900, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) Aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (iv) Aprovar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2025. **Participação dos Acionistas na AGO e Apresentação de Documentos** - Poderão participar da AGO os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que realizem a apresentação da documentação exigida para participação. Constitui documentação exigida para participação na Assembleia: a) Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; b) Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; c) Acionista representado por procurador: Caso qualquer dos acionistas indicados acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGO que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta AGO a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas com uso da certificação ICP-Brasil. Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia.
São Paulo, 17 de abril de 2025.
Diretoria da Companhia

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 24/04/2025, às 11:30hs / 2º Público Leilão: 25/04/2025, às 11:30hs
FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1251, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG., autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Apartamento tipo nº 71A, localizado no 7º andar do Bloco A do Condomínio Edifício Concept Anália Franco, situado à Rua Afonso Calhamares, nº 244, na Vila Regente Feijó, 27º Subdistrito - Tatuapé, São Paulo/SP, contendo: área privativa de 100,570m²; área comum de 92,117m² (onde se inclui duas vagas na garagem coletiva); perfazendo a área total de 192,687m²; correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,7168% no terreno condominial. Imóvel objeto da Matrícula CNM: 113779.2.0246038-65 trasladada da Matrícula nº 246.038 do 9º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 1.274.626,06 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e seis centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 1.249.727,93 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e vinte e sete reais e noventa e três centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus, imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fiduciantes: ARTUR PEREIRA COSTA, brasileiro, administrador, nascido em 06/11/1957, RG: 34577852 SSP/SP, CPF: 380.256.685-06 e REGINA FOGAÇA GONÇALVES PEREIRA, brasileira, pedagoga, nascida em 10/10/1986, C.I: 44.404.815-7 SSP/SP, CPF: 345.764.688-04, casados entre si sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Prefeito João de Oliveira Torres, 364, apto 51, Bairro Jardim Anália Franco, São Paulo/SP, CEP: 03337-010, INTERVENIENTE(S) ANUENTE(S): JULIANA DE OLIVEIRA FARIAS FIORANELLI, brasileira, representante comercial, nascida em 08/07/1969, C.I: 30.875.021-9 SSP/SP, CPF: 375.263.528-21, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, residente e domiciliada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, Conjunto 1709, Bairro Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP: 04571-010 e ADIL BARACAT SAMARA, brasileiro, médico, nascido em 08/10/1969, C.I: 15.336.839 SSP/SP, CPF: 266.787.458-50, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, residente e domiciliado na Rua Saint Marie, 227, Bairro Vila Santa Helena, Campinas/SP CEP: 13106-832, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site www.francoleiloes.com.br.

ambiente

Vistoria no Cristo Redentor aponta risco de incêndio florestal, diz Iphan

Ofício do instituto do patrimônio indica mau estado de conservação da fiação elétrica dos refletores da estátua no Rio; Santuário diz que não foi notificado da inspeção

Gabriel Gama

SÃO PAULO Uma vistoria do Iphan (Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, identificou risco de incêndio na floresta ao redor da estátua. Segundo o órgão, as instalações elétricas da iluminação do monumento estão em condições precárias e a fiação dos refletores descumpre normas técnicas.

A informação consta em ofício enviado nesta segunda-feira (14) ao ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e à Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, entidade ligada à Igreja Católica. Ambos compartilham a gestão da área onde fica o Cristo Redentor, conhecida como Alto Corcovado. A estátua está inserida no Parque Nacional da Tijuca, uma unidade de conservação federal.

O Santuário Cristo Redentor, que ilumina o monumento em prol de campanhas sociais e eventos comerciais, afirmou à **Folha** que não foi notificado em caráter oficial pelo Iphan e que se manifestará somente após a formalização do ofício. O documento se encontra em base pública de pesquisa processual.

O Iphan solicita a revisão emergencial da rede elétrica do Cristo e pede a elaboração de projeto de melhoria do sistema de refletores. O relatório da vistoria, realizada no último dia 9, aponta que a conservação dos equipamentos de iluminação da estátua está em mau estado.

"Os refletores encontram-se desordenados e conectados a instalações elétricas fora do padrão. Ocasionam grande poluição visual e risco de incêndio na floresta que circunda o monumento", afirma o relatório.

Ainda segundo o Iphan, há falta de observância das normas técnicas para proteção da rede elétrica e dos requisitos mínimos para locais de grande circulação de público. A fiscalização também avistou um quati andando pela fiação da iluminação, um alerta de possíveis prejuízos à fauna local.



Projeção luminosa no Cristo Redentor, no Rio de Janeiro Santuário do Cristo Redentor - 27.fev.25/AFP



Dados cartográficos ©2025 Google

O ICMBio diz estar preocupado com as condições precárias das instalações dos equipamentos de iluminação, em especial "sobre o risco de incêndio na floresta de mata atlântica que ocupa a área e o entorno do monumento".

À reportagem, o Iphan explica que tem adotado uma posição cautelosa em relação às iluminações comemorativas ou de propaganda sobre o Cristo Redentor, já que o monumento é tombado a nível federal. A estátua também é nomeada patrimônio mundial da humanidade pela Unesco, agência da ONU para a educação, a ciência e a cultura.

A iluminação regular da estátua, sem cores ou efeitos de animação, não viola as normas do tombamento. "Contudo, iluminações comemorativas e com efeitos especiais sobre o monumento devem ser previamente aprovadas pelo Iphan, por se tratarem de intervenções que impactam a paisagem declarada patrimônio mundial", diz o órgão. Está prevista uma reunião com o Santuário para tratar do uso e preservação da área.

O ofício também alerta para o risco de incêndio no depósito de lixo dos restaurantes da permissionária Paineiras, detentora de um contrato de permissão de uso do espaço com o ICMBio. O Instituto Chico Mendes afirma que determinou a limpeza e organização imediata do local pela empresa e diz que realiza vistorias periódicas para observar as obrigações estabelecidas entre as partes.

Outro ponto abordado no documento é a necessidade da retirada de um andaime instalado pelo Santuário ao lado da estátua, que contém uma peça de propaganda do Jubileu 2025. A estrutura foi montada sem a autorização do Iphan. Questionado, o Santuário não comentou o caso.

A vistoria aconteceu na sequência da morte de um turista nas escadarias que levam à estátua em 16 de março. Na época, a visitação chegou a ser interditada.

Governo Lula propõe acordo de preços de hospedagem na COP30

COP30

Mariana Brasil

BRASÍLIA O governo Lula (PT) propôs nesta quarta-feira (16) um acordo aos representantes do setor hoteleiro para adequar os preços das hospedagens em Belém durante a COP30, conferência climática das Nações Unidas em novembro deste ano.

O TAC (termo de ajustamento de conduta), que deve ser assinado nos próximos dias, foi discutido pelos ministros Celso Sabino (Turismo) e Rui Costa (Casa Civil) com os representantes da categoria. O objetivo é assegurar que a capital paraense esteja preparada para receber os milhares de visitantes esperados e evitar preços abusivos na rede hoteleira.

A assinatura do termo deve ter a participação de representantes do Ministério da Justiça, por meio da Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) e entidades do setor hoteleiro de Belém, além das plataformas de hospedagem.

Na reunião desta quarta, Rui declarou que os preços cobrados nas diárias de hospedagem não podem ser exorbitantes. "Nem todos os países, delegações podem arcar com alguns dos valores anunciados. Queremos receber a todos e dar condições de que todos venham participar da COP30 e retornem aos seus países com uma boa experiência."

A conferência deve reunir chefes de Estado e governo, delegações internacionais, jornalistas e representantes da sociedade civil. Desde o anúncio de Belém como capital sede do evento, foram levantados questionamentos acerca da capacidade da cidade atender toda a demanda esperada no período.

O estado busca alternativas para lidar com a superlotação. Entre as medidas improvisadas, estão a ancoragem de navios de cruzeiro num porto de Outeiro, distrito de Belém, para oferta de leitos de luxo e a adaptação de escolas para oferta de vagas comuns. Com a falta de leitos, os motéis de Belém também entraram no preparo para oferecer hospedagem para os participantes do evento.



Antecipação da reunião de líderes reduzirá visitantes

Segundo projeções feitas pelos organizadores do encontro, a mudança da data da reunião de líderes da COP30 tem potencial de reduzir quase pela metade o número de pessoas presentes simultaneamente na capital paraense, de 50 mil para 30 mil.

Com o déficit de vagas, tanto o governo Lula quanto o Governo do Pará, de Helder Barbalho (MDB), tentam ampliar a oferta para atender de 40 mil a 50 mil visitantes na cúpula, que costuma reunir representantes dos mais de 190 países integrantes da convenção do clima da ONU. Atualmente há cerca de 18 mil leitos na cidade.

Como reação, a secretaria da COP30 já antecipou a data da reunião de líderes, que aconteceria logo antes das datas da conferência —de 10 a 21 de novembro—, para a semana anterior, mirando reduzir a circulação de pessoas na mesma época. A cúpula de chefes de Estado e governo ocorrerá então em 6 e 7 de novembro.



Representação artística do planeta K2-18b, que tem gases que podem indicar vida microbiana N. Madhusudhan/Universidade de Cambridge/AFP

Cientistas encontram evidência mais forte até agora de vida fora da Terra

Telescópio Webb detectou impressões químicas de gases que aqui são produzidos apenas por processos biológicos; especialistas pedem cautela com conclusões

Will Dunham

WASHINGTON | REUTERS Em uma potencial descoberta histórica, cientistas usando o Telescópio Espacial James Webb obtiveram o que chamam de sinais mais fortes até agora de possível vida além do nosso Sistema Solar, ao detectar na atmosfera de um planeta alienígena as impressões químicas de gases que na Terra são produzidos apenas por processos biológicos.

Os dois gases —dimetil sulfeto, ou DMS, e dimetil dissulfeto, ou DMDS— envolvidos nas observações do Webb do planeta denominado K2-18b são gerados na Terra por organismos vivos, principalmente vida microbiana como fitoplâncton marinho —algas.

Isso sugere que o planeta pode estar repleto de vida microbiana, disseram os pesquisadores. Eles enfatizaram, no entanto, que não estão anunciando a descoberta de organismos vivos reais, mas sim uma possível biossignatura —um indicador de um processo biológico— e que os resultados devem ser vistos com cautela, sendo necessárias mais observações.

Mesmo assim, eles expressaram entusiasmo. Estes são os primeiros indícios de um mundo alienígena que possivelmente é habitado, disse o astrofísico Nikku Madhusudhan do Instituto de Astronomia da Universidade de Cambridge, autor principal do estudo publicado no Astrophysical Journal Letters.

"Este é um momento transformador na busca por vida além do Sistema Solar, onde demonstramos que é possível detectar biossignaturas em planetas potencialmente habitáveis com as instalações atuais. Entramos na era da astrobiologia observacional", disse Madhusudhan.

Ele lembrou que existem vários esforços em andamento buscando sinais de vida em nosso Sistema Solar, incluindo várias alegações de ambientes que podem ser propícios à vida em lugares como Marte, Vênus e várias luas geladas.

K2-18b tem 8,6 vezes a massa da Terra e um diâmetro cerca de 2,6 vezes maior que o nosso planeta. Ele orbita na "zona habitável" —uma distância onde a água líquida, um ingrediente-chave para a vida, pode existir na superfície planetária— ao redor de uma estrela anã vermelha menor e menos luminosa que o nosso Sol, localizada a cerca de 124 anos-luz da Terra na constelação de Leão. Um ano-luz é a distância que a luz percorre em um ano, 5,9 trilhões de milhas (9,5 trilhões de km). Um outro planeta também foi identificado orbitando esta estrela.

Cerca de 5.800 planetas fora do nosso Sistema Solar, chamados exoplanetas, foram descobertos desde a década de 1990. Cientistas levantaram a hipótese da existência de exoplanetas chamados mundos hiceanos —cobertos por um oceano de água líquida habitável por microrganismos e com uma atmosfera rica em hidrogênio.

Observações anteriores do Webb, que foi lançado em 2021 e opera desde 2022, identificaram metano e dióxido de carbono na atmosfera de K2-18b, a primeira vez que moléculas à base de carbono foram descobertas na atmosfera de um exoplaneta na zona habitável de uma estrela.

"O único cenário que atualmente explica todos os dados obtidos até agora pelo JWST [Telescópio Espacial James Webb], incluindo as observações passadas e presentes, é aquele em que K2-18b é um mundo hiceano repleto de vida", disse Madhusudhan. "No entanto, precisamos ser abertos e continuar explorando outros cenários."

Madhusudhan disse que com mundos hiceanos, se existirem, "estamos falando de vida microbiana, possivelmente como o que vemos nos oceanos da Terra". Seus oceanos são hipoteticamente mais quentes que os da Terra. Questionado sobre possíveis organismos multicelulares ou mesmo vida inteligente, Madhusudhan disse: "Não seremos capazes de responder a esta questão neste estágio. A suposição básica é de vida microbiana simples."

DMS e DMDS, ambos da mesma família química, foram previstos como importantes biossignaturas de exoplanetas. Webb descobriu que um ou outro, ou possivelmente ambos, estavam presentes na atmosfera do planeta com um nível de confiança de 99,7%, o que significa que ainda há uma chance de 0,3% de a observação ser uma anomalia estatística.

Os gases foram detectados em concentrações atmosféricas de mais de dez partes por milhão em volume. "Como referência, isso é milhares de vezes maior que suas concentrações na atmosfera da Terra, e não pode ser explicado sem atividade biológica com base no conhecimento existente", disse Madhusudhan.

Cientistas não envolvidos no estudo aconselharam circunspecção. "Os ricos dados de K2-18b o tornam um mundo tentador", disse Christopher Glein, cientista principal da Divisão de Ciências Espaciais do Southwest Research Institute no Texas. "Estes últimos dados são uma contribuição valiosa para nossa compreensão. No entanto, devemos ser muito cuidadosos para testar os dados o mais minuciosamente possível. Estou ansioso para ver trabalhos adicionais e independentes sobre a análise de dados começando já na próxima semana."

K2-18b pertence à classe de planetas "sub-Netuno", com um diâmetro maior que o da Terra, mas menor que o de Netuno, o menor planeta gasoso do Sistema Solar.

Para determinar a composição química da atmosfera de um exoplaneta, os astrônomos analisam a luz de sua estrela hospedeira enquanto o planeta passa na frente dela a partir da perspectiva da Terra, chamado método de trânsito. À medida que o planeta transita, Webb pode detectar uma diminuição no brilho estelar, e uma pequena fração da luz estelar passa pela atmosfera planetária antes de ser detectada pelo telescópio. Isso permite aos cientistas determinar os gases constituintes da atmosfera do planeta.

Observações anteriores do Webb deste planeta forneceram uma pista tentativa de DMS. Suas novas observações usaram um instrumento diferente e uma faixa de comprimento de onda de luz diferente.

O "Santo Graal" da ciência de exoplanetas, disse Madhusudhan, é encontrar evidências de vida em um planeta semelhante à Terra além do nosso Sistema Solar. Madhusudhan disse que nossa espécie por milhares de anos tem se perguntado se "estamos sozinhos" no Universo, e agora pode estar a apenas alguns anos de detectar possível vida alienígena em um mundo hiceano.

Mas Madhusudhan ainda pediu cautela. "Primeiro, precisamos repetir as observações duas a três vezes para garantir que o sinal que estamos vendo seja robusto e para aumentar a significância da detecção" para o nível em que as chances de uma anomalia estatística estejam abaixo de aproximadamente 1 em 1 milhão, disse Madhusudhan.

"Segundo, precisamos de mais estudos teóricos e experimentais para ter certeza se existe ou não outro mecanismo abiótico [um que não envolva processos biológicos] para produzir DMS ou DMDS em uma atmosfera planetária como a de K2-18b. [...] Precisamos permanecer abertos e buscar outras possibilidades."

Portanto, os resultados são "um grande se" sobre se as observações são devidas à vida, e não é "do interesse de ninguém afirmar prematuramente que detectamos vida", disse Madhusudhan.

> **Este é um momento transformador na busca por vida além do Sistema Solar, onde demonstramos que é possível detectar biossignaturas em planetas potencialmente habitáveis com as instalações atuais**
>
> **Nikku Madhusudhan**
> astrofísico da Universidade de Cambridge e autor principal do estudo

> **Estes últimos dados são uma contribuição valiosa para nossa compreensão. No entanto, devemos ser muito cuidadosos para testar os dados o mais minuciosamente possível**
>
> **Christopher Glein**
> divisão de Ciências Espaciais do Southwest Research Institute, no Texas

Eufrázio

Bruno Henrique e irmão combinaram cartão, indica diálogo obtido pela PF

O atacante, Wander Nunes Pinto Junior e mais oito pessoas foram indiciados, na última segunda-feira (14), sob suspeita de praticar fraude em competição esportiva

Constança Rezende

Celso Pupo/Fotoarena/Folhapress



O atleta no aquecimento do jogo contra o Juventude ontem, no Maracanã; ele entrou nos minutos finais da partida, vencida por 6 a 0 pelo Flamengo

BRASÍLIA Diálogos obtidos pela Polícia Federal entre o atacante Bruno Henrique, do Flamengo, e seu irmão, Wander Nunes Pinto Junior, indicam um suposto esquema para combinar o recebimento de cartão amarelo para obter lucro em apostas.

Ambos foram indiciados, na última segunda-feira (14), sob suspeita de fraude em competição esportiva. O caso foi noticiado inicialmente pelo Metrópoles nesta terça-feira (15) e confirmado pela **Folha**.

Uma das trocas de mensagens, segundo a PF, indica que Bruno Henrique passou a Wander informações antecipadas sobre o recebimento de um cartão amarelo pelo atleta na partida disputada entre Flamengo e Santos, no início de novembro de 2023, no Campeonato Brasileiro.

Para a polícia, chamou a atenção o trecho em que Bruno Henrique, questionado por Wander se aguentaria ficar até a data da partida sem receber um cartão, responde que não iria reclamar e só receberia cartão caso "entrasse forte em alguém".

Diante disso, Wander responde informando que iria "guardar dinheiro", supostamente para realizar a aposta fraudulenta e ainda afirma que seria um "investimento com sucesso".

Nos diálogos anexados pela PF no processo, de agosto de 2023, Wander pergunta se o jogador está com dois cartões no torneio, ao que este responde "Sim". Wander segue: "Quando o pessoal mandar tomar o 3 liga nós hein kkkk". Bruno responde: "Contra o Santos".

Wander se refere nas mensagens à data de "29 de outubro", acrescentando "Será que você vai aguentar ficar até lá sem cartão kkkkkk", ao que o jogador responde: "Não vou reclamar", "Só se eu entrar forte em alguém". Em seguida, o irmão do atleta fala: "Boua já vou guardar o dinheiro investimento com sucesso".

Durante a partida, ocorrida no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília, Bruno Henrique foi advertido, nos acréscimos, com dois cartões, sendo um amarelo e outro vermelho.

Segundo a PF, no transcurso do jogo, boa parte dos apostadores trocou mensagens entre si, com teor de preocupação pela demora no recebimento de cartão pelo jogador, e, ao fim, com manifestações efusivas quando da aplicação do cartão.

Em novembro de 2024, o atleta foi um dos alvos de uma operação da PF e do Gaeco (Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado), da Promotoria do Distrito Federal, relacionada a apostas em um cartão do jogador que teriam sido feitas por familiares do atleta.

Além do jogador do Flamengo, o irmão Wander e outras oito pessoas foram indiciadas. No grupo está a mulher do irmão, Ludymilla Araujo Lima, e uma prima do atleta, chamada Poliana Ester Nunes Cardoso. Os três teriam feito apostas relacionadas ao cartão, em jogo contra o Santos pelo Brasileiro de 2023.

Questionada, a assessoria de Bruno Henrique informou que não vai se manifestar. A **Folha** não conseguiu contato com os familiares dele, também indiciados.

A Polícia Federal disse que não irá se manifestar sobre o caso.

Em nota, o Flamengo afirmou que não foi comunicado oficialmente. "O clube tem compromisso com o cumprimento das regras de fair play desportivo, mas defende, por igual, a aplicação do princípio constitucional da presunção de inocência e o devido processo legal, com ênfase no contraditório e na ampla defesa, valores que sustentam o estado democrático de direito."

Na operação feita em novembro, policiais federais e agentes do Gaeco foram ao Ninho do Urubu, o centro de treinamento do Flamengo, no Rio, para cumprir mandados de busca e apreensão. Também foram a casa do jogador, que entregou aparelhos eletrônicos aos agentes. Naquela etapa da investigação, Bruno Henrique já era investigado pelo cartão amarelo que recebeu aos 50 minutos do segundo tempo do jogo entre Flamengo e Santos, pelo Brasileiro de 2023, em Brasília.

A possível manipulação no jogo contra o Santos foi apurada a partir de um relatório da Ibia (International Betting Integrity Association) e da Sportradar, que fazem análises de risco do mercado de apostas. A suspeita foi levada à CBF e ao Ministério da Fazenda.



Atleta pode pegar até seis anos de prisão

Caso seja condenado por fraude em competição esportiva, Bruno Henrique, do Flamengo, pode pegar pena de dois a seis anos de reclusão, além de pagar multa de até R$ 100 mil.

O Código de Ética da CBF ainda prevê até a possibilidade de banimento do atleta, mas um cenário considerado pouco provável, dizem especialistas.

O jogador foi indiciado pela Polícia Federal na terça (15) com base no art. 200 da Lei Geral do Esporte, que trata da conduta de fraudar ou contribuir para que se fraude o resultado de uma competição esportiva, por supostamente forçar cartão amarelo em jogo entre Flamengo e Santos pelo Brasileiro de 2023, em Brasília.

Segundo especialistas, o artigo 200 da Lei Geral do Esporte se aplica quando há prova ou indício consistente de que o atleta agiu intencionalmente para alterar o curso natural da partida, visando beneficiar resultado ligado a apostas.

Comunicações de três bets concorrentes reforçaram a suspeita

BRASÍLIA Comunicações similares de três operadoras de apostas concorrentes reforçaram as suspeitas de manipulação de mercado de cartões, ou "spot-fixing", segundo o inquérito da Polícia Federal que resultou no indiciamento do atacante Bruno Henrique, do Flamengo, na última segunda-feira (14).

O órgão também afirmou que duas empresas de integridade esportiva concluíram pela mesma análise de suspeita de fraude na partida em que o jogador atuou. Um destes relatórios contou que causou preocupação, do ponto de vista da integridade, o volume de apostas para que Bruno Henrique recebesse um cartão.

Questionada, a assessoria de Bruno Henrique informou que não vai se manifestar. A **Folha** não conseguiu contato com os familiares dele, também indiciados.

Outra teria relatado a ocorrência de nove apostas do valor máximo nesse quesito em aproximadamente três horas, sendo a maioria destas oriunda de contas recém-criadas.

A localização dos apostadores também chamou a atenção da operadora pela grande concentração de apostas sediadas em Belo Horizonte (MG), cidade de Bruno Henrique.

De acordo com uma das operadoras, 98% das apostas do mercado de cartões foram direcionadas ao atleta do Flamengo, o que a fez, pela suspeita de manipulação, suspender a oferta desse mercado um dia antes do jogo.

Uma delas teria oferecido a probabilidade de 32% de sucesso de Bruno ser advertido com um cartão pela arbitragem na partida, considerando o recebimento, até aquele momento, de sete cartões amarelos pelo atleta nas 38 partidas anteriores disputadas.

"Aspectos lógicos não poderiam explicar o anormal interesse dos apostadores no recebimento de cartão por Bruno Henrique", afirma o documento.

O relatório apontou para a hipótese de conhecimento prévio dos apostadores no recebimento de cartões pelo atleta, "o que também pressupõe, nessa ótica, a participação do mesmo e sua vinculação direta ou indireta com os apostadores".

A FP teve acesso a mensagens entre Bruno Henrique e o irmão, Wander Nunes Pinto Junior, que "apontam que aquele teria, de forma expressa, fornecido informações privilegiadas ao irmão a respeito do recebimento de cartão na partida sob investigação".

Ainda de acordo com a polícia, uma das empresas suspendeu o pagamento dos prêmios em virtude da suspeita de fraude, no pós-jogo e nos dias subsequentes, chegando em alguns casos até a meses depois, com diversas conversas sobre o tema.

E em conversas com familiares e amigos Wander relatou a preocupação com a suspensão de repasses de prêmios relacionados a esta aposta. Numa delas, ele pergunta a um amigo se uma das empresas já pagou, e tem resposta negativa: "Nada viado". Na sequência, os interlocutores questionam o fato de a empresa não ter pago o prêmio das apostas relacionadas ao cartão de Bruno Henrique. Em um dos trechos da conversa, Wander questiona: "Investigação de que?" e mais a frente afirma: "Vai da nada não".

As conversas obtidas pela PF, de 7 de outubro de 2023, indicam ainda que o atacante buscou contas de outras pessoas em suposto esquema fraudulento de apostas em corridas de cavalos.

Em uma das mensagens, ele questiona se o irmão conseguiria transferir Pix valor alto de sua conta. O irmão responde ao atleta que poderia e pergunta qual o valor. Bruno Henrique diz "10 conto". As mensagens seguem até o jogador informar: "Vc não pode ser" e "Temos nomes igual". CR

98%

das apostas do mercado de cartões, em uma das operadoras, foram direcionadas a Bruno Henrique, do Flamengo, o que levou a empresa, suspeitando de manipulação, a suspender a oferta desse mercado um antes do jogo entre Flamengo e Santos, realizado em 1º de novembro de 2023, em Brasília, com vitória santista por 2 a 1.

Eufrázio

Mais uma vítima das apostas

Atacante Bruno Henrique é indiciado por manipulação e paga o preço da ignorância

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Não há como passar a mão na cabeça de atleta, aos 34 anos, de longa carreira, perto do fim, não apenas pela idade, mas pelo que as provas contra ele devem conduzir.

Difícil acreditar em ingenuidade, fácil perceber a ignorância, o despreparo para avaliar a gravidade do ato cometido, apesar de tão inteligente em campo.

Haverá quem o defenda, e advogado habilidoso poderá fazer de VTNC outro "Vim Trabalhar no Cruzeiro", como fez o de Dudu ao perder as estribeiras com Leila Pereira, presidenta do Palmeiras.

Haverá também quem atribua a acusação ao fato de Bruno Henrique ser negro, esquecido de que Lucas Paquetá é branco e está sob a mesma fuzilaria.

Temos ainda Luiz Henrique, que de melhor jogador no Brasileiro passado virou, estranhamente, exilado na Rússia, fora das competições internacionais por hipocrisia da Fifa, que não pune nem Israel, nem os EUA, a nação mais intervencionista do planeta.

Casos tristes, deprimentes e nada surpreendentes.

Inevitável acontecer neste Brasileirão Betano, disputado pelo Atlético Mineiro H2 Bet, Bahia Viva Sorte Bet, Botafogo Vbet, Ceará Esportes da Sorte, Corinthians Esportes da Sorte, Cruzeiro Betfair, Flamengo PixBet, Fluminense Superbet, Fortaleza Cassino, Grêmio Alfa.bet, Internacional Alfa, Juventude Stake.com, Palmeiras Sportingbet, Santos Blaze, São Paulo Superbet, Sport Betnacional, Vasco Betfair e Vitória 7kBet.

Difícil acreditar em ingenuidade, fácil perceber a ignorância, o despreparo para avaliar a gravidade do ato cometido, apesar de tão inteligente em campo

Só Bragantino e Mirassol escapam de casas de apostas como patrocinadores master, embora contem com o apoio secundário da Betfast e 7kBet, respectivamente.

Inevitável acontecer sob campanhas intensas estreladas por comunicadores que, em sua maioria, como Bruno Henrique, Luiz Henrique e Lucas Paquetá, não precisam de nenhum tostão a mais para viver dignamente, mas cujas ganâncias pisoteiam ética, bons costumes e saúde pública.

Tudo bem. Há até os que também fazem, de um lado, propaganda de bebidas alcoólicas, que criam dependência como a jogatina, e, do outro lado, de empresas de saúde privada.

"Beba Brahma, aposte com a Betnacional e corra para a Amil", combo melhor não há, pode apostar.

Era tão óbvio que o esporte seria contaminado pelo tsunami da jogatina —algo até cansativo de repetir e digno de pedir desculpas à rara leitora e ao raro leitor. Aparecerão também os cínicos com seus discursos "eu apenas anuncio, peço moderação e não sou responsável se alguém faz mau uso do anunciado". Outros casos aparecerão, muitos outros.

O esporte perde por KO, nocaute em inglês.

Ou seria por KTO? Do You "Know The Odds"?

Champions

Que sufoco viveram Barcelona e PSG para chegar às semifinais da Liga dos Campeões! O time catalão escapou por um triz, em jogo de quatro gols alemães, como o Borussia Dortmund precisava para levar o jogo à prorrogação. Para azar dos germânicos, um gols foi contra, no 3 a 1 que permitiu a classificação espanhola. Já o PSG só sobreviveu ao Aston Villa depois do 3 a 1 em Paris porque, em Birmingham, o goleiro Donnarumma fez dois milagres e, quando vencido, viu o zagueiro Pacho salvar o que seria o 4 a 2.

Arsenal e Inter resistiram a Real Madrid e Bayern de Munique.

Quem ganhou na ida, classificou na volta.

DOM. Tostão, Juca Kfouri SEG. Juca Kfouri
TER. Sandro Macedo QUA. Tostão QUI. Juca Kfouri
SEX. No Corre, O Mundo é uma Bola SAB. Marina Izidro



Santos vence a primeira no Brasileiro, e Neymar sai contundido

O jogador deixa o campo da Vila Belmiro aos 33 minutos do primeiro tempo contra o Atlético-MG com dores na coxa esquerda; a equipe paulista venceu por 2 a 0, gols de Zé Ivaldo e Barreal Thiago Bernardes/Reuters

Arsenal elimina Real Madrid e deixa Carlo Ancelotti sob pressão

Em casa, os atuais campeões da Champions perdem novamente para os ingleses, por 2 a 1



O técnico Carlo Ancelotti, do Real, que está sob pressão após a derrota para o Arsenal e a eliminação da Champions Pierre-Philippe Marcou/AFP

Luciano Trindade

SÃO PAULO Dessa vez, nem o peso da camisa ajudou o Real Madrid. E pior: em casa, a equipe foi novamente derrotada pelo Arsenal, por 2 a 1, nesta quarta (16). Todos os gols saíram no 2º tempo: Saka abriu o marcador, Vinicius Junior empatou e Martinelli, nos acréscimos, deu a vitória aos ingleses.

Acostumado a viradas, o Real Madrid pagou o preço pelo fraco jogo que fez na Inglaterra, na primeira perna, quando perdeu de 3 a 0 e viu o goleiro Courtois ainda ser um dos melhores em campo.

Nesta quarta, o camisa 1 do Real, aos 12 minutos, pegou pênalti cobrado por Saka. Mas Saka se redimiu e abriu o placar na segunda etapa. Só depois desse golpe a equipe de Carlo Ancelotti reagiu. Dois minutos depois, Vinicius Jr. empatou. Foi o 105º gol do camisa 7 pela equipe de Madri, fazendo dele o brasileiro com maior número de gols pelo clube, superando Ronaldo, que somou 104. Só que parou aí. E Martinelli fez 2 a 1 para o Arsenal, que volta à semifinal da Champions após 16 anos.

A queda pressiona mais o Ancelotti no Real. O time está em segundo no Espanhol, a quatro pontos do líder Barcelona, a sete rodadas do final. E pegará o arquirrival na decisão da Copa do Rei, no dia 26. O técnico aposta que fica. "Creio que não [serei demitido]." No último fim de semana, disse que falaria sobre seu futuro "ao fim da temporada" e que o clube sempre o apoiou "nos momentos de dificuldade". A imprensa espanhola, porém, informa que tudo depende dos resultados na reta final da temporada.

A CBF observa a situação de Ancelotti. O presidente Ednaldo Rodrigues não esconde admiração pelo italiano.

Augusto Melo presta depoimento de mais de três horas sobre o caso VaideBet

SÃO PAULO Durou mais de três horas o depoimento do presidente do Corinthians, Augusto Melo, no Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania e da terceira delegacia, especializada em lavagem de dinheiro, no inquérito que investiga o contrato do clube com sua ex-patrocinadora máster, a casa de apostas VaideBet.

A investigação teve início a partir das suspeitas levantadas pelo pagamento da comissão de R$ 25,2 milhões para Alex Fernando André, o Alex Cassundé, que teria sido o intermediário do acordo, encerrado em junho do ano passado.

Ouvido na condição de investigado, Melo foi um dos últimos convocados pela polícia, que deve encerrar o inquérito até a primeira semana de maio, quando serão anunciados os nomes dos indiciados.

Melo chegou ao DPPC nesta quarta (16) por volta das 14h, uma hora antes do previsto. Ele estava com seu advogado, Augusto Cury, da assessoria do clube, e seguranças. Na saída do local, ele tentou transmitir tranquilidade. Disse que teve uma conversa "muito cordial" e que sua "verdade é uma só".

Questionado sobre a presença de Cassundé na negociações com a VaideBet, o cartola foi interrompido por Cury. O defensor disse que orientou seu cliente a manter sigilo sobre partes técnicas do inquérito.

O mandatário, porém, disse que seu contato com o intermediário "só foi lá no começo e depois o jurídico [do clube] cuidou de tudo". Segundo ele, "tudo está documentado".

Cury afirmou que Augusto Melo só depôs agora a pedido das autoridades. "Quem define o ritmo, o prosseguimento, é a polícia. Não temos como atropelar os ritos."

CASAFOLHA
CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

APRENDA COMO ATLETAS OLÍMPICOS CUIDAM DA MENTE
E COMO VOCÊ PODE FAZER O MESMO



Psicóloga clínica do esporte, é referência no atendimento de medalhistas olímpicos, como a ginasta Rebeca Andrade.

ALINE WOLFF
comanda o curso:

Preparação mental e o equilíbrio das emoções

Conheça as 11 aulas deste curso:

- AULA 1 – Da faculdade ao Comitê Olímpico do Brasil
- AULA 2 – Psicologia do esporte
- AULA 3 – Terapia cognitivo-comportamental
- AULA 4 – Terapia focada nas emoções
- AULA 5 – Enfrentando oscilações de desempenho
- AULA 6 – Como facilitar o bom desempenho
- AULA 7 – O que é o 'flow'
- AULA 8 – Foco
- AULA 9 – Motivação
- AULA 10 – Estabelecendo metas
- AULA 11 – Performance sustentável

Assine agora

e aproveite a oferta exclusiva.

DE ~~R$ 59,90*~~ POR APENAS 12x de R$ 19,90 /MÊS.

*PROMOÇÃO VÁLIDA PARA O PLANO ANUAL.



FOLHA DE S.PAULO ★★★

Já é assinante Folha? Acesse: casafolhasp.com.br/upgrade e faça o upgrade de sua assinatura.



Terceira edição de jogos indígenas é realizada no Amazonas

Crianças brincam no rio Solimões durante os Jogos e Danças Interculturais Indígenas de Alvarães, na aldeia marajaí, nesta quarta (16), que terão a participação de 16 povos da região e servirão como manifesto para a importância da demarcação de terras indígenas, a preservação dos recursos naturais e a o resgate da cultura indígena Michael Dantas/AFP

TUDO A LER

Isadora Laviola
Estagiária de Livros

O controverso e brilhante Mario Vargas Llosa

A presença do italiano Sandro Veronesi na Flip, a volta do americano Thomas Pynchon e o livro de memórias da compositora Patti Smith são destaques

Mario Vargas Llosa, morto no último domingo (13), construiu uma obra literária imensa, mesclando ficção a elementos da realidade que via em seu país natal, Peru, e seu entorno. "Em suas páginas, estão as ditaduras, a corrupção política e os conflitos sociais de toda a América Latina", escreve a colunista Sylvia Colombo.

O autor e sua obra vencedora do Nobel de Literatura sempre se entrelaçaram à política. Sua trajetória começou no movimento comunista na época de estudante, por isso sua guinada à direita nos anos 1970 surpreendeu —ele chegou até a disputar uma eleição presidencial, em 1990, pela coalizão liberal de direita Frente Demócrata.

Com seu deslizamento em direção ao conservadorismo —inclusive ao de tendência autoritária, como no apoio à Keiko Fujimori—, a crítica de sua obra passou a ser contaminada por questionamentos a suas opiniões políticas. Acende-se então o velho debate: é possível separar o autor da obra?

"Pelas lentes de atores no lado oposto ao de Vargas Llosa no espectro político, o escritor foi alvo de ressalvas, mas não de indiferença", aponta a pesquisadora Fernanda Lobo. E segundo diz o escritor Milton Hatoum, no artigo que escreveu para a **Folha**, nenhuma posição política "ofusca o brilho do grande romancista".

Já o professor Júlio Pimentel Filho deixa para outros "os justos questionamentos ideológicos: me interessa o escritor extraordinário que publicou mais de 20 obras de ficção".

Eles fazem coro ao próprio Vargas Llosa que, ao vencer o Nobel em 2010, afirmou: "A boa literatura cria pontes entre pessoas diferentes, fazendo-nos gozar, sofrer ou nos surpreendermos, nos une sobre as barreiras das línguas, crenças, costumes e preconceitos que nos separam".

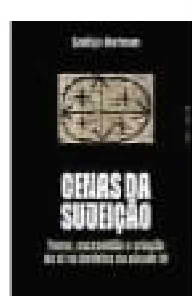
ACABOU DE CHEGAR





'Santo de Casa'
EDITORA Record, **PREÇO** R$ 69,90 (192 págs.)

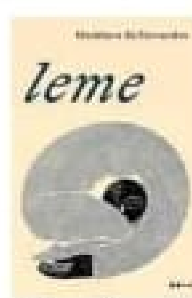
A obra, de Stefano Volp, busca mostrar, através de um cenário marcado pela violência parental e pela crise da masculinidade, que a felicidade pode existir mesmo em meio à dor. Criado com seis irmãos, o autor traz para seu novo romance experiências que viveu em casa e que testemunhou nas famílias de seus vizinhos. Na obra, três irmãos se reúnem para organizar o enterro do pai, um homem reverenciado por sua comunidade e temido por sua família.





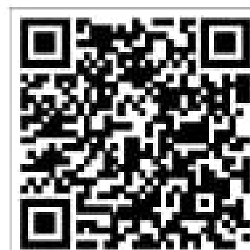
'Cenas da Sujeição'
TRADUÇÃO Fernanda Silva e Sousa e Marcelo R. S. Ribeiro, **EDITORA** Fósforo, **PREÇO** R$ 129,90 (528 págs.)

O livro questiona os conceitos de progresso e liberdade nos Estados Unidos. A autora Saidiya Hartman mostra que, no país que instaurou um sistema segregacionista logo após abolir a escravidão, o passado parece inacabado. "As violências escorrem por entre as páginas do livro, se mostrando como parte constitutiva da vida cotidiana da população negra", descreve a crítica Ynaê Lopes dos Santos.



'Leme'
EDITORA Todavia, **PREÇO** R$ 64,90 (136 págs.) e R$ 44,90 (ebook)

É a história de um relacionamento abusivo pelos olhos de uma criança que ouve sua mãe e o padrasto do quarto ao lado, sem entender por que discutem. A narradora é a própria autora Madalena Sá Fernandes, que testemunhou cenas de violência em casa por 12 anos. A autora conta ao repórter João Gabriel de Lima que teve como inspiração textos de Virginia Woolf sobre o pai dela, um homem explosivo.



Acesse o QR Code para se inscrever



Além dos Livros

Os Retornados Aos 20 anos, impedido de sair da região do Golfo da Guiné por causa da guerra, Carlos Fonseca encontrou brasileiros e, depois, passou 40 anos pesquisando de onde eles vieram. E escreveu "Os Retornados", com a história de escravizados libertos e descendentes que deixaram o Brasil e voltaram à África.

Persephone Books Fundada em 1999, a editora britânica é pioneira na publicação de "ficção esquecida" de mulheres. E se especializou em resgatar obras que foram negligenciadas.

Capital Mundial do Livro O Rio de Janeiro foi escolhido pela Unesco e prepara série de eventos neste ano.

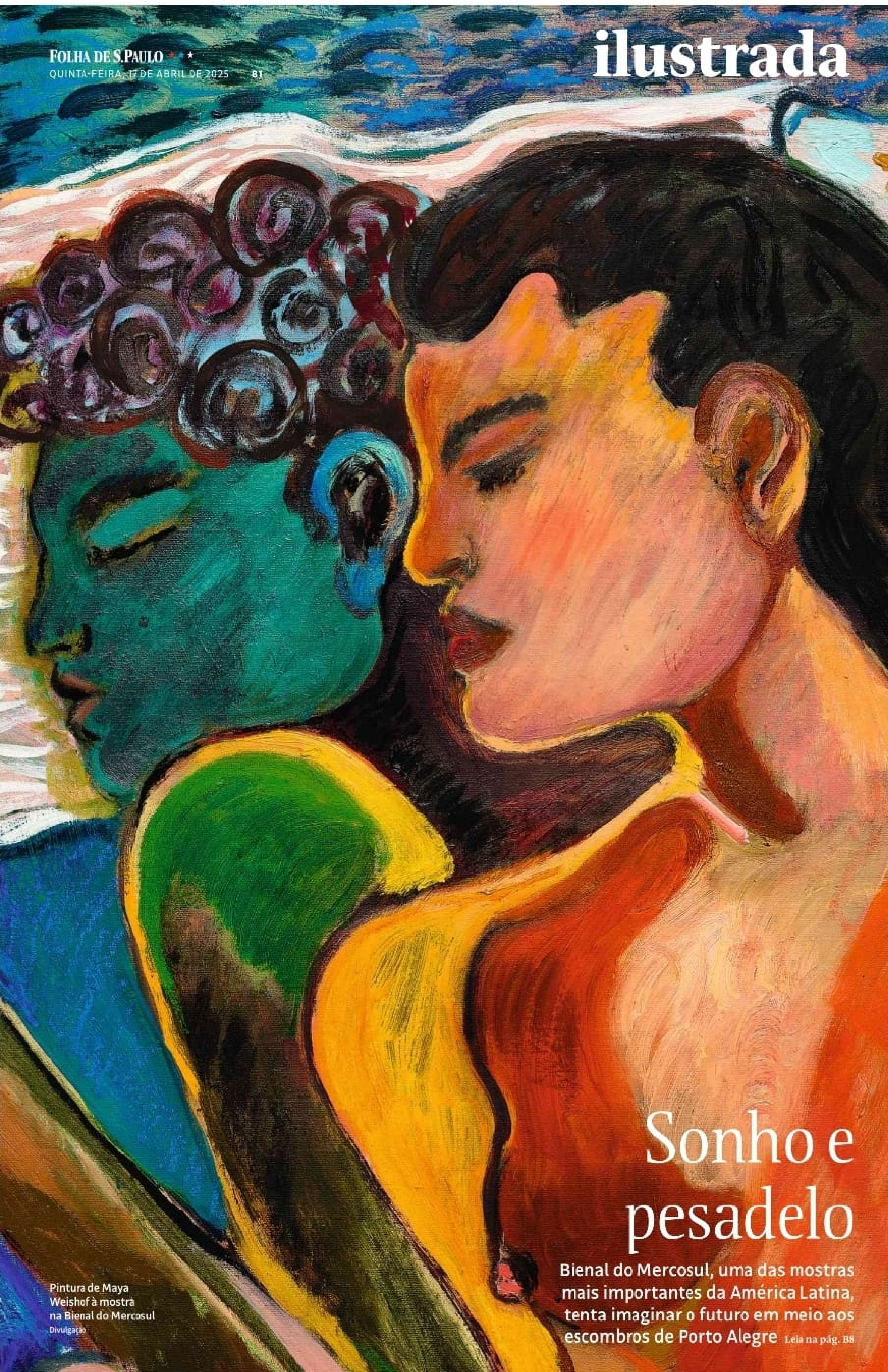
E MAIS

SANDRO VERONESI O italiano virá lançar "Setembro Negro" no Brasil após o sucesso de seu "O Colibri", romance mais vendido da Autêntica Contemporânea em 2024. Para o editor Walter Porto, o sucesso de Veronesi aqui deve aumentar quando ele vier à Flip como convidado, em julho. Veronesi sente que seus livros são mais bem compreendidos em países em que as relações familiares são mais estreitas, como os latinos.

THOMAS PYNCHON A Companhia das Letras comprou os direitos para traduzir e publicar o novo romance do americano no Brasil. Após 12 anos, o escritor Thomas Pynchon volta com o romance "Shadow Ticket". O livro é um noir passado durante a Grande Depressão, em que um detetive em busca da herdeira de um império de queijo se vê no meio de nazistas e espiões soviéticos.

PATTI SMITH "Levei uma década para escrever este livro, lidando com a beleza e a tristeza de uma vida", disse a compositora Patti Smith, sobre seu novo livro de memórias. "Bread of Angels" será lançado no Brasil em 2026 pela Companhia das Letras. O volume, conta o jornalista Walter Porto, vai cobrir os 78 anos de vida da cantora, desde a infância na Filadélfia, a ascensão como estrela do punk nos anos 1970 e a decisão de se recolher dos holofotes.

Eufrázio



FOLHA DE S.PAULO ★★★
QUINTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2025 B1

ilustrada

Sonho e pesadelo

Bienal do Mercosul, uma das mostras mais importantes da América Latina, tenta imaginar o futuro em meio aos escombros de Porto Alegre Leia na pág. B8

Pintura de Maya Weishof à mostra na Bienal do Mercosul
Divulgação

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

EFEITO TRUMP

A Embaixada dos Estados Unidos afirmou na quarta (16) que o país só reconhece "dois sexos, masculino e feminino, considerados imutáveis desde o nascimento".

REGISTRO O órgão respondeu a um questionamento feito pela coluna sobre o fato de ter concedido visto para a deputada Erika Hilton (PSOL-SP), que é trans, identificando-a com o gênero masculino.

REGISTRO 2 Os documentos apresentados pela parlamentar ao fazer a solicitação a definem como do gênero feminino. Um visto anterior emitido pela mesma embaixada também a identificava da forma correta.

RÉGUA Na nota, a assessoria da representação diplomática diz que não pode comentar o caso específico de Erika Hilton. Mas faz referência à norma 14168, baixada no governo de Donald Trump, que reconhece apenas os gêneros feminino e masculino.

RÉGUA 2 O texto, que enfrenta resistência nos EUA, estabelece que formulários governamentais que solicitam informações sobre sexo devem oferecer somente essas duas opções.

RÉGUA 3 "Os registros de visto são confidenciais conforme a lei americana e, por política, não comentamos casos individuais. Ressaltamos também que, de acordo com a Ordem Executiva 14168, é política dos EUA reconhecer dois sexos, masculino e feminino, considerados imutáveis desde o nascimento", diz a embaixada.

FRONTEIRA A parlamentar afirma que em nenhum momento preencheu qualquer formulário dando margem para a mudança. Erika cancelou uma viagem que faria aos EUA neste mês e diz que acionará Trump na ONU (Organização das Nações Unidas) por considerar o caso transfobia e um desrespeito a seus registros civis brasileiros.

FRONTEIRA 2 "Não se trata apenas de um caso de transfobia. Se trata de um documento sendo rasgado sem o menor tipo de pudor e compromisso. Irei acionar o presidente [dos EUA] Donald Trump judicialmente na ONU e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Queremos que o Itamaraty chame o embaixador para dar explicações", disse ela à coluna.

FRONTEIRA 3 "Me senti violada, desrespeitada e senti as competências do meu país sendo invadidas por uma pessoa completamente alucinada, um homem doente que ocupou a presidência da República dos EUA e se sente dono da verdade", afirmou Erika.



PERSONAGEM REAL

O ator Tony Ramos interpretará Roberto Marinho (1904-2003), fundador da Globo, em cena que vai ao ar no show em comemoração aos 60 anos da emissora, no próximo dia 28. Na aparição, o empresário relembrará como escolheu o local para a construção do Projac, hoje chamado de Estúdios Globo, no Rio de Janeiro Fabio Rocha/Globo









MANEQUIM

O fundador e publisher da FFW, Augusto Mariotti 1, comemorou os 15 anos da plataforma de moda em um jantar no restaurante Parador, em São Paulo, realizado na semana passada. Os estilistas Sasha Meneghel 2, da Mondepars, Dudu Bertholini 3 e Airon Martin 4, da Misci, prestigiaram o evento Fotos Ronny Santos/Folhapress

FARDA O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) abriu investigação para apurar o episódio divulgado em vídeo em que policiais de São José do Rio Preto aparecem em frente a uma cruz em chamas e fazendo gestos semelhantes aos de grupos nazistas. A promotoria local diz que já requisitou todas as informações pertinentes ao comando do batalhão.

FARDA 2 O vídeo foi publicado no perfil do 9º Baep (Batalhão de Ações Especiais de Polícia) no Instagram e apagado após a repercussão da postagem. Ele mostra PMs erguendo os braços na altura dos ombros enquanto a cruz queima e uma trilha é marcada por fumaça de sinalizadores vermelhos e a sigla Baep ao fundo. A Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) disse que a PM também investiga o caso

RETORNO Fora da Globo desde 2020, Regina Duarte voltará a aparecer na emissora na próxima segunda (21), em uma entrevista para o programa Conversa com Bial. A novela "Roque Santeiro", protagonizada por ela e que completa 40 anos em 2025, será o foco do bate-papo, que contará também com a presença da jornalista Laura Mattos, autora de livro sobre a censura que o folhetim sofreu.

PLIM-PLIM A participação reforça a aproximação da emissora com a atriz, relação que ficou abalada desde a saída da artista, em 2020, para ser secretária especial de Cultura do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Além do Bial, Regina aparecerá também no show comemorativo dos 60 anos da Globo, que vai ao ar no dia 28.

É PIQUE Durante a semana, o programa de Bial receberá convidados que marcaram a história da emissora. Na sexta (25), o jornalista William Bonner será o entrevistado.

OUI O cineasta Kleber Mendonça Filho se reuniu na terça-feira (15) com a ministra da Cultura, Margareth Menezes, em Brasília, e a convidou para a estreia mundial do seu novo filme, "O Agente Secreto", no Festival de Cannes, na França. O longa está na competição pela Palma de Ouro. A chefe da pasta aceitou o convite.

GALERA "Nunca fui um bom exemplo, mas eu sou gente boa", diz Rita Lee em trailer de "Ritas", divulgado na quarta (16). O documentário sobre a roqueira vai estrear nos cinemas em 22 de maio. Nascida em 31 de dezembro, véspera do Ano Novo, ela escolheu durante a pandemia mudar o seu aniversário para a data, dia de santa Rita de Cássia, de quem era devota.

PAUSA O presidente do Esporte Clube Pinheiros, Carlos Brazolin, anunciou que não será candidato à reeleição no clube. No cargo há dois anos, ele disse querer se dedicar mais à família.

com Karina Matias, Laura Intrieri, Manoella Smith e Victória Cócolo

Eufrázio

MULTITELA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com

Faroeste romântico estilo 'Yellowstone' estreia no streaming

Ransom Canyon

Netflix, 16 anos

Um faroeste grandioso e romântico, protagonizado por Josh Duhamel e Minka Kelly, que tem sido comparado à série "Yellowstone". O título também é o nome de uma pequena cidade no estado americano do Texas onde, na série, três famílias de fazendeiros competem pelo controle de terras enquanto suas relações pessoais se complicam. Staten Kirkland acabou de perder tudo e Quinn O'Grady vem de Nova York em busca de um novo começo —nisso, os seus caminhos se cruzam.

Conclave

Prime Video, 12 anos

Esse suspense nos corredores do Vaticano acompanha a eleição de um novo papa e foi premiado com o Oscar e o Globo de Ouro de melhor roteiro neste ano, além do Bafta de melhor filme. O roteiro é de Peter Straughan e a direção, de Edward Berger. Com Ralph Fiennes.

A Melhor Família Feliz dos EUA

Prime Video, 16 anos

Criada pelo comediante Ramy Youssef, a série animada é uma sátira à islamofobia crescente após o 11 de Setembro. A família Hussein é muçulmana, trabalhadora, patriótica e otimista e só quer viver os anos 2000 em paz, mas sob os olhos atentos de vizinhos aterrorizados.

Eu Vi o Brilho da TV

Max, 14 anos

O filme de terror produzido por Emma Stone e Dave McCary se passa nos anos 1990 e acompanha dois adolescentes excluídos, Maddy e Owen, que adoram uma misteriosa série de TV transmitida de madrugada —e oferece aos dois uma visão de um mundo diferente.

Chef

TV Globo, 15h35, 12 anos

Jon Favreau estrela e dirige esta comédia sobre um famoso chefe de cozinha de Los Angeles que, com a carreira arruinada depois de enfrentar um crítico, decide voltar às suas origens e cozinhar num food truck, junto com o filho, em Miami, nos Estados Unidos. No elenco, estão Sofía Vergara, Robert Downey Junior e Scarlett Johansson.

Pai em Dose Dupla

Studio Universal, 21h, 10 anos

Brad, papel de Will Ferrell, sempre sonhou em ter a família perfeita e quer se tornar o melhor padrasto para os filhos de sua namorada, Sarah, papel de Linda Cardellini. Mas o pai biológico deles, vivido por Mark Wahlberg, aparece e disputa com Brad a atenção das crianças.

Hermès se torna a marca de luxo mais valiosa do mercado

SÃO PAULO A Hermès superou a LVMH —grupo que inclui Louis Vuitton, Dior, Sephora e Tiffany & Co, entre outras marcas— nesta terça-feira e se tornou a marca de luxo mais valiosa do mundo.

Devido aos resultados modestos do primeiro trimestre da LVMH, divulgados nesta segunda-feira, as ações da LVMH caíram 7,8%, levando o valor do grupo a € 243 bilhões, cerca de R$ 1,61 trilhão, na cotação atual da moeda. Já a marca francesa fechou o dia em alta de 0,21%, com o valor de € 247 bilhões, ou R$ 1,64 trilhão.

O grupo LVMH, comandado pelo bilionário francês Bernard Arnault, engloba mais de 80 marcas e produz bolsas, joias, roupas e outros artigos. O lucro da principal divisão da LVMH, de moda e artigos de couro, caiu 5%.

A Hermès conquistou o mercado de luxo com o sucesso das bolsas Birkin e Kelly e clientes chegam a ficar meses e até anos em filas de espera

Já a Hermès —originalmente voltada à moda de cavalaria— conquistou o mercado de luxo com o sucesso das bolsas Birkin e Kelly. Clientes ficam meses e até anos na lista de espera para comprar os produtos exclusivos.

17 ABR
GUILHERME & BENUTO
+MARÍLIA TAVARES

24 ABR E 08 MAI
ALEXANDRE PIRES
ENSAIO PAGONEJO BÃO

30 ABR
GUSTAVO MIOTO
LANÇAMENTO DA NOVA TURNÊ
EM SÃO PAULO!

02 MAI
THAYNÁ BITENCOURT
LANÇAMENTO DO DVD NOVA ROTA

09 MAI
CRISTINAS
SHOW INÉDITO EM SÃO PAULO

13 MAI
LAUANA PRADO
ENSAIO RAIZ BH

ANIVERSÁRIO DO VILLA COUNTRY

15 MAI
ANA CASTELA

16 MAI
HUGO & GUILHERME +
VH & ALEXANDRE

17 MAI
EDSON & HUDSON

23 MAI
PEDRO HENRIQUE &
JOÃO VICTOR

30 MAI
OS CARAS DO ARROCHA
GABRIEL GAVA, ISRAEL NOVAES E
THIAGO BRAVA

06 JUN
BRUNO & MARRONE
+ HENRIQUE & DIEGO

18 JUN
ISRAEL & RODOLFFO
+ CLAYTON & ROMÁRIO
BÃO, HEIN!

27 JUN
GABI

04 JUL
JOHN AMPLIFICADO

VILLA COUNTRY
23 ANOS

A MELHOR ATRAÇÃO TURÍSTICA
DE SÃO PAULO!

SIGA-NOS NO FACEBOOK & INSTAGRAM @VILLACOUNTRY

VENDAS: ticket360.com

Eufrázio



Galvão Bertazzi

Os mineiros pelo Dia dos Métodos Naturais

Vereadores agora fazem esforços para criar ainda o Dia sem Capacete e o Dia FPS Zero

Flávia Boggio
Roteirista. Escreve para programas e séries da TV Globo

A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprovou, no início da semana, o Dia Municipal dos Métodos Naturais.

"Métodos naturais" é como são chamados os métodos Billings e Creighton, que, teoricamente, checam a aparência do muco vaginal, como cor e densidade. Para os idealizadores do projeto, as formas de prevenção de gravidez comprovadas, como pílula, camisinha ou DIU, vão contra os princípios da "vida, família e liberdade".

Para os cientistas, checar o muco vaginal não é eficiente. Também não é prático. Interromper o ato sexual para checar se o muco vaginal está com a cor e a textura corretas, além de ser pouco preciso, não é muito excitante.

Vereadores que votaram contra o projeto alegam que é uma volta à Idade Média. O que é uma ofensa à Idade Média, quando se usavam métodos mais eficientes, entre todos eles o cinto de castidade

Vereadores que votaram contra o projeto alegam que é uma volta à Idade Média. O que é uma ofensa à Idade Média, quando se usavam métodos mais eficientes, como o cinto de castidade.

O projeto segue agora para sanção do prefeito Álvaro Damião, mas os vereadores da cidade já estão correndo para aprovar novas datas comemorativas. A coluna conseguiu em primeira mão algumas delas.

No próximo mês, a Câmara da capital mineira pretende aprovar o Dia Municipal sem Cinto de Segurança. Segundo pesquisadores do Instituto Se Deus Quiser Deus Leva, as pessoas têm a liberdade de morrer como quiserem, inclusive de formas bestas. Em seguida virá o Dia das Energias Sujas, quando os belo-horizontinos soltarão fuligem pela cidade. Afinal, apocalipse climático é invenção da esquerda "surubeira".

O Dia Municipal do Sim ao Câncer de Próstata vai libertar todos os homens de bem —que são homens de verdade— do exame de toque. Afinal, é melhor morrer do que liberar o fiofó.

Não poderia ficar de fora o Dia do Antivacina, para celebrar o cidadão que acredita que imunização é só uma mentira da indústria farmacêutica.

O Dia Municipal dos Pais dos Anos 1980 vai celebrar a arte de criar filhos soltos, viajando de carro no porta-malas, com os pais dirigindo enquanto fumam um cigarro e tomam cerveja. A infância de verdade estará de volta. Também estão na lista o Dia Municipal da Terra Plana, o Dia do FPS Zero, o Dia sem Capacete, o Dia de Não Lavar as Mãos, o Dia da Feijoada Pré-Corrida de Rua, o Dia da Água Torneiral, o Dia da Comida Vencida, o Dia da Maionese na Praia.

Voltaremos em breve com datas comemorativas.

DOM. Ricardo Araújo Pereira QUA. Bia Braune
QUI. Flávia Boggio SEX. Renato Terra SÁB. José Simão



A atriz Naomi Watts em cena de 'Cidade dos Sonhos', de David Lynch Divulgação

'Cidade dos Sonhos' de volta ao cinema com versão restaurada é uma obra-prima ainda maior

Opinião

Filme dirigido por David Lynch leva espectador ao universo onírico proposto pelas telonas e reforça razões que tornaram o diretor americano um gênio incomparável

Inácio Araujo
Crítico de cinema da Folha

A primeira coisa que chama a atenção nos filmes de David Lynch, em seus últimos em especial, são as cores. Elas parecem sempre um desvio em relação aos tons, digamos, normais. Os vermelhos costumam ser intensos demais e, ao mesmo tempo, contidos. De repente, o azul é tomado por um tanto de verde.

Essa impressão, tão violenta agora, no momento em que recebemos a versão restaurada de "Cidade dos Sonhos" nos cinemas, se conecta bastante bem nos desvios constantes da narrativa, sempre constantes e desnorteantes.

Lá está, por exemplo, Betty Elms, papel de Naomi Watts, chegando a Los Angeles toda disposta a fazer sucesso como atriz em Hollywood. É a fábula que nos faz relaxar na poltrona, porque é um clichê visto várias vezes. Tanto mais confortável porque na cena anterior, de um acidente violento surge uma mulher também misteriosa que perdeu a memória.

A última nos lança no território do mistério. A segunda, Betty Elms, no mundo da "Sessão da Tarde". As duas mulheres se ligam, okay. Mas tudo se embaralha a seguir. Diante das duas histórias que se cruzam, nossa segurança —e o conforto— desaparece. Outras histórias interferem, como a de um diretor de cinema às voltas com produtores um tanto mafiosos —sempre são, outro clichê—, ou a de um assassino atrapalhado. Como se situar nisso tudo?

Na época alguns artigos esclareceram que em Lynch estamos num sonho. Como nos sonhos, nos deparamos com coisas que parecem não fazer sentido, mas que em algum lugar fazem.

Por exemplo, logo no início do filme, Betty Elms vai a uma lanchonete onde é servida por uma garçonete chamada Diane. Mais tarde saberemos que Betty na verdade se chama Diane. Mas por que a garçonete? Isso nos leva a outro clichê —as moças que chegam a Hollywood pensando em se tornar atrizes, mas se tornam, garçonetes. Aos poucos percebemos que, entre outras mil coisas, viajamos dentro do sonho de Betty ou Diane de se tornar atriz, mas esse sonho pode se converter em pesadelo.

De certo modo, há um outro sonhado. O da outra mulher, a desmemoriada. Ela assume o nome de Rita, nome de uma grandíssima estrela, Rita Hayworth. Não há de ser por acaso. Ela é Camilla Rhodes, aquela que escuta a frase "this is the girl" —mais um clichê—, que quer dizer a escolhida.

O filme navega entre essas duas personalidades. Sonhadas por Betty ou Diane, ou Rita ou Camilla, tanto faz. Mas navega, quer dizer, tudo nos conduz a novas incertezas, novos mistério. É, no fundo, a tentativa de chegar ao real pelo meio da ilusão. Ou do sonho, tanto faz. Disso sabemos muito hoje.

O importante é que muitos espectadores viram este filme em tela pequena, em DVD ou similar. A tela grande é uma sensação diferente. O restauro não traz grande novidade em termos de imagem, preserva a beleza do original. O som ganhou bastante da nova versão. Certos efeitos de música ou ruído parecem mais claros, como que conduzem o espectador a cantos da imagem que nos passavam em branco mesmo depois de ver o filme várias vezes.

O cinema de Lynch tem essa propriedade diabólica de desconectar o espaço e o tempo como ninguém fez antes. De algum modo eles nos dizem que o real não é tão óbvio quanto possa parecer.

"Cidade dos Sonhos", revisto em tela grande, parece uma obra-prima ainda maior do que se podia suspeitar. Para quem nunca a viu em tela grande e gosta de cinema, uma desconcertante aventura.

Kenji Mizoguchi, grande cineasta japonês, dizia que era preciso lavar os olhos antes de filmar um novo plano, para se livrar do olhar habitual. O filme provoca esse efeito na sala escura —de lá saímos com o olhar livre do hábito.

Cidade dos Sonhos
PRODUÇÃO Estados Unidos, 2001. **DIREÇÃO** David Lynch. **COM** Naomi Watts, Laura Harring e Justin Theroux. **CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA** 16 anos. **ONDE** Em cartaz nos cinemas

Gene Hackman tinha remédios espalhados pela casa, que estava infestada de ratos

Julia Jacobs e Nicholas Bogel-Burroughs



Fotografia da polícia de Santa Fé, nos Estados Unidos, mostra o banheiro na casa de Gene Hackman e Betsy Arakawa Polícia de Santa Fé

NOVA YORK | THE NEW YORK TIMES Dias antes de ela e seu marido, o ator Gene Hackman, morrerem em casa, Betsy Arakawa pesquisou na internet sobre sintomas semelhantes aos da gripe e coronavírus, de acordo com registros divulgados na terça-feira pelas autoridades do estado americano de Novo México. Os registros —incluindo entrevistas com testemunhas, fotos da cena e imagens de câmeras corporais da polícia— fornecem novas informações sobre os últimos dias do casal em sua casa perto de Santa Fé.

Depois da morte da mulher, Hackman viveu sozinho na casa por quase uma semana antes de morrer de doença cardíaca, aos 95. Arakawa morreu, aos 65, de hantavírus, contraído pela exposição a dejetos de roedores.

Os corpos de Hackman e Arakawa foram descobertos depois que um trabalhador de manutenção encontrou uma porta parcialmente aberta levando ao banheiro onde Arakawa estava caída no chão.

Os investigadores depois acharam Hackman no vestíbulo do outro lado da casa. "Ele mostrava sinais de decomposição ativa, incluindo mãos enegrecidas com degradação do tecido", escreveu o detetive Joel Cano em um relatório.

Imagens do quarto onde Arakawa foi encontrada mostram um balcão com pílulas, que foram consideradas não relacionadas à sua morte. O Departamento de Saúde do Novo México identificou fezes de roedores em três garagens e dois quartos de hóspedes. Três galpões também eram acessíveis a roedores, disse a entidade.

A extensão dos sintomas de Arakawa antes da morte não ficou clara. Imagens de segurança a mostram visitando uma loja de alimentos para animais de estimação e um mercado. Ela agendou uma consulta com um médico, relatando sintomas de congestão, mas não compareceu. A autópsia encontrou inflamação em seus pulmões.

O responsável pelo exame médico disse que, como Hackman, que não contraiu hantavírus, tinha doença de Alzheimer avançada, não ficou claro se ele estava ciente de que sua mulher havia morrido.

Um dos cães do casal, chamado Zinna, foi encontrado morto em uma caixa, onde estava se recuperando de uma cirurgia na vesícula biliar e no baço. Um relatório de um laboratório veterinário aponta desidratação e inanição como a provável causa da morte do animal de estimação do casal.

EspaçoUnimed

20.ABR HISTÓRIAS DO PORCHAT
25.ABR MANEVA TURNÊ 20 ANOS - A ORIGEM
26.ABR MARINA SENA COISAS NATURAIS
01.MAI THE SHOW "THE BEST ABBA SINCE ABBA"
03.MAI ENALDINHO A ORIGEM DE HAPPY & ANGRY
11.MAI ZÉ RAMALHO ESPECIAL DIA DAS MÃES
16.MAI PAULA TOLLER TURNÊ AMOROSA
17.MAI SAMBA 90 GRAUS CHRIGOR, NETINHO E MARCIO ART
22.MAI LEONARDO GRAVAÇÃO DE DVD
23.MAI LÔ BORGES E BETO GUEDES ESQUINA E CANÇÕES
24.MAI CÉSAR MENOTTI & FABIANO
25.MAI LUCCAS NETO E GI EM: O MUNDO DE MAGIA E FANTASIA
01.JUN "PIAF" POR ANNE CARRERE 100 ANOS DE CHARLES AZNAVOUR
11.JUN GIPSY KINGS BY DIEGO BALIARDO
21.JUN QUEEN CELEBRATION GREATEST HITS TOUR
25.JUN AUGUSTO CURY O FIM DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E O COMEÇO DA GESTÃO DA EMOÇÃO
28.JUN PAULINHO DA VIOLA QUANDO O SAMBA CHAMA
04.JUL ELIS 80 COM JOÃO MARCELLO, JOYCE MORENO E RENATO TEIXEIRA
05 E 06.JUL DOS ROSA ESPECIAL DE FÉRIAS
25.JUL MARCOS & BELUTTI
27.JUL RAFA E LUIZ
16.AGO O GRANDE ENCONTRO ALCEU VALENÇA, ELBA RAMALHO E GERALDO AZEVEDO
27.SET RAÇA NEGRA ME LEVA JUNTO COM VOCÊ
22.NOV CHITÃOZINHO & XORORÓ UMA HISTÓRIA DE SUCESSO

APOIO Azul

Acesse nosso novo site pelo QR CODE

Eufrázio

Raízes do Brasil com padrão Disney

Como outras séries da marca, 'Maria e o Cangaço' é ótima sem se sujeitar a riscos

Mauricio Stycer
Jornalista e crítico de TV, autor de 'Topa Tudo por Dinheiro'. É mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo

Ainda que modestamente, o gigante Disney tem feito investimentos em conteúdo no Brasil que chamam a atenção. Pensando em duas séries recentes, a ficção "Amor da Minha Vida" e a documental "Volta Priscila", é notável o cuidado da empresa com a qualidade das produções. Por outro lado, espanta o esforço de ficar na superfície, sem aprofundar o potencial que as histórias oferecem.

A série com Bruna Marquezine e Sérgio Malheiros, como escrevi ao estrear, é falada em português, mas poderia ser em inglês. Parece um genérico de comédia romântica. Já a série sobre o desaparecimento de Priscila Belfort, possivelmente por medo de ações judiciais, é terrivelmente morna e medrosa.

O lançamento neste mês de "Maria e o Cangaço" confirma a impressão de que o padrão de qualidade da Disney inclui a suavização dos aspectos mais polêmicos e espinhosos das suas produções.

Inspirada em um livro da jornalista Adriana Negreiros, "Maria Bonita: Sexo, Violência e Mulheres no Cangaço" (editora Objetiva), a série em seis episódios busca mostrar como era a vida das mulheres que acompanhavam os cangaceiros do grupo de Lampião.

O lançamento confirma a impressão de que o padrão de qualidade da Disney inclui a suavização dos aspectos mais polêmicos e espinhosos das produções feitas no país pela plataforma

A produção supõe que os espectadores conheçam bem a história do cangaço brasileiro. Com exceção de um letreiro inicial, informando que "enquanto o presidente Getúlio Vargas consolidava seu poder, grupos de cangaceiros vagueavam pelo sertão desafiando as autoridades", praticamente não há contextualização sobre a história que será contada.

É verdade que Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, o mais famoso líder do cangaço, já apareceu em um sem-número de produções audiovisuais, mas será que o espectador da Disney o conhece?

Por que grupos como o de Lampião vagueavam pelo sertão desafiando as autoridades? Por que o cangaceiro se ofendia quando o seu grupo era chamado de "bando"? Não há qualquer pista que ajude a responder a essas questões em "Maria e o Cangaço".

O cangaço é um fenômeno brasileiro, que expõe graves problemas sociais, a ineficiência do Estado e o banditismo no Nordeste desde o século 19 até meados do século 20. Um espectador que não saiba disso não tem como entender a fala de um militar no sexto episódio: "Fui enviado para varrer essa praga comunista que vocês chamam de cangaço".

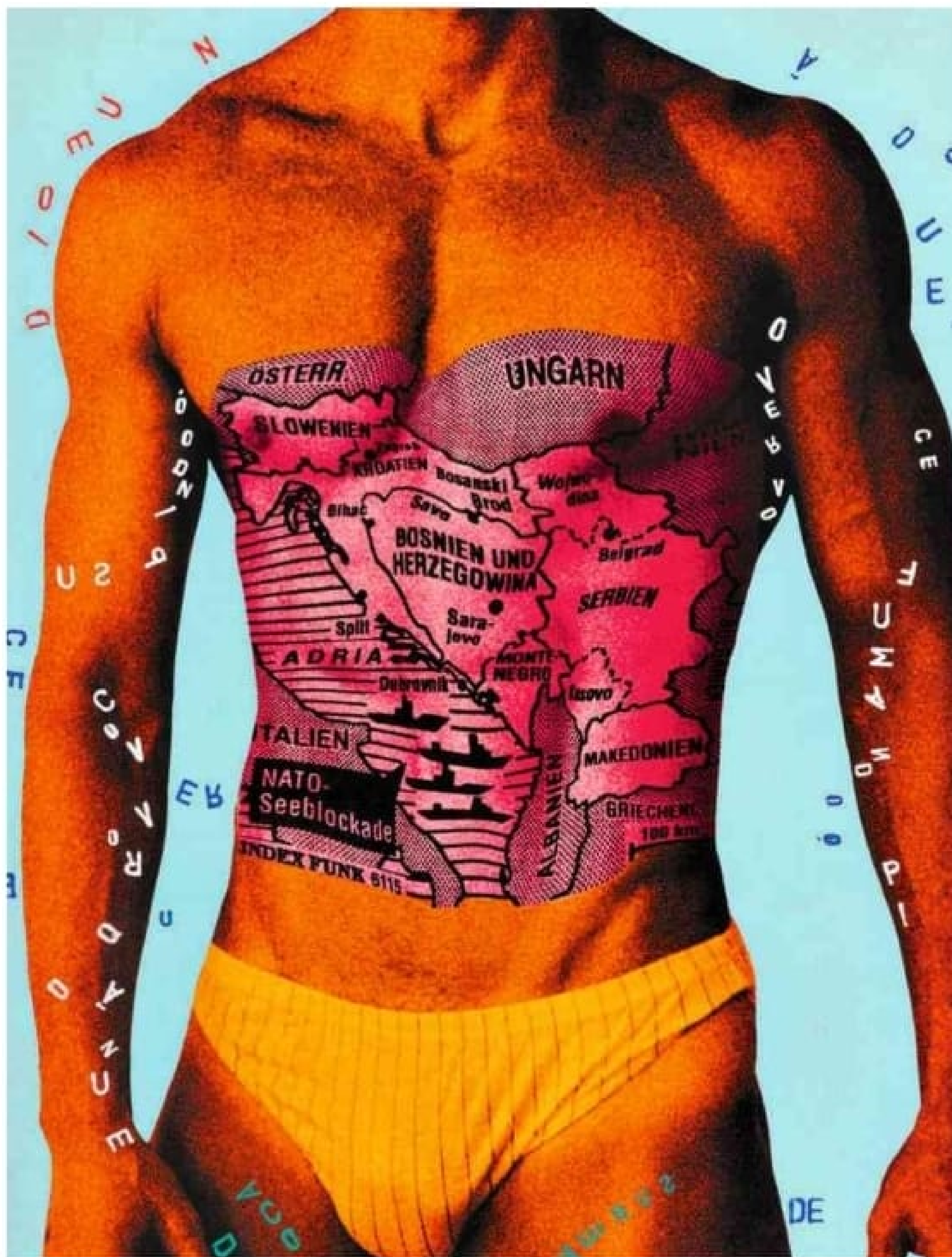
O livro de Adriana Negreiros ilumina aspectos dramáticos do cotidiano das mulheres que integravam os grupos de cangaceiros. Eram vítimas de violência sexual, praticadas pelos próprios cangaceiros. Caso engravidassem, eram obrigadas a dar os filhos para criação.

A série atenua o drama, mas mostra que a mulher de Lampião tinha coragem para enfrentar, mesmo sem muito sucesso, o machismo do grupo. Maria ajuda outras companheiras, não concorda com que os homens recebam mais comida que as mulheres, protege as mais vulneráveis e até se recusa a ter relações sexuais com Lampião uma noite. "Que novidade é essa?", ele reclama.

A gravidez de Maria, e todo o drama que resulta desse acontecimento, é o ponto alto da série, um bom momento em que o roteiro arrisca provocações.

Filmada em Cabaceiras, na Paraíba, no interior da região do Cariri, "Maria e o Cangaço" tem paisagens belíssimas, uma fotografia deslumbrante, cenas de ação impactantes, ótima direção e um elenco afiado, com destaque especial para uma dupla de atores, Isis Valverde e Júlio Andrade, em estado de graça.

É uma série que merece muito ser vista, mas deixa a sensação de que poderia ter ido mais longe.



Obra 'Nato Seeblockade', de 2001, do artista Alex Flemming, agora no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba

Artista Alex Flemming tem sua obra revista pelo prisma dos retratos em nova mostra

Retrospectiva no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba, destaca suas reflexões autobiográficas e estudos do corpo ao longo de sua carreira

João Rabelo

CURITIBA Alex Flemming parte da premissa de que tudo o que um artista faz é autorretrato. Para ele, mesmo quando rostos alheios figuram em seu trabalho, é sua própria identidade que se revela. Mas sua produção também incorpora fragmentos inusitados de si como seus dentes, malas e cuecas, que expandem a noção de retrato.

O artista, em atividade desde os anos 1970 e quase onipresente em São Paulo —com obras na Pinacoteca, no Masp, em permanente exposição no metrô Sumaré e na Biblioteca Mário de Andrade—, apresenta agora uma seleção de mais de 80 trabalhos no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba.

A mostra, organizada por Tereza de Arruda, com quem Flemming mantém relação de amizade desde a década de 1990, celebra os 70 anos do artista visual. "A exposição reflete a evolução sociocultural e sociopolítica do entorno dele, além de ser uma reflexão autobiográfica", diz Arruda.

Entre as obras, está a série "Alturas", na qual Flemming, desde 1988, registra em linhas coloridas sobre fundos vibrantes a estatura de personalidades da cultura que visitam o seu ateliê. "Deixo uma tela preparada e nunca sei quem virá. O quadro vai se fazendo com as visitas. É um processo, retrato da minha época e da diversidade cultural que a compõe", afirma o artista, que desde sempre se debruça sobre o corpo humano.

Nessas pinturas, letras feitas a partir de moldes plásticos revelam nomes como o do compositor Arthur Nestrovski, do historiador Paulo Rezzutti, da artista Mariannita Luzzati e da bailarina Renée Gumiel, morta em 2006.

O conjunto exposto no museu, com obras de 1982 a 2023, inclui ainda outras séries, como "Identidade Plástica", de 2004, nas quais cartões de banco, planos de saúde, museus e programas de fidelidade surgem aderidos à superfície da tela, revelando parcelas da trajetória do artista.

Há ainda produções mais recentes, em que cartelas de letras emolduram objetos pessoais, como chaves, celular, máscara de dormir e um cartão de viajante frequente da companhia aérea Lufthansa.

Continua na pág. B7



'Sem Título (Olhos)', de 2000, também do artista na mesma exposição Fotos Ricardo Perini

Continuação da pág. B6

Esse lado colecionista, aliás, mostra os dentes literalmente em "Autorretrato Dentário", de 2011, que reúne extrações odontológicas. "Acho importante o artista ser caudaloso, produzir muito, e seriamente", diz Alex Flemming.

Alguns trabalhos têm a veia crítica do artista, como a série "Body Builders", da virada do século. No torso de homens jovens e musculosos —os que são enviados para campos de batalha— se sobrepõem mapas de zonas de conflito, como os que aconteciam na Turquia, em Israel, na Índia e no Paquistão, tensionado o olhar entre beleza e destruição bélica.

"Algo fundamental, mesmo quando falo contra guerra, é que a arte tem de ser bela, sedutora, colorida. Sou um colorista total."

Não à toa, um cromatismo intenso domina superfícies não convencionais, que ele usa como suporte. Entre elas, malas saturadas de amarelo, azul e laranja, em que elementos gráficos embaralham trechos de poemas, como "Resíduo", de Carlos Drummond de Andrade, e letras de músicas, como "O Mundo", da banda Karnak. Ou ainda cuecas pintadas, uma delas com o verso "ouvir estrelas", de Olavo Bilac, no cós.

Os grafismos também marcam as serigrafias, de 1998, da estação Sumaré do metrô paulistano, em que versos de Manuel Bandeira e Torquato Neto se fundem a rostos anônimos. Já nos painéis de vidro da Biblioteca Mário de Andrade, de 2016, as figuras surgem sem intervenções gráficas, com distorções sutis e um efeito que cria a ilusão de movimento.

Embora tenha longa experiência com gravura e cinema, o que guia Flemming é a pintura, que permite a ele retratar desconhecidos e até a própria mãe no hospital, em "Farewell", de 2014. "Nestes trabalhos, a característica fundamental é a transparência", ele diz, sobre a série. "Não existe pele. Sempre onde há pele, a pintura avança."

O jornalista viajou a convite do Museu Oscar Niemeyer

Alex Flemming

ONDE Museu Oscar Niemeyer - r. Mal. Hermes, 999, Curitiba. **QUANDO** De ter. a dom., das 10h às 18h. Até 25 de maio. **CLASSIFICAÇÃO** Livre. **PREÇO** R$ 36, em museuoscarniemeyer.org.br. Grátis todas às quartas-feiras

OUTRO CANAL

Gabriel Vaquer
gabriel.vaquer@grupofolha.com.br



SEM LIMITES
Depois de fingir não conhecer a própria mãe, Maria de Fátima (Bella Campos) renegará o pai, Rubinho (Júlio Andrade), na sexta (18), em 'Vale Tudo' Divulgação/Globo

Cauã Reymond e Globo falam de clima tenso nos bastidores

Cauã Reymond conversou com integrantes da direção de "Vale Tudo", da Globo, para falar sobre sua relação com o elenco da novela. Um deles é o diretor Paulo Silvestrini, principal responsável pelo folhetim. Segundo apurou a coluna, Cauã quis entender se houve reclamações sobre o seu comportamento com colegas durante as gravações. Supostos problemas com Bella Campos e Humberto Carrão vieram a público nos últimos dias, e o ator teria se colocado à disposição para esclarecer a situação.

9,1
pontos foi a audiência de 'Força de Mulher', terça (15), na Record. A trama turca vem incomodando a TV Globo

SEGUE A HISTÓRIA Paulo Silvestrini e outros nomes negaram algo mais grave ou alguma queixa de atitude grosseira. A direção de "Vale Tudo" pediu que Cauã continuasse trabalhando normalmente. O ator gravou todas as cenas previstas para a quarta-feira (16), sem mudanças na programação. Uma delas, inclusive, com Bella Campos, intérprete de Maria de Fátima.

EXPOSIÇÃO Por falar em Bella Campos, a atriz fará um giro por vários programas da emissora nas próximas semanas para falar sobre sua personagem. Estão previstas visitas ao Encontro com Patrícia Poeta e ao Caldeirão com Mion. Além disso, ela voltará ao É de Casa, onde esteve antes da estreia do remake, para comentar a repercussão de sua personagem, que tem viralizado nas redes sociais.

PROCESSO A deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) entrou com uma ação na Justiça contra o narrador Sérgio Maurício, da Band. Ela pede R$ 70 mil de indenização por danos morais contra Maurício, que a chamou de "fake news humana" em sua conta no X (antigo Twitter). O caso será apreciado no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e ainda não há data para julgamento.

BASQUETE AMERICANO A Band tem conversas para transmitir as finais da NBA em TV aberta, assim como aconteceu em 2024. A expectativa é que o negócio seja fechado nos próximos dias.

Mês dos Namorados
Espaço Unimed
06.JUN ANAVITÓRIA TURNÊ DOS NAMORADOS
12.JUN ZEZÉ DI CAMARGO & LUCIANO DIA DOS NAMORADOS
13.JUN GLORIA GROOVE SERENATA DA GG
14 E 15.JUN ROUPA NOVA SEMANA DOS NAMORADOS
18.JUN THE MANHATTANS FEAT. GERALD ALSTON
APOIO Azul

Bienal do Mercosul busca, num mundo rasgado por tragédias, um novo amanhã

Mostra que está entre as mais relevantes da América Latina enche de corpos mutantes, nascidos dos escombros, uma Porto Alegre ainda em reconstrução depois das enchentes



Fotografia de Lorenzo Beust, na Bienal do Mercosul

Fotos Divulgação

Silas Martí

PORTO ALEGRE O ponteiro avança acelerado, correndo todo o círculo em frente as letras que formam ali as palavras "passa tempo", ou só "passatempo", no lugar dos números. O duplo sentido na obra de Rochelle Costi, artista que morreu atropelada em São Paulo três anos atrás, ganha ares mais perversos numa cidade que também se viu mergulhada em tragédia em questão de instantes.

Esse relógio às avessas instalado na fachada do Museu do Trabalho, em Porto Alegre, lugar que ficou debaixo d'água nas enchentes do ano passado, ilustra bem a ideia que rege esta Bienal do Mercosul, recém-aberta na capital gaúcha depois de quase um ano de atraso por causa das chuvas que mataram dezenas de pessoas e destruíram boa parte da cidade —entre as vítimas, também os acervos de alguns de seus museus.

O clima, num calor tórrido em pleno outono, é de reconstrução, a luta contra um ambiente hostil causado em grande parte por nossos excessos. Na visão de Raphael Fonseca, que comanda esta edição de uma das mostras mais tradicionais do calendário latino-americano, estamos à beira do abismo, em ponto de ebulição. "Estalo", não por acaso, é o nome da exposição. Tudo está por um triz e pode vir abaixo num estalar de dedos, na velocidade de uma faísca.

É bem elástica a metáfora, a ideia tanto de colapso repentino quanto de ponto de virada para uma reinvenção. E os trabalhos, eletrizados por uma fome de mudança, parecem atravessados por ideias que correm trilhos em paralelo, a busca por uma identidade forjada num mundo em chamas, a reação à catástrofe, um retorno à essência da imagem hoje raptada pelo jogo de espelhos e as ilusões da era da inteligência artificial.

No fundo, estamos diante de sonhos que são também pesadelos. Espalhados por cerca de 20 espaços, os quase 80 artistas da mostra, em grande maioria do chamado sul global, dizem isso com um frescor assustador, distantes da cartilha panfletária que varre o mundo "artsy" e seus delírios "woke" e mais íntimos de uma poética própria calcada na metamorfose de corpos dissonantes, vítimas e ao mesmo tempo agentes de transformação num lodaçal apocalíptico.

Zé Carlos Garcia, numa série de esculturas no átrio da Fundação Iberê Camargo, mostra braços, mãos e rostos que surgem de troncos e galhos secos, mutantes nascidos de escombros. Eles gritam diante de uma tela do artista que dá nome ao museu, monumental autor do desgosto, a tragédia encarnada em tinta, como fantasmas que vagam sem fôlego, idiotas que são todos eles.

Os desenhos de crânios do mesmo Iberê Camargo, frios estudos anatômicos, são as testemunhas desse "big bang" talhado em madeira, mais ossos do que carne.

Noutro lado do espectro, Maya Weishof constrói orgias carnavalescas em suas pinturas, encontros de corpos que parecem se regenerar no calor do sexo, a fricção da pele com a pele. São estalos de tesão que transbordam das telas em grande escala e roçam as esculturas de Darks Miranda na sala ao lado, vulcões cheios de olhos e dedos, monstros marinhos que conversam com a fauna terrestre fantástica da paraguaia Julia Isidrez, autora de um bestiário de argila que vem conquistando a cena mundial.

O clima, num calor tórrido em pleno outono, é de reconstrução, a luta contra um ambiente hostil provocado em grande parte por nossos excessos. Na visão de Raphael Fonseca, que comanda esta edição de uma das mostras mais tradicionais do calendário, estamos à beira do abismo, em ponto de ebulição. 'Estalo', não por acaso, é o nome da exposição. Tudo está por um triz e pode vir abaixo num estalar de dedos, na velocidade de um relâmpago

Nós e eles, homens reais e criaturas híbridas, pisamos a mesma terra nessa mostra, um mundo em dissolução que se reinventa inteiro, de um solitário grão de areia, como no canteiro de terra vazio em que o chão parece respirar, obra do indiano Amol Patil, no Museu de Arte do Rio Grande do Sul, às formas mais grotescas com requintes de "body horror".

Num filme no Farol Santander, Vitória Cribb mostra a transformação de uma mulher em lagarto e vice-versa, uma animação hiper-realista em que pele, escamas, olhos esbugalhados e dentes afiados habitam o mesmo corpo no banheiro asséptico de uma casa minimalista —novas espécies de um admirável mundo novo.

Continua na pág. B9

Continuação da pág. B8

São híbridos também os humanoides da mexicana Berenice Olmedo, manequins translúcidos de resina cor-de-rosa que se equilibram sobre pernas-pedestais de aço inoxidável, corpos que são também máquinas assustadoras.

Inventor de outra máquina, o sul-coreano Yunchul Kim transforma pedras em luz. Sua instalação de vidro e metal, uma constelação de aquários de formato orgânico que bombeiam um líquido fluorescente multicolorido, usa minerais como base para criar, dentro dessa casca transparente em que luz e temperatura são controladas com total rigor, uma visão fluida, metálica dos minerais que sustentam o chão debaixo de nossos pés.

Esse é um chão, aliás, cada vez mais abstrato e estéril. As enormes pinturas de Marina Rheingantz mostradas ao lado das máquinas de Kim são paisagens esvaziadas, grandes descampados de tons mais rebaixados marcados por lampejos isolados de cor, como se fossem fagulhas de brasa dormida. Todos já se foram desse terreno abandonado. As imagens da artista são tanto terra quanto céu, ou mar invertido, a planície imensa onde nada sobrevive, um palco sem luzes ou atores.

Essa ideia de um lugar devastado, de espetáculo sem estrelas num mundo que parece ter expurgado todas elas, marca quase todos os trabalhos na Usina do Gasômetro, outro espaço cultural renascido da destruição em Porto Alegre. É ali que a americana Nikita Gale constrói as ruínas de um palco, suas estruturas metálicas tortas e empilhadas no chão iluminadas por refletores fora de órbita, jogados pelos cantos, ao som de "Private Dancer", a canção célebre na voz de Tina Turner.

Mas não há dançarinos ali, da mesma forma que os atores saem de cena nas fotografias do americano Paul Mpagi Sepuya. Nas suas obras, o artista inverte a lógica do retrato. Vemos mais o aparato técnico, os refletores, os tripés, os fundos infinitos do que os personagens da cena, sempre homens nus que parecem fugir do enquadramento, corpos que repelem a invasão da lente, o olhar do voyeur.

Também está deserto o ambiente decorado construído por Marcus Deusdedit, que vira do avesso a ideia de máquina de morar do modernismo de Le Corbusier para inventar uma verdadeira máquina de matar. A porta é uma guilhotina, a espreguiçadeira é uma cama de facões, o espelho despenca e se estilhaça sobre quem tenta ver seu reflexo.

O artista leva ao interior burguês, numa sátira às modas que povoam casas de colecionadores de arte, aquilo presente no mobiliário urbano de todas as cidades modernas, a arquitetura hostil contra os despossuídos. É o que ele chama de "Ouvindo Muito Trap Enquanto Faço Interiores", um lar para ninguém alicerçado em todos os rachas que atravessam nossa sociedade movida a estalos.

O jornalista viajou a convite da Bienal do Mercosul

Bienal do Mercosul

QUANDO Até 1º de junho. **ONDE** Porto Alegre, em vários endereços. Mais informações em bienalmercosul.art.br



'Inconsciente', pintura de Marina Rheingantz, na Bienal do Mercosul

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



Bicudinho Caco Galhardo



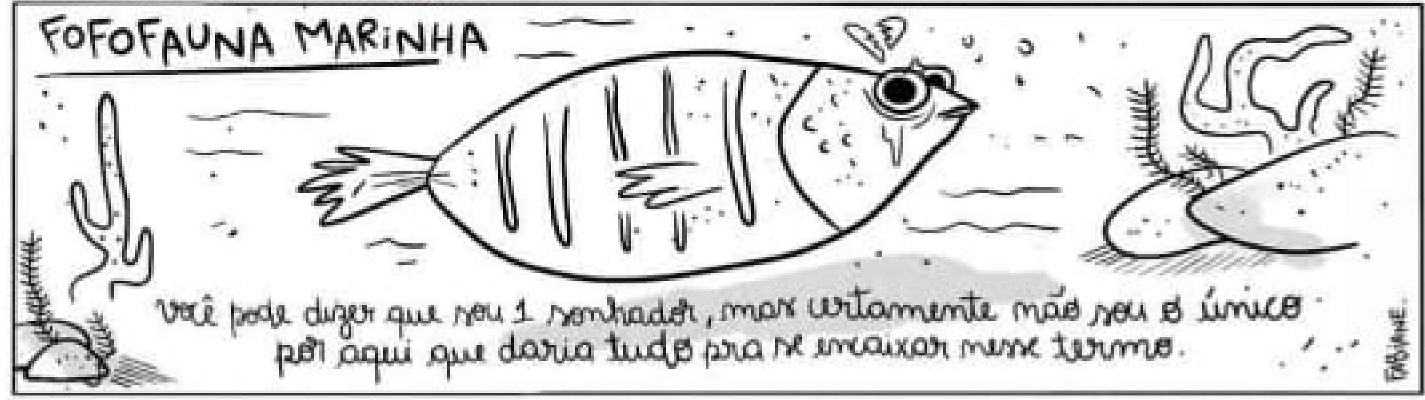
Níquel Náusea Fernando Gonsales



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



GODOKU texto.art.br/fsp

		A			L		D	S
			D			G	H	
				O		A		
S								G
				N			Y	
G		N	H				O	
		D		G	N		L	
L			Y			O		
	Y		O					

As regras do **Godoku** são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido o nome de um músico baiano nascido neste dia, 17 de abril, no ano de 1951.

SOLUÇÃO

O	G	A	N	H	L	Y	D	S
Y	N	L	D	S	A	G	H	O
H	D	S	G	O	Y	A	N	L
S	H	Y	L	D	O	N	A	G
D	L	O	A	N	G	S	Y	H
G	A	N	H	Y	S	L	O	D
A	O	D	S	G	N	H	L	Y
L	S	H	Y	A	D	O	G	N
N	Y	G	O	L	H	D	S	A

CRUZADAS

HORIZONTAIS1. Finalidade a alcançar / Sorteio por meio de bilhetes numerados **2.** O Henrique ciclista campeão do mundo de mountain bike **3.** Que está fora / Abrev.: feminino **4.** (Fig.) Pessoa inculta, bárbara, destruidora **5.** Domar, domesticar **6.** Gálio, elemento químico / Procurar corromper **7.** Do país africano cuja capital é Abuja **8.** As três ultimas vogais / A Magalhães jornalista **9.** A capital potiguar / Glória Pires, atriz **10.** Dispositivo mecânico que rala ou mói mandioca na casa de farinha **11.** Casa de repouso para idosos / Abrev.: Japão **12.** Pasta para dar brilho ao piso / Essência de alguma coisa **13.** (d'Ajuda) Destino turístico baiano, de lindas praias.

VERTICAIS
1. O compositor italiano Pietro (1863-1945), de "Cavalleria Rusticana" / (Pop.) Coisa ruim ou malfeita **2.** Imposto sobre o Valor Agregado / Um ingrediente do salpicão **3.** Doença também chamada danação ou hidrofobia / Fruta típica do cerrado **4.** Errante, vagamundo / Que atinge o calcanhar **5.** Mantido **6.** Rotary International / A ex-ginasta Hypólito, um dos grandes nomes da modalidade olímpica / Faz dupla com Guarabyra, dos sucessos "Dona" e "Espanhola" **7.** Causar obstrução a / Cidade do Rio Grande do Sul, no noroeste do estado **8.** Que cumpre seus compromissos e obrigações / Palavra formada pela transposição das letras de outra palavra, como Roma e amor **9.** Colina / A bênção mais elevada, para os cristãos.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1					■				
2									■
3						■			
4		■							
5								■	
6			■						
7									
8				■					■
9	■						■		
10									
11						■			
12					■				
13		■							

HORIZONTAIS: 1. Mira, Rifa, **2.** Avancini, **3.** Saído, Fem, **4.** Vândalo, **5.** Amansar, **6.** Ga, Tentar, **7.** Nigeriano, **8.** IOU, Vera, **9.** Natal, GP, **10.** Cevadeira, **11.** Asilo, JAP, **12.** Cera, Suma, **13.** Arraial. **VERTICAIS: 1.** Mascagni, Caca, **2.** IVA, Maionese, **3.** Raiva, Guavira, **4.** Andante, Talar, **5.** Conservado, **6.** RI, Daniele, Sá, **7.** Infartar, Ijuí, **8.** Fiel, Anagrama, **9.** Morro, Papal.

Eufrázio

turismo

Memórias do subsolo

Após 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, Berlim dá novos usos a seus antigos bunkers, que se transformam em restaurantes, museus, galerias de arte e palco para festas Leia nas págs. B12 e B13

Refúgio antiaéreo na estação de metrô Gesundbrunnen, em Berlim Lucila Runnacles/Folhapress

ESQUENTA ANIVERSÁRIO 53 anos

Esquenta Aniversário CVC.
Há 53 anos com as melhores ofertas, pra você viajar ainda mais.





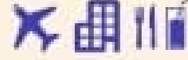
COSTA FAVOLOSA
5 DIAS
Roteiro: Santos, Ilhabela, Balneário Camboriú, Santos.



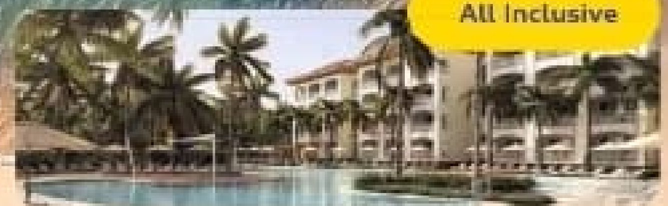
A PARTIR DE 12x R$ 228
Total à vista R$ 2.736
*Consulte condições
Embarque: 30/11/2025



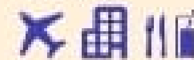
PRATAGY BEACH ALL INCLUSIVE RESORT
MACEIÓ - AL
5 DIAS



A PARTIR DE 12x R$ 388
Total à vista R$ 4.656
*Consulte condições.
Saída: 05/08/2025



SAUÍPE SOL GRAND PREMIUM
MATA DE SÃO JOÃO - BA
5 DIAS



A PARTIR DE 12x R$ 389
Total à vista R$ 4.668
*Consulte condições.
Saída: 21/08/2025



ORLANDO
7 DIAS



A PARTIR DE 12x R$ 399
Total à vista R$ 4.788
*Consulte condições.
Saída: 04/09/2025



EL ARAM IMIRÁ BEACH RESORT
NATAL - RN
8 DIAS



A PARTIR DE 12x R$ 428
Total à vista R$ 5.136
*Consulte condições.
Saída: 14/08/2025



LISBOA
5 DIAS



A PARTIR DE 12x R$ 528
Total à vista R$ 6.336
*Consulte condições.
Saída: 03/11/2025

FALE COM NOSSA LOJA, ACESSE O SITE OU O APP.

QUER MAIS? 6% DE DESCONTO NO pix

Prezado cliente: Costa Favolosa com preço por pessoa, em cabine interna dupla, com taxas portuárias e de serviço inclusas. Preços não incluem transporte até o porto. Embarque no porto de Santos em 30/11/2025. Pacote para Pratagy Beach All Inclusive Resort, com preço por pessoa sem taxas, saindo de São Paulo em 05/08/2025 e apartamento duplo. Pacote para Sauipe Sol Grand Premium, com preço por pessoa sem taxas, saindo de São Paulo em 21/08/2025 e apartamento duplo. Pacote para Orlando, com preço por pessoa sem taxas, saindo de São Paulo em 04/09/2025 e apartamento duplo. Pacote para El Aram Imirá Beach Resort, com preço por pessoa sem taxas, saindo de São Paulo em 14/08/2025 e apartamento duplo.Pacote para Lisboa, com preço por pessoa sem taxas, saindo de São Paulo em 03/11/2025 e apartamento duplo. As taxas de embarque cobradas pelos aeroportos não estão inclusas e deverão ser pagas por todos os passageiros. Preço calculado com câmbio CVC do dia 14/04/2025 (US$ 1,00 = R$ 6,34). Condição de pagamento com parcelamento 0 + 12X ou 1+ 11X sem juros nos cartões de crédito. Desconto apenas nos pacotes de 3% (três por cento) à vista (depósito franqueado, boleto à vista ou cartão de débito) e 6% (cinco por cento) para pagamentos via PIX (QR Code no Pinpad ou link Atlas), nas vendas de produtos selecionados realizadas exclusivamente nas lojas físicas CVC. Produtos participantes, sua disponibilidade e regras para aplicação do desconto sujeitos à consulta. As condições ofertadas ficam sujeitas à disponibilidade de datas e horários de voos optados e vagas de hotéis.

Eufrázio

turismo



Interior do bunker Gesundbrunnen, a noroeste de Berlim, no qual tour guiado mostra pertences de soldados e bombas Divulgação

Bunkers de Berlim ganham nova vida como galerias de arte, museus e balada

Capital alemã dá novo significado a seu passado e transforma usos de equipamentos contra bombardeios herdados da Segunda Guerra Mundial, encerrada há 80 anos

Lucila Runnacles

BERLIM No passado, Berlim chegou a contar com mais de mil refúgios antiaéreos —um legado que a Segunda Guerra Mundial deixou na cidade. Oitenta anos depois do fim desse período da história, os alemães agora dão novos sentidos a essas cicatrizes.

Os espaços que um dia serviram para proteger a população das bombas foram transformados e ganharam outras funções. Na capital alemã, centenas de bunkers foram destruídos, outros desativados e alguns se tornaram espaços de ócio que viraram monumentos, museus, galerias de arte, bares e até boates.

Passear pela cosmopolita Berlim é quase como pular para dentro de um livro de história. Na Segunda Guerra Mundial, a cidade foi muito bombardeada pelos aliados e cerca de 80% da sua infraestrutura foi destruída. No período, quando as sirenes nas ruas tocavam avisando que um bombardeio estava prestes a começar, as pessoas tinham apenas 15 minutos para correr até um refúgio.

Veja a seguir o que os bunkers se tornaram, 80 anos depois.





No alto, praça sobre o local no qual ficava o bunker de Hitler, em Berlim, e acima, objetos em refúgio antiaéreo da estação de metrô Gesundbrunnen Fotos Marcio Nel Cimatti/Folhapress e Lucila Runnacles/Folhapress

GALERIA DE ARTE

Nas esquinas das ruas Reinhard e Albrecht não há placas ou sinal que avise que dentro do edifício de cimento, que um dia foi branco, há dezenas de obras de arte. O Sammlung Boros é um bunker berlinense que virou galeria.

Com cinco andares, sem janelas e capacidade para abrigar 2.000 pessoas em bombardeios, o refúgio foi construído pelos nazistas. Antes de virar galeria de arte, nos anos 1990 foi sede de balada techno, o Club Bunker.

Atualmente, 3.000 m² e 80 salas exibem a coleção privada de Karen e Christian Boros. Há cerca de 500 obras de arte contemporânea de artistas como Ai Weiwei, Olafur Eliasson ou Alicja Kwade.

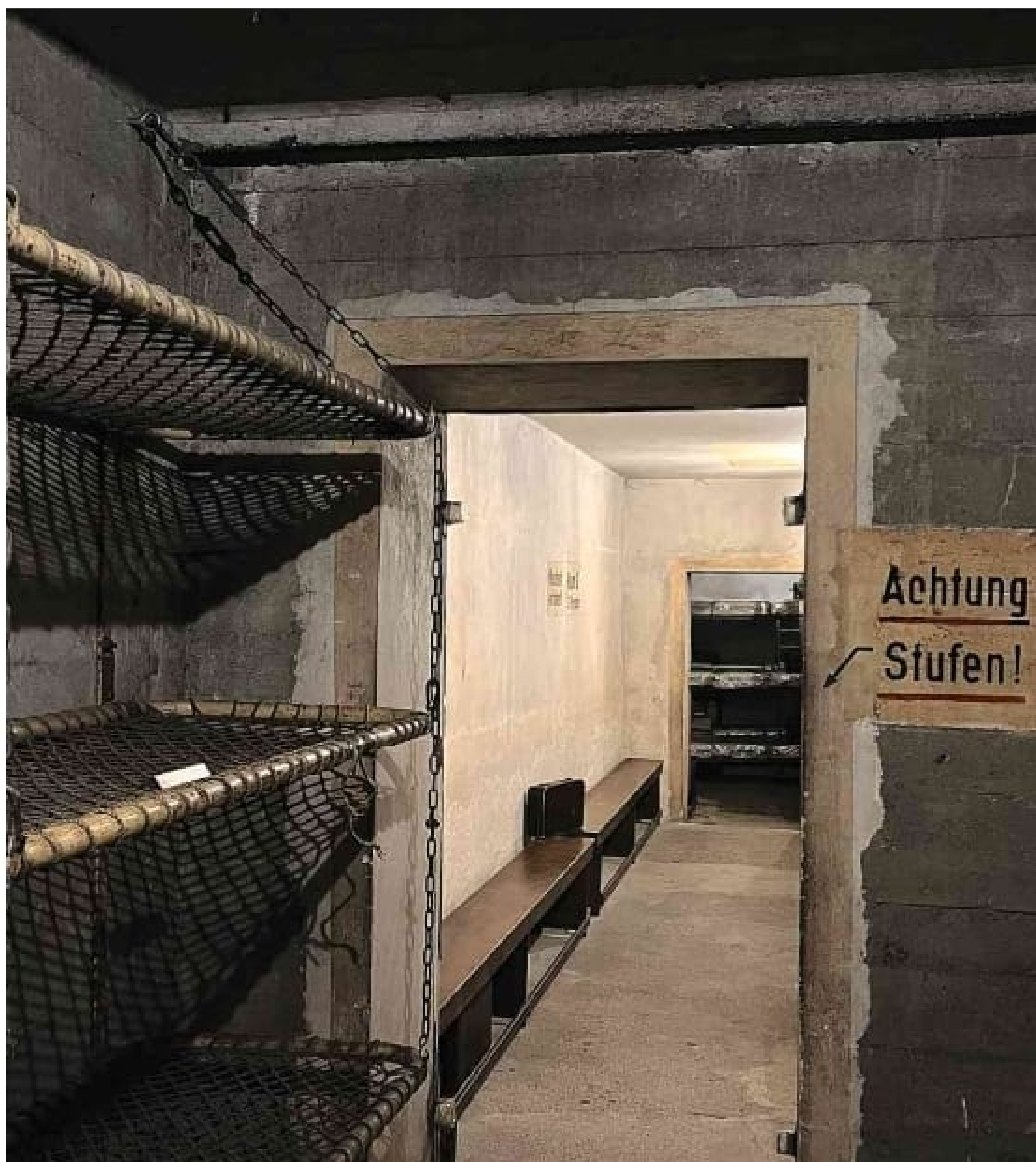
Uma curiosidade é que os Boros moram na cobertura do prédio. As visitas guiadas ao museu acontecem de quinta a domingo e custam cerca de R$ 110 por pessoa.

RESTAURANTE E MÚSICA ELETRÔNICA

No badalado distrito de Mitte, na capital alemã, bem embaixo de uma ponte, existe uma porta. A entrada que fica perto da estação Friedrichstrasse é discreta e ninguém poderia imaginar que lá dentro tem muita festa.

O Tausend é uma mistura de bar e restaurante que se transforma em pista de dança de quinta a domingo até às 5h da manhã. Com pratos que custam cerca de R$ 155, locais e turistas se divertem nesse antigo refúgio com as performances de DJs que comandam baladas ao som de techno e house.

Continua na pág. B13



Refúgio aberto para visitas no subterrâneo da estação Gesundbrunnen, em Berlim Lucila Runnacles/Folhapress

Continuação da pág. B12

MUSEU

Em 1942, um refúgio foi construído ao lado da estação de metrô Anhalter para que viajantes e trabalhadores pudessem se esconder ali. Inicialmente, o bunker foi feito para proteger 3.500 pessoas, mas no fim da guerra chegou a receber até 12 mil.

Hoje chamado de Berlin Story Bunker reúne objetos, fotos, filmes e a mostra "Hitler: Como Isso Aconteceu?", que conta em detalhes o que foi o Terceiro Reich.

O museu é um lugar para aprender e refletir sobre um dos piores momentos da história do nacionalismo alemão. A entrada custa cerca de R$ 75 e a visita completa dura em torno de 3 horas.

TOUR SUBTERRÂNEO

Muitos refúgios antiaéreos ficavam na parte de baixo das estações de metrô e, graças a associações como a Berliner Unterwelten, é possível visitar um deles.

Descendo as escadas do metrô Gesundbrunnen, ao atravessar uma pesada porta de metal verde, entramos em um labirinto subterrâneo. Banheiros, enfermarias, muitas salas e uma infinidade de corredores protegiam os moradores enquanto as bombas caíam do lado de fora.

Placas, fotos e objetos contam parte muito importante da história, e os tours em vários idiomas mostram detalhes e curiosidades de como era a vida ali dentro.

Caminhando por esse mundo subterrâneo, ficamos sabendo qual era a capacidade de cada sala. Os números nas paredes mostram quantas pessoas podiam ficar ali dentro ao mesmo tempo, já que a ventilação era limitada.

"O que muita gente não sabe é que um bunker tem que ser à prova de bombas; já um refúgio, nem sempre", diz o guia Christian Lutiral, que comanda a visita há 15 anos. "Muitos civis entravam dentro de refúgios como este pensando que estariam protegidos, mas a proteção era realmente mínima. Depois dos bombardeios todo mundo tinha que sair."

No tour podemos ver objetos como um capacete de metal que virou um coador ou uma bomba que foi transformada em estufa.

Durante o percurso, vemos vitrines que exibem máscaras de gás que eram vendidas para a população. Os visitantes podem ver até mesmo os preços desses itens —uma máscara custava o equivalente a R$ 300, alto para a época.

Em outras salas encontramos curiosidades como um objeto que parece uma máquina de escrever mas servia para mandar mensagens secretas a militares. Ao teclar um número, do outro lado uma letra era impressa.

A Berliner Unterwelten oferece tours em vários idiomas, mas não há nenhum em português. Eles custam cerca de R$ 100 por pessoa e duram ao redor de 1h30.

Passear pela cosmopolita Berlim é quase como pular para dentro de um livro de história. Na Segunda Guerra Mundial, a cidade foi muito bombardeada pelos aliados e cerca de 80% da sua infraestrutura foi destruída

BUNKER DE HITLER

Além dos pedaços do Muro de Berlim que continuam em pé, o refúgio do ditador alemão, o Führerbunker, é um dos locais mais visitados da cidade. Ironicamente virou um ponto turístico.

O bunker onde Hitler viveu seus últimos meses e onde se suicidou é hoje só estacionamento. O abrigo antiaéreo que ficava embaixo do jardim da Chancelaria terminou de ser construído em 1944 e, depois da guerra, foi destruído e hoje é um espaço vazio que tem apenas uma placa.

A oito metros de profundidade, o esconderijo tinha 540 m² e cerca de 30 salas. Com paredes que chegavam a quatro metros de espessura, o complexo ficava próximo dos ministérios de Assuntos Exteriores e de Propaganda. Na verdade, eram dois bunkers: um para os serviços administrativos e burocráticos do ditador e outro para ele e sua esposa. O esconderijo contava com várias salas, quartos, cozinha e um sofisticado sistema de ventilação.

É LOGO ALI

Elas, e só elas, vão à luta no Himalaia

Equipe exclusivamente feminina irá ao Himlung Himal em outubro próximo

Luiza Pastor

Jornalista que gosta de caminhar, escalaminhar e bater perna por aí

Que o mundo do montanhismo é majoritariamente masculino e um tanto machista não chega a ser novidade. Falando de altas montanhas, então, muitos meninos se exibem como super-homens, os machos alfa das causas impossíveis. Mas, para mostrar que mulheres podem tudo e um pouco mais, um projeto vai levar três escaladoras ao Himlung Himal, montanha de 7.126 metros de altitude no Himalaia. Elas serão guiadas por sherpanis, mulheres da etnia sherpa, acompanhadas de toda uma equipe de apoio (cozinheiras, carregadoras etc) formada exclusivamente por... mulheres, claro.

Vanessa Oliveira, 52, é a empresária, profissional de educação física, treinadora multipotencial, triatleta e ultramaratonista à frente do projeto, organizado pela Morgado Expedições, que contará ainda com a médica certificada em medicina de áreas remotas e montanhista há 28 anos Fernanda May, e Micaela Lopez, empresária, atleta de corrida de aventura, campeã brasileira na modalidade, que há 25 anos sobe montanhas.

A viagem deverá durar cerca de 30 dias em outubro próximo, e será acompanhada por outro grupo de trekkers —também só de mulheres— que irá com as escaladoras até a base do Himlung. Esse grupo ainda não foi formado, mas Vanessa espera receber inscrições a partir desta semana, de preferência antes de partir para o Denali, montanha mais alta da América do Norte, no Alasca, com 6.190 metros de altitude e um desafio poderoso pelo clima e pela exigência técnica representada pela altura de cerca de 5.500 metros da base ao cume, a maior entre todas as montanhas situadas inteiramente acima do nível do mar.

O ambiente de montanha é masculino, e se a gente conseguir realizar coisas só com força feminina, talvez inspire outras mulheres a buscar aquilo em que às vezes a gente não acredita

O Denali, que na língua koyukhon, nativa da região, significa "o grande", é o nome original da montanha trocado pelo presidente americano Donald Trump para monte McKinley, em homenagem ao ex-presidente republicano William McKinley, que governou de 1897 até seu assassinato em 14 de setembro de 1901. Não por coincidência, ele ficou conhecido pelo ferrenho nacionalismo e pela defesa de altas tarifas alfandegárias.

Políticas e pinimbas à parte, Vanessa vem treinando duro, incluindo horas pelas ruas de Uberlândia, puxando um pesado pneu pelos ombros, de olho numa futura subida ao Everest. "Meu ciclo de treinamento envolve muita musculação, corrida, bike e muita caminhada arrastando pneu, que eu simulo como o trenó que vou ter que puxar lá no Denali com uns 50 quilos, quase meu peso", diz. "A ideia é simular o máximo da exigência que vou enfrentar, para trazer um pouco mais de especificidade e entender como o corpo vai reagir fisicamente".

E por que só mulheres? "O ambiente de montanha é masculino, e se a gente conseguir realizar coisas só com uma força feminina, talvez inspire outras mulheres não só para isso, mas a buscar aquilo em que às vezes a gente não acredita e levar essa força para qualquer outro ambiente", responde Vanessa, ressaltando que, apesar de triatleta e ultramaratonista, "nada traz mais autoconhecimento do que a montanha, é um momento em que você se conecta com você mesmo e consegue ver o que realmente é, vai muito além de só conquistar um cume".

QUI. Luiza Pastor, Zeca Camargo



Rota pelo interior da Alemanha percorre recantos que foram inspiração dos irmãos Grimm

Castelos, florestas e cidades nos arredores de Frankfurt preservam história dos folcloristas que documentaram diversos contos de fadas

Castelo de Eltz, a oeste da rota dos irmãos Grimm, na Alemanha Kilian Schönberger

TRÊS DIAS NA ROTA ALEMÃ DOS CONTOS DE FADAS

Karina Almeida

KASSEL (ALEMANHA) Autores de histórias de personagens clássicos, como João e Maria, Branca de Neve e Gato de Botas, entre muitos outros, os irmãos Grimm têm um roteiro turístico dedicado a eles.

A rota alemã dos contos de fadas oferece uma imersão por locais que influenciaram os textos da dupla. Passando por cidades e vilarejos do interior alemão, o itinerário traz paisagens que parecem saídas dos livros infantis.

Em 1812, Jacob e Wilhelm Grimm lançaram o primeiro volume de sua obra mais famosa, "Kinder-und Hausmärchen" ("Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos", em tradução livre). Eram histórias para serem contadas no conforto do lar, para entreter crianças e adultos em uma época sem TV ou internet.

Bibliotecários, acadêmicos e filólogos, eles eram entusiastas da cultura popular alemã, mas, ao contrário do que foi difundido, boa parte de suas tramas não são invenções originais.

Os Grimm recolheram histórias da tradição oral e, a partir daí, criaram seus contos, que refletiam a realidade da época, repletos de abandono de crianças, envenenamentos, membros cortados —tudo bem diferente das histórias adaptadas pela Disney.

Em três dias é possível visitar a rota, que deve ser feita de preferência de carro, partindo de Frankfurt e seguindo rumo ao norte.

☆

DIA 1

Pela manhã, alugue um carro em Frankfurt e se planeje para devolvê-lo em outra cidade alemã, como Bremen, no final da rota.

Saindo de Frankfurt, o turista já é invadido pelo clima de interior em uma estrada com belas paisagens em direção a Hanau, a cidade dos irmãos Grimm. Nos meses de junho e julho, é possível encontrar no caminho campos de colheita de morangos e cerejas.

Para quem curte as frutinhas vermelhas, a parada é irresistível. Dá para comprar um balde por 1 euro e pegar as delícias do pé.

Uma bela estátua de bronze dedicada aos escritores foi erguida na praça do mercado, que vende as delícias locais às quartas e aos sábados. Ali, num parque cortado pelo rio Main, está o museu local, mais precisamente no Castelo de Philippsruhe, uma edificação histórica que registra a evolução de Hanau.

Além disso, funciona como um dos primeiros espaços interativos sobre os Grimm, com uma área dedicada especialmente às crianças. Também traz manuscritos, cartas e artefatos que iluminam a trajetória dos irmãos. Se houver tempo, é ideal para uma pausa para um café ou almoço no restaurante do museu, à beira do rio.

De maio a julho a cidade recebe o Festival Grimm, com peças inspiradas em suas histórias, encenadas no anfiteatro, ao lado do museu —mas atenção: os espetáculos são apenas em alemão.

Continua na pág. B15

Eufrázio





A partir do alto, estátua que presta homenagem aos bichos do conto 'Os Músicos de Bremen', na cidade de mesmo nome, e monumento aos irmãos Grimm em Hanau Fotos Kavalenkava/Adobe Stock e Kai Pfaffenbach/Reuters



Centro histórico de Marburg, na Alemanha, que preserva suas características medievais Boris Stroujko/Adobe Stock

Continuação da pag. B14

À tarde, siga para a pequenina Steinau an der Strasse, onde os irmãos passaram a infância. A antiga casa da família, construção em estilo enxaimel,oferece uma visão de suas vidas e do ambiente que moldou suas influências.

Você pode ir até o escritório de turismo da cidade e contratar um tour guiado por ninguém menos que o Gato de Botas. Fantasiado, o guia desfila ao seu lado pelas charmosas ruas de Steinau, onde se vislumbra uma atmosfera medieval que parece ter pulado das páginas dos contos de fadas.

Parada obrigatória é o Castelo de Steinau, do século 16, que possui uma exposição permanente dedicada aos Grimm. Para se hospedar em Steinau, dá para seguir as dicas do próprio site da cidade.

DIA 2

É na vibrante cidade universitária de Marburg, onde os Grimm cursaram direito e iniciaram suas pesquisas, que é recomendável passar a maior parte do dia. O lugar possui um charmoso centro histórico, com ruas de paralelepípedos e arquitetura medieval.

A cidade lembra uma viagem no tempo, e a rota dos Grimm é acessível pelo celular com esculturas curiosas pelo percurso, como a de sapo, de um sapato gigante e um espelho. Parece uma caça ao tesouro para crianças, mas adultos também se divertem.

Ao todo, são 15 obras que fazem referência aos contos mais famosos. A parada seguinte é o Castelo de Marburg, fortaleza que domina o visual da cidade e que proporciona uma vista panorâmica. Infelizmente, o interior e o acesso à torre são fechados ao público, mas a muralha já vale a visita.

Menos de uma hora de estrada depois e você já chega ao novo destino da rota, Kassel, passando por aldeias e paisagens bucólicas — com mais estrutura, a cidade é ideal para passar a noite.

Antes, porém, a sugestão é fazer um desvio para Bad Wildungen, um vilarejo de onde, conta a lenda, teria saído a inspiração para a história da Branca de Neve. Na entrada da vila, uma estátua com a princesa e os sete anões é um ponto para inevitáveis fotos.

Ali nos arredores fica o Castelo Friedrichstein, exemplar do período barroco que hoje é um museu do Exército. Antes disso, abrigou por séculos a nobreza local e foi onde viveu Margareth von Waldeck, que teria morrido envenenada por querer viver uma história de amor proibida — e teria sido a Branca de Neve raiz.

Para jantar, melhor voltar a Kassel, que é a capital da rota e uma das maiores cidades da região.

DIA 3

Foi em Kassel que os Grimm viveram boa parte de suas vidas. É lá que está o Grimmwelt Kassel, museu moderno e interativo dedicado à dupla. O tour proporciona detalhes da trajetória dos escritores e outras descobertas que vão além de contos infantis.

Entre elas a de que os Grimm iniciaram um projeto para fazer um dicionário alemão que só foi finalizado 200 anos depois, com outros colaboradores. Hoje o material pode ser consultado online.

Dá para aproveitar ali perto o Bergpark Wilhelmshöhe, grande área verde. O lugar é conhecido por suas belas cascatas artificiais, mas também abriga um castelo e a monumental estátua de Hércules — este vem da mitologia grega, sem relação com os Grimm.



Depois, é hora de voltar para a estrada em direção a Hameln, mais conhecida pelo conto "O Flautista de Hamelin", que traz a história do músico que chega à cidade infestada por ratos e usa seu instrumento para hipnotizá-los. A cidade celebra a trama com apresentações teatrais e eventos regulares que recriam o roteiro.

A praça do mercado é perfeita para um café da tarde com as delícias da panificação alemã, rodeada de casinhas em estilo enxaimel.

Plaquinhas de metal com ratinhos indicam a direção para a estátua do flautista e o museu da cidade, ambos no centro histórico. É possível contratar um guia — desta vez, vestido de flautista —, que leva os turistas pelas ruas da cidade enquanto conta a história.

Depois desse banho de vilarejos, nada como voltar para uma cidade de maior porte para finalizar a rota, no caso, Bremen. Lá fica a estátua dedicada ao conto "Os Músicos de Bremen", que traz a história de quatro animais velhos e maltratados que resolvem fugir e se tornar músicos.

Eufrázio

turismo

Serre Chevalier une neve e conforto na 'Disneylândia dos esportes de inverno'

Com 250 quilômetros de pistas, região nos Alpes franceses é opção para quem busca imersão na prática do esqui e do snowboard; brasileiros são público-alvo de resort

João Pedro Pitombo



Vista aérea do Club Med Serre Chevalier, nos Alpes Franceses Divulgação

SERRE CHEVALIER (FRANÇA) A montanha não é lá muito íngreme, mas pés paralelos sobre os esquis deslizam no gelo e ganham velocidade. O instrutor acompanha o movimento desengonçado do aluno e o orienta a posicionar os pés tal qual uma fatia de pizza, abrindo um triângulo a partir das pontas dianteiras do esqui. Paciência é essencial, mas se manter de pé e deslizar sob o gelo é menos complexo do que parece.

Com 250 quilômetros de pistas divididas em quatro tipos, conforme o nível de dificuldade, a região de Serre Chevalier, nos Alpes franceses, é uma espécie de Disneylândia dos esportes de inverno.

Próxima ao Parque Nacional dos Écrins, a 1.400 metros de altitude, a região é um dos principais polos de turismo de inverno do mundo, unindo esportes como o esqui e o snowboard a uma estrutura que oferece comodidade e boa gastronomia.

A **Folha** esteve na região em fevereiro e ficou no Club Med Serre Chevalier, resort que passou por uma reforma ao custo de 50 milhões de euros e reabriu em dezembro para a sua primeira temporada nas novas instalações.

Com arquitetura inspirada nas vilas alpinas, o resort tem 250 quartos e funciona em sistema all-inclusive, que inclui refeições, bebidas, apresentações artísticas, aulas e acesso a teleféricos e meios de transporte para as pistas.

A agenda de atividades é voltada à prática dos esportes de inverno, com aulas de manhã e à tarde. Cada professor é responsável por dez alunos e os níveis atendem iniciantes, incluindo crianças, até os mais experientes.

Mesmo sem tradição nos esportes de inverno, o Brasil é o segundo país que mais envia turistas para os resorts do Club Med voltados para os esportes de neve, seguido dos ingleses e italianos. Os franceses lideram a lista.

"O cliente perfeito para o Club Med, é o brasileiro: é extrovertido, gosta de esporte, gosta da família junto, gostar de estar com os amigos. Tem tudo a ver", afirma Janyck Daudet, CEO do Club Med para a América Latina.

Detalhes foram adaptados mirando os turistas do Brasil, incluindo os horários e formato de funcionamento dos restaurantes. Parte dos funcionários do resort são brasileiros e ao menos 20 instrutores de falam português.

As pistas para iniciantes ficam no entorno do próprio hotel, mas conforme o aluno evolui no aprendizado, segue para trechos mais íngremes. O transporte é feito para estas pistas em ônibus e em teleféricos, com vistas para as montanhas cobertas de neve.

Entre os brasileiros, o público que antes era restrito aos muito ricos, hoje é mais diversificado, diz Daudet. As famílias são o principal público, por isso a estrutura foi adaptada para atender crianças a partir de quatro meses, com miniclube e restaurante infantil.

A viagem é indicada só para quem pretende ter uma experiência de imersão nos esportes de neve. Fora das pistas, durante o dia, as opções de entretenimento são restritas — incluem sauna, uma piscina coberta aquecida, academia e apresentações musicais regadas a petiscos e bebidas.

No entorno do resort, há pubs e de restaurantes. Mas há locais próximos que valem uma esticada. Um deles é a charmosa Briançon, com fortes e construções históricas. A cidade será uma das sub-sedes dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2030, na França.

Também vale uma ida à comuna de Monêtier, conhecida por banhos termais com vista para o Parque Nacional dos Écrins.

Para chegar a Serre Chevalier, duas cidades servem como ponto de apoio para desembarque: a francesa Lyon, a 208 km do resort, e a italiana Turim, a 134 km.

O jornalista viajou a convite do Club Med



Reservas devem ser por ao menos uma semana

Pacote para um casal, por sete dias, custa em torno de R$ 30 mil. O aluguel dos equipamentos pode chegar a R$ 1.500 por pessoa por uma semana

O que ainda leva os brasileiros a fazer turismo nos Estados Unidos?

Opinião

Rodrigo Tavares
Professor catedrático convidado na Nova School of Business and Economics, em Portugal. Nomeado Young Global Leader pelo Fórum Econômico Mundial, em 2017

Disney, Universal Orlando e SeaWorld. Antes o kit básico de viagem para os EUA incluía o visto B2 com validade de dez anos e ingressos para os parques temáticos.

Hoje, ele vem com novos itens indispensáveis: celular descartável sem dados sensíveis (sem fotos, redes sociais ou mensagens que possam soar antipáticas a Trump), um notebook antigo sem histórico digital, e os contatos da embaixada brasileira — precaução útil diante da possibilidade de detenção na fronteira. Também é recomendável portar cópias impressas de documentos como reserva de hotel, passagem de retorno e seguro-viagem.

Além disso, é preciso estar preparado para responder a uma série de perguntas sobre os seus interesses pessoais (não mostre inclinação a políticas climáticas ou de igualdade), a sua orientação sexual, ou sobre o roteiro e vínculos com o país de origem. Tenha cuidado para não ser confundido com um "imigrante disfarçado".

É muita ansiedade. Canadá, Reino Unido, Alemanha, França, Finlândia, Dinamarca, Irlanda, Países Baixos, Portugal, entre muitos outros países, têm emitido alertas de viagem para os EUA, recomendando cautela aos seus cidadãos devido ao endurecimento das políticas migratórias sob a atual administração.

As retenções extrajudiciais podem se estender por semanas. A ICE (Immigration and Customs Enforcement), responsável pelo controle migratório, administra cerca de 200 centros de detenção.

As novas políticas fronteiriças revelam práticas típicas de Estados repressivos e autoritários. Nos principais rankings de qualidade democrática, os Estados Unidos deixaram de estar do lado dos bons. Desde o primeiro mandato de Trump, observou-se um declínio. Segundo a Economist Intelligence Unit, os EUA deixaram de ser classificados como "democracia plena" e passaram à categoria de "democracia com falhas".

Voltemos ao turismo. Uma análise recente da Oxford Economics projeta uma queda de 5,1% nas viagens turísticas aos Estados Unidos, contrariando a tendência de crescimento anual observada nos últimos anos — em 2023, por exemplo, o aumento foi de 31%. Uma pesquisa revelou que 77% dos suíços não pretendem visitar os EUA devido a Donald Trump.

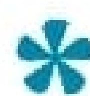
Em 2024, cerca de 1,9 milhão de brasileiros viajaram aos EUA, com um gasto total estimado em US$ 6,3 bilhões. O Brasil ocupa a sexta posição entre os países que mais consomem em território americano. Os EUA ocupam um imaginário de consumo e modernidade no Brasil. Ter o visto e viajar até à América é visto como um símbolo de prestígio.

Para autores como Octavio Ianni, a modernidade periférica não é apenas um estágio atrasado em relação ao "centro", mas um modo particular de viver a modernidade, marcado pela tensão entre o desejo de pertencimento e a condição estrutural de subordinação. Para muitas famílias, ir à Disney se tornou rito de passagem da classe média emergente.

Durante os anos de câmbio favorável — especialmente entre 2005 e 2014 — os Estados Unidos consolidaram-se também como destino de compras para os brasileiros. Esse cenário, no entanto, mudou. A desvalorização do real, somada às políticas protecionistas do o governo Trump, tende a encarecer os bens de consumo, reduzindo a atratividade econômica do turismo nos EUA.

Os brasileiros têm opções. O Canadá, além da segurança institucional, tem se consolidado como destino para famílias e estudantes. A Europa oferece não só parques temáticos, mas roteiros culturais, históricos e gastronômicos que se tornaram mais acessíveis. Entre Brasil e Portugal, há 102 voos semanais ligando 13 capitais brasileiras a diferentes cidades portuguesas — uma ponte aérea sobre o Atlântico.

A decisão de não fazer turismo nos EUA poderá, em breve, se tornar um símbolo de consciência cívica e posicionamento político. Um gesto de recusa ativa à humilhação e à seletividade racial travestida de protocolo de segurança. Posar com sacolas na Times Square deixará de ser afirmação de classe, mas de falta dela.



A decisão de não fazer turismo nos EUA poderá se tornar um símbolo de consciência cívica e posicionamento político. Um gesto de recusa ativa à humilhação e à seletividade racial travestida de protocolo de segurança. Nesse novo mapa de prestígio, posar com sacolas na Times Square deixará de ser afirmação de classe, mas de falta dela